



Anna Fontes | Beltrina Côrte
(Organizadoras)

Envelhecer com Futuro

Relatos de pesquisa sobre:

Diversidade. Transmasculinidades. Intergeracionalidade.
Velhices LGBTQIAPN+. Políticas Públicas. Direitos Humanos.
Velhices Negras. Organizações. Violência Financeira.
Crédito Consignado. Problemas Ambientais Urbanos. Velhice Feliz.

Edital
Acadêmico
de Pesquisa
Volume 2



Itaú 
viver mais

 Portal do
Envelhecimento
e Longevidade



Anna Fontes
Beltrina Côrte
(Organizadoras)

Envelhecer com Futuro

Relatos de pesquisa sobre:

Diversidade. Transmasculinidades. Intergeracionalidade. Velhices LGBTQIAPN+. Políticas Públicas. Direitos Humanos. Velhices Negras. Organizações. Violência Financeira. Crédito Consignado. Problemas Ambientais Urbanos. Velhice Feliz.

**Editais
Acadêmicos
de Pesquisa**
Volume 2

1ª Edição

Itaú
viver mais



**Portal do
Envelhecimento
e Longevidade**

São Paulo
2024

Anna Fontes
Beltrina Côrte
(Organizadoras)

Envelhecer com Futuro

Relatos de pesquisa sobre:

Diversidade. Transmasculinidades. Intergeracionalidade. Velhices LGBTQIAPN+. Políticas Públicas. Direitos Humanos. Velhices Negras. Organizações. Violência Financeira. Crédito Consignado. Problemas Ambientais Urbanos. Velhice Feliz.

COLABORADORES:

Amanda Cristina de Oliveira
Andrei de Souza Simões
Anelise Crippa
Bruno Daniel Carvalho Ferrarini
Camila Alen Porto Alegre
Camila de Andrade Simões
Camila Rocha Ferreira
Cíntia Liesenberg
Daniel Veiga
Diorginis Luis Fontoura da Rosa
Feliz Trovoada
Franciele Franco
Germanne Patricia Nogueira Bezerra Rodrigues Matos
Guilherme Torres Correa
Kayke Araújo Borges
Leticia Martins Bitar de Moraes
Lívia Pacheco da Cruz
Lucas Barbosa Rodrigues

Mara Carvalho
Mari Crestani (colaboração)
Maria das Graças Bendelack Santos
Maria Elisa Gonzalez Manso
Marisa Accioly Rodrigues da Costa Domingues
Pedro Henrique Cezar de Oliveira
Ruth G. da Costa Lopes
Samya Viana Duarte
Serenio S. G. Repolês
Sheyla Paranaguá
Sílvia Virginia Coutinho Areosa
Sol Marita Mishyx
Tatiana Rockenbach
Thamires Nascimento Ferreira
Úrsula Niceia Angelim Novais
Vitor Emanuel Alves Zambarda
Vitoria Cristina Silva de Souza
Yasmim Chagas Cruz Carvalho

1ª Edição

Itaú
viver mais

 Portal do
Envelhecimento
e Longevidade

São Paulo
2024

Equipe Itaú Viver Mais: Luciana Nicola, Bruno Crepaldi, Luciana Barroso, Daniela Zen e Anna Fontes

Equipe Portal do Envelhecimento: Beltrina Côrte, Carolina Côrte, Dhara Côrte e Sofia Lucena

Revisão: Neyza Furgler

Capa, Projeto Gráfico e Editoração: Ronaldo Monfredo

Direção e produção Editorial: Mário Luiz M. Lucena

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Envelhecer com futuro : relatos de pesquisa sobre: diversidade, transmasculinidades. Intergeracionalidade, velhices LGBTQIAPN+, políticas públicas, direitos humanos, velhices negras, organizações, violência financeira, crédito consignado, problemas ambientais urbanos, velhi / Anna Fontes, Beltrina Côrte (organizadoras). -- 1. ed. -- São Paulo : Portal do Envelhecimento Comunicação, 2024.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-69350-48-4

1. Diversidade 2. Envelhecimento - Aspectos antropológicos 3. LGBTQIAPN+ - Siglas 4. Políticas públicas 5. Pessoa idosa - Aspectos sociais 6. Pessoa idosa - Direitos - Brasil I. Fontes, Anna. II. Côrte, Beltrina.

24-218173

CDD-305.26

Índices para catálogo sistemático:

1. Envelhecimento : Conduta de vida : Sociologia
305.26

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

São Paulo

2024

Impresso no Brasil

AGRADECIMENTOS

*Aos pesquisadores, autoras e autores, pela seriedade e competência
no desenvolvimento e compartilhamento de reflexões e ações
interdisciplinares resultantes do Edital Acadêmico de Pesquisa
Envelhecer com Futuro.*

A presente obra reúne os resultados das pesquisas selecionadas pelo Edital Acadêmico 2023 do projeto *Envelhecer com Futuro*, uma parceria bem-sucedida entre o Itaú Viver Mais e o Portal do Envelhecimento e Longeviver. A discussão aqui proposta não poderia ser mais atual e urgente. Afinal, estamos em plena Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como parte das iniciativas da Agenda 2030 da ONU, principal estratégia para a constituição da Sociedade para Todas as Idades, daquela em que todos possam participar plenamente.

Para construir a Sociedade para Todas as Idades precisamos, sem dúvida, em primeiro lugar colocar em xeque o senso comum jovem-cêntrico que transforma a juventude em um imperativo social e estigmatiza o envelhecimento como ameaça ao bem-viver. “Mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos em relação ao envelhecimento”¹ é justamente o primeiro pilar da Década do Envelhecimento Saudável.

Conforme a OMS², o idadismo (ou etarismo, do inglês *ageism*) se desdobra em três dimensões: estereótipos (como pensamos), preconceitos (como sentimos) e discriminação (como

1 Para saber mais, vale consultar a página da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), braço da OMS responsável por liderar as iniciativas interinstitucionais da Década do Envelhecimento Saudável nas Américas (<https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030>).

2 Relatório Mundial sobre o Idadismo disponível em <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55872>

agimos) em relação às pessoas com base na sua idade. O idadismo se manifesta em três níveis: institucional, interpessoal e/ou contra si próprio, de forma explícita ou inconsciente.

Idadismo começa na infância e é reforçado ao longo da vida. É algo que se inter cruza com outros estereótipos, preconceitos e discriminações tais como o capacitismo, o racismo, o sexismo e a LGBTQfobia, dentre outros, com efeitos nefastos sobre a saúde, o bem-estar e os direitos humanos.

Dentre as recomendações da OMS para combater o idadismo e mudar a situação de opressão em relação ao envelhecer e ao longeviver, destacamos a necessidade de fomentar o debate com base na produção de conhecimento que permita melhor compreender como funciona o etarismo em nossas sociedades. Investir em estratégias de combate e prevenção com base em pesquisas científicas pode resultar não apenas no esclarecimento público como na elaboração de projetos, políticas e leis mais bem direcionados a esta temática, assim como em intervenções educacionais e de contato intergeracional para que possamos congregamos os diferentes âmbitos da sociedade e dizer não ao idadismo e a todas as formas de discriminação e desrespeito às pessoas idosas, suas famílias e comunidades.

Em um contexto de acelerado envelhecimento populacional e de longevidade hoje muito mais espalhada nos diversos segmentos da população, a presente obra tem o mérito de promover a difusão de conhecimento cientificamente fundamentado sobre o envelhecimento e o longeviver.

Para que possamos envelhecer com futuro, como propõe o título deste belo projeto, é indispensável não fugir ao confronto com a finitude que nos constitui. É preciso, ainda, muita sabedoria e lucidez para não cercear a polissemia do envelhecimento ao limitar seu largo espectro de sentidos à negatividade das perdas, o caso e fim.

Envelhecer com futuro é uma provocação que sinaliza ser este o momento de enxergarmos o envelhecimento como singular processo complexo, multifacetado e profundamente heterogêneo em seus múltiplos atravessamentos biográficos, biológicos, psicofísicos, neurogênicos, psicossociais, socioculturais e afins.

Se envelhecer com futuro diz respeito ao devir incessante que caracteriza o viver e, por que não, também o longeviver, proponho que esta leitura funcione como fomento à constituição de um amplo movimento social para transformar o discurso em torno da idade, do envelhecimento e do longeviver, livrando-o das armadilhas do idadismo.

Desejando a todos uma proveitosa leitura, convido-os a tomar papel ativo na promoção da convivência respeitosa, solidária e afetuosa entre gerações para que possamos efetivamente envelhecer com futuro, constituindo, enfim, o horizonte que enseja a Sociedade para Todas as Idades.

Gisela G. S. Castro

*Titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Comunicação e Consumo da ESPM-SP
Coordenadora do Comitê ESPM de Direitos Humanos
Coordenadora do ESPM LongevLab*

O conhecimento além das fronteiras acadêmicas: construindo pontes para o futuro

Vivemos um momento crucial da história da civilização. A longevidade humana, impulsionada por avanços científicos e sociais, apresenta-se como um desafio e uma oportunidade. Desafio, porque exige repensar as estruturas sociais, políticas e econômicas em vigor. Oportunidade, porque abre caminho para novas formas de viver, trabalhar e contribuir para a sociedade.

Os desafios que enfrentamos diante da longevidade humana são enormes e complexos. Entre eles, destacamos

a) o aumento da população idosa: a proporção de pessoas com mais de 60 anos está crescendo rapidamente em todo o mundo. Isso coloca pressão sobre os sistemas de saúde, previdência e seguridade social;

b) Fragilização da vida: a longevidade está associada a um maior risco de doenças crônicas, impactando na qualidade de vida das pessoas e aumentando os custos com saúde e bem-estar;

c) Exclusão social: as pessoas idosas podem ser vítimas de exclusão social, seja por falta de oportunidades de trabalho, renda ou acesso a serviços básicos, seja por etarismo;

d) *Falta de políticas públicas*: muitas regiões do país ainda não possuem políticas públicas adequadas para lidar com os desafios da longevidade;

e) *Desigualdades Sociais*: os desafios da longevidade em meio à desigualdade social são significativos e multifacetados ao longo da vida das pessoas, causando negativos expressivos na velhice ao alcançarem os 60 anos.

Essas dificuldades são exacerbadas pela interseccionalidade - conceito introduzido por Kimberlé Crenshaw - que se refere à sobreposição de discriminações como gênero, raça, classe social, orientação sexual, idade, entre outros, se entrelaçam e se sobrepõem.

Apesar dos desafios, a longevidade humana também apresenta diversas oportunidades. Entre elas, destacamos

a) *Aumento da produtividade*: a experiência e o conhecimento das pessoas idosas podem contribuir para a produtividade das empresas e da sociedade como um todo;

b) *Criação de novos mercados*: a longevidade abre caminho para a criação de novos mercados, como produtos e serviços para a população idosa;

c) *Pesquisa e desenvolvimento*: a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias podem ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas;

d) *Experiências e legados*: as pessoas idosas vivenciam experiências nunca antes experimentadas, podendo contribuir para o bem-estar das próximas gerações;

e) Inovação: a partir das diversas realidades, trajetórias e das camadas que forjam as diferentes pessoas no Brasil é possível criar soluções inovadoras, justamente pela interação de perspectivas distintas focadas na busca de soluções.

Para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da longevidade humana, é necessário construir pontes entre diferentes setores da sociedade. Governos, organizações não governamentais, comunidades locais, setor privado e academia devem trabalhar juntos para

a) Promover a pesquisa e o desenvolvimento de conhecimento, pois é fundamental investir em estudos que visem a melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas e a compreender os desafios da longevidade;

b) Criar e fortalecer políticas públicas, necessárias para garantir os direitos das pessoas idosas e promover sua inclusão social;

c) Incentivar o diálogo Intersetorial, pois a troca entre diferentes setores da sociedade é essencial para encontrar soluções inovadoras para os desafios da longevidade.

Construindo pontes entre diferentes setores da sociedade, podemos garantir que todas as pessoas tenham a oportunidade de viver uma vida longa, saudável e digna.

O Edital Acadêmico de Pesquisa “Envelhecer com futuro” (edição 2022) é uma iniciativa inovadora do Itaú Viver Mais, em conjunto com o Portal do Envelhecimento e Longevidade, que visa fomentar a produção de conhecimento sobre o envelhecimento populacional. O edital reúne objetivos, temas e ferramentas que

visam fortalecer e consolidar agendas acadêmicas e políticas sobre o tema. O edital apresenta diversos pontos positivos. Em primeiro lugar, destaca a importância do diálogo entre saberes, na construção de políticas públicas de direitos humanos que garantam a dignidade da vida da pessoa idosa. Essa perspectiva é fundamental para assegurar que as políticas públicas sejam eficazes e atendam às reais necessidades da população idosa, preferencialmente pelo uso de evidências geradas por estudos, como os propostos pelo edital. Em segundo lugar, o edital reconhece que trabalhar com a promoção dos direitos humanos por meio da produção de conhecimento é um desafio. O edital propõe algumas soluções para esse desafio, como a construção de pontes e o diálogo entre diferentes setores da sociedade, incluindo governos, organizações não governamentais, comunidades locais, setor privado e acadêmico, visando a promoção da autonomia e da independência da pessoa idosa.

O conhecimento que apresentamos a seguir é a base fundamental de nossa missão. Buscamos construir uma cultura da longevidade, baseada na solidariedade entre gerações; promoção e proteção dos direitos humanos; aprofundamento e fortalecimento das conquistas já alcançadas. As pesquisas realizadas com o apoio do Edital Acadêmico de Pesquisa “Envelhecer com futuro” transcendem as fronteiras acadêmicas. O conhecimento gerado é aplicado em diversas intervenções sociais, demonstrando a capacidade da ciência de influenciar comportamentos e escolhas coletivas.

Os impactos sociais das pesquisas são amplos: promovem o diálogo com o objetivo de influenciar políticas públicas; contribuem para a construção de uma comunidade mais inclusiva; fornecem ferramentas para organizações que buscam envolver a população idosa; implementam ações para a inclusão da pessoa idosa e a integração entre profissionais de diferentes faixas etárias.

Destacamos alguns dos impactos ocorridos em Belém e região metropolitana do Pará, por exemplo. A pesquisa ali realizada provocou impactos relevantes, ao despertar em algumas instituições adequações de serviços virtuais, como a criação pela Coordenação do Juizado Especial Federal do Pará, do serviço de atermação *online*, ao qual a pessoa idosa envia sua demanda diretamente, a partir de formulário eletrônico, sem precisar se deslocar fisicamente até a sede da Justiça Federal, ou enfrentar filas para seu atendimento e anexar documentos. Outro impacto na mesma região se deu nos serviços ofertados pela Defensoria Pública do Estado aos idosos em situação de vulnerabilidade social e que não possuem aparelhos eletrônicos, como celular e notebook, para realizar agendamento de atendimento pela central 129 ou via WhatsApp. A Defensoria criou alguns núcleos de atendimento presencial, a fim de eliminar barreiras tecnológicas que impedem esse grupo etário de garantia de acesso aos seus direitos fundamentais, como o acesso à justiça.

Nosso objetivo final é construir uma sociedade mais justa e inclusiva, em que todas as pessoas, independentemente da idade, possam ter uma vida plena e significativa.

Acompanhar o desenvolvimento das 10 pesquisas selecionadas, ao longo de 2023, foi muito enriquecedor, permitindo o exercício interdisciplinar e a troca de saberes e resoluções ante adversidades com que as próprias pesquisas iam se defrontando. Esse exercício nos deu mais certeza da academia ultrapassar seus muros e, de fato, estar em sintonia com a sociedade, cada vez mais longeva. Esta coletânea é composta de 10 capítulos, distribuídos em três partes, de acordo com as linhas de pesquisa cujas investigações foram selecionadas, a saber: Diversidade na velhice; Saúde financeira e segurança de internet; Desenvolvimento sustentável e solidário.

Parte 1 - congrega seis capítulos, que discorrem sobre a Diversidade na Velhice; são eles:

Envelhecer mulher e negra em São Paulo: violências (in)visíveis, é o primeiro capítulo, um recorte da pesquisa “Diversidades na Velhice: Vulnerabilidades Sociais e Programáticas segundo Cor de Pele e Gênero”, realizada em uma região periférica da cidade de São Paulo, relacionado à presença de violências na vida das mulheres. Discorre inicialmente sobre o conceito de violência, que é reconhecida, desde 1990, pela Organização das Nações Unidas – ONU - não só como uma séria adversidade mundial, com severas repercussões sociais, mas, também, como um dos principais problemas de saúde pública atuais, posto ser fenômeno responsável por elevado número de mortes. Como não há um consenso a

respeito da definição do fenômeno violência, vários autores vêm utilizando o termo no plural – violências -, demonstrando seu caráter multifacetado, polissêmico e complexo. A expressão Violências envolve uma gama de fatores e se expressa em ações de indivíduos, grupos, classes, países, podendo levar à morte ou afetar a integridade biopsicossocial das pessoas.

A pesquisa entrevistou um grupo de 58 mulheres pretas e pardas, com idade média de 70,3 anos, procurando entender como a cor da pele e gênero se interseccionam nas suas vivências diárias, assim como verificar se essas mulheres são vítimas de violências, identificando mecanismos de enfrentamento. Procurou, também, analisar como as instituições sociais, principalmente as da saúde, reconhecem suas necessidades ou se, apenas, reproduzem as discriminações por elas sentidas. As autoras partiram do pressuposto de que as comunidades, ou aglomerados urbanos subnormais, representam uma das formas como se apresenta o racismo estrutural no país. No caso do município de São Paulo, lócus da pesquisa, a probabilidade de uma pessoa preta ou parda residir em um aglomerado subnormal é mais do que o dobro da verificada entre as pessoas brancas.

Dentre o grupo de mulheres pesquisadas, foram encontradas narrativas de vários episódios de violência. Muitos naturalizados e não reconhecidos como tal por essas mulheres, porém, intersecções relacionadas às categorias cor da pele, gênero e geração foram observadas. A família mostrou-se como lócus privilegiado para a ocorrência de violência, mas não exclusivo.

O racismo permeia, mesmo que ainda invisível para elas, a vida dessas mulheres pretas e pardas, traduzindo-se desde o local de moradia até o acesso à educação e ao tipo de trabalho que exercem ou exerceram. A violência de gênero é uma realidade para muitas delas, marcando suas vidas e se transmutando em violência contra a pessoa idosa. A primeira, para algumas, foi reconhecida e, de alguma forma, afastada, mas a segunda permanece invisível para grande parte.

Memorial transmasculinidades no curso do tempo compõe o segundo capítulo e é resultado da pesquisa “Transmasculinidades e Envelhecimento: perspectivas sobre cuidado e atenção à saúde” que teve como objetivo registrar as vivências de seis entrevistados para a produção de série de quatro episódios do podcast *Transmasculinidades no curso do tempo*, apostando nessa linguagem como um dispositivo relevante possível de como viver juntos. O termo transmasculinidades abarca pessoas que, ao nascer, foram biopoliticamente designadas como mulheres, mas que se identificam com gêneros masculinos, cruzando, desse modo, as fronteiras normativas do gênero. Como se dão os efeitos do tempo sobre os corpos e trajetórias de vida das pessoas transmasculinas? Há especificidades nessa experiência de envelhecer? Como nossos convidados percebem e narram seu envelhecer? Foram essas questões que motivaram a pesquisa e, conseqüentemente, a produção dos podcasts, ante a grande dificuldade de identificação e incorporação das especificidades

das velhices, nos processos de elaboração de políticas públicas, legislações e, até mesmo, em projetos de investigação e pesquisa. Os(as) autores(as) assinalam que o prolongamento da vida sem a existência de políticas públicas, promoção de trabalho, emprego e renda, acesso à moradia digna, dentre outras políticas de promoção de segurança social, promovem uma intensificação da precarização da vida, que se agrava, significativamente, à medida em que as pessoas transmasculinas envelhecem. Nesse sentido, dar a conhecer as narrativas das transcestralidades contribui para a promoção de mudanças socioculturais que preparem o terreno para o florescer de relações menos violentas, mais acolhedoras e éticas, com as pessoas trans.

Intergeracionalidade, representações sociais e velhices LGBTQIAPN⁺: visão geral e contribuições de uma revisão de escopo é o título do terceiro capítulo, que descreve o percurso da pesquisa intitulada “Convívio intergeracional e representações sociais de velhices LGBTQIA+: uma revisão de escopo”, que teve, como objetivo geral, analisar em que medida o convívio intergeracional impacta as representações sociais construídas acerca das especificidades dessas velhices, além de apresentar síntese narrativa dos achados do estudo, sob a perspectiva de sua contribuição para o rompimento com a lógica heterocêntrica e excludente da sociabilidade capitalista neoliberal. As autoras assinalam que o

1 Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, transgêneros, travestis, queer, intersexo, assexuadas, e outras orientações sexuais e identidade de gênero.

envelhecimento LGBTQIAPN+ é um evento presente nas sociedades históricas desde, pelo menos, o século passado, mas que, no campo científico, permanece um hiato de estudos que abordem a multidimensionalidade do envelhecer LGBTQIAPN+, fortalecendo o preconceito de uma velhice infeliz e isolada. As autoras chamam a atenção para o crescente interesse acadêmico na realização de pesquisas sobre a sexualidade de pessoas idosas, mas, ainda, sob uma perspectiva majoritariamente heterocisnormativas. Nesse contexto, as velhices divergentes de gênero e de sexualidade têm exigido espaços de fala, como formas de resistência e de enfrentamento aos riscos da marginalização.

Sob a ótica do envelhecimento, além das discriminações com raízes de sexo-gênero, as pessoas idosas LGBTQIAPN+ convivem, diariamente, com o idadismo e outras múltiplas violações de direitos humanos que permanecem invisíveis e silenciadas no mundo contemporâneo. E sob o prisma do envelhecimento LGBTQIAPN+, as trocas intergeracionais têm uma função ético-política relacionada à superação de existências deshistoricizadas e presenteístas, concorrendo para a constituição de uma sociabilidade emancipatória. As interações entre as gerações podem provocar efeitos de mudanças sociais, inclusive no que se refere às representações sociais, construídas acerca de determinados fenômenos e grupos. O capítulo descreve o percurso da pesquisa; além de apresentar síntese narrativa dos achados do estudo, sob a perspectiva de sua contribuição para rompimento com a lógica heterocêntrica e excludente da sociabilidade capitalista neoliberal.

Políticas de direitos humanos para a população idosa LGBTQIA+ no Brasil: proteção e desafios é o quarto capítulo, que parte do pressuposto de que as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, transgêneros, travestis, queer, intersexo, assexuadas, e outras orientações sexuais e identidade de gênero, representadas pelo acrônimo LGBTQIA+, enfrentam desafios específicos relacionados à sua orientação sexual e identidade de gênero e, também, envelhecem e precisam ser consideradas. No entanto, de acordo com o que apontam os(as) autores(as), as estatísticas e indicadores relacionados a essa comunidade são, por vezes, subnotificados, o que dificulta ou, ao menos, inviabiliza a formulação de políticas públicas. O capítulo apresenta resultados da pesquisa “A velhice da população LGBTQIA+ e as políticas de direitos humanos no Brasil” que verificou se as políticas de direitos humanos do Brasil protegem a população idosa LGBTQIA+, visando contribuir para a formulação de agendas, análise e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, a pesquisa - justificada pela relevância e urgência de identificar se as políticas de direitos humanos garantem os direitos à população idosa LGBTQIA+ - se dedicou a mapear as políticas de direitos humanos, no Brasil, que protegem a população idosa LGBTQIA+ a partir da Constituição Federal de 1988, bem como sistematizar a bibliografia existente sobre a população idosa LGBTQIA+. A pesquisa foi desenvolvida em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Envelhecimento e Cidadania - GEPEC - ligado ao Programa de Pós-Graduação em De-

envolvimento Regional e ao Programa Mestrado Profissional em Psicologia, o qual é focado na relação pesquisa x extensão, e busca solução de problemas específicos enfrentados pela população idosa, dentro e fora da Universidade, desde o início dos anos 2000. Foi dividida em duas etapas estruturantes. A etapa de busca documental, com o objetivo de mapear as Políticas de Direitos Humanos destinadas à proteção das pessoas idosas LGBTQIA+, e a etapa da revisão e sistematização bibliográfica sobre as políticas públicas da população Idosa LGBTQIA+ existentes. Os(as) autores(as) entendem políticas públicas como um conjunto de ações, decisões e estratégias deliberadas que os governos adotam, para abordar problemas, desafios e questões específicas na sociedade, que são formuladas, implementadas e avaliadas pelos órgãos governamentais e podem abranger uma ampla variedade de áreas, incluindo saúde, educação, meio ambiente, economia, justiça social e direitos humanos.

O capítulo fornece uma visão abrangente das políticas de direitos humanos relacionadas à população idosa LGBTQIA+, no Brasil, identificando lacunas, desafios e oportunidades, para melhorar a proteção e promoção dos direitos dessa comunidade. Os resultados apresentados poderão contribuir para a formulação de agendas de pesquisa, implementação de políticas públicas mais eficazes e o fortalecimento da rede de atores envolvidos com essa causa. A pesquisa aponta, como sugestão, a implementação de programas de treinamento para funcionários públicos, profissionais de saúde e prestadores de serviços,

a fim de sensibilizá-los para as questões específicas enfrentadas pelas pessoas idosas LGBT e, assim, promover uma cultura de respeito à diversidade sexual e de gênero em todos os níveis do governo e do setor de serviços. Além da necessidade de desenvolver e implementar políticas públicas eficazes para pessoas idosas LGBT como um compromisso contínuo com a igualdade, a inclusão e o respeito pelos direitos humanos.

Intersecções entre raça, idade e invisibilidade: as representações das velhices negras na publicidade em vídeo brasileira, quinto capítulo, descreve como se dá a representação, na interseccionalidade, de pessoas idosas negras, na publicidade em vídeo no país. Utilizou o método da análise de conteúdo, a partir da análise de um *corpus* formado por 70 anúncios publicitários, veiculados entre 2020 e 2023, na TV ou internet, com pessoas idosas negras, dentre seus personagens. Por meio da pesquisa “Representações da velhice negra na publicidade em vídeo brasileira” foi feito um levantamento de como se dá a representação desse grupo populacional pela publicidade, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, permitindo levantar questões relevantes para a reflexão sobre o impacto do racismo e do idadismo na forma como essa população vem sendo retratada pelos anunciantes, no Brasil, cujo modelo, idealizado e almejado pela publicidade ainda é, além de branco, a pessoa jovem.

A autora parte do pressuposto de que pessoas idosas negras são sub-representadas, mas, como a representação acontece nos

casos em que tais personagens estão presentes? As análises das representações da velhice negra na publicidade em vídeo brasileira trouxeram à tona reflexões relevantes sobre as manifestações do racismo e do idadismo na propaganda, bem como de suas intersecções. Durante o percurso da pesquisa, foi constatado que existem inúmeros desafios para promover narrativas mais inclusivas que, inicialmente, passam por trazer mais personagens desse grupo populacional aos anúncios de empresas dos mais diversos segmentos, superando a sub-representação.

Além disso, a pesquisa também identificou a necessidade de adotar novas abordagens, que consigam romper com estereótipos e propor novos olhares às pessoas idosas negras, contribuindo para a construção de um imaginário mais respeitoso, com relação a essa população, que leve em conta suas características plurais e heterogêneas. A estratégia antirracista, complementada com práticas anti-idadistas, mostrou-se um caminho promissor, a exemplo de um comercial do TikTok. A pesquisa também deixou evidente que é necessário levantar debates relacionados ao idadismo dentre autores e profissionais negros, na academia e no mercado publicitário, uma vez que alguns dos anúncios continham traços de discriminação aos mais velhos, ainda que em um contexto de empoderamento de pessoas jovens negras, inclusive com a adoção de práticas condenadas, há décadas, pelo movimento negro, na caracterização de personagens idosos. Por fim, a autora defende a promoção de narrativas mais autênticas e inclusivas das pessoas idosas negras na publicidade que, não só fortalecerá as

marcas e empresas que adotarem uma visão mais plural em suas estratégias de comunicação, mas, principalmente, contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa.

Inclusão da pessoa idosa e a importância da intergeracionalidade nas organizações: experiência, conhecimento e potencialidade da pessoa idosa transmitida para as novas gerações é o título do sexto capítulo, instigado pelo que está posto na contemporaneidade: O aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de fecundidade nos levam a refletir também sobre a composição da força de trabalho nas empresas, como também, de forma ampliada, quanto aos empregos do mercado formal, uma vez que, em termos sociais, de seguridade social e previdência, é utilizado, como baliza, o princípio da solidariedade. Ante este cenário, a diversidade tem sido tema de constante debate e estudo no aspecto organizacional – seja em relação a raça, sexo, grau de instrução, religião, idade, ou no que diz respeito às limitações ou deficiências, ainda que se observe que nem todos esses aspectos tenham ganhado o mesmo destaque e se desdobrado em ações efetivas no âmbito das organizações. Quanto à questão etária, o tema começa a ganhar visibilidade mais recente. A pesquisa teve como objetivo geral identificar ações e experiências bem-sucedidas relacionadas à inclusão de pessoas idosas e à promoção de um ambiente intergeracional, no âmbito organizacional, com vistas a desenvolver um guia, a partir das experiências encontradas, como produto de um plano de relacionamento intergeracional para as organiza-

ções. Mas não só, as autoras também traçaram os seguintes objetivos específicos: verificar como a inserção das pessoas idosas nas empresas e sua contribuição com as outras gerações vêm sendo abordadas nas pesquisas científicas; investigar como as empresas tratam a inserção da pessoa idosa no ambiente organizacional e sua integração com as demais gerações; analisar as contribuições que as pessoas idosas vêm trazendo, tanto para as organizações, quanto para as demais gerações; e identificar ações realizadas, visando à inclusão da pessoa idosa nas organizações e à promoção de um ambiente intergeracional.

Para isso, as autoras partiram das seguintes questões: como se dá a inclusão e a relação intergeracional no ambiente das organizações? Quais as principais estratégias e ações relacionadas à inclusão da pessoa idosa nesse âmbito? Quais contribuem para melhores formas de inclusão dessa população? As respostas a essas questões compõem este capítulo, resultado da pesquisa “Inclusão da pessoa idosa e a importância da Intergeracionalidade nas organizações: experiência, conhecimento e potencialidade da pessoa idosa transmitida para as novas gerações”, justificada pela necessidade de promover a inclusão da pessoa idosa no âmbito organizacional, valorizando seu conhecimento, suas contribuições e experiências, tanto para a empresa, quanto para as demais gerações que integram a organização. Considera que a intergeracionalidade é fundamental para as empresas que visam agregar saberes e que se voltam para a construção de um ambiente mais diverso. A pesquisa aponta questões preocupantes,

tais como: falta de políticas para recrutamento e seleção de profissionais mais velhos, ausência de atitude proativa na contratação de profissionais mais velhos e de programas de integração e formação de equipes multigeracionais, além do preconceito com a idade, recorrentemente visto nas organizações, e que se expressa de diversas maneiras, como, por exemplo, por meio do incentivo à aposentadoria, da promoção ou contratação de pessoas mais jovens em detrimento das mais velhas e do sofrimento psicológico, em decorrência de situações desgastantes de trabalho, geradas pela discriminação etária. Como resultado da pesquisa, as autoras apresentam a produção do “Guia para inclusão da pessoa idosa nas organizações”, disponibilizado para as empresas e público em geral, de forma gratuita e online, contribuindo, assim, para a inclusão de pessoas idosas e à promoção de um ambiente intergeracional, no âmbito organizacional.

Parte 2 - reúne dois capítulos que discorrem sobre Saúde Financeira e Segurança de Internet:

A violência financeira às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social face às inovações tecnológicas, em prosseguimento à apresentação dos capítulos, o sétimo traz os resultados da pesquisa com mesmo título. Pesquisa na qual foram analisadas as narrativas textuais das demandas espontâneas, protocoladas por pessoas idosas, na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará. As auto-

ras perceberam, em sua atuação cotidiana, que o crescimento da expectativa de vida vem acompanhado de inúmeros desafios, entre eles o crescimento de denúncias de violência financeira contra pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, em face das inovações tecnológicas. Apontam que, a cada 10 famílias brasileiras, 8 têm dívidas de endividamento, demonstrando como são violados os direitos e garantias fundamentais, como a dignidade da pessoa humana. O superendividamento das pessoas idosas é causa evidente de exclusão social, colocando-as em franca vulnerabilidade social, que compromete o mínimo existencial, ao lhes retirarem as condições mínimas de sobrevivência ou dignidade, sobretudo em se tratando de aposentados e pensionistas que recebem apenas um salário-mínimo, que mal dá para provê-los na fase mais delicada da vida. As autoras observaram que os idosos que foram levados a endividamento, por meio da tecnologia, seja por celular, por processos judiciais eletrônicos e por terceiros, aos quais os idosos depositaram toda a sua credibilidade e boa-fé, por não possuírem o domínio da tecnologia dos serviços que dependem para a sua sobrevivência e dignidade.

As autoras assinalam que a violência financeira contra pessoas idosas possui diversos agentes, como os delinquentes cibernéticos, instituições financeiras, fornecedores de bens e serviços... Mas, também, tais pessoas acabaram se tornando vítimas de quem mais amam, seus familiares, em razão da prática de atos prejudiciais ou de fraudes ao seu patrimônio. Assinalam, ainda, que as pessoas nascidas nas décadas de 1940 a 1960 vi-

veram o tempo que hoje é conhecido como “tempo analógico”, ou seja, os idosos de hoje tiveram sua criação e educação em ambiente totalmente diverso da realidade atual, e agora se veem, irremediavelmente, envolvidos ou jogados na era da revolução digital, que se traduz em um tempo tecnologicamente acelerado, da hipervelocidade, que dificulta ou não permite, aos mais vulneráveis, acompanhar tantas mudanças, visto que o tempo de uma inovação é logo superado por uma inovação seguinte. Nesse sentido, as autoras apontam que muitas pessoas idosas foram levadas a endividamento por meio da tecnologia.

Ao trazerem as narrativas das pessoas idosas sobre esse tipo de violência financeira, as autoras evidenciam que os avanços tecnológicos não vêm acompanhando as mudanças etárias, nem atendendo às suas reais necessidades, de conformidade que o que preceitua a Constituição da República de 1988, em seu artigo 230, ao assegurar às pessoas idosas a sua participação efetiva na sociedade, incluídas as inovações tecnológicas, que propiciam interrelações mais céleres entre as pessoas e a oferta de serviços, sem considerar a individualidade de cada um. Nesse sentido, as autoras apontam que a tecnologia contribuiu para um verdadeiro paradoxo entre as pessoas idosas, em situação de extrema vulnerabilidade social.

Os relatos evidenciam um processo de empobrecimento acelerado, provocado por diversos fatores, dentre os quais as dificuldades de acesso às ferramentas tecnológicas, como, por exemplo: acesso a serviços de saúde, serviços bancários digitais,

acesso à justiça, acesso a aplicativos como, por exemplo, o “meu INSS”, serviços mais recorrentes que fazem a pessoa idosa ficar dependente de um familiar ou de terceiros. As autoras perceberam que os idosos que procuram a Comissão da OAB/PA mantêm preservada a sua autonomia, o seu poder de decisão, mas ficam limitados pelas barreiras da tecnologia, para assegurar os seus direitos. Por fim, as autoras apontam impactos relevantes da pesquisa em Belém e região metropolitana, ao verem adequações de serviços virtuais, como a criação pela Coordenação do Juizado Especial Federal do Pará, do serviço de atermação *online*, ao qual o idoso poderá enviar a sua demanda diretamente, a partir de formulário eletrônico, sem precisar se deslocar fisicamente até a sede da Justiça Federal ou enfrentar filas para seu atendimento e anexar documentos.

Os Impactos do Sistema de Regulação do Crédito Consignado no Enfrentamento à Violência Financeira Contra Pessoas Idosas em Paraíso do Tocantins - TO, capítulo oito, descreve sobre os resultados da pesquisa com mesmo título, e objetivou verificar se as Instituições Financeiras que oferecem o serviço do crédito consignado no município de Paraíso do Tocantins - TO haviam adotado o Sistema de Autorregulação do Crédito Consignado, corroborando com o enfrentamento à violência financeira institucional contra as pessoas idosas. Logo no início, o capítulo menciona que, há mais de quatro décadas, a violência tornou-se matéria de estudos para pesquisadores(as) das ciências sociais aplicadas, cujos

resultados consubstanciaram decisões na seara legislativa, como a promulgação do Estatuto da Pessoa Idosa, instrumento promotor de educação em direitos e previsional das sanções, nos casos de violações contra o referido segmento etário. Pensar a violência contra a pessoa idosa, seja ela a estrutural, mediante prática do etarismo, seja um fenômeno social associado à manipulação subjetiva ou à demarcação de poder físico e/ou financeiro contra as pessoas mais velhas, não é tarefa recente, tampouco exclusiva dos(as) estudiosos(as) do envelhecimento.

Realizou-se um estudo detalhado sobre o Sistema Financeiro Nacional e suas divisões, e quais os tipos de Instituições Financeiras (IF) o conformam, a fim de se entender como o crédito consignado é estruturado no interior de cada instituição financeira. As IF's são regulamentadas e tipificadas em bancos; caixas econômicas; administradoras de consórcio; bolsa de valores; cooperativas de crédito; corretoras e distribuidoras; bolsa de mercadorias e futuro; instituições de pagamento e instituições não bancárias. A pesquisa focou em três tipos de IF's que, dentre outros serviços, atuam também ou, principalmente, com o crédito consignado; são elas: os bancos e caixas econômicas, cooperativas de crédito e correspondentes bancários.

Vale lembrar que, visando ampliar o acesso da população interiorana e/ou periférica do país a serviços bancários básicos, pagamentos de despesas estruturais, como água, energia, gás, tributação de impostos ou, até mesmo, recebimento de valores relacionados à previdência social, o Conselho Monetário Nacional

e o Bacen (Banco Central), através da Circular 220/1973, concederam a pessoas jurídicas a possibilidade dessas tornarem-se correspondentes bancários, com a expectativa de oferecer serviços financeiros com qualidade, para populações hiper vulneráveis.

A pesquisa, realizada em Paraíso do Tocantins – TO, desbravou o arquétipo das Instituições Financeiras, assim como o comportamento adotado, frente às regulamentações vigentes. Como resultado, a pesquisa apresenta o Mapa das Instituições Financeiras no Município de Paraíso, a partir das localizações coletadas na expedição fotográfica desses serviços, além de evidenciar a posicionalidade geográfica das Instituições Financeiras na região, apresentando a concentração daquelas que oferecem mais risco à pessoa idosa, no que se refere à violência financeira institucional. Os(as) autores(as) verificaram que gestoras e gestores desconhecem a legislação que regula a comercialização do crédito consignado, nomeando o Estatuto da Pessoa Idosa. Apontam que a ausência de controle social efetivo, no município, tornou-se um agravante, no que se refere à violação aos direitos humanos da pessoa idosa.

Parte 3 - congrega dois capítulos, que discorrem sobre Desenvolvimento sustentável e solidário; são eles:

Percepções femininas sobre problemas ambientais urbanos e a relação com o envelhecimento: um estudo a partir de Belém, capital do Pará, e de Curitiba, capital do Paraná, título do capítulo nove,

é referente à pesquisa “A percepção de problemas ambientais urbanos e suas influências nas vidas de mulheres mais velhas em Belém e em Curitiba: um choque entre o Brasil do Norte e o do Sul”, inscrita num campo de relações que coloca, frente a frente, o envelhecer e o ambiente urbano. Mais especificamente, o envelhecer em ambiente urbano. Os(as) autores(as) partiram dos seguintes questionamentos: como é a percepção de vida de pessoas que experienciam os ambientes urbanos, ao mesmo tempo que vivenciam o avançar das idades cronológica e social? E, ainda, como cidades de diferentes regiões “acomodam” o envelhecimento, a partir de marcadores ambientais urbanos, como acesso a serviços públicos, qualidade de moradia, estrutura físico-geográfica, percepções sobre temperatura e, ainda, sobre poluição (incluindo sonora e/ou visual), fatores que se apresentam como problemáticas propriamente cidadinas.

A pesquisa buscou compreender as influências ambientais percebidas por mulheres em seu envelhecer, considerando cidades que estão em posições virtualmente opostas em *rankings* relacionados ao saneamento básico, como Belém, capital do Pará, e Curitiba, capital do Paraná. Uma na região Norte e outra, no Sul, que podem deixar ver estruturas dicotômicas que, possivelmente, remetem às respectivas histórias de formação e gestão. Buscou, assim, compreender as experiências humanas do envelhecimento nesses contextos. Como resultado, apresentam experiências relacionadas ao espaço urbano (estrutural), ao transporte, à moradia, à participação social, ao emprego e ao acesso

a serviços de saúde. Experiências que comprovam que a cidade, enquanto instituição de organização do corpo social, pode ser ressignificada para receber, acomodar, proteger o envelhecimento, incentivar e promover a educação ao longo da vida, respeitar e aprender com as gerações longevas, reconhecer e tratar indivíduos em suas subjetividades e em seus alcances coletivos.

Por uma velhice feliz: exercícios ecológico-espirituais, por fim, o capítulo dez, um ensaio que discorre sobre a pesquisa “Envelhecimento, educação ambiental e interculturalidade: por uma velhice virtuosa e feliz”. O capítulo conversa com o leitor sobre a noção, mesma, de *velhice feliz*, de modo a defender sua possibilidade e necessidade. Na sequência, o autor comenta, brevemente, sobre um dos problemas causadores da crise generalizada em que nos encontramos como sociedade e espécie: *a crise climática e ecológica*. E aponta que, para uma velhice feliz em tempos de crise ambiental, algo de concreto precisa ser feito. Por isso, na segunda parte desse capítulo, o autor apresenta uma proposta de *exercícios ecológico-espirituais*, para pessoas idosas. Tais exercícios se caracterizam como práticas ou atividades cujo objetivo central é sensibilizar e mobilizar velhas e velhos para uma vida mais integrada à natureza e, por conseguinte, mais sustentável. Exercícios que também podem contribuir para a promoção de um sentimento de pertencimento ao presente e ao futuro. Para a concepção e elaboração dos exercícios ecológico-espirituais, o autor se vale de fundamentos pedagógicos da educação ambien-

tal e filosóficos interculturais – isto é, do diálogo entre filosofias de diferentes tradições.

A proposta é constituída de oito exercícios ecológico-espirituais ao leitor, entendendo estes como práticas ou atividades que almejam promover uma orientação ou conversão do espírito da pessoa idosa, no sentido da produção de um modo de ser que se efetive na valorização da vida em todas as suas manifestações, potencialidades e riquezas. Os oito exercícios, por sua vez, estão agrupados em quatro conjuntos, conforme certos objetivos. Há aqueles que têm como objetivo principal promover uma *sensibilização* da pessoa idosa em relação aos temas trabalhados, ao longo das reflexões, isto é, algo como um contato inicial com as temáticas, um processo de abertura. Exercícios cujo objetivo central é a *problematização*, ou seja, provocar, na pessoa idosa, um incômodo geral que a leve a questionar determinada situação. Também há aqueles exercícios em que a ideia nuclear é mobilizar a pessoa idosa para algum tipo de *investigação* ou pesquisa. E, finalmente, exercícios mais focados em despertar, na pessoa idosa, o desejo de envolvimento em alguma atividade transformadora, focalizada em incentivar sua *participação* nas diversas lutas e movimentos que assumem pautas semelhantes às discutidas nesta obra.

Com esta coletânea, consolidamos nosso compromisso com a produção e disseminação livre de conhecimentos confiáveis sobre o envelhecimento sustentável. Buscamos subsidiar a formulação de políticas públicas e análises que apoiem a redução

das desigualdades e a promoção da dignidade da vida, na velhice. As pesquisas aqui reunidas visibilizam as pessoas idosas no contexto do monitoramento e dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Fornecemos dados que alimentam os indicadores de acompanhamento da Agenda 2030 da ONU, contribuindo para a construção de um futuro mais justo e inclusivo para todos.

O conhecimento é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, onde todas as pessoas, independentemente da idade, possam ter a oportunidade de viver com dignidade e plenitude. Acreditamos que esta publicação contribui para a criação de ambientes propícios para um envelhecer com futuro.

Boa leitura!

Anna Fontes e Beltrina Côrte
(Organizadoras)

PREFÁCIO 9
Gisela G. S. Castro

APRESENTAÇÃO 13
Anna Fontes e Beltrina Côrte

PARTE 1

ENVELHECIMENTO E DIVERSIDADE 43

1. Envelhecer mulher e negra em São Paulo: violências (in)visíveis 45
Maria Elisa Gonzalez Manso
Ruth G. da Costa Lopes
Úrsula Niceia Angelim Novais
Bruno Daniel Carvalho Ferrarini
Vitoria Cristina Silva de Souza

2. Memorial transmasculinidades no curso do tempo 93
Sereno S. G. Repolês
Sol Marita Mishyx
Feliz Trovoada
Daniel Veiga
Colaboração: Mari Crestani

3. Intergeracionalidade, representações sociais e velhices LGBTQIAPN+:
visão geral e contribuições de uma revisão de escopo 135
Camila Rocha Ferreira
Germanne Patricia Nogueira Bezerra Rodrigues Matos
Marisa Accioly Rodrigues da Costa Domingues

4. Políticas de direitos humanos para a população idosa LGBTQIA+ no
Brasil: proteção e desafios 173
Lívia Pacheco da Cruz
Silvia Virginia Coutinho Areosa
Diorginis Luis Fontoura da Rosa
Vitor Emanuel Alves Zambarda

5. Intersecções entre raça, idade e invisibilidade: as representações das velhices negras na publicidade em vídeo brasileira 205
Amanda Cristina de Oliveira

6. Inclusão da pessoa idosa e a importância da intergeracionalidade nas organizações: experiência, conhecimento e potencialidade, legado para as novas gerações 253

Anelise Crippa

Cíntia Liesenberg

Camila Alen Porto Alegre

Franciele Franco

Mara Carvalho

Tatiana Rockenbach

PARTE 2

SAÚDE FINANCEIRA E SEGURANÇA DE INTERNET 289

7. A violência financeira às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social face às inovações tecnológicas 291

Leticia Martins Bitar de Moraes

Maria das Graças Bendelack Santos

8. Os impactos do sistema de regulação do crédito consignado no enfrentamento a violência financeira contra pessoas idosas em Paraíso do Tocantins-TO 343

Sheyla Paranaguá

Kayke Araújo Borges

Lucas Rodrigues

Pedro Henrique Cezar

Samya Viana Duarte

Thamires Nascimento Ferreira

Yasmim Chagas Cruz Carvalho

PARTE 3

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO 423

9. Percepções femininas sobre problemas ambientais urbanos e a relação com o envelhecimento: um estudo a partir de Belém, capital do Pará, e de Curitiba, capital do Paraná 425

Camila de Andrade Simões

Andrei de Souza Simões

10. Por uma velhice feliz: exercícios ecológico-espirituais 459

Guilherme Torres Correa

BIOGRAFIAS 535

PARTE 1

ENVELHECIMENTO E DIVERSIDADE

Capítulo I

Envelhecer mulher e negra em São Paulo: violências (in)visíveis

Maria Elisa Gonzalez Manso

Ruth G. da Costa Lopes

Úrsula Niceia Angelim Novais

Bruno Daniel Carvalho Ferrarini

Vitoria Cristina Silva de Souza



Introdução

Violência é reconhecida, desde 1990, pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2014), não só como uma séria adversidade mundial, com severas repercussões sociais, mas também como um dos principais problemas de saúde pública atual, posto ser fenômeno responsável por elevado número de mortes.

Não há um consenso a respeito da definição do fenômeno violência, daí vários autores utilizarem o termo violências, o que demonstraria seu caráter multifacetado, polissêmico e complexo. É conceito que envolve uma gama de fatores e que se expressa em ações de indivíduos, grupos, classes, países, podendo levar à morte ou afetar a integridade biopsicossocial das pessoas (Clemer, 2010; Minayo, 2003).

Palhares e Schwartz (2017) mencionam alguns perigos quando se trabalha com o tema violência. Primeiramente, abordam o caráter consensual da palavra “violência”, originado pela falsa sensação de obviedade e unanimidade sobre o termo. Existiria, portanto, um conceito implícito de violência que dispensaria a necessidade de defini-la, já que todos sabe-

riam o que estão observando. Todavia, embora conhecida, é muito difícil de ser conceituada.

Na sequência, Palhares e Schwartz (2017) tratam da coisificação da violência, isto é, sua associação a um determinado comportamento. Desse modo, une-se a palavra “violência” à coisa “violência”, como se fosse algo único. O processo de coisificação prossegue até a escolha de uma única definição, que passa a ser vista como a única possível. Por esse raciocínio, a violência teria uma forma de expressão exclusiva, levando à desconsideração de todas as demais. Nesse sentido, Ruiz (2014) ressalta que a biopolítica tende a naturalizar o comportamento humano, transformando a violência em um instinto, o que a tornaria tolerável e administrável.

O discurso sobre a violência não compreende apenas a fala, nem é consciente para quem o expressa; ele também é o não-dito ou o silenciado, um conjunto de enunciados, práticas e falas que garantem a circulação de imagens sobre a própria violência (Rifiotis, 2006).

A percepção social da violência muda com o tempo, espaço geográfico e contexto social, portanto, o que é considerado um evento violento em um dado momento histórico, pode deixar de sê-lo, em outro. Dessa forma, cada cultura, cada sociedade, define, a cada momento, quais condutas aceita, tolera ou rejeita, independentemente se tais categorias es-

tão, ou não, estabelecidas no aparato legal. Considerar-se-ia violência, portanto, quando um ato ou conduta ultrapassa um limite ou perturba acordos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa. É a percepção do limite e do sofrimento causado que vai fazer com que um ato seja dado como violento (Paniza Prados, Ortigosa Perochena, 2015).

A violência e seus diversos conceitos

Johan Galtung (2018; 1990; 1969) explicita um conceito de violência que se refere à causa que leva à diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que efetivamente é. Dessa forma, condições objetivas que impedem, impedirão ou impediram alguém de alcançar seu máximo potencial são violências, pois essas estão na origem da dessemelhança entre a condição real e a condição potencial. O que se aplica, também, a tudo aquilo que impede a diminuição da distância entre o real e o potencial ou quando o real é evitável ou poderia ter sido evitado de alguma forma. Assim, as desigualdades são violências e a não violência refere-se à igualdade social.

Ainda Galtung (1969) ressalta que há três tipos de violência. A primeira, direta, é aquela que está na relação sujeito-ação-objeto, sendo um fenômeno observável e fácil de ser

expresso por meio da linguagem: o emissor realiza determinada ação que recai sobre outra pessoa - o objeto da violência - que é o prejudicado ou ferido (vítima). O dano ou ferimento resultante da violência direta pode ser de natureza física e/ou psicológica, sendo facilmente identificável e semelhante ao conceito de agressão.

Já a segunda, violência estrutural, se estabelece sobre a estrutura social e se traduz em múltiplas situações que envolvem a distribuição desigual de recursos ou serviços aos quais as pessoas, em razão dessa desigualdade, têm acesso limitado ou dificultado. Renda, educação, alfabetização e assistência médica são exemplos de recursos e serviços cuja distribuição costuma ser deficiente ou fortemente enviesada, resultando em violência estrutural para determinados grupos sociais. Ao contrário da direta, a violência estrutural age independentemente da existência de um autor específico e identificável, daí ser designada de invisível (Galtung, 2018; 1990; 1969).

Por fim, a terceira, a violência cultural, remete aos aspectos da cultura que tornam legítimas ou válidas as outras duas formas de violência, as corroborando ou justificando (Galtung, 2018; 1990).

Palhares e Schwartz (2017) destacam que, apesar de seu caráter silencioso, a violência estrutural não resulta de um acidente ou de uma força maior, e sim, é consequência direta,

ou indireta, da ação humana, comissiva e/ou omissiva, sobre estruturas que refletem a distribuição desigual de poder. Tais estruturas abrigam, por exemplo, o racismo, o sexismo e a violência política.

A cultura pode esconder, mascarar e condicionar as pessoas a não ver determinadas situações sociais, tais como a repressão ou a exploração como violentas. Aspectos tais quais educação, meios de comunicação, arte, ciência, religião e ideologia fazem parte da formação, construção ou reconstrução de valores, ideias e normas de uma sociedade sendo, portanto, capazes de influenciar, direcionar e moldar a construção da realidade social, tanto em âmbito pessoal quanto coletivo. São elementos que também podem contribuir para a internalização e aceitação da violência cultural, legitimando-a. Dessa forma, a violência cultural faz com que as maneiras de violência direta e estrutural pareçam ou corretas, ou não sejam vistas como erradas (Palhares, Schwartz, 2017).

As violências na América Latina e Caribe

Na América Latina e Caribe, região que inclui o Brasil, as violências afetam, principalmente, homens mais jovens e expressam os níveis preocupantes de desigualdades, exclusão e marginalização que marcam essa área geográfica. Mas, tam-

bém, é região fortemente marcada pela presença de violências interpessoal (que afeta as mulheres, as pessoas idosas, as crianças, a população LGBTQIAPN+, as populações afrodescendentes e os povos originários); simbólica ou cultural (com destaque para os estereótipos relacionados à idade, etnia e gênero); política (execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados); carcerária e à presença do crime organizado e tráfico de imigrantes (Cepal, 2015; Serrano-Barquín, Serrano, 2013; Garmendia, 2011).

Devido a essas violências, os países da região são divididos em dois grandes grupos: aqueles que apresentam elevadas taxas de mortalidade por homicídios, dentre as maiores do mundo, tais como o Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Venezuela; e os que apresentam as menores taxas, tais como Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica e Uruguai (Cepal, 2017).

Mas não são apenas os homicídios masculinos que caracterizam a região, com relação à violência. O elevado e constante número de mulheres e meninas que são mortas é extremamente relevante. Essas mortes estão, em sua imensa maioria, relacionadas às questões de gênero e evidenciam desigualdades históricas e estruturais, relacionadas a padrões advindos da cultura patriarcal que geram discriminação e violência (Cepal, 2022).

Segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal, 2022), órgão da ONU, a violência contra mulheres e meninas na região ocorre de maneira sistemática e persistente, afeta todas as faixas etárias e se produz e reproduz dentro dos domicílios, mas também acontece em espaços públicos, tais como no local de trabalho, no transporte, nas ruas, nas escolas, nas redes virtuais. Por ser tão disseminada, o Secretário Geral da ONU, António Guterres, a denomina de “pandemia na sombra” (Cepal, 2022, p. 1).

Avanços no respeito aos direitos das mulheres veem sendo lentamente conquistados na América Latina e Caribe, mas ainda há muito o que enfrentar. Dados demonstram que entre 63% e 76% da população feminina na região já sofreram algum episódio de violência de gênero em sua vida e que uma em cada quatro mulheres entre 15 e 49 anos experienciou violência física e/ou sexual por parte de companheiro, pelo menos uma vez. Acredita-se, entretanto, que esses dados estejam subestimados, podendo a realidade ser pior do que se conhece (Cepal, 2022).

Na região da América Latina e Caribe ocorreram, em 2021, 4473 feminicídios, sendo que 4445 concentraram-se em 18 países, segundo dados informados. Assim, ocorrem 12 mortes violentas de mulheres, por dia, por questões de gênero, estando o Brasil entre os países que tem as maiores taxas de feminicídio na região. Essas cifras mostram a flagrante violação dos direitos hu-

manos de mulheres e meninas, a qual se exacerba em contextos em que há crime organizado, violência estrutural crônica, pouca cidadania e intensos fluxos migratórios (OMS, 2021).

Quando se observa a faixa etária na qual ocorre o maior número de feminicídios, na América Latina e Caribe, nota-se maior prevalência nas idades compreendidas entre 15 e 59 anos, que somam 85% dos casos, seguidas pelas idades acima de 60 anos, que correspondem a 7% dos casos, acima do número de meninas mortas abaixo dos 15 anos de idade (Cepal, 2022; OMS, 2021).

No Brasil, entre 2009 e 2019, ocorreu um feminicídio a cada duas horas. Nota-se que vem aumentando a violência de gênero intradomiciliar, sendo que, de 2008 a 2018, houve elevação de 8,3% nos óbitos de mulheres nas suas residências. Mais de 80% dos estupros no país são em mulheres (Ipea, 2020). Especificamente na cidade de São Paulo, entre janeiro e julho de 2023, houve um aumento de 34% no número de mortes por gênero e foram notificados 19829 casos de violências (SMSSP, 2023).

A violência contra a mulher tem cor

Porém, no Brasil, a violência contra a mulher tem cor. Estudo de 2021 (Monteiro, Romio, Drezzet, 2021) mostrou que as mortes violentas de mulheres afetam com mais força as negras brasileiras, independentemente da idade. As armas de fogo

continuam sendo o principal recurso do agressor para a prática de feminicídio, especialmente contra mulheres não brancas. Outra pesquisa mostra que, no país, para cada mulher branca, há duas negras mortas por feminicídio (Ipea, 2020).

Acresce-se a esses dados o fato de ser mulher idosa. Como mencionado, as mulheres acima de 60 anos não são as maiores vítimas de feminicídio, mas representam o segundo grupo etário em número de mortes, na América Latina e Caribe. A violência de gênero contra a mulher idosa é, frequentemente, mascarada, podendo ser confundida e notificada/denunciada como violência contra a pessoa idosa, o que dificulta a análise.

Há poucos estudos sobre a violência de gênero entre as mulheres idosas, mas essas podem ser vítimas tanto quando exercem o papel de cuidadoras, como quando necessitam de cuidado. Em sua maioria, essas mulheres sofrem com a violência de gênero desde jovens, fazendo com que sejam vítimas há anos. Celdrán (2013) destaca que os serviços de proteção às vítimas de violência não estão preparados, em sua grande maioria, para identificar esses casos, já que há falta de estudos a respeito.

Assim, a violência contra a pessoa idosa raramente é estudada segundo recorte de gênero, apesar de inúmeras pesquisas mostrarem ser as mulheres as maiores vítimas em todos os países. Gil e colaboradores (2015) referem ser essa

diferença devida ao maior número de mulheres nas faixas etárias acima de 60 anos, porém, a maioria dos autores discorda dessa posição e vê a reprodução da cultura patriarcal e os estereótipos de gênero como os responsáveis por essas diferenças, as quais são estatística e proporcionalmente confirmadas (Manso, Lopes, 2020).

Observa-se que, no Brasil, a violência contra a pessoa idosa vem crescendo. Em 2023 já aconteceram, durante o período de cinco meses, 47 mil denúncias. Essas denúncias remetem a cerca de 282 mil violações de direitos, que incluem violência física, psicológica, negligência e exploração financeira/material. Cada denúncia pode ter mais de um tipo de violação de direitos e o número de violações de direitos humanos contra a pessoa idosa já é 87% maior, em relação ao mesmo período de 2022. O perfil da vítima permanece o mesmo: principalmente mulheres (MDHC, 2023).

Estudos ressaltam as poucas pesquisas que interseccionam gênero e geração. Isto faz com que políticas públicas vejam o grupo mulheres sem se ater a determinadas especificidades relacionadas à idade. Quando se acrescenta recortes relacionados à cor da pele, há vários estudos sobre ser mulher negra no Brasil, mas pouco se comenta sobre o envelhecer dessas. Haveria, assim, uma “cegueira de geração” nos estudos sobre gênero (Pereira, Tavares, 2018 p. 42).

Interseccionalidades buscam capturar as consequências estruturais e dinâmicas de um ou mais eixos de subordinação. Desse modo, marcadores sociais tais como gênero e geração, dentre outros, criam desigualdades que estruturam as posições de mulheres, etnias, classes e outras. Esses marcadores não se somam, mas se interseccionam, potencializando desigualdades e exclusão (Akotirene, 2019).

Pesquisa com mulheres pretas, pardas e periféricas

A partir dessas considerações, pensou-se na pesquisa “Diversidades na Velhice: Vulnerabilidades Sociais e Programáticas segundo recorte de Cor de Pele e Gênero”. O estudo entrevistou um grupo de 58 mulheres pretas e pardas, com idade média de 70,3 anos (variando entre 60 e 88 anos), procurando entender como a cor da pele e gênero se interseccionam nas suas vivências diárias, verificar se essas mulheres são vítimas de violências, identificando mecanismos de enfrentamento. Ainda procurou analisar como as instituições sociais, principalmente as da saúde, reconhecem suas necessidades ou se, apenas, reproduzem as discriminações por elas sentidas. A pesquisa foi levada a cabo durante os meses de fevereiro a outubro de 2023. Neste capítulo, apresenta-se apenas um recorte da pesquisa acima citada, relacionado à presença de violências na vida destas mulheres.

As mulheres entrevistadas moram em Heliópolis, cidade do Sol, a maior comunidade da cidade de São Paulo, porém, como ocupa dois municípios (São Paulo e São Caetano), acaba por ser considerada a segunda maior comunidade (Unas, 2023).

As comunidades ou aglomerados urbanos subnormais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), representam uma das formas como o racismo estrutural se apresenta no país. Assim, no município de São Paulo, a chance de uma pessoa preta ou parda residir em um aglomerado subnormal é mais do que o dobro da verificada entre as pessoas brancas. O instituto evidencia que 18,7% das pessoas pretas ou pardas moradoras na cidade residem em aglomerados subnormais, em contraste com 7,3% das brancas.

A questão do lugar de moradia apareceu nas falas das mulheres entrevistadas como sendo de suma relevância como fator de discriminação e preconceito. Várias mencionaram situações de recusa de emprego, medo por parte das pessoas e até afastamento de familiares, os quais ocorreram quando estas idosas informavam seu local de residência.

Caldeira (2000) mostra como, na cidade de São Paulo, o crime é historicamente associado às comunidades, possibilitando, assim, que as pessoas que moram nesses locais sejam

desvalorizadas socialmente. Demonstra, ainda, como a cidade foi construída e constituída sobre padrões de segregação social (tipo de moradia e local de moradia) reproduzindo e mantendo desigualdades e exclusão.

Souza (2015, p. 74) ressalta que “pessoas indesejáveis devem viver em locais indesejáveis”, caracterizando, assim, locais de moradia onde o acesso a bens públicos e direitos básicos podem ser negados. Destaca que esses locais de moradia estão fortemente ligados, no continente americano, à cor da pele, à diáspora africana e à injustiça ambiental.

Injustiça ambiental é o mecanismo pelo qual desigualdades econômico-sociais destinam carga maior de danos ambientais às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, às populações marginalizadas e vulneráveis. A partir deste mecanismo, surge o racismo ambiental, através do qual parcelas da população são desqualificadas e anuladas de acordo com sua raça (Souza, 2015).

O termo raça, derivado do latim *ratio*, significa categoria e é usado na Botânica e na Zoologia a fim de catalogar espécies diversas, porém é construto que serve para segregar grupos sociais considerados como inferiores, legitimando relações de sujeição e dominação (Munanga, 2003). A coisificação e desumanização consequente à visão de que uma raça, a branca europeia, era superior às demais, justificou, e ainda

justifica, as atrocidades cometidas na região da América Latina e Caribe, incluindo o Brasil, contra os povos originários e afrodescendentes (Pineda, 2021; Quecha-Reina, Masferrer León, 2020).

A noção de raça ainda sustenta e mantém discursos de superioridade, poder, subjugação e dominação, agravando, ainda mais, desigualdades sociais e sofrimento, tendo por base a concepção de que determinados seres humanos são mais humanos do que outros, o que leva à naturalização da exclusão (Carneiro, 2011).

A visão de que a raça é um conceito social, e não biológico, passa a permear os discursos científicos somente após o final do século XX, porém ainda não de forma unânime. Com o sequenciamento do genoma humano, cientistas defendem que o termo raça não seja mais utilizado, pois as diferenças genômicas entre grupos humanos não correspondem às divisões postas pelo conceito sociocultural de raça; sabe-se que os grupos raciais, como atualmente definidos, são geneticamente heterogêneos entre si, não existindo fronteiras bem delimitadas sequer entre eles. Inclusive há modificações recentes no DNA da espécie humana, ou seja, o próprio genoma humano se modifica com o tempo. Dessa forma, não há sustentação genética para a continuidade da utilização do termo raça (Evans et al., 2021; Yudell et al., 2016).

Raça, portanto, não é um conceito biológico, mas uma construção sócio-histórica que determina relações de poder marcadas pela cor da pele e que se interseccionam com outras categorias sociais, tais como o local de moradia, como citado pelas idosas entrevistadas.

Mais alguns dados sobre essas 58 mulheres: 38 (65,50%) se autodeclararam pardas e 20 (34,50%) pretas. Segundo o IBGE (2023; 2019), a cada ano mais pessoas se autodenominam pretas e pardas, no Brasil. Inicialmente observada essa tendência entre jovens, atribuível à importante mudança cultural como resultado de ações de afirmação, que estão levando os afrodescendentes brasileiros a compreender a importância de se declararem de determinada cor e valorizarem a sua própria origem, já é observada entre pessoas idosas, como demonstrado pelo último censo. O instituto ressalta que, até há alguns anos, declarar-se preto ou pardo era vergonhoso e indesejável, pois a negritude estava associada à pobreza, ignorância, marginalidade e criminalidade, o que fazia com que pouquíssimas pessoas idosas, no país, se declarassem pretos ou pardos, movimento que se encontra em reversão.

Quanto à escolaridade, 37 (63,80%) das 58 mulheres entrevistadas tinham fundamental incompleto; encontrou-se somente duas com ensino superior.

Dados do IBGE demonstram que, no censo de 2022, os maiores índices de analfabetismo foram encontrados entre as pessoas idosas, com nítido recorte de cor: enquanto entre os brancos essa taxa era de 9,3% da população, para os pretos e pardos chegava a 23,3%. Outro dado se refere a ter o ensino médio completo: 60,7% da população branca concluiu o ensino médio, enquanto apenas 47% das pessoas pretas e pardas o fizeram (IBGE, 2023).

Outros estudos evidenciam que conforme aumentam os anos de idade a diferença na escolaridade entre negros e brancos se acentua. Na faixa de 50 a 64 anos, as pessoas negras estudaram em média 6,8 anos, enquanto as brancas, 9,1 anos. Já na faixa acima dos 80 anos, essas médias são de 2,8 e 5,3 anos de estudo para negros e brancos respectivamente, o que demonstra importante iniquidade de acesso à educação no país segundo a cor da pele e que afetou as camadas populacionais mais idosas (Vieira et al., 2023).

Porém, não é apenas a cor da pele que influencia na escolaridade dessas mulheres. Quando se observa a diferença entre ser homem e mulher, nota-se, no Brasil, que as mulheres vêm aumentando, ano após ano, o tempo de estudos, o que não se reflete, entretanto em melhores ocupações ou salários (IBGE, 2023). Porém, essa é a realidade atual, já que, entre as mulheres com mais de 60 anos, a dessemelhança entre

anos de escolaridade pende para os homens, diferencial que se acentua conforme aumenta a idade. Para os cortes etários acima de 70 anos, uma mulher frequentar uma escola não era socialmente desejável, o que se reflete no número de idosas analfabetas e com baixa escolaridade nesses segmentos etários (Manso, Lopes, 2017).

A maioria das 58 mulheres entrevistadas trabalhou, ou ainda trabalha, como diarista. Piedade (2017, p. 45) refere que “a Faxina tem cor no Brasil. Tem gênero. Tem raça. É preta”.

Na América Latina, as mulheres escravizadas eram obrigadas a realizar afazeres domésticos como forma de retribuição pela comida e moradia (PINEDA, 2021). Mesmo após o encerramento da escravatura, o trabalho doméstico persistiu como herança escravagista, apesar de ocorrerem mudanças ao longo do tempo, principalmente, no Brasil, com a promulgação da Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015, que equiparou as trabalhadoras domésticas a outras categorias de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Coutinho et al., 2018).

Entretanto, o serviço doméstico ainda é uma ocupação tradicional de mulheres negras de baixa renda, como afirmam Melo e Thomé (2018), constituindo-se, até o ano de 2010, como a principal ocupação feminina no Brasil.

A presença da violência de gênero

As 58 mulheres que participaram desta pesquisa responderam, além das entrevistas, à escala VASS- *Vulnerability to Abuse Screening Scale*, que aferiu a presença de violência. Portanto, optou-se pelo método misto, também denominado de triangulação de métodos, pesquisa integrativa ou pesquisa mista, que representa um conjunto de processos sistemáticos de coleta de dados quantitativos e qualitativos, integrados e com discussão conjunta.

Os estudos mistos têm como finalidade um aprofundamento do fenômeno investigado e podem ser unidos de tal forma que as abordagens quantitativas e qualitativas conservem as estruturas e procedimentos originais, os quais podem, ainda, ser adaptados ou sintetizados quando da realização da pesquisa. O enfoque permite reforçar a credibilidade geral dos resultados e procedimentos, bem como proporcionar contextualização mais profunda e ampla, mas, ao mesmo tempo, com validade externa e interna. A metodologia mista é, ainda, entendida como propiciadora de maior potencial de uso e aplicabilidade, por permitir uma variedade maior de perspectivas para analisar os dados obtidos na pesquisa, relacionado variáveis e encontrando significados (Creswell, Creswell, 2021).

Quando da realização de um enfoque misto, o pesquisador deve informar qual enfoque terá maior prioridade. No caso deste estudo, o enfoque qualitativo teve papel principal. A opção pelo método qualitativo advém da própria concepção: se inicia de forma não direcionada, mas, conforme avança, permite o entendimento do fenômeno em profundidade e em todas as suas dimensões. Orienta-se para aprender com as experiências e os pontos de vista dos sujeitos que participam, permitindo avaliação de processos e a geração de teorias fundamentadas na perspectiva do participante (Creswell, Creswell, 2021; Minayo, Assis, Souza, 2010).

Sobre a escala aplicada, a escala VASS, foi concebida na Austrália, validada e adaptada transculturalmente para o Brasil. É escala que busca a vulnerabilidade e a presença de violência intrafamiliar, principalmente, e apresenta 12 itens, com respostas dicotômicas (Sim/Não) e os seguintes domínios: i) violência física que corresponde aos itens 01 a 03 da escala; ii) violência psicológica, aos itens 04 a 06; iii) violência financeira, aos itens 07 a 09 e iv) negligência, aos itens 10 a 12 (Maia, Maia, 2014).

Como se utilizou metodologia mista, a aplicação da escala também foi gravada, permitindo que as idosas pudessem, a cada resposta, contar suas experiências com o item, caso assim o desejassem. Na sequência, analisaram-se associações

com as variáveis sociodemográficas (idade, cor da pele, escolaridade, estado civil, morar só ou não, tipos e número de agravos à saúde, tempo de realização da última consulta). Ajustaram-se os modelos de regressão para cada um dos fatores sociodemográficos e de morbidade, gerando-se medidas de efeito, tipo razões de chance (*odds ratio*- OR), com intervalos de confiança de 95%. A interpretação do OR foi feita na escala multiplicativa, indicando que uma categoria tem n vezes mais (ou menos) chance de apresentar o desfecho. Todas as análises estatísticas foram conduzidas através do *software* Stata[®], versão 1.7, com nível de significância de 5%.

Analisando-se a escala VASS de maneira global, a maioria das idosas entrevistadas assinalou ausência de violência, porém, em alguns itens e para algumas idosas, detectou-se não só maior vulnerabilidade, como a presença de situações de abusos, acarretando impactos significativos em suas vidas.

Vários relatos das idosas participantes da pesquisa corroboraram os achados da escala, destacando-se a presença de violência de gênero que permeou a vida de algumas dessas idosas, marcada por múltiplos abusos que se repetiram e, em alguns casos, ainda persistem. A maioria dos relatos referem-se à violência conjugal iniciada logo após o casamento, nas idades entre 14 e 20 anos, mas algumas sofreram abusos quando mais jovens, causados pelo pai ou parente próximo.

Vítimas de tentativas de feminicídio e múltiplas agressões físicas, submetidas a cárcere privado durante anos, sofrerem abusos por parte de sogros(as) ou cunhadas(os), ao terem que dividir o espaço de domicílio com eles, abusos sexuais por parte do pai, parentes e cônjuges/companheiros, agressões e insultos ao longo da vida, serem forçadas a viver no mesmo teto que a amante do marido, serem privadas de pensão pelo companheiro, serem forçadas ao uso de álcool e de drogas ilícitas pelo cônjuge, ou parentes, ou grupo social, são alguns dos relatos trazidos por essas mulheres. Conforme avançam os anos, notou-se que algumas conseguem romper o ciclo da violência, porém outras apenas mostram uma mudança no abusador: com a idade, filhos(as) e netos(as) passam a ocupar o papel de abusador ou se somam ao cônjuge/companheiro.

Pesquisa realizada em 12 cidades brasileiras mostra como as mulheres, vítimas de violência de gênero desde crianças, apresentam comportamentos autoagressivos, podendo culminar com o suicídio. A subjetividade dessas mulheres, constituída como dominada pelo outro, perpetua relacionamentos destrutivos e leva à reprodução de relações de dominação e exploração, o que vai progressivamente consumindo suas forças vitais. Na velhice, esse processo se consolida como sentimento de “perda de sentido e valor que, por vezes, só a morte pode aplacar” (Meneguel et al., 2015).

Gênero é entendido, segundo Scott (1986), como sendo uma categoria social, cultural e historicamente construída, um conjunto de propriedades e funções que uma sociedade atribui aos indivíduos em virtude do sexo ao qual pertencem, traduzidos em modelos de masculinidade e feminilidade que influenciam nas relações entre homens e mulheres. A sociedade apoia e reproduz a violência de gênero nas relações desiguais de poder (poder econômico, político, simbólico e social) entre homens e mulheres. E gera definições e papéis aceitos, influenciados por estereótipos, identidades e expectativas sobre o que homens e mulheres deveriam ser e que, desde tempos antigos, implicam na subordinação dessas últimas (Caudillo-Ortega, Hernández-Ramos, Flores-Arias, 2017; Hermosillo-Nuñez, 2014).

Violência de gênero implica nas normas e proibições que cada sociedade impõe a seus membros, generalizando-a por meio de instituições familiares, escolares, trabalhistas e religiosas (Caudillo-Ortega, Hernández-Ramos, Flores-Arias, 2017). Nesse contexto, durante muito tempo, as violências contra a mulher foram socialmente aceitas, com elevado grau de tolerabilidade, impregnando as identidades culturais de homens e mulheres. Isso faz com que, ainda hoje e, apesar da legislação protetiva, muitas mulheres não se reconheçam vítimas de abusos (Clemer, 2010).

Para a legislação brasileira, violência de gênero ocorre em qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém, devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual. Historicamente, dadas as relações desiguais, as mulheres são as mais atingidas pela violência de gênero. A utilização do conceito “violência de gênero” torna-se mais amplo que “violência contra a mulher”, pois, além de mulheres, inclui crianças e adolescentes (TJRJ, 2022).

Violência de gênero contra a mulher ocorre tanto no âmbito público como no privado, e engloba a violência doméstica, a violência intrafamiliar e a violência conjugal. Essa definição está explicitada, desde 1994, na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ou Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil em 1995. Essa convenção, que busca instigar os Estados a editar normas de proteção contra a violência generalizada contra a mulher, dentro ou fora do lar, reconhece que a violência contra a mulher é um fenômeno generalizado, grave violação aos direitos humanos, constituindo manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

Por ciclo da violência, primeiramente referido pela psicóloga norte-americana Lenore Walker, entende-se a violência que ocorre em um contexto conjugal em um ciclo constante

e repetido. Assim, o ciclo inicia-se de uma forma lenta e silenciosa e progride em intensidade e consequências. O agressor pode não começar com agressões físicas, mas vai coibindo a mulher em sua liberdade, a humilha e a constrange. Esta etapa busca diminuir a autoestima da mulher vitimizada para que, depois, ela tolere as agressões físicas. Portanto, a violência psicológica, em geral, precede à física. A mulher vítima da agressão tende a aceitar e justificar as atitudes do agressor e protelar a exposição de suas angústias até a situação se tornar insustentável (Lucena et al., 2016).

Pesquisas destacam que, para algumas mulheres, perceber que está vivendo uma situação de violência pode ser difícil. Muitas se enganam e fingem que a violência não está acontecendo, reforçando o ciclo da violência pela interiorização das opiniões do companheiro, diminuindo, ainda mais, sua autoestima. Outras não só interiorizam as opiniões do companheiro, como absorvem desejos e vontades que a ele pertencem, anulando os seus (Lucena et al., 2016).

Na pesquisa aqui descrita, para as mulheres entrevistadas, vítimas de violência de gênero e que conseguiram romper o ciclo, morar só e longe da família se mostra como um remédio. A religião aparece, nesses casos, como um consolo. A maioria das vítimas de violência de gênero ora entrevistadas, porém, somente romperam o ciclo com a chegada da viuvez

e, novamente, o morar só representa a não continuidade de abusos por parte dos familiares. Mas, como dito, para algumas, somente muda o abusador e há relatos de violências que se instauram com o advento da idade.

Antes de seguir, vale destacar, sobre as 58 mulheres entrevistadas, que 17 (29,30%) eram viúvas, 15 (25,90%) casadas, 14 (24,10%) divorciadas, 11 (19,00%) solteiras e uma (1,705) separada. Do total, 24 moravam sozinhas (41,40%) e 34 (58,60%), moravam com familiares: cônjuge, filho(a), neto(a) em múltiplos arranjos intergeracionais familiares.

Tanto a violência de gênero quanto a violência contra a pessoa idosa são consideradas violências predominantemente intradomiciliares, isto é, ocorrem dentro do domicílio. Nesses casos, a privacidade do lar torna-se desculpa para sua ocultação, tornando-as invisíveis para a sociedade (Caudillo-Ortega, Hernández-Ramos, Flores-Arias, 2017).

Violência contra a mulher, velha e pobre

A violência contra a pessoa idosa pode ser definida como sendo “[...] uma ação única ou repetida, ou ainda, a ausência de uma ação devida, que cause sofrimento ou angústia, e que ocorra em uma relação em que haja expectativa de confiança” (INPEA, 2010, ONU, 2002).

Nas respostas à escala VASS, percebe-se que as idosas entrevistadas trazem inúmeros relatos que podem ser incluídos nessa definição. Desse modo, nove idosas referiram que sentem medo de familiares decorrente de alcoolismo e/ou abuso de drogas ilícitas, ou por ter sofrido abuso sexual por parte de um parente. Os familiares apontados foram irmão, sobrinho, filho e ex-genro. Esse último, segundo a idosa, tinha praticado feminicídio contra sua filha.

Quando inquiridas sobre se recentemente alguém próximo tinha tentado magoá-las ou prejudicá-las, houve 20 respostas positivas. Apontam amigas, nora, filhos, netos, vizinho, irmã e sobrinho. Entre os motivos, foram citados empréstimos de dinheiro, furto de documentos, acusações falsas, palavras ofensivas e implicância.

Dezessete respostas positivas surgiram quando perguntadas sobre se alguém próximo as havia insultado, humilhado ou tê-las feito se sentir mal, mantendo-se os familiares e vizinhos como causadores e acrescentando-se aos motivos anteriores a expulsão da idosa da casa de um familiar.

Observou-se que 49 idosas responderam que tinham privacidade em casa, porém, para as que responderam negativamente, o motivo foi o morar com algum familiar. Aqui apareceram queixas sobre as filhas do atual companheiro, sobre o tipo de habitação onde a mulher idosa reside, sobre a vizi-

nhança, sobre os familiares que residem junto e sobre a presença de visitantes indesejáveis. Esses últimos relacionam-se a usuários de drogas ilícitas, que são amigos de filhos(as) ou netos(as), que também utilizam essas substâncias.

Seis idosas responderam não confiar nos familiares e indicaram como motivo: brigas, mentiras, furtos, desconfiança, por não acreditar na índole do parente. Uma das idosas menciona que os familiares se aproveitam de sua renda e lhe retiram as posses. Por fim, a maioria das idosas respondeu ser independente para as questões do dia a dia, mas as que responderam negativamente demonstram tristeza por terem dificuldades, dependendo de filhas(os) e netos(as).

Continuando a escala VASS, 24 idosas referiram-se a sentimentos de tristeza, solidão e mágoa associados aos filhos que saíram de casa, à viuvez, às lembranças e reflexões sobre fatos passados, à saudade de familiares falecidos. Também houve menção a dores crônicas como causadoras de tristeza. A pergunta seguinte inquiria sobre a sensação de ninguém as querer por perto e várias relataram sentirem-se indesejadas pelos familiares.

Vinte idosas responderam que se sentem desgostosas com os familiares e surgem motivos, tais como falta de apoio em relação aos seus desejos, pela resposta dos familiares ao fato do filho ter cometido um crime, ouvir comentários ina-

dequados de filhos(as) e netos(as), desagrado com as irmãs, falta de apoio emocional de um irmão e de sua cunhada.

Três idosas narram que seus filhos(as) dizem que elas estão doentes quando, de fato, não estão, e duas afirmam que já foram forçadas a fazer algo que não queriam, somente pelo fato de ser mulher e pobre. Uma das idosas conta que é forçada a sair da cama para realizar tarefas da casa, mesmo sentindo-se mal e enferma. Quatorze contam que já tiveram seus pertences retirados sem sua permissão por um familiar, sendo esses utensílios domésticos, televisores, alimentos, documentos, além de dinheiro. Uma idosa afirma que suas roupas foram rasgadas e colocadas no lixo pelo filho, que afirmava que pessoas idosas não precisam ter nenhum pertence.

Também surgiram relatos de violências outras, tais como perdas súbitas de emprego pela idade, dificuldades econômicas, presença do crime organizado na comunidade, homicídios de filhos(as) e neto, na presença da idosa, abusos financeiros por parte de filhos(as) e netos(as), dificuldades financeiras causadas por excesso de crédito consignado vinculado às aposentadorias, obrigação de cuidado de familiares mesmo contra vontade/disponibilidade física da idosa.

Depreende-se, desses relatos, diversas violências que se interseccionam e marcam a vida de algumas dessas mulheres, relacionadas ao local de moradia, a cor da pele, ao acesso à

educação e emprego, ao gênero e à idade, violências essas não apenas intrafamiliares, mas também estruturais e culturais. Algumas vivem desde crianças marcadas por essas interseccionalidades. Há relatos de violências físicas, psicológicas, financeiras, negligências, várias em associação, repercutindo em suas vidas e afetando sua saúde física e mental.

Pesquisas demonstram um perfil para a vítima de violência contra a pessoa idosa na América Latina e Caribe, onde mulheres de baixa escolaridade, agredidas no domicílio por familiares, são vitimadas, principalmente, por abusos psicológicos e negligência. É frequente a adição às drogas ilícitas e álcool pelo agressor do sexo masculino, bem como a dependência financeira deste em relação às idosas (Manso, Lopes, 2020).

Percebeu-se que algumas não se reconhecem como vítimas de violência, normalizando as situações relatadas como naturais da idade, como um destino atribuído pela divindade ou, ainda, como algo normal na sociedade. Observou-se, pelas falas dessas mulheres, que a violência de gênero causada pelo companheiro/cônjuge é mais reconhecida do que a violência que sofrem, como idosas, causadas pelos filhos(as) e/ou netos(as), tanto que houve relatos de mulheres que romperam o ciclo da violência conjugal.

A literatura destaca a construção cultural que faz com que mulheres não se percebam vítimas de violência, quan-

do idosas. Pesquisa realizada em dois municípios brasileiros, Campina Grande (Paraíba) e São Bernardo do Campo (São Paulo), encontrou que as mulheres idosas não consideram a violência intrafamiliar um abuso, apesar desta gerar tristeza, medo, raiva, sofrimento, isolamento, além das lesões físicas por elas sofridas (Manso, Lopes, 2020; Souto et al., 2015).

Pesquisas indicam que a tendência de não reconhecimento pode ser atribuída a razões que vão desde representações culturais ligadas à família e aos papéis sociais de seus membros, até influências religiosas; sentimento de auto culpa e resignação; relações de afeto; sentimento de desproteção; desesperança para com o futuro; pressão familiar; construção cultural do que acontece em família deve ser resolvido nesse âmbito; medo de estigmatização: vergonha e/ou falta de orientação adequada (Cepal, 2016; Touza Garma, Prado Nóvoa, 2016; ONU, 2014; Faleiros, Loureiro, Penso, 2010).

Frisam-se algumas diferenças estatísticas encontradas nas respostas à escala VASS. O fato de a idosa morar só se relacionou com 16% mais chances de ter medo de alguém da família e 25% mais chances de alguém da família tê-las prejudicado. Esses dados sugerem que as famílias, para esse grupo de mulheres, é um importante fator de estresse e violência, daí a opção por morar só, o que é corroborado pelos depoimentos.

A estrutura familiar é ponto assinalado pela literatura como sendo condicionante da violência contra a pessoa idosa. A composição familiar, as posições e papéis dos integrantes, a dinâmica familiar, as relações hierárquicas e de poder são constantemente desafiados e postos à prova, no jogo interacional e intergeracional, lócus onde se constitui o funcionamento familiar. Conforme avançam os anos, o convívio intergeracional explicita diversos interesses e necessidades que se contrapõem e se tornam conflitantes, elevando a tensão intrafamiliar (Vázquez, 2018; Wanderbroocke, Moré, 2013).

A coabitação intergeracional traz um aumento de poder para os mais jovens, conforme as demais pessoas envelhecem. Essas deixam de ser ouvidas, percebidas como sujeitos e respeitadas como referências de vida, predispondo à violência intrafamiliar (Pereira, Tavares, 2018).

A existência dessa violência retira da família a posição de lócus de proteção e cuidado, o que destoa das políticas públicas voltadas para esse segmento etário, que considera a família como o local privilegiado para o cuidado da pessoa idosa.

Em pesquisa sobre as percepções das pessoas idosas em relação à violência intrafamiliar (Colussi et al., 2019), os entrevistados relataram que o processo de envelhecimen-

to traz novas possibilidades de convivência familiar, mas vem acompanhado de práticas sutis de violência psicológica, financeira e de abandono, tornando-os impotentes, envergonhados e temerosos para tomar iniciativas. Outro estudo destaca o quanto as pessoas idosas entrevistadas, mencionando sofrer violência dos mais diversos tipos no cotidiano, ressaltam que isso as magoa, já que, após tantos anos de dedicação à família, sofrem com falta de amor e respeito (Amaral et al., 2018)

Gil e colaboradores (2015) verificaram, em Portugal, que as pessoas idosas são vítimas de violência, principalmente no meio familiar, o qual pode ser conflituoso, abusivo e perigoso. Os problemas de âmbito social e econômico foram os que mais influenciaram a dinâmica entre vítima e agressor, mas ressaltam que os dados corroboram o velho tabu da sociedade portuguesa, de que “da família não se faz queixa”. A não apresentação de queixa ou denúncia é transversal aos diferentes tipos de agressores, o que evidencia sentimentos de inibição, vergonha e medo.

Portanto, observa-se que a família é um espaço social contraditório, onde convivem afeto e opressão, solidariedade e violência, principalmente contra mulheres e pessoas idosas (Pereira, Tavares, 2018). Nesse sentido, a violência contra a pessoa idosa aproxima-se da violência de gênero, pois, como

destaca Celdrán (2013) os mesmos elementos estruturais que geram o patriarcado geram o idadismo.

Ressaltam-se os arranjos relacionados à moradia, onde a superpopulação se mostra como predisponente a situações abusivas contra a pessoa idosa (Cepal, 2016; ONU, 2014). Em pesquisa multicêntrica envolvendo pessoas idosas moradoras no Canadá, Albânia, Colômbia e Brasil, Guedes et al. (2015) demonstram que gênero, condições socioeconômicas, arranjos de vida multifamiliares e baixo nível de apoio de parceiros, filhos e familiares, foram associados à violência psicológica contra mulheres ocorrida no domicílio.

Considerações a respeito das violências relacionadas à cor da pele

Por fim, algumas considerações sobre o racismo. Poucas das mulheres pesquisadas identificaram violências por elas sofridas como sendo relacionadas à cor da pele, apesar de identificarem situações relacionadas ao gênero, idade e local de moradia. Esse achado remete à construção cultural que permeia a América Latina e Caribe de que, por serem países onde não houve regime de exclusão tão evidente como nos EUA ou África do Sul, não há racismo (Pineda, 2021; Quecha-Reina, Masferrer León, 2020).

Essa construção relaciona-se ao esforço de embranquecimento, via mestiçagem, da população da região, que criou barreiras de acesso não perceptíveis aos direitos dos afrodescendentes, e que se traduzem em piores locais de moradia, maior número de mortes, menor acesso aos bens públicos e a direitos básicos, tais como educação (Pineda, 2021).

A violência cultural racista se reproduz mediante piadas, refrões, ditados populares, modelos de beleza, tipos de cabelos socialmente aceitáveis, dentre outros modos sutis e generalizados de desqualificação e coisificação. É um racismo implícito, em que a suspeita, a ridicularização, a condescendência, a omissão, a invisibilização, os gestos, os discursos, a desmoralização, traduzem práticas de estereotipação e estigmatização, acentuando e encobrendo iniquidades e desigualdades (Pineda, 2021; Quecha-Reina, Masferrer León, 2020).

O racismo se manifesta de diversas formas, no Brasil. Almeida (2020) o define em três esferas. A primeira, individual, resulta em ações diretas; a segunda, institucional, no funcionamento das instituições, levando a privilégios e desvantagens com relação a raça; por último, a terceira, estrutural, decorre da própria estrutura social e é consequência de como ocorrem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, em que o racismo é regra.

Na perspectiva decolonial¹, Segato (2011) tipifica quatro tipos de atitudes racistas: (i) de convicção; (ii) político-partidário-programático; (iii) emotivo e (iv) de costume, sendo este último tipo o que predomina na América Latina. Assim, o racismo torna-se, enquanto violência estrutural e cultural, invisível e não perceptível, o que pode explicar a naturalização por essas mulheres do que viveram e vivem.

Concluindo, dentre o grupo de 58 mulheres pesquisadas, encontraram-se narrativas de vários episódios de violência. Muitos naturalizados e não reconhecidos como tal por essas mulheres, porém foram observadas intersecções relacionadas às categorias cor da pele, gênero e geração. A família mostrou-se como lócus privilegiado para a ocorrência de violência, mas não exclusivo.

O racismo permeia, mesmo que ainda invisível para elas, a vida dessas mulheres pretas e pardas, traduzindo-se desde o local de moradia, até o acesso à educação e ao tipo de trabalho que exercem ou exerceram. A violência de gênero é uma realidade para muitas delas, marcando suas vidas e se transmutando em violência contra a pessoa idosa. A primeira, para

1 O termo decolonial se refere a um movimento intelectual e político que surgiu na América Latina na década de 1990, em resposta à crítica da modernidade e da colonialidade. Ele se propõe a desmantelar as estruturas de poder e conhecimento eurocêntricas que foram impostas pelos colonizadores e que continuam a oprimir povos marginalizados em todo o mundo. Para saber mais acesse: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

algumas, foi reconhecida e de alguma forma afastada, mas a segunda permanece invisível para grande parte.

Espera-se que esses achados possam auxiliar para um melhor conhecimento e entendimento do processo de envelhecer mulher no Brasil. Por último, agradece-se a essas 58 mulheres que anuíram compartilhar suas experiências conosco, de maneira tão generosa; ressalta-se a delicadeza e o cuidado necessário que se deve ter quando da realização dessas escutas, para que não ocorra revitimização, banalização ou julgamentos.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaira, 2019.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo, SP: Editora Jandaira, 2020.

AMARAL, A.K.F.J. et al. Violência e maus tratos contra a pessoa idosa: representações sociais de jovens, adultos e idosos. **Revista enfermagem UERJ**. v.26, pp. e31645, 2018.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo, SP: Selo Negro, 2011.

CAUDILLO-ORTEGA, L., HERNÁNDEZ-RAMOS, M.T.; FLORES-ARIAS, M.L. Análisis de los Determinantes Sociales de la Violencia de Género. **Ra Ximhai**. v.13, n.2, pp.87-96, 2017.

CELDRÁN, M. La Violencia Hacia la Mujer Mayor. **Papeles del Psicólogo**.v.34, n.1, pp. 57-64, 2013.

CLEMER, E.G. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável in Almeida, M. G.B. (Org.) **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

COLUSSI, E.L. et al. Percepções de idosos sobre envelhecimento e violência nas relações intrafamiliares. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. v.22, n.4, pp. e190034, 2019.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. (CEPAL). **Envejecimiento e institucionalidad pública en América Latina y el Caribe: conceptos, metodologías y casos prácticos**. 2016. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40197/1/S1600435_es.pdf. Acesso em: 15 out. 2016.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **¡Ni una más! El derecho a vivir una vida libre de violencia en América Latina y el Caribe**. 2015. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/2870-ni-mas-derecho-vivir-vida-libre-violencia-america-latina-caribe>. Acesso em: 15 out. 2016.

COMISSION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Panorama social de America Latina**. 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/tipo/panoramasocial-america-latina-caribe>. Acesso em: 15 jan. 2017.

COMISSION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Violencia feminicida em cifras America Latina y Caribe**. 2022. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/c2300197_boletin_1_violencia_esp_web_0.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

COUTINHO, M.C. et al. Trabalhadoras domésticas: trajetórias, vivências e vida cotidiana. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. v.2, n.1, pp.87-101, 2018

CRESWELL, J.W; CRESWELL, D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Penso, 2021, 5.ed.

EVANS, M.K. et al. Race in Medicine - Genetic Variation, Social Categories, and Paths to Health Equity. **NEJM**, v.30, n.385, pp. e45, 2021.

FALEIROS, V.P., LOUREIRO, A.M.L.; PENSO, M.A. **O Conluio do Silêncio: a violência intrafamiliar contra a pessoa idosa**. São Paulo: Roca, 2010.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Organicom**, v. 15, n. 28. pp. 36-56, 2018.

GALTUNG, J. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3. pp. 291-305, 1990.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, pp. 167-191, 1969.

GARMENDIA, F.L. La violencia en América Latina. **Anal Facultad Medicina**. v.72, n.4, pp. 269-76, 2011.

GIL, A.P. et al. Estudo sobre pessoas idosas vítimas de violência em Portugal: sociografia da ocorrência. **Cadernos de Saúde Pública**. v.31, n.6, pp. 1234-1246, 2015.

GUEDES, D.T. et al. Socioeconomic status, social relations and domestic violence (DV). **Archives Gerontology Geriatrics**. v.60, n.3, pp.492-500, 2015.

HERMOSILLO NÚÑEZ, P.C. “Ni Una Más”: **Microrrelatos contra la Violencia de Género**. ¡Basta! Cien Mujeres contra la Violencia de Género. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Informação Demográfica e Socioeconômica n.41. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias>. Acesso em: 09 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nor-**

deste. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 09 jan. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Violência contra a Mulher.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9144-dashboardviolenciamulherfinal-1.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

INTERNATIONAL NETWORK FOR THE PREVENTION OF ELDER ABUSE. INPEA. Vancouver: INPEA, 2010. Disponível em: <http://www.inpea.net/home.html> Acesso em: 20 set. 2010.

LUCENA, K.D.T. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **Journal of Human Growth and Development.** v.26, n.2, 2016

MAIA, R.S.; MAIA, E.M.C. Adaptação transcultural para o português (Brasil) da Vulnerability to Abuse Screening Scale (VASS) para rastreamento da violência contra idosos. **Cadernos. Saúde Pública** v.30, n.7, pp.1379-1384, 2014

MANSO, M. E. G.; LOPES, R. G. C. Idosas, empobrecidas e desamparadas. É assim que queremos envelhecer?! **Revista Portal de Divulgação,** n.54, pp. 29-33, 2017.

MANSO, M. E. G.; LOPES, R. G. C. Violência contra a mulher idosa: estado da arte. **Revista Kairós-Gerontologia**, v.23, n.4, pp. 65-80, 2020.

MENEGHEL, S.N. et al. Tentativa de suicídio em mulheres idosas– uma perspectiva de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.20, n.6, pp.1721-1730, 2015.

MINAYO, M.C.S. Violência contra idosos: relevância para um velho problema **Cadernos de Saúde Pública**. v.19, n.3, pp.783-91, 2003.

MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

MINISTERIO DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. (MDHC). **Denunciar violação de direitos humanos (Disque 100)**. Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>. Acesso em: 12 out. 2023.

MONTEIRO, M.G.G.; ROMIO, J.A.F.; DREZETT, J. Existe diferença de raça/cor do feminicídio no Brasil? A desigualdade das taxas de mortalidade por causas violentas entre mulheres brancas e negras. **Journal Human Growth and Development**. v.31, n.2, pp. 1-9, 2021.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 2003.

Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59#:~:text=Uma%20etnia%20%C3%A9%20um%20conjunto,moram%20geograficamente%20num%20mesmo%20territ%C3%B3rio>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Global Status Report on Violence Prevention**. Genebra: Organização das Nações Unidas, 2014. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/Reports/UNDPGVAviolence-2014.pdf>. Acesso em: 03 set. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. (OMS). **The Toronto Declaration on the Global Prevention of Elder Abuse**. Geneva: WHO, 2002

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Violence against women prevalence estimates, 2018**: global, regional, and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women. Genebra: Organização das Nações Unidas, 2021.

PALHARES, M.F.S.; SCHWARTZ, G.M. A violência. In: **Não é só a torcida organizada**: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol? [online]. São Paulo: Editora UNESP: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 11-26.

PANIZA PRADOS, J.L.; ORTIGOSA PEROCHENA, J. C. El Maltrato A Las Personas Mayores Desde El Paradigma De

La Violencia. **Revista Castellanomanchega de Ciencias Sociales**. v.20, pp.171-183, 2015.

PEREIRA, L; TAVARES, M. Uma Trama entre Gênero e Geração: mulheres idosas e a violência doméstica na contemporaneidade. **Revista Feminismos**, v.6, n..3, pp. 41-52, 2018.

PIEIDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINEDA G. Racialización, negritud y racismo en América Latina. **Revista nuestraAmérica**, v. 9, n. 17, e5594766, 2021.

QUECHA REYNA, C.; MASFERRER LEÓN, C.V. Racismo y xenofobia en América Latina. **Boletín de Antropología**, v. 35, n. 59, pp. 11-15, 2020.

RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. LEVIS Laboratório de Estudos das Violências-CFH-UFSC-2006. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~levis/visrj.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.

RUIZ, C.M.M.B. Poder, violência e biopolítica: Diálogos (in)devidos entre H. Arendt e M. Foucault. **Veritas**. v.59, n.1, pp.10-37, 2014.

SCOTT, J.W. Gender: a useful category of historical analysis. **The American Historical Review**. v.91, n.5, pp.1053-75, 1986.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SMSSP). **Serviços de saúde da capital possuem mecanismos de acolhimento a mulheres em si-**

VÁSQUEZ, A. **La Violencia Hacia Los Adultos Mayores. Modelo Ecológico Multidimensional.** Buenos Aires: Universidad Maimónides, 2019.

VIEIRA, P.P.F. et al. **Envelhecimento e desigualdades raciais** [livro eletrônico] 1. ed. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2023.

WANDERBROOKE, A.C.N.S.; MOREÍ, C.L.O.O. Estrutura e funcionamento familiar e a violência contra idosos. **Psicologia Argumentum.** v.31, n.74, pp. 395-403, 2013.

YUDELL, M. et al. Taking race out of human genetics. Engaging a century-long debate about the role of race in science. **Science,** v. 351, n. 6273, pp. 564-565, 2016.

Capítulo II

Memorial transmasculinidades no curso do tempo

Sereno S. G. Repolês

Sol Marita Mishyx

Feliz Trovoada

Daniel Veiga

Colaboração: Mari Crestani



A memória é o armazenamento de informações e fatos obtidos através de experiências ouvidas ou vividas. Relaciona-se fortemente à aprendizagem que é a obtenção de novos conhecimentos, pois utiliza a memória para reter tais informações no cérebro (Dantas, 2017).

Breve introdução à memória

A memória é uma ferramenta poderosa para recordar, preservar e atualizar o passado; para preencher de significados o presente, tornando-o mais habitável e para vislumbrar e forjar um futuro mais equânime e inclusivo, resistindo constantemente às tentativas de apagamento e silenciamento da história, especialmente das histórias e vidas contra-hegemônicas.

A preservação da história, por meio da memória e da rememoração, como nos ensina Ailton Krenak¹, desempenha papéis fundamentais, como: resistir à manipulação dos fatos, fortalecer identidades e manifestações culturais, reivindicar direitos, conectar-se à resistência histórica e conscientizar as pessoas a respeito, por exemplo, da multiplicidade da vida, das corporalidades e dos saberes que se produzem a partir daí.

1 Vozes da Floresta | Ailton Krenak. (14 de Abril de 2020) disponível em: <https://youtu.be/KRTJlh1os4w?si=ay7ByaEDz62g6HNU>

Na tentativa de manter as memórias vivas, evocamos a oralidade, como dispositivo ancestral, para criar o podcast Transmasculinidades² no Curso do Tempo, apostando nessa linguagem como um dispositivo relevante possível de como viver junto. Partimos da pesquisa etnográfica de doutorado³ do pesquisador e professor Sereno S. G. Repolês - que desenvolveu um mapeamento de seis pessoas transmasculinas residentes na região metropolitana de São Paulo com idade acima de 45 anos - para promovermos, nesse podcast, uma elaboração conjunta dessas vivências, que abriram caminho para que hoje pudéssemos experimentar nossas identidades em um contexto outro.

Nossa intenção, com esse breve ensaio, é produzir um registro cartográfico que integre fragmentos da construção de memórias sobre nossa participação no Edital Acadêmico de Pesquisa 2022 - Envelhecer com Futuro - às lembranças dos nossos seis entrevistados para a produção de série de qua-

2 Utilizamos aqui transmasculinidades como um termo “guarda-chuva” que pretende abarcar pessoas que, ao nascer, foram biopoliticamente designadas como mulheres, mas que se identificam com gêneros masculinos, cruzando, desse modo, as fronteiras normativas do gênero. O podcast está disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCFcvzSykTcFiNYOnAO2X9Ew>.

3 A pesquisa intitula-se Transmasculinidades e envelhecimento: perspectivas sobre cuidado e atenção à saúde e está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva na Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo. A pesquisa dedica-se à investigação dos processos e formas do envelhecer experienciados por pessoas transmasculinas que vivem em cidades da Região Metropolitana de São Paulo - através, principalmente, de perspectivas sobre acesso ao cuidado e saúde.

tro episódios do podcast Transmasculinidades no curso do tempo. Como se dão os efeitos do tempo sobre os corpos e trajetórias de vida das pessoas transmasculinas? Há especificidades nessa experiência de envelhecer? Como nossos convidados percebem e narram seu envelhecer? Essas são algumas das indagações que nos inquietam e nos motivam a produzir esses encontros, espaços de conversa e, especialmente, de escuta, entre diferentes gerações de pessoas que compartilham - preservadas as singularidades de cada corpo-trajetória - a experiência de cruzar as fronteiras normativas do gênero.

As abordagens antropológicas do curso da vida e do envelhecimento nos mostram que a velhice e o envelhecer podem ser vividos de formas singulares, conforme variações socioculturais, demográficas, econômicas, temporais, étnico-raciais, etc (Debert, 1999; Henning, 2017). Tal variabilidade de fatores possibilita múltiplas formas de periodização da vida, de elaboração - seja individual ou coletiva - de aspectos simbólicos a respeito do envelhecimento, de identificação de características que marcam a passagem do tempo e seus efeitos ao longo da vida. O que a literatura nos mostra é que há, de modo geral, uma grande dificuldade de identificação e incorporação das especificidades, vividas nas múltiplas formas de envelhecer, nos processos de elaboração de políticas públicas, legislações e, até mesmo, em projetos

de investigação e pesquisa - que subsidiam as duas ações anteriores. O que observamos, através dos dados obtidos pela pesquisa de onde partimos, é que o prolongamento da vida - daqueles que conseguem se manter vivos, apesar das violências que atravessam cotidianamente - sem a existência de políticas públicas de saúde, promoção de trabalho emprego e renda, acesso à moradia digna, dentre outras políticas de promoção de segurança social, promovem uma intensificação da precarização da vida, que se agrava, significativamente, à medida em que envelhecem.

Pensamos que, além dos desafios compartilhados socialmente, de maneira mais ampla, existem algumas especificidades que parecem intensificar esse impacto entre nós, pessoas com quem compartilhamos corporalidades e experiências localizadas no espectro das transmasculinidades. Talvez a necessidade de investimento mental e emocional, no processo de subjetivação, de compreender a própria identidade, no espectro das transmasculinidades - ou das masculinidades não cisgêneras - nesse mundo, seja um fator. Especialmente, no caso de alguns dos nossos convidados, que enfrentaram esse desafio com poucos recursos e repertórios, frequentemente de maneira solitária, sem muito apoio ou troca com outros transmasculinos, em um momento em que tampouco éramos reconhecidos pelo Estado como sujeitos políticos com

demandas próprias. Além disso, merece destaque a dificuldade de acesso aos cuidados e atenção à saúde, que tem como efeito um progressivo afastamento desses serviços e profissionais. O que gera uma defasagem do acompanhamento da saúde e dos processos de adoecimento que, potencialmente, os intensificam.

Oralidades transmasculinas

Conceitual e metodologicamente, oralitura designa a complexa textura das performances orais e corporais, seu funcionamento, os processos, procedimentos, meios e sistemas de inscrição dos saberes fundados e fundantes das epistemes corporais, destacando neles o trânsito da memória, da história, das cosmovisões que, pelas corporeidades, se processam. E alude, também, à grafia desses saberes, como inscrições performáticas e rasura da dicotomia entre oralidade e escrita. (Martins, 2021, p. 41)

[...] os mais velhos são os grandes responsáveis pela transmissão de conhecimento. (Eugênio, 2017, p. 15)

Evocamos o conceito de oralitura e sua importância como forma de transmissão de epistemes (Boito, 2022). Nos perguntamos, dialogando com Leda Maria Martins (2021), que saberes e contribuições os nossos mais velhos têm a compartilhar conosco e com todes aqueles que queiram aproximar-se

da riqueza e complexidade múltiplas das existências trans? Através da realização desse podcast, investigamos, ou melhor, experimentamos, como a palavra falada e a performatividade do corpo vivo fazem-se como fios e condutores de conhecimentos e como produtores de afetos e afetações.

Trazemos também, para essa conversa, os saberes produzidos no âmbito das religiões de matriz africana - nas quais a valorização da oralidade é amplamente conhecida, assim como pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre o envelhecimento e a importância da senioridade, nesses contextos. Esse movimento nos parece relevante, pois esses saberes se contrapõem às perspectivas hegemônicas sobre o envelhecimento que, informadas pelo olhar biomédico, constroem um campo de símbolos e práticas que relegam essa fase do curso da vida à perda funcional, ao declínio da vida e das capacidades psicomotoras, produzindo, como efeito, uma intensificação da mortificação da/em vida. Em contraposição, o Babalorixá Rodney William Eugênio ou Pai Rodney de Oxóssi, em seu livro *A benção aos mais velhos - poder, senioridade nos terreiros de candomblé* - fruto de seu mestrado em Gerontologia, afirma:

Nos terreiros, **o velho é visto como aquele que persiste, que é duradouro e que merece viver ainda mais** e tornar-se um ancestral, o que significa, em princípio tornar-se eterno.

No candomblé, **tudo aquilo que é velho, antigo - inclusive as pessoas - ganha traços de ancestralidade, revestindo-se de um caráter sagrado.** É como se os ‘mais velhos’ fossem a ligação com os grandes personagens da religião que já se foram, como se fossem seus representantes legítimos. **Ter resistido ao sofrimento, às agruras, à doença e à própria morte (que nos procura todos os dias) faz do velho um símbolo de força,** comprovando que suas palavras e suas ações têm fundamento e verdade. Assim, quando este ‘mais velho’ fala, todos se calam e reconhecem seu poder de transmitir e produzir conhecimento (Eugênio, 2017, p. 72. Destaques em negrito nossos).

Somos inspirados por tais perspectivas, que revestem o campo semântico e a experiência vivida da velhice de autoridade, ao reconhecer e valorar positivamente aspectos do envelhecer que são sufocados pelos pontos de vista produtivistas e biomédicos, que parecem ter olhos para ver e construir discursos, apenas sobre a fragilidade e a falta que permeiam o envelhecer. Observamos esse movimento de reconhecimento e valorização dos mais velhos como uma forma de promover rachaduras nas perspectivas hegemônicas, anteriormente citadas, que fortaleçam e subsidiem outras representações sociais dessa fase da vida. Que permitam o florescer de uma maior integração intergeracional, não apenas entre pessoas transmasculinas, como também entre outros segmentos e grupos populacionais.

Acreditamos que sejam contribuições possíveis, ainda que singelas, para uma transformação sociocultural que possibilite, aos mais velhos, o experienciar de vidas mais possíveis e alegres de serem vividas, em que possam usufruir de cuidado qualificado, atenção à saúde e às demais demandas, assim como a valorização de suas trajetórias e memórias. Esses são alguns dos elementos que podem surgir como frutos dessa integração, que almejamos como potencializadoras da vida e das trocas entre aqueles que se encontram em diferentes momentos do curso da vida. Anseios que nos orientam na realização desse podcast, objetivos que, com dedicação, boa sorte e a bênção dos mais velhos, alcançaremos.

Outra dimensão que experimentamos, também, na jornada que compartilhamos aqui, como os movimentos de narrar e rememorar, se desenham como formas de agenciamento de si e de sua trajetória ao longo do curso da vida. Como já mencionamos anteriormente, a promoção de tempos e espaços para a escuta e a troca é um de nossos mais caros objetivos. E visualizamos esse fazer espaço-temporal em, ao menos, dois momentos centrais que se articulam e que, eventualmente, podem se desdobrar. O primeiro é o espaço-tempo promovido entre equipe e convidados, com o fim de realização das entrevistas que subsidiam os episódios do podcast. E o segundo, mais rizomático, é o espaço-tempo que se produz no

encontro dos ouvintes com os episódios e, conseqüentemente, com as pessoas e narrativas que o compõem. Nossa aposta reside na potência sensível e transformadora do encontro que se dá através da escuta, como nos ensina Sotigui Kouyaté, que diz:

[em] qualquer discurso, no mundo todo, fala-se de encontro, fala-se de comunicação, fala-se de troca e, até mesmo, de dividir. No entanto, **um verdadeiro encontro não acontece senão pela escuta. Que escuta é essa? Não é ouvir com o ouvido, mas é ser sensível ao outro.** Estamos numa corrida de grandes em detrimento dos mais desfavorecidos. Não se pode dizer que o mundo atual está escutando. Nós nos falamos, mas não nos escutamos. **A escuta é uma questão de sensibilidade. Eu sou sensível ao outro. O outro é sensível a mim.** (Sotigui Kouyaté, *Um griot no Brasil*, 2014. Destaque em negrito nossos)

O encontro da equipe com os entrevistados proporcionou solo fértil para o germinar de questões, reflexões e enigmas que, potencialmente, produzem diversos efeitos, tais como as dobras no tempo através de: (i) rememorações da própria jornada de vida, movimentos que evocam a visita a um tempo passado, desde o momento presente; (ii) gestos imaginativos a respeito, tanto de seu próprio futuro, como de futuridades coletivas e/ou compartilhadas; (iii) os movimentos de ir e vir, entre reme-

morações e projeções imaginativas produzem, também, efeitos sobre o presente, esse tempo-espaço eternamente efêmero, de atualização constante, e que é a base corporal e existencial de onde nos localizamos e de onde partem tais movimentos.

Podemos pensar, portanto, na memória como, também, agente promotor de dobras no tempo, que tornam possíveis atos de conectar, simultaneamente, passado, presente e futuro. Observamos que revisitar o passado permite atualizar as narrativas de si, reescrever ou reinscrever o próprio passado ou a visão que se tem dele. Gestos que propiciam o agenciamento sobre a própria história, sobre sua forma de lembrá-la, narrá-la, elaborá-la, a partir de um outro tempo e espaço. Movimentos esses estimulados e acompanhados por um grupo de pessoas mais jovens, interessadas em ouvir suas narrativas, aprender e trocar a respeito delas, partindo, muitas das vezes, de suas próprias experiências de vida.

Identidade visual

O processo criativo da identidade visual do podcast, realizado por Mari Crestani, parte da imersão no seu trabalho de edição dos episódios, ouvindo as vozes e discursos dos entrevistados criando, assim, uma conexão intuitiva com o conteúdo. Em um momento de reflexão frente a algumas re-

vistas antigas, ele se deparou com o poema concreto de Paulo Leminski chamado “Se”:



(Figura 01 - “Se”, poema de Paulo Leminski.)⁴

Enxergou, ali, o jogo de palavras - SE-TRANS-FOR-MAR - e visualizou uma relação entre a existência trans e os oceanos, o “ser trans” como um mar, algo que está em eterno fluxo de movimento e transformação. A imagem de fundo, então, vem dessas revistas antigas, do que poderia remeter a uma figura dita masculina e, no lugar da face, que é a nossa identidade e, também, a primeira leitura social, o toque final das cores da bandeira trans nas unhas daquela figura, reproduzida abaixo.

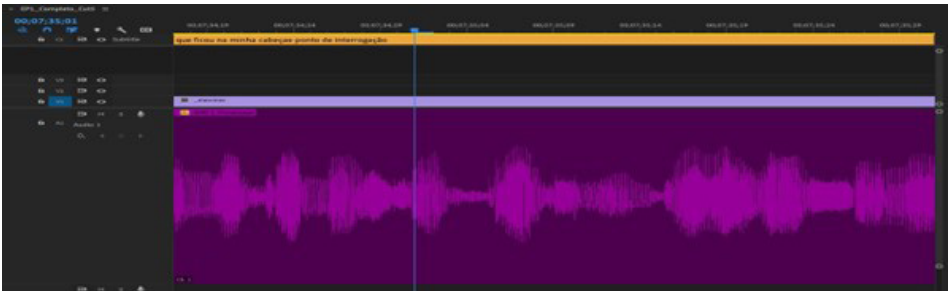
⁴ Leminski, P. (n.d.). QuemDisse - Frase de Paulo Leminski. quemdisse.com.br, em 10 de novembro de 2023, de: <https://quemdisse.com.br/frase/sesenem-forterrasetransfor-mar/95551/>



(Figura 02 - Identidade visual do podcast. Colagem analógica e digital (Crestani, 2023)).

Essas reflexões se entrelaçaram com discussões e interações profundas, ocorridas durante as gravações do podcast. A ideia de incorporar, visualmente, o mar e a transformação na arte do podcast surgiu como uma faísca, um momento de inspiração repentino. Sobrepondo conceitos, imagens, linguagens e percepções, desde o mar e seus movimentos, nos deparamos com o movimento inerente aos nossos corpos, nossos líquidos e, também, de nossas construções de identidade, efêmeras, relacionais e impermanentes, visto que, em constante transformação. Aprofundando nesse conceito fluido - que é a ordem em que água opera no mundo - concordamos que esse movi-

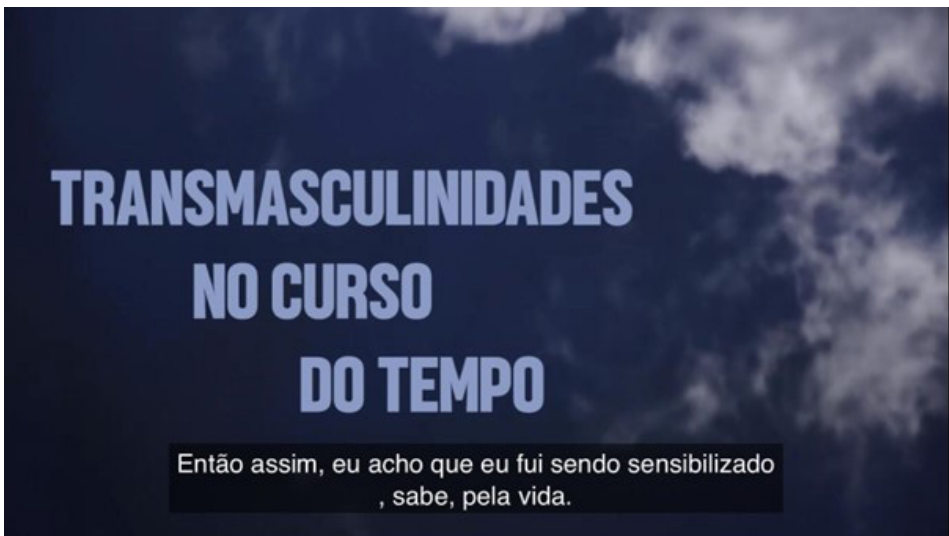
mento magnético e cíclico do mar nos é perceptível, pois ele se inicia, finda e recomeça em ondas. Compreendendo as ondas como o impulso primeiro de movimento e investindo na sobreposição de sentidos, são, também, ondas que construíam a matéria deste projeto, as ondas sonoras. Ali, na timeline do programa de edição, estava o nosso mar revolto, formado por ondas que se formam dos encontros entre diferentes oceanos e temperaturas - a voz e intensidade rítmica de cada convidado - construindo esse oceano que nos conduz à conexão com aquele líquido íntimo e coletivo - ancestral - que nos trouxe até aqui, afinal também é da ordem da água ser condutor de energia.



(Figura 03- timeline do projeto do podcast.)

Foi aprofundando nessas reflexões e signos que Feliz Trovada formulou a arte e linguagem do filme ensaio *Planta que brota do asfalto* (2023, 9'42"), que começa e termina usando imagens que remetem ao mar, às águas fluidas como nossas experiências de gênero. O conceito do vídeo parte da vontade de reconhecer e

valorizar o presente que foi poder ouvir e conhecer nossos transcestrais e, para isso, o *videomaker* entrevistou o pesquisador Sereno Repolês na intenção de conhecer os motivos e direções que o levaram a pensar nesse trabalho. Então, podemos ouvir quem iniciou o projeto como um todo e a importância social que ele carrega. O uso da linguagem oral, sem a imagem da entrevista acoplada, foi intuitivo e legitimador em evidenciar as ondas discursivas em sobreposição às imagens das gravações do podcast, assim Feliz traz um distanciamento do interlocutor com as imagens da experiência de ouvir e conversar com os seis entrevistados. Constrói uma narrativa intercalada e confluyente dos trechos discursivos, expressados pelo narrador.



(Figura 04 - Frame do filme *Planta que brota do asfalto*; *Trovoada*, 2023.)



(Figura 05 - *Frame do filme Planta que brota do asfalto; Trovoada, 2023.*)

Sobre a equipe e os rumos do trabalho

Em uma noite de segunda-feira do mês de novembro do ano de 2022, nos chegou o link para o “Edital Acadêmico de Pesquisa 2022: envelhecer com futuro” através das mãos do artista Uarê Erremays. Poucos meses antes, Mari Crestani e Sereno Repolês haviam se encontrado para assistir à peça de teatro “E lá fora o silêncio”, na qual Leo Moreira Sá, um de nossos convidados do podcast, foi parte do elenco. Em uma conversa sobre os caminhos e processos da pesquisa de doutorado sobre envelhecimento transmasculino, Sereno conta a Mari que

havia realizado horas de entrevistas gravadas em áudio, em formato mp3. Daí, Mari, com animação e brilho nos olhos, sugere a possibilidade de utilizar esse material para fazermos um podcast; o que, por questões éticas, não poderia ser feito, considerando-se que o material havia sido coletado exclusivamente para fins de pesquisa. Mas foi lançada, aí, a semente e, desse movimento, surgiu o desejo de realizarmos algo nesse sentido, num futuro próximo, quando fosse oportuno.

Foi essa ideia que resgatamos, naquela noite de segunda-feira, no primeiro contato com o Edital. Nos poucos dias de prazo que nos restavam, a partir do momento em que tivemos conhecimento sobre o mesmo, elaboramos e submetemos um projeto, junto com sol marita mishyx que, a convite de Mari Crestani, passou a integrar a equipe, para tal fim. No final do mês de janeiro, soubemos da aprovação do projeto pelo Edital e, em nosso primeiro encontro após esse momento, optamos por realizar uma chamada aberta para formar uma equipe transcetrada - ou seja, integralmente formada por pessoas trans. A ideia era integrarmos mais duas pessoas dispostas a se envolver com o projeto, especialmente para as áreas audiovisual, pesquisa e roteiro. A nossa vontade e proposta era de que o grupo colaborasse ativamente em todas as etapas do processo, mesmo tendo funções principais definidas.

Criamos um questionário *online*, via google forms, instrumento para nos ajudar a aglutinar e organizar informações que serviriam de base para a etapa de seleção dos candidatos para as duas vagas que dispúnhamos: roteirista e *videomaker*. Realizamos a divulgação do formulário, a partir de nossas redes afetivas e profissionais, tanto no boca a boca, como via redes sociais, com foco em encontrar duas pessoas auto identificadas como não brancas e transmasculinas. Para nossa surpresa, recebemos mais de 50 respostas em aproximadamente uma semana. Inscreveram-se artistas, pesquisadores e outros profissionais - com currículos e portfólios de excelência - o que nos apresentou nosso primeiro desafio nessa produção: a seleção de duas pessoas, dentre tantas, que estivessem em harmonia com as ideias propostas e as condições de trabalho das quais dispúnhamos, todavia frágeis, frente à magnitude de nossos anseios e o volume de demandas e atividades que nos estavam colocadas - e que tivemos o desafio de harmonizar com tantas outras atividades laborais que nos possibilitam condições materiais de existência.

Com base na análise das respostas ao questionário e dos materiais fornecidos através do mesmo, concordamos em convidar algumas pessoas para uma conversa/entrevista. Nessa etapa, nosso objetivo era o de entender a dinâmica de interação com o coletivo já existente, as motivações para realização do trabalho, envolvimento prévios com a questão do envelhe-

cimento e da transmasculinidade, dentre outras questões de ordem mais pragmática. Assim, após essas etapas que envolveram muitas horas de análise e debate, completamos a equipe já formada por Sereno S.G. Repolês, Mari Crestani, sol marita mishyx, com as presenças de Feliz Trovoada e Daniel Veiga.

Ao longo dos meses de fevereiro a novembro de 2023, realizamos reuniões de equipe semanais; e também participamos das reuniões mensais de supervisão, junto à coordenação do Edital e às demais pesquisadoras e pesquisadores participantes do mesmo. Durante esse período, além de manejarmos demandas de ordem prática, de produção e execução do projeto, frequentemente nossas reuniões tornavam-se, também, espaços de elaboração compartilhada dos tantos afetos que nos atravessaram durante o percurso. Estar em constante imersão com o tema central, do envelhecer transmasculino, e com questões que se ramificam a partir desse núcleo, produziu, em cada um de nós e na equipe, como um todo integrado, múltiplas reverberações.

Fomos, frequentemente, convocados a refletir sobre as diferentes posições e realidades de nossos convidados, assim como sobre as nossas próprias, como pessoas transmasculinas que também - como todas as pessoas que vivem - estão a envelhecer. O percurso de realização do projeto foi, certamente, um percurso em que surgiram novas inquietações, elaborações individuais e coletivas, de deslocamentos e de criação, que ti-

veram como *locus* os diferentes encontros - sejam internos à equipe, sejam realizados com nossos convidados, ou com as pesquisadoras e pesquisadores participantes do Edital.

Foi nesse terreno em que se produziram os encontros de diferentes pessoas, com distintas experiências corporificadas e múltiplas trajetórias de vida, que pudemos experimentar e desenvolver práticas criativas. Práticas essas que são frutos de relações intra e intergeracionais, que provocaram, tanto em nós quanto em nossos convidados, deslocamentos de corpos, de narrativas, de lugares de escutas e, também, de enunciação, de perspectivas sobre si e sobre o outro. É da integração entre tantas fronteiras, caminhos e caminhar, entre similaridades e divergências, que surgem os materiais sonoros, imagéticos e textuais que apresentamos como frutos de convergências efêmeras que se dão ao longo dos cursos de nossas vidas. Que se deram nessa fração de momento dos cursos das vidas daqueles que compuseram esse projeto e suas múltiplas faces e manifestações.

Caminhos do podcast Transmasculinidades no Curso do Tempo

Com o intuito de conseguir organizar frentes de diálogo com nossos convidados, a equipe realizadora decidiu dividir o conteúdo das entrevistas em quatro grandes temas gerais,

orientados pelos grupos de categorias de análises desenvolvidas por Sereno, no âmbito de sua pesquisa de doutoramento⁵. Considerando-se tais percursos, elaborou-se uma nova estrutura e roteiros, que orientaram a realização das entrevistas, realizadas no mês de junho de 2023, para a composição do podcast.

Para além de esquematizar recursos comuns ao formato, tais como abertura (convite ao público para ouvir o podcast), apresentação do programa, pontuações de vinhetas e vírgulas sonoras, divisão das falas dos convidados em blocos e inserção de materiais extras, tais como poesia e música, o que se buscou nesses documentos foi uma tentativa de abordar diferentes assuntos entendendo-os como objetos de uma pesquisa acadêmica mas, também, aplicando-se a eles uma dimensão artística, poética e subjetiva, estreitando laços com ouvintes de maneira ampla. A seguir, compartilhamos o texto de nossa abertura dos quatro episódios:

Como pessoas trans que ocupam, de alguma forma, os espaços das muitas masculinidades, nos perguntamos: que contribuições e saberes os transmasculinos mais velhos têm a oferecer às comunidades mais jovens? Para entendermos essas questões convidamos

5 Os quatro grupos de categorias que orientaram a realização das entrevistas feitas para a pesquisa de doutorado e para a subsequente interpretação analítica das mesmas foram: (i) Trajetórias e formas de identificação de gênero; (ii) Envelhecimento; (iii) Modificações corporais e, por fim, (iv) Acesso à saúde e cuidado.

seis pessoas transmasculinas, com mais de 45 anos e de diferentes contextos de vida ‘prum dedin’ de prosa sobre suas experiências de envelhecimento. Como nossos entrevistados vivenciam o envelhecimento? Como os serviços de saúde podem tornar-se espaços mais acolhedores pra essas pessoas? Essas e outras questões serão desenvolvidas ao longo dos quatro episódios de Transmasculinidades no curso do tempo, um podcast todo criado e produzido por pessoas transmasculinas, visando aproximar nossa comunidade de cada um que nos escuta. Afinal, conhecer aqueles que vieram antes, ouvir, registrar e transmitir suas histórias e trajetórias também é um movimento de promoção de justiça, de preservação de suas memórias e valorização de seus conhecimentos. Eu sou Sereno Sofi Repolês, aquariano, rebelde pesquisador, crescido em BH e adoro água de coco. Te convido a pegar seus bons drinks preferidos e entrar nessa conversa com a gente!

No roteiro do Episódio 01⁶, intitulado ‘*As muitas masculinidades e até as que não são*’, navegamos por aspectos introdutórios à jornada dos convidados em relação às suas próprias experiências e vivências, no âmbito das transmasculinidades. Esse primeiro momento foi pensado para aproximar convidados, equipe do projeto e público formado pelos nossos ouvintes. Procuramos mostrar ao público alguns dos elementos

6 <https://www.youtube.com/watch?v=n7f0mJ8Rm98>

que compõem as trajetórias de vida e as reflexões corporificadas que surgem daí e são, generosamente, compartilhadas por nossos convidados. O objetivo era mostrar a esse público que vale dedicar seu tempo a acompanhar os trechos das jornadas desses seis transmasculinos, que apresentamos ao longo de quatro episódios, com cerca de 45 minutos cada.

Procuramos navegar, com nossos convidados e ouvintes, pelos mares do gênero. Seus códigos, as possíveis combinações desses códigos, de forma mais ou menos coerente com a normatividade, os possíveis efeitos dessas combinações experimentados por cada um. Rememoramos os processos de transidentificação vivenciados, as formas e os desafios de nomear-se, e as múltiplas formas de habitar as masculinidades e feminilidades não cisgêneras. O episódio aborda, também, em diferentes momentos, aspectos das respostas sociais recebidas por nossos interlocutores ao longo da vida, respostas essas dadas em função das performatividades de gênero deles, que provocam atritos e ruídos - por vezes estrondosos - diante do encontro com os zeladores da normalidade e da normatividade de gênero. Nesse episódio, ainda trouxemos as poesias “Eu”, de Kairos de Castro e “Após cortes”, também de Kairos, em parceria com Monalisa Caetano, além da potente sonoridade da música “Práticas”, do rapper All Ice, ambos, transmasculinos. A seguir, compartilhamos alguns trechos

das falas de nossos convidados, que partiram das questões realizadas em nosso primeiro bloco das entrevistas:

Então, para ser transmasculino eu preciso ser A, B ou C, D, ou E, e se eu for H? E aí? Se eu for o M, então é uma regra? É porque cada um é do seu jeito, cada um tem seu estilo, cada um tem um estilo de aparência, estilo do que seguir. [...] A gente tem que se incluir numa sigla pra que, né? Pra que tenhamos mais políticas, mais coisas a nosso favor. Mas na própria sigla não tem um exemplo, né? Existe uma grande diversidade.[...] Cada letrinha que tem ali é uma diversidade muito grande. Porque aí a gente não padroniza e não coloca em caixinhas. [...] Até porque existem homens trans que não se harmonizam e não é porque eles não tomam hormônio que deixam de ser um homem trans. (Daniel Korner)



(Daniel Korner no estúdio. Fotografia de Feliz Trovoada, 2023.)

Então, assim, sempre existiu essa construção de uma pessoa transmasculina, mas que não tinha esse nome, não tinha essa terminologia. Mas era tratado como uma identidade de gênero também, né, o sapatão já? Já não é a mesma coisa que uma mulher cis, né? Sim, mas não tinha essa... aí que está. [...] Então assim, a minha trajetória já foi na velhice. É muito louco isso. 50 anos, já estou a caminho, estou no caminho. Ele [o psiquiatra] olhou para mim e falou: “Você sabia que você podia até o final? Você pode fazer toda a transição para o homem?” Eu fiquei olhando para a cara dele, assim. Eu falei, não. Esse 2000 e...Eu estava no semi aberto, 2008, 2007. Ele falou, “você é um transexual”. Você é um transexual. Ele falou para mim, você é um transexual. (Léo Moreira Sá)



(Leo Moreira Sá na sua casa. Fotografia de Sol Marita Mishyx, 2023.)

O roteiro do Episódio 02⁷, intitulado “*O corpo em constante transição*”, traz como proposta um mergulho nos aspectos da fluidez e transformação do corpo ao longo do curso da vida, incluindo questões etárias e de gênero, mas não se limitando a elas. Abordamos o processo permanente de transformações corporais, seus efeitos sobre as relações sociais, e sobre a relação de nossos convidados com eles mesmos. Observamos, de um lado, narrativas que nos contam de autoestima, de satisfação e contentamento com a própria imagem, e, de outro, que revelam mecanismos e efeitos do olhar da sociedade, tão comumente repressivo e desaprovador.

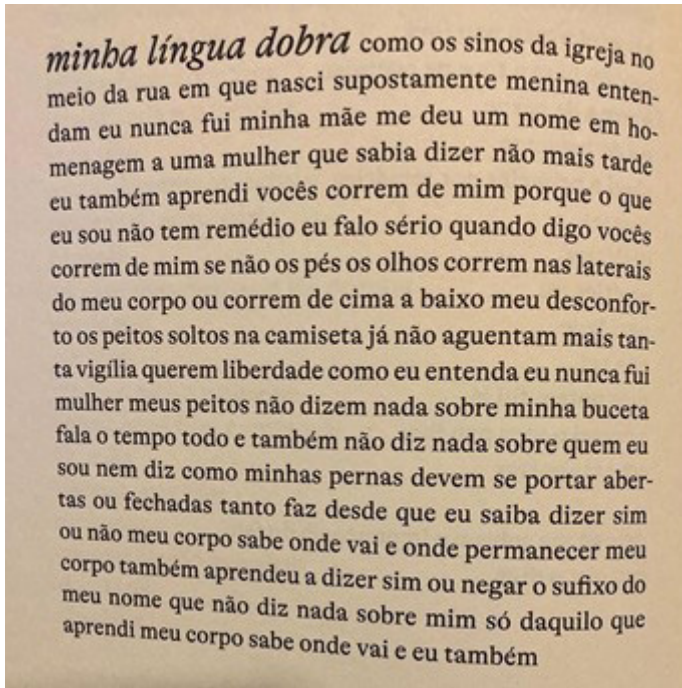
Discutimos, também, as complexidades envolvidas quando existem outras formas de opressão e violência somadas às questões de gênero, como etarismo, gordofobia, racismo e/ou capacitismo. Nos foi caro destacar que a transição de gênero, no corpo, não é algo isolado e passa por interseccionalidades. A interseccionalidade, que pode ser tanto conceito, como método, é fundamental para uma melhor compreensão das complexas experiências de diferentes pessoas que têm em seus corpos o lugar de encontro de múltiplos marcadores sociais da diferença, que as levam a experienciar formas particulares de discriminação e opressão. Quando se fala em transgene-

7 https://www.youtube.com/watch?v=LG_Ks3HD0K8

ridade, a impressão que temos é a de que nossos corpos são, muitas vezes, tratados como monólitos, como uma estrutura composta por uma única peça maciça, de forma sólida. A essa peça não se podem acrescentar outras dimensões ou particularidades. Ela é única, inteiriça, sem camadas, ou seja, segundo essa perspectiva, somos pessoas trans e isso resumiria toda a complexidade de nossa existência.

Caminhando em outra direção, considerarmos a interseccionalidade entre diferentes experiências corporificadas, tais como transgêneros, gordos, não-brancos, pessoas com deficiências e idosos. Reconhecemos a necessidade de abordar uma variedade de desafios e potencialidades que esses indivíduos experimentam em suas particularidades. Considerando os desafios encontrados, no segundo episódio, buscamos salientar a potência que existe na multiplicidade que existe dentro da diversidade, nestes muitos encontros que se dão em um único corpo e a urgência de que se complexificam os olhares, a fim de que alcancem a – ou, ao menos se aproximem da - integralidade que nos constitui. Passo fundamental para a promoção e garantia de saúde e bem-estar.

O Episódio 02 conta, ainda, com uma obra do poeta Floresta (2022, p. 58), transmasculino semifinalista do Prêmio Jabuti 2023:



(Figura 06 - Poema “*minha língua dobra*” do poeta Floresta.)⁸

No Episódio 03⁹, “*Adversidades para permanecer vivo: a luta pela saúde integral*”, nosso foco é partir de discussões a respeito das potencialidades e dificuldades que enfrentam os corpos das pessoas transmasculinas, especialmente a respeito do acesso ao cuidado face aos processos de adoecimento, restauro e manutenção da saúde e bem-es-

8 foto em Picuki.com., acessado em 13 de novembro de 2023, de: <https://www.picuki.com/media/3126441890803158268>

9 https://www.youtube.com/watch?v=9fmeSLyC_kw&t=33s

tar. Instigados por nossas questões, os convidados narram algumas histórias e acontecimentos vivenciados, tanto no âmbito dos serviços de saúde, como em outros lugares e instituições nos quais transcorrem suas vidas cotidianas. As narrativas mobilizadas nos mostram a necessidade de atualização de políticas públicas existentes, e a construção de novas estratégias e políticas, que atendam, de forma integral, as necessidades e demandas de saúde das pessoas transmasculinas. Outro aspecto apresentado pelas narrativas de nossos convidados, que merece destaque, é o de que diz respeito aos múltiplos fatores considerados por eles como fundamentais para a manutenção da saúde e do bem-estar: acesso a educação, a trabalho, a emprego e renda, a moradia digna, a redes de afeto e cuidado, a cultura e lazer, a mobilidade urbana, a alimentação balanceada. Elementos sem os quais consideram impossível manter a boa saúde, tratar e prevenir doenças e, portanto, experienciar um envelhecer seguro e saudável. Como nos narram Leo Paulino e Alexandre Peixe:

Você pode ver, eu não tenho um amigo, você viu, quando você chega, tem alguém comigo? Não, não tem. Não tem, é, eu não tenho proximidades, não tem aquela pessoa que está pra conversar comigo, isso é que eu não tenho [...] Se minha mãe morrer,

eu morro de fome. É ela que me sustenta. Eu fiz direito, fiz faculdade de administração, fiz faculdade de direito. Ninguém me deu emprego. [...] Ah, mas agora você é LGBT, está não sei que, você já lutou tanto pela defensoria, por não sei o que, por não sei o que lá.” Agora tem o etarismo. Tem uns 53 anos nas costas que não adianta a formação que você tiver, que ninguém vai te dar emprego. (Léo Paulino)



(Léo Paulino na praça do seu bairro. Fotografia de Feliz Trovoada, 2023)

Eu me sinto uma pessoa velha com 50 anos na questão de saúde, porque eu não tive o acompanhamento ideal para uma pessoa, não é pra uma pessoa trans, pra uma pessoa, porque eu fui afastado desse serviço, entendeu? (Alexandre Peixe)



(Alexandre Peixe no estúdio. Fotografia de Feliz Trovoada, 2023)

Como referência, o roteiro desse episódio trouxe um poema de Anderson Herzer, primeira pessoa transmasculina a ser publicada no Brasil, morto sob condições duvidosas, no ano de 1981. O poema é parte do livro “A queda para o alto” (Herzer, 1983, p. 152) e, em poucas palavras, evoca a sensação de tristeza e desolação. Herzer descreve um cenário de sofrimento humano e menciona a falta de compreensão e amor entre as pessoas, como se estivessem perdidas em um lugar sem fraternidade. Porém, o poema também sugere a possibilidade de encontrar alívio para a dor, através do calor e do consolo. Ao mesmo tempo, reconhece a dificuldade do eu lírico para compreender completamente o mal e a dor. “Florescer”

termina com a ideia de que, se o céu pudesse proteger Herzer das dores e sofrimentos, ele pintaria um cenário mais bonito e sereno, como se buscasse um refúgio em um lugar mais ameno e esperançoso. A dualidade entre a tristeza e a busca por conforto é uma característica marcante desse poema, assim como é uma característica das dores e das delícias de ser uma pessoa transmasculina no século XXI.

Por fim, no Episódio 4, intitulado “*Nós e o curso do tempo*”, voltamos às questões relativas ao Tempo e seus efeitos sobre corpos-subjetividades e suas jornadas ao longo do curso da vida. Os entrevistados falam sobre a relação com o tempo, as intersecções entre (trans)gênero e curso de vida. Foram encorajados, também, a produzir especulações imaginativas a respeito de futuros trans, acompanhados de um movimento de aconselhamento dos transmasculinos mais jovens e daqueles que estão por vir.

O tempo desempenha um papel crucial em nossa jornada, pois acaba situando o contexto no qual se dão as experiências e desenvolvimentos. Por isso, para nós é tão importante a noção do tempo Cronos, essa noção linear, contínua e que se pode medir por um simples artefato como o relógio, registrando-se os segundos, minutos, horas, dias, semanas etc., como nos é caro o tempo Kairós. Esse, de outra medida, é subjetivo. Kairós não contempla o tempo contínuo e pro-

gressivo, mas apresenta uma perspectiva abstrata, intangível, intáctil, de nossas experiências. Ele não se concentra naquilo que pode ser capturado tão somente pelo intelecto humano, mas se firma nos momentos significativos e únicos na vida de uma pessoa. Se Cronos é montante de tempo, Kairós é o próprio tempo, diluído em inspiração e impulso.

À medida em que o tempo passa, enfrentamos desafios, conquistamos objetivos, amadurecemos e evoluímos em nossa compreensão de nós mesmos e do mundo ao nosso redor. É por meio da passagem do tempo que as histórias pessoais se desdobram, tornando este um fator central na narrativa de cada indivíduo. É, justamente, o tempo que assegura, em maior ou menor medida, a compreensão de nossas identidades, como pessoas transmasculinas. O tempo assegura o processo, o decurso, a passagem, o transcurso.

Quanto à percepção das mudanças ao longo do tempo, ela desempenha um papel essencial na formação e constante remodelação da identificação e performatividade de gênero de uma pessoa. À medida em que vivenciamos diferentes estágios de nossas vidas e enfrentamos novas experiências, as compreensões de nossa identidade irão evoluir. As influências sociais, culturais e pessoais também contam. O trânsito só acontece porque Cronos e Kairós se entrelaçam para garantir que, na progressão de nossas vivências e nos encontros com nossos pares, passemos a

compreender aquilo que, antes, não podia ser absorvido. Portanto, a análise das mudanças ao longo do tempo é crucial, para entender como a identidade de gênero se desenvolve e se transforma nas jornadas pessoais dos transmasculinos.

Como as transformações, em suas identidades de gêneros se relacionam com as mudanças que ocorrem à medida que envelhecem? Como essas transições impactam a forma como eles se veem e são vistos pela sociedade? Existem desafios ou oportunidades únicos associados a esse processo duplo de transição? Por fim, como imaginar, a partir do momento presente, o futuro das comunidades transmasculinas? Tratar das esperanças e preocupações para as gerações futuras, da evolução das questões de identidade de gênero e o papel das pessoas transmasculinas na sociedade, daqui a três décadas, pensar nas mudanças e avanços que gostaríamos de testemunhar ou contribuir, nesse período. Assim, quisemos terminar o quarto episódio, o último de um podcast que procurou aprofundar as relações dos corpos transmasculinos consigo e com o outro. Trazemos mais alguns trechos das narrativas de nossos convidados, que ilustram os pontos anteriormente mencionados:

Quais são as nossas possibilidades reais de transformação das coisas? Eu fico te ouvindo e pensando como a gente, dentro das próprias comunidades trans, transmasculinas, pode mover coisas para a gente se ajudar

entre nós. E, ao mesmo tempo, separa, pensa que a maior parte das pessoas que estão nessas comunidades também estão administrando situações de vida muito precárias. Então, é uma precariedade para todo o lado onde a gente tenta distribuir o pouco que tem entre nós e melhorar um pouco as coisas entre nós, para viver um dia após o outro e tentar sonhar com outras possibilidades de vida. (Léo Paulino)



*(Léo Paulino na praça do seu bairro e Mari Crestani.
Fotografia de Feliz Trovoada, 2023)*

Olha, conselho conselho, não tenho conselho não, eu tenho assim, viva viva, porque a vida é muito curta eu tô com 50 anos já pra mim, com um corpinho de 20 mas eu tô com 50, já passaram meio século e passa rápido, gente é um estalar de dedos, passa rápido onde eu tinha 20 eu já tenho 50 o que você adquire ao longo da

vida é importante e não tô falando de bens materiais tô falando de coisas que você viveu pra que você seja uma pessoa melhor, tente ser uma pessoa melhor, sempre fúgia dos padrões, fúgia das caixas tente ser uma pessoa amável, empática, tente ter paciência, porque através da paciência a gente consegue explicar pro mundo que nós existimos sem gerar violência, foi assim que eu consegui chegar aqui, consegui ter 50 anos, porque todas as vezes que alguém não sabia ou ignorava, vou fazer algum comentário que é transfóbico, que eu já passei por isso um milhão de vezes eu explicava pra pessoa que não é obrigada a saber e ninguém é obrigada a saber porque até ontem nós não existíamos, então agora nossa obrigação é ensinar as pessoas como nos tratar como nos respeitar, mas com paciência porque se eles dão violência, a gente tem que devolver amor, a gente tem que devolver de outra forma... (Cláudio Galicia)



(Cláudio Galicia no estúdio. Fotografia de Feliz Trovoada, 2023.)

Acho que o futuro vai ser mais de boa, né? Porque essa geração que tá vindo atrás da gente, vai... É como se tivesse os gay da antiga lá, que saíram do armário, não sabia sair... Se matavam, morriam, né? Então, acho que vai ser, para eles, vai ser de boa. Entre aspas, né? Porque sempre vai ter um otário por aí, como sempre tem, sempre vai existir. Mas, para mim, eu penso assim, entendeu? Que abrange um todo. Porque tá todo mundo se reorganizando, se você for ver, né? Pra que isso não seja um bicho de sete cabeças. (Alexandre da Cruz Melo)



(Alexandre da Cruz Melo no estúdio. Fotografia de Feliz Trovoada, 2023)

Notas finais

A memória é eterna, por isso a importância de encorpar, de corporificar as memórias, a fim de honrar essa experiência social e plural dos nossos transestrais. Mesmo que a materialidade desapareça, a memória permanece. A evocação dessas vivências para contar a história das coisas, dos nossos afetos e sentidos de vida como uma força coletiva, passada de geração em geração, de narrativa.

Não é possível que um coletivo avance, com seus permanentes movimentos de desconstrução e construção de identidades, com a elaboração e demanda de pautas políticas sem que se tenha conhecimento de sua própria história, sem valorizar a trajetória e as memórias daqueles que nos antecederam. Conhecer as narrativas daqueles que pavimentaram, e ainda pavimentam, caminhos para nosso fortalecimento, permite-nos compreender os contextos nos quais formulamos nossas corporalidades, nossas performatividades e as identidades que mobilizamos, estrategicamente, a partir disso. Esse movimento nos fortalece individual e coletivamente, e dá corpo e sentido às redes de afeto e política que tecemos. Ao reconhecer as trajetórias, que tanto compartilhamos, mesmo em meio a tantas diferenças, marcadas por lutas, derrotas e conquistas das pessoas transmasculinas que nos antecederam, podem nos inspirar a

aprender com os equívocos e acertos, a fim de construir novos caminhos. Podemos, também, nos perceber como parte de um movimento mais amplo, oceânico, que nos precede e que seguirá em constante movimento, depois de nossa partida. Além disso, a conscientização da história pregressa é crucial para educar a sociedade em geral sobre as experiências transhistóricas, diversas em suas corporalidades, perspectivas, trajetórias, compreensões, promovendo a empatia, entendimento mútuo e equidade de acessos e oportunidades. Em resumo, conhecer as transcestralidades não, apenas, enriquece a experiência de vida de pessoas transmasculinas, mas também desempenha um papel fundamental na promoção de mudanças socioculturais que preparem o terreno para o florescer de relações menos violentas, mais acolhedoras e éticas com as pessoas trans.

Como diz Krenak: “a memória é a consciência crítica” e a ausência da memória deixa a gente refém de qualquer discurso. O que buscamos aqui foi fornecer pistas, abrir trilhas novas ou esquecidas, a partir das perspectivas e lembranças de nossos transcestrais, que possam colaborar com as gerações do passado-presente-futuro, nesse movimento de resgate, valorização e constante reelaboração e registro de nossos discursos sobre nós e os nossos. Para que um dia possamos, quem sabe, de uma vez por todas, nos livrarmos dos efeitos dos discursos hegemônicos daqueles que tentaram, e seguem

tentando, aniquilar nossos corpos, nossas experiências e nossas memórias. Nos recusamos a aceitar esse destino de silenciamento e precarização, traçado por terceiros. E seguimos, na contracorrente das produções artísticas, políticas e acadêmicas; na contracorrente da produção de conhecimentos e discursos, promovendo, ainda que aos poucos, movimentos de reparação e justiça por aqueles que se foram, por aqueles que estamos, e por aqueles que virão.

Referências

BOITO, Sofia Rodrigues. O pensamento decolonial de Leda Maria Martins e sua importante contribuição para as artes da cena: resenha do livro Performance do tempo espiralar-poéticas do corpo-tela de Leda Maria Martins. **Revista sala preta | Vol**, v. 21, n. 1, 2022.

CASTRO, Kairos de; CAETANO, Monalisa. Eu, *Zine após cortes*. [s.n.] 2022.

DANTAS, Gabriela Cabral da Silva. “Memória”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/memoria-1.htm>. Acesso em: 28 out. 2023.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp, 1999.

EUGÊNIO, Rodnei William. A bênção aos mais velhos: poder e senioridade nos terreiros de candomblé. 2012.

FLORESTA. Rio Pequeno. Círculo de Poemas. Editora Fósforo. 2022

HENNING, C. E. *Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”*. Horizontes Antropológicos, (47), 283-323, 2017.

HERZER, Anderson. A queda para o alto. Poema “Florescer”, (152). Editora Vozes - 5ª Edição. Petrópolis, 1983.

ICE, All. Práticas. São Paulo. Produção musical: Rasec. Mixer e master: Vinex. Gravado no Estúdio Deck9 Record's, São Paulo. 2021 (3:02)

Capítulo III

Intergeracionalidade, representações sociais e velhices LGBTQIAPN¹: visão geral e contribuições de uma revisão de escopo²


Camila Rocha Ferreira

Germanne Patricia Nogueira Bezerra Rodrigues Matos

Marisa Accioly Rodrigues da Costa Domingues

1 lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexual, pansexual, não-binário.

2 O presente trabalho foi realizado com apoio do Itaú Viver Mais e do Portal do Envelhecimento.



Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (ONU, 1948, Art. 1º) e podem invocar os direitos e liberdades proclamados na DUDH “sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação” (ONU, 1948, Art. 2º). Além disso, o tratado internacional é categórico, ao afirmar que “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (ONU, 1948, Art. 3º).

Em 2015, a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (OEA, 2015) reforçou essas premissas, abrangendo as especificidades do processo de envelhecimento. Esse importante tratado menciona, entre outras questões, os direitos sexuais e de gênero, em seus artigos 5º, 9º e 19º, que versam, respectivamente, sobre: igualdade e não discriminação por razões de idade; direito à segurança e a uma vida sem nenhum tipo de violência; e direito à saúde. O reconheci-

mento das diversas orientações sexuais e identidades de gênero como direitos inerentes às pessoas idosas, e sua inscrição como focos da proteção devida pelos Estados Partes, representa um avanço significativo, do ponto de vista normativo. Contudo, o mundo contemporâneo ainda é marcado por intolerâncias e ações discriminatórias, que estigmatizam determinados grupos populacionais. Em certa medida, esse contrassenso está expresso na inação do Estado brasileiro que, embora signatário da Convenção, até o momento da escrita deste capítulo, não ratificou nacionalmente o acordo internacional.

Dessa perspectiva, tem-se que o preconceito contra o segmento LGBTQIAPN+ permeia o inconsciente social e tem sido reafirmado na sucessão de gerações. Essa dinâmica reverbera negativamente nas vivências dos indivíduos-alvo, dentre os quais figuram as pessoas idosas. As singularidades dos percursos de vida e de envelhecimento, inscritos na interseccionalidade de pertencer às chamadas minorias sexuais, aprofundam a complexidade de suas experiências cotidianas, que seguem sendo delimitadas pela falta de acesso a políticas públicas e pela exposição constante aos riscos de violência na sociedade moderna.

No decurso do desmonte neoliberal, assiste-se ao agravamento de ações que visam silenciar as demandas e dissimular a precarização do cuidado ofertado - a duras penas - aos indivíduos LGBTQIAPN+ velhos, isso porque, além da conjun-

tura macrossocial, verifica-se a perpetuação do que Costa e Oliveira (2022) chamaram de *LGBTfobia geracional*, o que seja: percepção interna da população LGBTQIAPN+ sobre o envelhecimento de seus pares, majoritariamente associado aos estereótipos da “bicha solitária”, do “velho tarado” e/ou da “tia velha gagá”, acrescidos do mito da “velhice assexuada”. Nesse escopo, Maior e Quinalha (2023) reiteram que ainda prevalece, entre esse grupo populacional, a ideia da velhice como um demérito relacionado à decadência do corpo.

Nessa direção, o combo do capitalismo neoliberal e conservador, sustentado por contradições intrínsecas que se expressam, entre outras formas, pela sociabilidade preconceituosa, tem estabelecido uma cena avessa às garantias de direitos dos cidadãos insubmissos ao sistema heterocisnormativo, especialmente no escopo da longevidade. Acerca disso, Costa e Oliveira afirmam que:

Os poucos debates (teóricos, políticos e epistemológicos) em torno dessa interface [envelhecimento e sexualidade] têm contribuído para que essas vidas, e formas de viver, ocorram em paralelo à operacionalização das políticas públicas. Esse cenário, agravado pelos retrocessos no âmbito dos direitos sociais, alija as pessoas LGBTI+ velhas do direito de ter direito, forjando um panorama de plena negação repercutida em diferentes âmbitos. Costa e Oliveira (2022, p. 107)

Ferreira, Matos e Domingues (2023) sintetizam que a longevidade desse segmento populacional é, concomitantemente, um marco e um desafio do século XXI, haja vista que, há algumas décadas, as pessoas LGBTQIAPN+ não conseguiam chegar aos 60 anos de idade, em decorrência de condições sociais ainda mais excludentes. Por outro lado, considerando os percursos individuais, em face da heterogeneidade societária, destaca-se o questionamento de Duarte (2019) acerca dos marcadores etário-sociais da velhice, para os sujeitos desse grupo demográfico que, muitas vezes, experimenta “a crise do envelhecimento” entre os 30 e os 40 anos de idade, notadamente relacionada à supervalorização de padrões estéticos juvenis. Em certa medida, essa problematização reforça o cenário propício ao já destacado fenômeno da LGBTfobia geracional.

Pode-se refletir, portanto, que o envelhecimento LGBTQIAPN+ é um evento presente nas sociedades históricas desde, pelo menos, o século passado. No entanto, uma ampliação do paradigma etário-cronológico não muda a realidade de invisibilidade desse processo, que ainda persiste. No campo científico, permanece um hiato de estudos que abordam a multidimensionalidade do envelhecer LGBTQIAPN+ e, entre os velhos que, sujeitos dessa trajetória, seguem presentes o medo da solidão e as preocupações com as imagens sociais que retratam a prevalência de uma velhice infeliz e isolada.

Duarte (2019) aponta que, somente a partir da década de 1990, passaram a ser registrados, no Brasil, grupos de estudos e seminários temáticos voltados à discussão da velhice e do envelhecimento LGBTQIAPN+. Mogrovejo (2020, p. 43) acrescenta que foi, a partir desse período, que se iniciaram os questionamentos sobre o “regime heterocêntrico”, até então hegemônico, nos espaços universitários, o que obrigou a academia - resistente e tradicionalista - a rever “a censura, o desprezo e a moral impostos sobre os temas da sexualidade e da dissidência sexual como campos epistemológicos”. Esse processo segue inacabado, revelando o tensionamento de forças entre a ordem capitalista neoliberal heterocisnormativa e as existências divergentes que buscam sair das margens para ocupar o centro dos debates acerca de suas trajetórias de vida.

Nessa seara, é imprescindível destacar duas perspectivas, para compreensão e análise. De um lado, Mogrovejo (2020) evidencia que as pesquisas sobre lesbiandade tiveram, e têm, papel fundamental na disseminação dos estudos que versam sobre as sexualidades insubmissas, na América Latina, no bojo das pautas feministas. A autora assevera que “a proliferação dos estudos sobre as sexualidades e afetividades dissidentes [...], ainda que, de maneira lenta e temerosa, está sendo possível, graças aos estudos das mulheres - feministas e de gê-

nero - que inauguraram essa discussão e apontaram a necessidade e a importância de tais áreas de estudo” (Mongrovejo, 2020, p. 33).

Por outro lado, Costa e Oliveira (2022) chamam a atenção para o panorama, teórico e prático, que ainda circunda a transgeneridade velha:

A respeito da produção teórica sobre velhices travestis e transsexuais, a invisibilidade é ainda maior, logo as condições de vida são mais precárias [...]. Apesar do notável avanço das discussões brasileiras a esse respeito, ainda continuamos ocupando a posição de país que mais mata travestis e transexuais no mundo, segundo dados da ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais - em 2020. Esse dado traz a realidade de que teorizar essas velhices requer tencionar o debate da política de morte orquestrada pelo Brasil ao longo dos anos, tornando o envelhecimento trans um privilégio e não um direito. (Costa; Oliveira, 2022, p. 110)

Não obstante, tem-se observado uma discreta mudança nesse cenário, especialmente a partir dos anos 2000. Com o aumento da longevidade global, verifica-se um crescente interesse na realização de pesquisas sobre a sexualidade de pessoas idosas, mas, ainda, sob uma perspectiva majoritariamente heterocisnormativa (Rebellato; Gomes; Crenitte, 2021). Nes-

se contexto, as velhices divergentes de gênero e de sexualidade têm exigido espaços de fala como formas de resistência e de enfrentamento aos riscos da marginalização (Matos; Ferreira; Domingues 2023).

O mito da velhice assexuada produz, entre outros aspectos, repercussões nefastas do ponto de vista do acesso aos cuidados de saúde, gerando exclusões autoimpostas pelos sujeitos, que temem constrangimentos e violações que podem decorrer da ausência de escuta humanizada e capacitada para acolher a heterogeneidade e as especificidades de percursos insubmissos à heterocisnormatividade. Pondera-se que a persistência desse pensamento heterocêntrico reforça o tabu em torno das expressões identitárias plurais e gera um contrasenso intrínseco, que cristaliza as condições sociais favoráveis à disseminação de preconceitos e violências contra os indivíduos que estão sob o guarda-chuva LGBTQIAPN+ e representam cerca de 10% da população nacional.

Sob a ótica do envelhecimento, além das discriminações com raízes de sexo-gênero, as pessoas idosas LGBTQIAPN+ convivem, diariamente, com o idadismo e outras múltiplas violações de direitos humanos, que permanecem invisíveis e silenciadas no mundo contemporâneo.

Ainda que se tenha registrado, no Brasil e na América Latina, um comedido avanço das políticas públicas no século

XXI, os sistemas estatais ainda são incipientes para atender adequadamente às demandas desse público, isso porque:

A ideologia dominante no contexto da sociedade capitalista coloca uns indivíduos contra os outros e, nesse processo, se vale das diferentes refrações da diversidade humana e dos grandes sistemas de opressão a grupos particulares, tais como o patriarcado e a heteronormatividade. Graças à ação desses sistemas, o conjunto da moral e da ideologia dominante se mantém e tende a se reproduzir, embora com crises internas que possibilitam a sua transformação, reafirmando-se a perspectiva que vê, na liberdade do outro, não a realização, mas o próprio limite à liberdade individual. (Fernandes, 2020; Ferreira, Matos e Domingues, 2023)

Alguns estudos enfatizam a pouca representatividade de pessoas LGBTQIAPN+ nos espaços decisórios, como sintoma e causa do apagamento de suas necessidades. Mendonça e Barbosa (2023) afirmam que a arena política nacional permanece sendo masculina, branca, heterossexual e cisnormativa, o que concorre para o esvaziamento das pautas dos grupos divergentes e, conforme corroboram Salgado *et al.* (2017) e Pereira (2017), reforça a pouca efetividade das decisões tomadas. Nessa direção, Domingues e Matos (2022, p. 373) ressaltam que o protagonismo da sociedade civil “é meio de assegurar não ape-

nas a definição de demandas prioritárias necessárias aos cidadãos, como a gestão de espaços políticos para fortalecimento da democracia participativa”, sendo, portanto, indispensável à legitimação das populações vulnerabilizadas.

Nota-se, portanto, que as pessoas idosas LGBTQIAPN+ apresentam singularidades, que precisam ser amplamente discutidas e compreendidas, visando sua atenção e proteção integral.

Intergeracionalidade, representações sociais e envelhecimento LGBTQIAPN+ na modernidade

A conjuntura macrossocial moderna é marcada por descontinuidades e por uma noção de tempo automatizada e linear, que gestam sociabilidades individualizatórias e compartimentalizam os espaços sociais em grupos etários, promovendo uma fragilização das relações sociocomunitárias e uma cisão no intercâmbio intergeracional. Tendo como traços estruturantes as mudanças contínuas e rápidas, ensejadas pelo avanço da globalização, e a liquidez dos laços humanos, a modernidade inaugura uma dinâmica de desvalorização dos saberes oriundos das comunidades tradicionais e, por conseguinte, das gerações mais velhas, que são tidas como representantes de um tempo histórico que deve ser superado

(Beck, 2011; Bauman, 2021; Ferrigno, 2013; Giddens, 1991; Santos; Encarnação, 1997).

Em uma análise sobre o papel das redes de suporte social na desconstrução do idadismo contemporâneo, Matos, Oliveira e Domingues (2023) chamam atenção para as refrações da questão social, a partir do avanço do capitalismo flexível, que retira dos indivíduos o referencial protetor das pequenas comunidades, lançando-os em um mundo imprevisível que lhes exige rápida adaptabilidade às novas relações sociofamiliares e de trabalho. Nessa dinâmica, as pessoas idosas são frequentemente alijadas de suas funções sociais e seus saberes são desconsiderados como legados culturais, terminando por esvaziar a importância da transmissão dos papéis geracionais e reforçando uma oposição simbólica entre as gerações jovens e velhas.

Nesse cenário, de acordo com Oliveira (2008), na sucessão de gerações estão imbricados, de modo indissociável, sentimentos de alento e de apreensão. O primeiro deve-se à esperança de renovação e superação de problemas anteriormente postos; e o último está relacionado com um “movimento avassalador de pilhagem e destruição” de conquistas socioculturais significativas que, como tais, deveriam ser preservadas. Diante disso, o autor pondera que é necessário haver certa continuidade entre os sujeitos geracionais, a fim de

garantir a transmissão intergeracional da cultura e das bases da organização societária.

Em consonância, Ferrigno (2013) afirma que é somente por meio do intercâmbio intergeracional que se pode perceber a dialética social em sua totalidade, reiterando o caráter indispensável da intergeracionalidade no *continuum* do desenvolvimento sociohistórico.

O conceito de geração é um produto da modernidade e implica em reconhecer o compartilhamento de aspectos fundantes da experiência social, tais como: mentalidades, valores e uma certa visão de mundo. Essa lógica enseja a formação de vínculos identitários e de *ethos* de pertencimento entre os sujeitos geracionais, de forma que a compreensão do fenômeno geracional extrapola a dimensão biológica – estritamente ligada à idade – e os limites do tempo linear (Domingues, 2002; Ferrigno, 2013).

Nesse escopo, as gerações podem ser compreendidas como grupos sociais não-intencionais e sem estrutura definida, que são delineados, intrinsecamente, pela associação entre os efeitos da idade e do tempo histórico (Attias-Donfut, 1989). Por sua abrangência e atualidade, ressalta-se a teoria de Mannheim (1982), sociólogo alemão que formulou o conceito da multidimensionalidade geracional, ancorando-se na análise das gerações, a partir da intersecção entre o nível macro – conjuntural

– e micro – vivências e conhecimentos dos sujeitos, concebendo-as como indissociáveis da estrutura social.

Sob o prisma do envelhecimento LGBTQIAPN+, as trocas intergeracionais têm uma função ético-política relacionada à superação de existências deshistoricizadas e presenteístas, concorrendo para a constituição de uma sociabilidade emancipatória (Barreto, 2022; Goltz, 2014; 2021). Em suma, as interações entre as gerações podem provocar efeitos de mudanças sociais, inclusive no que se refere às representações sociais construídas acerca de determinados fenômenos e grupos.

Partindo do referencial teórico de Jodelet (2001), é importante compreender que as representações sociais são imagens dinâmicas criadas pelos indivíduos para apreensão do mundo circundante. Como criações humanas, são atravessadas pelas características das sociedades nas quais se (re)constroem e são influenciadas, entre outros aspectos, pelas estruturas socioculturais, econômicas e, de modo geral, pelas vivências geracionais dos sujeitos.

Representar é, portanto, uma forma de expressar o querer, o sentir e o agir humanos. Assim, as representações sociais configuram-se como uma teia de conceitos e imagens interativas desenvolvidas individual e coletivamente. Seus conteúdos evoluem, continuamente, através do tempo e do espaço, conforme a complexidade e a velocidade das comu-

nicações disponíveis (Carvalho; Arruda, 2008; Morera *et al.*, 2015). Na modernidade, esse processo é intensificado pelos traços estruturantes da sociedade, especialmente pelas repercussões da globalização.

É imprescindível destacar que as representações têm caráter social, porque se constituem no espaço interacional do mundo partilhado pelas pessoas. Essas formam, entre si, redes de apoio para elaboração de significados acerca do cotidiano vivido, podendo colaborar, mutuamente, de forma convergente ou conflituosa (Jodelet, 2001). Nessa direção, Rocha (2014, p. 51) sintetiza que “a relação dialética estabelecida pelo homem entre os aspectos individual e social é a base teórica do conceito de representação social, ou seja, da apropriação da realidade social pelo indivíduo, de modo que o social e o exterior se tornam internos”.

Em síntese, tem-se que as representações construídas socialmente permitem a compreensão do mundo e orientam as atitudes das pessoas frente ao objeto, fato, fenômeno e/ou grupo representado (Jodelet, 2001). Sob essa ótica, estudar as imagens sociais construídas sobre a velhice e o envelhecimento LGBTQIAPN+ possibilita a identificação das concepções que as pessoas têm sobre esses eventos.

Considerando seu caráter sócio-histórico, é possível afirmar que tais imagens sociais sofrem efeitos, também, da su-

cessão de gerações, adquirindo novos significados na intersecção do tempo social com a consciência geracional - este conceito foi formulado por Moragas (2010) e se refere ao conjunto de vivências e modos de sociabilidade partilhados por indivíduos da mesma geração.

Agrega-se, a isso, o fato de que uma geração se constitui na relação com a outra, sendo, portanto, a troca intergeracional vital para a elaboração das representações dos fatos sociais.

A noção de intergeracional reporta-se ao relacionamento possível entre as gerações, com ênfase no que ocorre entre os indivíduos em termos de diálogo, divergência ou troca. Nesse sentido, o relacionamento intergeracional pode se expressar como: I) conflito; II) solidariedade; III) cooperação; e IV) ambivalência intergeracional, sendo esta última a forma mais recorrente (Lüscher *et al.*, 2017).

Na conjuntura da ordem societária moderna, o convívio intergeracional pode ser considerado uma potência social transformadora, uma vez que pode concorrer para a superação de preconceitos e estereótipos, inclusive sob a ótica das diversidades sexuais e de gênero. Segundo Santos (2019, pp. 94-95), os laços afetivos assumem, assim, uma conotação política “que leva à participação, à ação e à transformação”, sob a perspectiva da solidariedade. Essa relação dialética

converge para o que a autora denominou de ética intergeracional, a saber:

Pode-se dizer que a ética intergeracional seja um instrumento de uma sociedade solidária que une várias gerações e [...] pode gerar a reivindicação da cidadania, mediante o fortalecimento desse tipo de integração e, por decorrência, de outros tipos de integrações que potencialmente permitem a superação de preconceitos e discriminações. (Santos, 2019, p. 95)

A autora soma que:

[...] é por meio desta ética intergeracional que se proporciona a possibilidade da reunião das diferentes idades para um bem comum. A força e a solidariedade vivenciadas nos grupos intergeracionais ocorrem no contato ou no convívio com o outro que possibilita o reconhecimento da pluralidade, produzindo novos papéis para a infância e para a velhice [...]. (Santos, 2019, p. 95)

Frente a esse contexto, para a realização de análise crítica, é fundamental assimilar que as representações das velhices LGBTQIAPN+ como construções advindas da interação entre as gerações no palco da contemporaneidade capitalista, sendo, portanto, socialmente determinadas.

A partir disso, pretende-se neste capítulo descrever o percurso da pesquisa “Convívio intergeracional e representações sociais de velhices LGBTQIA+: uma revisão de escopo”, realizada entre fevereiro e outubro/2023, com o apoio do Edital Acadêmico de Pesquisa 2022 - Envelhecer com Futuro; além de apresentar síntese narrativa dos achados do estudo, sob a perspectiva de sua contribuição para rompimento com a lógica heterocêntrica (Fernandes, 2020; Ferreira, Matos e Domingues, 2023) e excludente da sociabilidade capitalista neoliberal.

Objetivos da pesquisa

Objetivo geral

- Analisar em que medida o convívio intergeracional impacta as representações sociais construídas acerca das velhices LGBTQIA+.

Objetivos específicos

- Mapear as evidências científicas disponíveis sobre intergeracionalidade e velhices LGBTQIA+;
- Identificar os tipos de evidências existentes sobre a temática intergeracional e velhices LGBTQIA+;

- Sistematizar as evidências na literatura acerca do convívio intergeracional no seguimento LGBTQIA+;
- Verificar a existência de correlações entre convivência intergeracional e as representações sociais das velhices LGBTQIA+.

Percurso da investigação

O ato de pesquisar requer planejamento e rigor, é um procedimento formal e sistemático, que se diferencia das demais formas de expressão da subjetividade humana por meio do *método científico* (Gil, 2021; Severino, 2013). Minayo (2016) assinala que os recursos metodológicos empregados para atingir tal intenção são de singular importância. Contudo, é importante reconhecer que o pesquisador é atravessado por impressões e sensações decorrentes de sua aproximação com o objeto de estudo.

No caso desta investigação, destaca-se certo estranhamento, em face da ausência de vozes representativas da população LGBTQIAPN+ na equipe de pesquisa - algo como uma crise de legitimidade - seguido por uma busca incessante por garantir alguma expressividade a esses grupos populacionais vulnerabilizados. Entre esses dois polos, tendo consciência das limitações do olhar estrangeiro, intencionou-se uma lei-

tura respeitosa das experiências e vivências de envelhecimento LGBTQIAPN+, que foram trazidas à tona por meio dos estudos lidos e analisados nesta revisão de escopo.

Para tanto, a trilha metodológica percorrida foi a que segue.

Conforme mencionado, foi realizada uma revisão de literatura do tipo *scoping review*, para analisar em que medida o *convívio intergeracional* impacta as *representações sociais* construídas acerca das *velhices LGBTQIAPN+*.

A revisão de escopo fornece uma visão geral e ampla das evidências disponíveis sobre determinada temática. Esse tipo de estudo é útil quando as informações sobre um tema não foram revisadas de forma abrangente, ou são complexas e diversificadas. Entre os vários objetivos que podem ser alcançados com uma revisão de escopo, destacam-se a identificação de características-chave de determinado tópico e a identificação de lacunas de conhecimento (Sucharew; Macaluso, 2019).

Seguiu-se as diretrizes internacionais estabelecidas pelo *JBI Manual for Evidence Synthesis* (Peters *et al.*, 2020), com a adoção do protocolo PRISMA-ScR para relatar os resultados (Tricco *et al.*, 2018) e a elaboração de um protocolo de revisão, cujo registro foi realizado no banco de dados *Open Science Framework* (OSF). O documento encontra-se disponível para consulta em osf.io/tu5ba (Matos *et al.*, 2023).

Foi elaborada uma pergunta de pesquisa, utilizando-se o acrônimo PCC (Peters *et al.*, 2020), conforme segue: em que medida o convívio intergeracional impacta as representações sociais construídas acerca das velhices LGBTQIAPN+? A questão contempla as três dimensões do acrônimo, como demonstrado a seguir:

- I) **População** – *velhices LGBTQIAPN+*;
- II) **Conceito** – *representações sociais*;
- III) **Contexto** – *convívio intergeracional*.

Após, os critérios de inclusão e exclusão definidos. Foram incluídos estudos qualitativos, quantitativos e mistos; publicados, na íntegra, nos formatos artigo original, artigo de revisão, capítulo de livro, dissertações e teses; sem delimitação de idiomas e recorte temporal. No caso de pesquisas empíricas, somente foram consideradas aquelas que contavam com participantes LGBTQIAPN+ com idade igual ou superior a 60 anos, ainda que não exclusivamente. Esses critérios foram aplicados, especialmente, na fase de triagem por títulos e resumos (fase 1).

Na etapa de leitura do texto completo (fase 2), além dos critérios descritos, eliminou-se estudos que não continham elementos relacionados à *intergeracionalidade* e à *teoria das representações sociais*. Estes conceitos foram definidos

de acordo com o referencial teórico de Lüscher *et al.* (2017) e de Jodelet (2001), respectivamente, conforme discutido na seção anterior.

Considerando as recomendações de Peters *et al.* (2020), foram utilizadas oito fontes de informação, a saber: AgeLine, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos da CAPES, PsycInfo, PubMed, SciELO, SCOPUS e *Web of Science*. Para definição das estratégias de busca, contou-se com a assessoria de uma bibliotecária com *expertise* em revisões, em um procedimento de três etapas para elaboração.

A primeira etapa consistiu em uma busca piloto na base PubMed, com vistas à identificação de indexadores, descritores e termos livres pertinentes ao tema de interesse. Na segunda etapa, os termos identificados foram utilizados para estruturação de uma estratégia de busca padrão, que foi ajustada para aplicação em todas as bases de dados, utilizando-se a ferramenta *busca avançada*. Foram utilizados os vocabulários controlados DeCS/MeSH e Emtree. Por fim, na terceira etapa, as listas de referências das publicações incluídas na amostra foram consultadas manualmente, para triagem de estudos adicionais que fossem elegíveis.

Em seguida a identificação nas bases de dados e remoção das duplicatas, a triagem e seleção dos estudos foi conduzida por dois revisores independentes e as divergências foram

resolvidas pela decisão de um terceiro revisor (fases 1 e 2). Essas etapas foram realizadas com a utilização do *software* de gerenciamento *Rayyan*. Foi elaborado um instrumental, no Excel, para a extração dos dados de interesse (fase 3), em conformidade com as recomendações de Peters *et al.* (2020). Na ocasião, coletaram-se dados de caracterização da publicação (título, autores, ano, e país de origem), informações sobre o delineamento do estudo (natureza, objetivos, participantes e segmento da população LGBTQIAPN+ incluído), principais resultados do estudo e conclusões relacionados à pergunta de pesquisa, seguidos da identificação do revisor. Por fim, para a fase 4 (avaliação das listas de referências das publicações da amostra), também foi elaborado um instrumental, com as mesmas características do utilizado na fase 3.

Síntese dos resultados

Seguindo o método descrito, foram identificados 6.758 estudos nas bases de dados. Destes, foram removidos, automática e manualmente, 3.360 duplicados. Logo, selecionou-se 3.398 para leitura de títulos e resumos (fase 1), quando foram excluídos 3.100, tanto por não atenderem aos critérios de inclusão, quanto por duplicidade. Restaram, portanto, 298 trabalhos para leitura do texto completo (fase 2). Contu-

do, 56 não estavam disponíveis na íntegra on-line, de modo que foram avaliados, para elegibilidade, 242 estudos (fase 2), dos quais foram removidos, ainda, 197, por não atenderem aos critérios de inclusão e, sobretudo, por não conterem elementos que pudessem responder à pergunta de pesquisa. Ao final, 45 estudos integraram a amostra (fase 3). Não houve inclusão manual de trabalhos na fase 4 (consulta às listas de referências da amostra).

Acerca dos 45 estudos incluídos nesta revisão, tem-se nas tabelas 1, 2 e 3, os principais dados de caracterização.

Tabela 1 - Distribuição dos estudos de acordo com a natureza/delineamento da pesquisa, 2024

Natureza / delineamento das pesquisas	Quantidade de estudos por tipo
Qualitativa	20
Quantitativa	14
Bibliográfica	8
Mista (métodos quantitativos e qualitativos)	2
Revisão de material multimídia	1
TOTAL	45

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Tabela 2 - Distribuição dos estudos por local de realização da pesquisa, 2024

Local	Quantidade de estudos por local
Estados Unidos	22
Canadá	4
Reino Unido	3
Brasil	3*
Espanha	2
Austrália	2
Holanda	2
Portugal	2
China	1
Argentina	1
Israel	1
América Latina	1
Canadá e Austrália (multicêntrico)	1
TOTAL	45

***Nota:** Os estudos brasileiros foram realizados em Porto Alegre/RS, Salvador/BA e São Carlos/SP, um em cada cidade. Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Tabela 3 - Distribuição dos estudos por segmento da população LGBTQIAPN+, 2024

Segmento da população LGBTQIAPN+	Quantidade de estudos por segmento
Homens gays	12
Mulheres lésbicas	9
LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros)	9
Homens gays e mulheres lésbicas	4
LGB (lésbicas, gays, bissexuais)	3
Mulheres lésbicas e bissexuais	2
Homens gays e bissexuais	2
LGBQ (lésbicas, gays, bissexuais e queer)	1
Homens queer	1
LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexual, pansexual, não-binário)	1
Transexuais	1
TOTAL	45

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

As características de composição da amostra reiteram os pressupostos teóricos acerca da temática envelhecimento LGTBQIAPN+, sobremaneira nos aspectos geográficos de ocorrência das pesquisas e dos segmentos majoritariamente estudados. A concentração de investigações nos Estados Unidos ilustra o histórico de mais de cinquenta anos de produção de uma literatura significativa sobre

envelhecimentos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, intersexuais, queers, entre outros sujeitos. Henning (2021) expõe que esse conjunto de pesquisas de vários países da América do Norte se materializaram em um campo multidisciplinar, complexo e multifacetado denominado “gerontologia LGBTI+”.

Já no que se refere à maior concentração de esforços para analisar aspectos da sexualidade de homens gays, considera-se que tal dinâmica está intimamente ligada à normatização imposta pelo patriarcado, que dita as regras de sociabilidade, inclusive entre os sujeitos insubmissos ao heterocentrismo (Costa; Oliveira, 2022). Ademais, fica patente a invisibilização da transgeneridade, evidenciando que a população LGBTQIAPN+ é um grupo multifacetado e heterogêneo, também atravessado pelas contradições intrínsecas à sociedade moderna. Portanto, conforme indicam Baron, Henning e Ortiz (2021), é preciso considerar que cada subgrupo dessa população vivencia vulnerabilidades específicas que impactam suas trajetórias.

Os principais resultados e conclusões pertinentes à pergunta de pesquisa foram categorizados em seis tópicos de análise, agrupados por semelhança das temáticas centrais dos estudos. Na tabela 4 consta a distribuição quantitativa dos trabalhos revisados entre as categorias.

Tabela 4 - Distribuição quantitativa dos estudos da amostra entre as seis categorias de análise, 2024

Categoria de análise	Quantidade de estudos por categoria
Reprodução de aspectos socioculturais e históricos	8
Escassez de políticas públicas para o envelhecimento LGBTQIAPN+	7
Diferenciação dos comportamentos e evolução nas percepções da identidade e da orientação sexual	6
Gerações anteriores como referência de aprendizado: geratividade queer	6
Solidariedade entre gerações	9
Rede de suporte social e proteção	10

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

É importante destacar que alguns estudos foram inseridos em duas ou mais categorias, visto que versavam sobre os elementos pertinentes aos tópicos tratados.

Chama atenção a concentração discretamente maior de estudos na categoria *rede de suporte social e proteção*, por se tratar de um aspecto preponderante do ponto de vista da velhice e do envelhecimento. Sob a perspectiva das sexualidades dissidentes, essas redes são, comumente, problematizadas pela lógica da ausência e da desproteção.

As categorias *solidariedade entre as gerações e reprodução de aspectos socioculturais e históricos* são as próximas, em número de pesquisas, e corroboram as questões teóricas relativas à intergeracionalidade, sobretudo no que tange à transmissão intergeracional da cultura e dos valores. Acrescentam-se, no mesmo sentido, as categorias *diferenciação dos comportamentos e evolução nas percepções da identidade e da orientação sexual e gerações anteriores, como referência de aprendizado: geratividade queer*.

Por fim, o tópico *escassez de políticas públicas para o envelhecimento LGBTQIAPN+* relaciona-se, globalmente, com todo o escopo de análise desta revisão, especialmente no que diz respeito aos aspectos nefastos da sociabilidade capitalista neoliberal heterocêntrica.

Considerações finais

De modo geral, os trabalhos revisados indicaram que o convívio intergeracional, quando analisado sob a perspectiva da diversidade sexual e gênero, tem uma função societária transformadora. Essa potencialidade fica, ainda, mais evidente, do ponto de vista do processo de envelhecimento LGBTQIAPN+, que ainda é marcado por estereótipos negativos externos e internos a esse segmento populacional.

Nesse escopo, o relacionamento entre *coortes* geracionais distintas pode auxiliar na desconstrução de imagens preconceituosas e favorecer a constituição de representações sociais mais positivas sobre as pessoas idosas LGBTQIAPN+ e suas vivências na velhice.

As características de composição da amostra lançam luz sobre a escassez de estudos brasileiros que se dediquem a essa temática. Desse modo, se faz necessária a ampliação de investimentos nesse campo, o que poderá, inclusive, subsidiar a formulação de políticas públicas específicas, sobremaneira com o aumento da longevidade desse grupo populacional.

Ademais, é fundamental compreender que o guarda-chuva LGBTQIAPN+ abriga uma multiplicidade de experiências e de trajetórias de vida, que são impactadas de formas distintas pelas refrações da questão social engendradas pela sociabilidade capitalista neoliberal. Nesse sentido, entre outros aspectos, tem-se diferentes possibilidades de vivências intergeracionais, sendo importante problematizar a efetividade desses vínculos, em face das particularidades de cada subgrupo.

Referências

ATTIAS-DONFUT, C. Rapports de générations et parcours de vie. **Enquête**, [on-line], n. 5, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/enquete.82>. Acesso em: 08 fev. 2023.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BARON, L.; HENNING, C. E.; ORTIZ, S. R. M. (org.) **O brilho das velhices LGBT+**: vivências e narrativas de pessoas LGBT 50+. São Paulo: Hucitec, 2022.

BARRETO, D. M. The Age-Old Problem of LGBTQ Representation: Ageing, Intergenerational Relations and Queerness in Galician Literature. **Bulletin of Spanish Studies**, Glasgow-Escócia, v. 99, n. 4, p. 703–724, abr. 2022. DOI: 10.1080/14753820.2022.2095867. Acesso em: 07 nov. 2023.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução: Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

CARVALHO, J. G. D. S.; ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 445–456, dez. 2008.

COSTA, H.; OLIVEIRA, P. No intercruzamento das opressões: pessoas LGBTI+ velhas em debates - questões preliminares. *In*: FERREIRA, M. M. M.; RAIMUNDO, V. J.; SILVA, C. F.

S. da. (org.). **Envelhecimento e intergeracionalidade**. Curitiba: CRV, 2022, p. 107-114.

DUARTE, G. de O. **Entre armários e gavetas**: homossexualidade masculina e o processo de envelhecimento. Curitiba: Appris, 2019.

DOMINGUES, J. M. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. **Tempo Social**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 67-89, maio 2002.

DOMINGUES, M. A. R. da C.; MATOS, G. P. N. B. R. Conselhos de Idosos: garantia de direitos para uma velhice digna. *In*: LOPES, R. G. da C.; CÔRTE, B. (org.). **A pessoa idosa na cidade de São Paulo**: subsídios para a defesa de direitos e controle social. São Paulo: Portal do Envelhecimento, 2022, p. 369-401.

FERNANDES, Y. Não estamos vendo ou não queremos ver nossos idosos LGBT+?. **Folha de São Paulo** - São Paulo - 05 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2020/12/nao-estamos-vendo-ou-nao-queremos-ver-nossos-idosos-lgbt.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FERREIRA, C. R.; MATOS, G. P. N. B. R.; DOMINGUES, M. A. R. da C. Narrativas LGBTQIAPN+: “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte.” **Revista Longeviver**, São Paulo, vol. 5, n. 20, p. 73–81, 2023.

FERRIGNO, J. C. **Conflito e cooperação entre gerações**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2013.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GOLTZ, D. B. “We’re Not in Oz Anymore”: Shifting Generational Perspectives and Tensions of Gay Community, Identity, and Future. **Journal of Homosexuality**, Filadélfia-Estados Unidos, v. 61, n. 11, p. 1503–1528, nov. 2014. DOI: 10.1080/00918369.2014.944042. Acesso em: 07 nov. 2023.

GOLTZ, D. B. Queer generativity: temporal collisions of *Fred Astaire’s Dancing Lessons*. **Text and Performance Quarterly**, Filadélfia-Estados Unidos, v. 41, n. 1–2, p. 106–122, abr. 2021. DOI: 10.1080/10462937.2021.1915496. Acesso em: 07 nov. 2023.

HENNING, C. A expansão do orgulho grisalho e da gerontologia e geriatria LGBTQIA+ no Brasil. *In*: REBELLATO, C.; GOMES, M. C. de A.; CRENITTE, M. (org.). **Introdução às velhices LGBTI+**. Rio de Janeiro: Fólio Digital, 2021.

JODELET, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 17-44.

LÜSCHER, K. *et al.* **Generationen, Generationenbeziehungen, Generationenpolitik ein mehrsprachiges Kompendium**. 17. ed. Konstanz: Universität, 2017.

MAIOR, P. S.; QUINALHA, R. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. Tradução: Cláudio Marcondes. In: FORACCHI, M. M. (org.). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

MATOS, G. P. N. B. R.; FERREIRA, C. R.; DOMINGUES, M. A.R. da C. Velhices LGBTQIA+: diálogos sobre novas e velhas demandas. **Portal do Envelhecimento** - São Paulo - 07 ago. 2023. Disponível em: <https://portaldoenvelhecimento.com.br/velhices-lgbtqia-dialogos-sobre-novas-e-velhas-demandas-2/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MATOS, G. P. B.; FERREIRA, C. R.; DOMINGUES, M. A. R. da C. **Convívio intergeracional e representações sociais de velhices LGBTQIAPN+**: protocolo de revisão de escopo. Open Science Framework (OSF), 2023. Disponível em: <https://osf.io/n5ser/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

MATOS, G. P. N. B. R.; OLIVEIRA, C. R. F. de; DOMINGUES, M. A. R. da C. Políticas públicas não-idadistas: o mapa mínimo de relações do idoso (MMRI) como ferramenta de suporte para diagnóstico e elaboração. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa-MG, v. 34, n. 2, 2023. DOI: 10.31423/oikos.v34i2.15264. Acesso em: 22 nov. 2023.

MENDONÇA, R. R. S. de; BARBOSA, C. C. D. A participação política LGBTQIA+ como caminho para a garantia de

Direitos Humanos. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa-MG, v. 34, n. 1, 2023.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016, p.9-28. (Série Manuais Acadêmicos)

MOGROVEJO, N. O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala. In: HOLLANDA, H. B. de . (org.). **Pensamento feminista hoje: sexualidade no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 33- 57.

MORAGAS, R. M. **Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida**. Tradução: Nara C. Rodrigues. 3. ed. rev. São Paulo: Paulinas, 2010.

MORERA, J. A. C. *et al.* Theoretical and Methodological Aspects of Social Representations. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 1157–1165, dez. 2015. DOI: 10.1590/0104-0707201500003440014. Acesso em: 22 nov. 2023.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos**. Washington: Assembleia Geral, 2015.

OLIVEIRA, P. de S. Conflitos e diálogos entre gerações. **A Terceira Idade: estudos sobre envelhecimento**, São Paulo, v. 11, n. 43, p. 59-69, 2008.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 20 de nov. de 2023.

PEREIRA, C. F. **Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

PETERS, M. D. *et al.* Chapter 11: Scoping reviews. **JBIManual for Evidence Synthesis**. JBI, 2020. Disponível em: <https://jbi-global-wiki.refined.site/space/MANUAL/4687342/Chapter+11%3A+Scoping+reviews>. Acesso em: 2 nov. 2023.

REBELLATO, C.; GOMES, M. C. de A.; CRENITTE, M. R. F. (org.) **Introdução às velhices LGBTI+**. Rio de Janeiro: SBGG-RJ; EternamenteSOU; ILC-BR, 2021.

ROCHA, L. F. Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 34, p. 46-65, 2014. DOI: 10.1590/S1414-98932014000100005. Acesso em: 01 dez. 2023.

SALGADO, A. G. A. T. *et al.* Velhice LGBT: uma análise das representações sociais entre idosos brasileiros. **Ciências Psicológicas**, Montevideu/Uruguai, v. 11, n. 2, p. 155-163, nov. 2017.

SANTOS, D. de F. dos. **Intergeracionalidade: cartas na mesa**. São Paulo: Portal do Envelhecimento, 2019.

SANTOS, J.; ENCARNAÇÃO, M. F. N. da S. **Modernidade e gestão da velhice**. Algarve, Portugal: Centro Regional de Segurança Social do Algarve, 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. e-PUB. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. V. Diversidade humana, relações sociais de gênero e luta de classes: emancipação para além da cultura. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro/RJ, v. 9, n. 28, p. 51-63, dez.2011.

SUCHAREW, H.; MACALUSO, M. Methods for Research Evidence Synthesis: The Scoping Review Approach. **Journal of Hospital Medicine**, v. 14, n. 7, p. 416, 2019.

TRICCO, A. C. *et al.* PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. **Annals of Internal Medicine**, v. 169, n. 7, p. 467–473, 2 out. 2018.

Capítulo IV

Políticas de direitos humanos para a população idosa LGBTQIA+¹ no Brasil: proteção e desafios


Livia Pacheco da Cruz

Silvia Virginia Coutinho Areosa

Diorginis Luis Fontoura da Rosa

Vitor Emanuel Alves Zambarda

1 lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexual+



Introdução

O envelhecimento da população brasileira é uma tendência que se consolidou nas últimas décadas. De acordo com o relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2023), com base nos dados do Censo Demográfico 2022, a população de pessoas idosas residentes no Brasil atingiu um total de 32.113.490, representando um aumento de 56,0% em comparação com o censo de 2010. Dentre essa população, 55,7% eram mulheres, enquanto 44,3% eram homens.

O documento detalha várias características observadas na população brasileira de pessoas idosas, ou seja, com 60 anos ou mais, em conformidade com o Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003), incluindo desagregações geográficas, faixas etárias e gênero. Destacando que a desagregação por sexo é baseada na coleta da variável de acordo com as categorias masculino e feminino, levando em consideração o sexo biológico atribuído no nascimento (IBGE, 2023). Reforçando a necessidade de aprofundar a discussão sobre o envelhecimento no Brasil visando a formulação de políticas públicas que atendam às demandas dessa crescente população idosa.

É importante considerar a diversidade da população idosa. As pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, transgêneros, travestis, queer, intersexo, assexuadas, e outras orientações sexuais e identidade de gênero, representadas pelo acrônimo LGBTQIA+, enfrentam desafios específicos relacionados à sua orientação sexual e identidade de gênero e, também, envelhecem e precisam ser consideradas. No entanto, as estatísticas e indicadores relacionados a essa comunidade são por vezes subnotificados, o que dificulta, ou ao menos inviabiliza a formulação de políticas públicas.

De acordo com informações do IBGE, cerca de 2,9 milhões de adultos, no Brasil, se declararam homossexuais ou bissexuais. A cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, apresentou o maior percentual do país, com 5,1% da população autodeclarada. No entanto, esses números representam apenas uma parte da diversidade LGBTQIA+, uma vez que muitas identidades e orientações não se encaixam na categorização de “homossexual” ou “bissexual” (Agência IBGE Notícias, 2022).

Pesquisas realizadas pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP) identificaram um número significativamente maior de pessoas que se identificam como assexuadas, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e não binárias, totalizando 19 milhões. Essa discrepância nos

dados evidencia a complexidade da diversidade LGBTQIA+ e a necessidade de reconhecer e atender a diversas identidades (Spizzirri, et al., 2022). A população LGBT+ idosa é uma parte significativa dessa diversidade. De acordo com uma reportagem do Jornal Folha de São Paulo (Fernandes, 2020), estima-se que mais de 3,1 milhões de pessoas idosas, no Brasil, se identificam como LGBTQIA+, o que representa mais de 8% da população idosa do país.

Afirma-se que os dados estatísticos são de extrema importância para o planejamento das políticas públicas, pois permitem demonstrar a heterogeneidade da população, garantindo uma qualidade de vida digna em todas as fases da vida. Assim, esta pesquisa se justifica pela importância de garantir o respeito à identidade de gênero em todas as fases do desenvolvimento humano, especialmente na velhice, quando os desafios e o estigma podem ser agravados.

Dessa forma, busca-se verificar se as políticas de direitos humanos do Brasil protegem a população idosa LGBTQIA+, visando a formulação de agendas, análise e implementação de políticas públicas. “A velhice da população LGBTQIA+ e as políticas de direitos humanos no Brasil”, pesquisa que contou com o apoio do Edital Acadêmico Envelhecer com Futuro 2022, dedicou-se a mapear as políticas de direitos humanos, no Brasil, que protegem a população idosa LGBTQIA+, a par-

tir da Constituição Federal de 1988, bem como sistematizar a bibliografia existente sobre a população idosa LGBTQIA+.

Justifica-se pela relevância e urgência de identificar se as políticas de direitos humanos garantem os direitos à população idosa LGBTQIA +, para que se possa avaliar a garantia do direito e respeito à sexualidade, em qualquer fase do desenvolvimento humano. Para atingir os objetivos da pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, valendo-se da revisão sistemática integrativa como uma fase da coleta de dados e que será detalhada no percurso de desenvolvimento da pesquisa e apresentação dos principais resultados. Também se realizou, como experiência, duas rodas de conversa com pessoas de 60 anos ou mais, em um CRAS no interior do RS, sobre diversidade, a fim de ver suas percepções em relação à temática.

Percurso e etapas da pesquisa

a) Desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Envelhecimento e Cidadania - GEPEC, o qual é focado na relação pesquisa x extensão, e busca solução de problemas específicos enfrentados pela população

idosa, dentro e fora da Universidade, desde o início dos anos 2000. O GEPEC (CNPQ, 2022), é um grupo institucional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC -, universidade comunitária, que tem o humanismo, a democracia e o ideal comunitário como suas marcas, e está ligado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (nota 6 CAPES), e ao Programa Mestrado Profissional em Psicologia (nota 4 CAPES).

Destaca-se que o GEPEC é um grupo multidisciplinar, com pesquisadores da área das ciências humanas, saúde e sociais e aplicadas, o que é fundamental para o estudo das velhices, pois o envelhecimento humano se apresenta de forma heterogênea, apresentando excepcionalidades, de acordo com cada classe social, cultura, território, eis que resultam de um processo de construção social e de representações sociais. Ainda, o grupo apresenta relevante produção acadêmica como a publicação de livros, artigos científicos, promoção de eventos para os diversos atores envolvidos na temática do envelhecimento. Possui sala própria dentro da Universidade, com estrutura de computadores, mesas e livros, representando um suporte fundamental para a realização das pesquisas e estudos.

A pesquisa foi dividida em duas etapas estruturantes. A etapa de busca documental, com o objetivo de mapear as Po-

líticas de Direitos Humanos destinadas à proteção das pessoas idosas LGBTQIA+, e a etapa da revisão e sistematização bibliográfica sobre as políticas públicas da população Idosa LGBTQIA+ existentes.

b) Mapeamento das Políticas de Direitos Humanos destinadas à proteção das pessoas idosas LGBTQIA+

A busca documental foi realizada no dia 07 de março de 2023, nas bases oficiais do Planalto, Câmara dos Deputados Federais, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal - STF - e Conselho Nacional de Justiça - CNJ -, entre o período de 1988 a 2022.

Verificou-se que não há legislação federal específica para pessoa idosa LGBTQIA+. Entretanto, merecem destaque alguns importantes marcos legais na defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+ no Brasil:

- a) Inclusão de políticas para mulher Trans, na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha: “Art. 5º, Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas nesse artigo independem de orientação sexual”;
- b) Realização de casamento homoafetivo em cartórios: Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, que “dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil,

- ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo”;
- c) Uso de nome social e alteração de nome e gênero no registro civil em cartórios: Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016, que “Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”;

No que se refere ao Supremo Tribunal Federal – STF -, destaca-se o reconhecimento ao direito de adoção por casais homossexuais, decisão da Ministra Carmen Lúcia, em Recurso Extraordinário nº 846.102, destacou, entre outros pontos, que: “1. Se as uniões homoafetivas já são reconhecidas como entidade familiar, com origem em um vínculo afetivo, a merecer tutela legal, não há razão para limitar a adoção, criando obstáculos onde a lei não prevê”.

Bem como, em março de 2018, “entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. A decisão ocorreu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275.” Ainda, a criminalização da homofobia e transfobia como crime de racismo. Em junho de 2019, o STF concluiu o julgamento das ações que tratam da

matéria e, decidiu que, até que o Congresso Nacional edite lei específica, as condutas homofóbicas e transfóbicas se enquadram na tipificação da Lei do Racismo. O Plenário do STF entendeu que houve omissão inconstitucional do Congresso Nacional, por não editar lei que criminalizasse atos de homofobia e de transfobia. O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, de relatoria do ministro Celso de Mello, e do Mandado de Injunção (MI) 4733.

Em junho de 2018, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ - regulamentou a retificação do registro civil, publicando o Provimento nº 73/2018, que “dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN)”.

O Anexo 1 e Anexo XXI, da Portaria de Consolidação MS/PRC nº 2, de 28/09/2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde, dispõe sobre as cirurgias de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS), redefinindo e ampliando o Processo Transexualizador no SUS.

Merece destaque o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (Plano Nacional de Direitos LGBT), de 2009, elaborado por Comissão Técnica Interministerial, que refletiu o esforço do Governo e da Sociedade Civil, na busca de políticas públicas que consigam responder às ne-

cessidades, potencialidades e direitos da população envolvida, a partir de sua implementação, bem como do fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia, implantado desde 2004, e apresenta a “diretriz 5.20. Proteção da universalidade, integridade e acessibilidade na atenção básica à pessoa idosa LGBT”.

E a Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), com a expressa referência às pessoas idosas LGBT: “Art. 2º A Política Nacional de Saúde Integral LGBT tem os seguintes objetivos específicos: [...] X - oferecer atenção e cuidado à saúde de adolescentes e idosos que fazem parte da população LGBT”.

Importante destacar a proposição que se encontra em tramitação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 94/2021, de autoria do deputado federal Alexandre Frota - PSDB/SP, apresentado em 03/02/2021, o qual propõe a alteração do dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa - “para garantir que as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência às pessoas idosas exerçam suas funções de modo a preservar a dignidade dessas pessoas, respeitando-as, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero”; o projeto aguarda Designação de Relator, na Co-

missão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Bem como, da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, aprovada na segunda sessão plenária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, nos dias 15 e 16 de junho de 2015, ainda que já esteja em vigor, na esfera internacional, desde 13 de dezembro de 2016. No Brasil, o texto da convenção foi aprovado e transformado no Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais - PDC 863/2017 -, o qual aguarda apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados. Destaca-se que o artigo 5º trata sobre a Igualdade, e não discriminação, por razões de idade, e determina que:

Os Estados Partes desenvolverão enfoques específicos em suas políticas, planos e legislações sobre envelhecimento e velhice, com relação aos idosos em condição de vulnerabilidade e os que são vítimas de discriminação múltipla, incluindo as mulheres, as pessoas com deficiência, as pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero, as pessoas migrantes, as pessoas em situação de pobreza ou marginalização social, os afrodescendentes e as pessoas pertencentes a povos indígenas, as pessoas sem teto, as pessoas privadas de liberdade, as pessoas pertencentes a povos tradicionais, as pessoas pertencentes a grupos étnicos, raciais, nacionais, linguísticos, religiosos e rurais, entre outros (OAS, 2015, p. 17).

Diante da análise documental realizada, é possível identificar uma lacuna legislativa referente à proteção específica dos direitos da pessoa idosa LGBTQIA+, no âmbito federal, ainda que apresente alguns avanços significativos na promoção dos direitos da comunidade LGBTQIA+ e demonstre um progresso na proteção e reconhecimento dos direitos dessa comunidade.

c) Revisão e sistematização da literatura sobre a população idosa LGBTQIA+

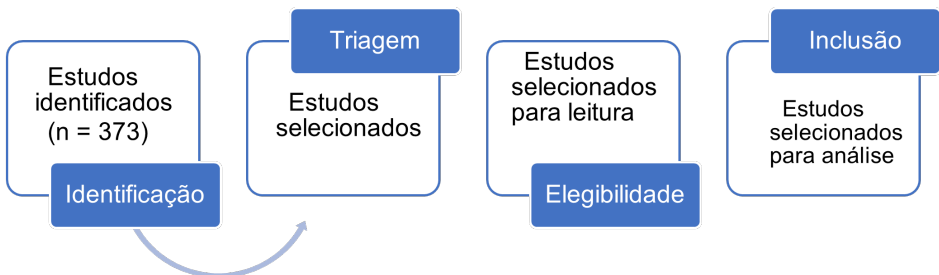


Figura 1:

Mapeamento dos artigos existentes nas bases da CAPES

Fonte: Criada pelos autores a partir da coleta realizada, 2023.

Esta figura aponta que os 9 artigos encontrados na busca realizada no Portal de Periódicos Capes, sem filtrar o ano, são, em sua maioria, de revisão e apontam para falta

de políticas públicas e de previsão orçamentária, para implementação das existentes. Destacam a criação do Programa Brasil sem Homofobia e seus desdobramentos, iniciativas de sensibilização e promoção da cidadania e direitos humanos LGBTQIAPN+².

Dos 14 textos encontrados sobre a população idosa e as políticas públicas implementadas, os mesmos dão destaque às políticas públicas relacionadas aos direitos dos idosos, no Brasil, com base na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional do Idoso, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e no Estatuto da Pessoa Idosa. No entanto, estudos apontam dificuldades na implementação das ações, problemas na relação entre os atores sociais e a falta de envolvimento de alguns órgãos governamentais. Ainda há artigos que trazem o preconceito em relação à pessoa idosa e sua implicação sobre as políticas e sua implementação.

Nesse sentido, entende-se que essa revisão sistemática integrativa oferece uma análise minuciosa das políticas públicas de direitos humanos, no Brasil, com foco, tanto na população LGBTQIAPN+, quanto na pessoa idosa. É essencial notar que a revisão observa desafios na implementação dessas políticas, ressaltando a importância da diversidade na promoção dos direitos humanos. Para alcançar essa aná-

2 lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexual, pansexual, não-binário+.

lise, a pesquisa seguiu os passos metodológicos delineados por Botelho, Cunha e Macedo (2011), para uma revisão sistemática integrativa.

A revisão apontou diversos desafios na implementação das políticas públicas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, no Brasil. Tais desafios incluem obstáculos políticos, financeiros, ideológicos e de comunicação. Além disso, a revisão destacou a importância da participação ativa dos movimentos sociais e da sociedade civil, na promoção e no monitoramento dessas políticas. No contexto das políticas públicas relacionadas ao envelhecimento, a pesquisa enfatiza que a implementação dessas políticas também enfrenta desafios significativos.

Esses desafios derivam da falta de homogeneidade no processo de envelhecimento e das desigualdades socioeconômicas, culturais e de saúde. Portanto, torna-se crucial desenvolver políticas públicas sensíveis às diversas realidades das pessoas idosas. Adicionalmente, a pesquisa destaca o impacto da pandemia de COVID-19, que afetou consideravelmente a população idosa.

A pesquisa reforça a importância de desenvolver políticas públicas que sejam sensíveis às diversas realidades enfrentadas pela população idosa. Essa demanda por políticas adaptadas se justifica, devido às disparidades socioeconômicas,

culturais e de saúde que têm um impacto significativo no bem-estar desse grupo demográfico.

Nesse contexto, é de extrema importância enfatizar a necessidade de promover a diversidade e a inclusão, no âmbito das políticas públicas de direitos humanos. Isso implica assegurar que todos os cidadãos, independentemente de sua cor, idade, orientação sexual ou identidade de gênero, tenham seus direitos fundamentais e sua dignidade respeitados. A garantia desses princípios é crucial para atender às necessidades da população idosa e assegurar sua qualidade de vida e dignidade.

Cabe destacar que, nos últimos 10 anos, as publicações encontradas sobre a temática são escassas, como se percebe na pesquisa realizada, que não encontrou nenhum artigo específico sobre política pública voltada à população idosa LGBTQIAPN+. Esse fato reflete os desafios para o enfrentamento dessa problemática e, para a visibilidade dessa temática, também reforça a importância das pesquisas acadêmicas e sua relevância social.

Produtos resultantes da pesquisa

Da pesquisa “A velhice da população LGBTQIA+ e as políticas de direitos humanos no Brasil”, resultaram diversos

produtos, os quais buscaram contribuir para a compreensão e promoção da inclusão de pessoas idosas LGBTQIA+, no contexto do envelhecimento no Brasil.

Os produtos, descritos abaixo, foram elaborados em resposta ao Edital Acadêmico de Pesquisa: Envelhecer com Futuro 2022, que teve como o objetivo promover a pesquisa e o debate acerca do Envelhecimento e Diversidade:

1. Seminário Envelhecer com Futuro³

Participação na mesa “Envelhecimento e diversidade: Transmasculinidade e velhices LGBTQIA+” em seminário realizado em São Paulo/SP, no dia 20/10/2023. Nesse evento, foram compartilhados os principais resultados da pesquisa, proporcionando um espaço para discussões e reflexões sobre o tema. Além da promoção de um espaço de encontro e trocas entre os participantes do Edital Acadêmico Envelhecer com Futuro 2022.

2. Artigo publicado na Revista Longeviver⁴

Produção do artigo intitulado “Política do Envelhecimento e Direitos Humanos LGBTQIAPN+ no Brasil”, publicado no dossiê - Edital Acadêmico de Pesquisa 2022, Envelhecer

3 Link evento: https://www.youtube.com/watch?v=Tm_32S6ley8&t=3s

4 Link publicação: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/1046/1097>

com futuro, na Revista Longeviver N° 20, Ano V – Out/Nov/Dez, 2023. O artigo aborda as políticas relacionadas ao envelhecimento e direitos humanos das pessoas LGBTQIA+, no contexto brasileiro, ampliando o conhecimento acadêmico sobre a temática.

3. Artigo para o Portal do Envelhecimento⁵

Elaboração do artigo “Diversidade e velhices LGBTQIA+: conversando com usuários do CRAS”, para o Portal do Envelhecimento. O texto apresenta um relato de experiência de uma roda de conversa, realizada em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), no interior do Rio Grande do Sul, envolvendo pessoas idosas.

4. Vídeo para o YouTube

Produção de um vídeo que resume os principais achados da pesquisa, tornando o conteúdo acessível.

5. Pôster para Evento Internacional

Desenvolvimento de um pôster para o XIX Simpósio Internacional de Geriatria e Gerontologia e VI Simpósio da REPRINTE. O pôster, intitulado “Políticas Públicas e Popu-

⁵ Link publicação: <https://portaldoenvelhecimento.com.br/diversidade-e-velhices-lgbtqia-conversando-com-usuarios-do-cras/>

lação Idosa LGBTQIAPN+: Uma Revisão Sistemática Integrativa”, apresenta uma síntese dos resultados parciais obtidos pela pesquisa.

6. Artigo para Revista Qualis

Elaboração do artigo “Políticas de Direitos Humanos no Brasil que Protegem a População Idosa LGBTQIAPN+: Uma Revisão Sistemática Integrativa” submetido à uma revista com Qualis B1. O texto analisa a produção bibliográfica, disponível no Portal de Periódicos da CAPES, sobre a temática das políticas públicas implementadas para proteger as pessoas idosas LGBTQIAPN+.

7. Resumo para Evento Acadêmico

Elaboração de um resumo para apresentação oral “Velhice LGBTQIAPN+ e Demandas Sociais no Brasil: Uma População Vulnerável”, que foi apresentado no X Seminário Científico e IV Encontro Internacional do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde - Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul; II Seminário Científico do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado Profissional - UNISC e VI Simpósio do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Santa Cruz.

8. Live para o canal do Youtube Portal do Envelhecimento⁶

Realização de uma live com o tema “Transmaculidades, velhices LGBTQIA+ e as políticas de direitos humanos”, abordando aspectos relevantes da pesquisa e promovendo a interação com o público interessado.

Observa-se que os produtos apresentados refletem o comprometimento da pesquisa em disseminar conhecimento, promover a sensibilização e contribuir para a construção de políticas mais inclusivas, para a população idosa LGBTQIA+, no Brasil, bem como visar um impacto positivo nas políticas e práticas relacionadas ao envelhecimento e diversidade.

Impacto social da pesquisa: uma jornada de transformação

Este capítulo destaca os impactos sociais obtidos a partir da pesquisa: “A velhice da população LGBTQIA+ e as políticas de direitos humanos, no Brasil”. Os pesquisadores buscaram sempre promover o diálogo, com o objetivo de influenciar políticas e contribuir para a construção de uma comunidade mais inclusiva.

⁶ Link da Live: <https://www.youtube.com/watch?v=FPDka41eUL4>

1. Debates do GEPEC

A pesquisa influenciou debates fundamentais realizados nos encontros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Envelhecimento e Cidadania - GEPEC. Além da temática tangenciar em diversos encontros, dois deles foram dedicados exclusivamente à temática do envelhecimento e diversidade. “Etarismos e a Diversidade Sexual e de Gênero” foi um dos textos bases discutidos, bem como foi apresentada a dissertação de mestrado, por Mariluzza Sott Bender, intitulada “Transnarrativas: Um Olhar Cartográfico sobre a Saúde da População Trans”, proporcionando uma profunda reflexão sobre as experiências trans na busca por cuidados de saúde adequados.

2. Debates na Graduação e Pós-Graduação

Tendo em vista a interdisciplinaridade do GEPEC, os debates se estenderam a diversos programas de pós-graduação, tais como: Desenvolvimento Regional, Psicologia, Promoção da Saúde e Direito, bem como pelas graduações de Psicologia, Enfermagem e Medicina. Verificou-se que a pesquisa enriqueceu o meio acadêmico, promovendo discussões e críticas sobre envelhecimento e diversidade, em várias disciplinas e áreas do conhecimento.

3. Rede de Pesquisadores sobre LGBTQIA+

Propomos um projeto futuro, em parceria com o Ambitrans - Ambulatório Multiprofissional de Atenção à Saúde da População LGBTTQIA+. Essa iniciativa visa criar, na Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, uma rede de pesquisadores sobre a temática LGBTQIA+, que tem como foco principal fortalecer os laços entre a academia e a comunidade.

4. Roda de Conversa com o CRAS

Duas rodas de conversa no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - Beatriz, exploraram as complexidades das velhices LGBTQIA+. O encontro dos docentes com os um grupo de convivência de pessoas idosas, usuárias do serviço, proporcionou um espaço seguro para compartilhar experiências e desafios enfrentados por essa população em Santa Cruz do Sul/RS.

5. SAIS (Semana Acadêmica Integrada dos Cursos da Saúde)

Foi realizada uma participação dos integrantes do GEPEC, alunos e docentes na XV Semana Acadêmica Integrada dos Cursos da Saúde, mediando uma oficina sobre “Envelhecimento Ativo: Situações e Desafios na Atualidade”, para estimular o diálogo sobre o envelhecimento diverso e inclusivo. Essa atividade teve em torno de 60 participantes de diversas áreas.

6. Pint of Science

A participação no Festival Mundial Pint of Science, na Cervejaria Hbier, proporcionou um ambiente descontraído, para discutir questões complexas relacionadas ao envelhecimento e à diversidade.

7. Violência contra Pessoa Idosa

Participação de integrantes do GEPEC no evento “Junho Violeta”, com uma palestra da coordenadora do grupo sobre violência estrutural e institucional contra pessoas idosas, promovendo a conscientização sobre os desafios e as diversas formas de violência enfrentadas pela população idosa.

8. Fórum da Diversidade

Participação no Terceiro Fórum da Diversidade, onde várias autoridades políticas do município de Santa Cruz do Sul/RS e do estado do Rio Grande do Sul discutiram políticas públicas LGBTQIA+, destacando a importância da inclusão. Momento em que foi provocada a reflexão sobre as velhices LGBTQIA+.

9. Tese

A tese de doutorado de uma das integrantes do projeto de pesquisa tem como temática as Políticas Públicas de Cuidado nas Velhices das Pessoas Transgêneras, Transexuais e Traves-

tis; essa tese visa dar visibilidade à importância da temática e identificar narrativas hetero-cisnormativas presentes no campo das políticas de proteção à pessoa idosa.

10. Workshops do Edital 2022

Os workshops, em parceria com o Portal do Envelhecimento, permitiram a apresentação das atividades da pesquisa, estimulando a troca de saberes, experiências e leituras sobre o envelhecimento diversificado.

Foi possível verificar que o edital acadêmico proporcionou uma incrível jornada de transformação, transcendendo os limites acadêmicos, acerca da importância de promover a inclusão e o respeito a todas as identidades no processo de envelhecimento.

Desafios e barreiras identificadas

As políticas públicas se referem ao conjunto de ações, decisões e estratégias deliberadas que os governos adotam para abordar problemas, desafios e questões específicas, na sociedade. São formuladas, implementadas e avaliadas pelos órgãos governamentais e podem abranger uma ampla variedade de áreas, incluindo saúde, educação, meio ambiente, economia, justiça social e direitos humanos (Secchi, 2014).

Os direitos humanos são os direitos inalienáveis que todos os seres humanos possuem, independentemente de sua nacionalidade, raça, gênero, orientação sexual, religião, idade, status social ou qualquer outra característica. Esses direitos incluem, entre outros, o direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei, à não discriminação, à liberdade de expressão, à educação e à participação política. Os direitos humanos são baseados em princípios universais de dignidade, justiça e igualdade, e são protegidos por tratados internacionais, leis nacionais e organizações de direitos humanos em todo o mundo (ONU, 1948).

As políticas públicas são importantes ferramentas para a promoção e proteção dos direitos humanos, garantindo que as ações do governo estejam alinhadas com os princípios fundamentais de dignidade, liberdade e igualdade de todos os indivíduos. A pesquisa identificou desafios e barreiras para a promoção de políticas eficazes e inclusivas. Esse fato se deve, pois, às políticas públicas que abordam as necessidades das pessoas idosas, desconsiderando as especificidades da população LGBTQIA+, e resultando em lacunas significativas na proteção de seus direitos.

Durante a coleta de dados da pesquisa, os pesquisadores enfrentaram diversas dificuldades para o levantamento de indicadores demográficos sobre a população LGBTQIA+,

falta de dados estatísticos confiáveis, questão que reforça a necessidade de pesquisas e estudos sobre a temática, pois os indicadores são fundamentais para embasar a formulação de políticas (Kingdon, 1995).

Também cabe ressaltar que não foram encontradas produções científicas sobre a temática; a revisão não encontrou nenhum artigo específico sobre política pública voltada à população idosa LGBTQIAPN+, isso nos faz indagar se estudos não foram feitos pela academia, se o tema não está sendo pesquisado ou se as revistas científicas não estão dando espaço para que os mesmos sejam publicados, demonstrando mais uma barreira que precisa ser transposta.

Considerações finais

Este estudo visou contribuir para o avanço do conhecimento sobre a interseção entre envelhecimento, identidade de gênero e direitos humanos, no contexto brasileiro, promovendo uma discussão relevante e necessária para a promoção da igualdade e da justiça social.

Espera-se que esta pesquisa forneça uma visão abrangente das políticas de direitos humanos, relacionadas à população idosa LGBTQIAPN+, no Brasil, identificando lacunas, desafios e oportunidades para melhorar a proteção e promo-

ção dos direitos dessa comunidade. Além disso, os resultados poderão contribuir para a formulação de agendas de pesquisa, implementação de políticas públicas mais eficazes e o fortalecimento da rede de atores envolvidos com essa causa. Assim, cabe consultar e envolver ativamente a comunidade idosa LGBTQIAPN+ na formulação das políticas, ouvindo suas preocupações e perspectivas.

Implementar programas de treinamento para funcionários públicos, profissionais de saúde e prestadores de serviços, a fim de sensibilizá-los para as questões específicas enfrentadas pelas pessoas idosas LGBTQIAPN+ e, assim, promover uma cultura de respeito à diversidade sexual e de gênero, em todos os níveis do governo e do setor de serviços.

Desenvolver e implementar leis que proíbam a discriminação, com base na orientação sexual e identidade de gênero, em áreas como habitação, cuidados, emprego e serviços públicos.

Desenvolver políticas de habitação que incluam opções seguras e acessíveis para pessoas idosas LGBTQIAPN+, levando em consideração a possibilidade de discriminação em moradias convencionais.

Importante estabelecer políticas de não discriminação específicas para pessoas idosas LGBTQIAPN+. Criar formas para as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) serem espaços inclusivos e sensíveis às questões de gênero.

ro e orientação sexual. Incentivar a criação de redes sociais e de apoio dentro da comunidade idosa LGBTQIAPN+.

Por fim, há necessidade de desenvolver e implementar políticas públicas eficazes para pessoas idosas LGBTQIAPN+, como um compromisso contínuo com a igualdade, a inclusão e o respeito pelos direitos humanos. É importante trabalhar em parceria com organizações da sociedade civil e especialistas da academia, para garantir que as políticas sejam abrangentes e bem-sucedidas em promover a dignidade, a equidade e o bem-estar dessa população que envelhece.

Referências

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *Em pesquisa inédita, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. *Conselho Nacional de Justiça. Provimento nº 73 de 28/06/2018*. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 175 de 14/05/2013*. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalha>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016*. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 - Estatuto da pessoa idosa*. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. *Portaria de Consolidação MS/PRC – nº 2, de 28/09/2017*. Brasília:Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html#ANEXO1ANEXOXXI>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Plano Nacional de Direitos LGBT*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1006>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, Tratados ou Atos Internacionais nº 863/2017*. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2164910>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 94/2021*. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2268747>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2018. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Mandado de Injunção (MI) 4733*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2019. Disponível em: <<https://reidir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753957476>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. *Recurso Extraordinário nº 846.102*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/st/stf-reconhece-adocao-restricao-idade.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Grupo de Estudos e Pesquisas em Envelhecimento e Cidadania (GEPEC). In. *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*. Brasília: 2022. Disponível em: <dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1800620590108413/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

FERNANDES, Y. *Não estamos vendo ou não queremos ver nossos idosos LGBT?* Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2020/12/nao-estamos-vendo-ou-nao-queremos-ver-nossos-idosos-lgbt.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Pessoas de 60 anos ou mais de idade. Resultados do universo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: Agência IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=38254>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

KINGDON, J. *Agendas, alternatives, and public policies*. Nueves York: Carper Collins, 1995.

ONU, Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <<https://www>.

un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SECCHI, I. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SPIZZIRRI, G. *et al.* Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence. *Scientific Reports*, v. 12, n. 1, 1 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41598-022-15103-y>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

UNISC, Universidade de Santa Cruz do Sul. *A Universidade. Santa Cruz do Sul*, 2022. Disponível em: <<https://www.unisc.br/pt/home/a-universidade>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

Capítulo V

Intersecções entre raça, idade e invisibilidade: as representações das velhices negras na publicidade em vídeo brasileira

Amanda Cristina de Oliveira



Introdução

No contexto do envelhecimento populacional mundial e da proliferação de discursos relacionados, tanto à velhice, quanto à diversidade, nos meios de comunicação, o objetivo principal deste artigo é descrever como se dá a representação, na interseccionalidade, de pessoas idosas negras, na publicidade em vídeo brasileira. Utilizando o método da análise de conteúdo (AC), consideramos um *corpus* formado por 70 anúncios publicitários, veiculados entre 2020 e 2023, na TV ou internet, com pessoas idosas negras, dentre seus personagens. Por meio dessa investigação, foi feito um levantamento de como se dá a representação desse grupo populacional pela publicidade, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos, o que nos permitiu levantar questões relevantes para a reflexão sobre o impacto do racismo e do idadismo na forma como essa população vem sendo retratada pelos anunciantes.

Dados do IBGE demonstram que a população idosa, no Brasil, vem crescendo nos últimos anos. Segundo informa-

ções do Censo Demográfico, em 2010 o país tinha cerca de 20,5 milhões de habitantes com mais de 60 anos, passando para mais de 32,1 milhões em 2022, parcela que representa 15,8% da população total. De acordo com informações do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), os idosos são responsáveis por movimentar cerca de 20% do PIB nacional, o que configura um amplo mercado consumidor, que tem chamado a atenção de empresas dos mais diversos segmentos.

São muitas as reportagens que celebram o poder de compra dos mais velhos, com títulos como “A ascensão dos consumidores acima de 60 anos”, “Economia prateada, um mercado potencial” ou “Crescimento da população idosa impulsiona negócios focados na economia da longevidade”. Todavia, olhar para esses números, e para as narrativas que são construídas ao redor deles, transmite uma sensação de que os idosos formam um grande bloco homogêneo de pessoas, com dinheiro no bolso e disposição para gastá-lo.

Obviamente, não é bem assim. Apesar de ser comum observar generalizações nos discursos sobre a velhice, o que há, na prática, são velhices plurais. Cada pessoa irá vivenciar o processo de envelhecimento de forma única, sendo influenciada por inúmeros aspectos, dentre eles fatores genéticos, estilo de vida, ambiente em que se vive, acesso à saúde, rela-

cionamentos etc. No Brasil, país onde a desigualdade socioeconômica é evidenciada, pode-se afirmar que:

As velhices plurais são marcadas por desafios específicos, em geral, a falta de oportunidades de educação, emprego, mobilidade social, acesso aos serviços de saúde e falta de representatividade nos espaços de poder e decisão. Como, no Brasil, as desigualdades sociais vão se acumulando, ao longo da vida, destaca-se a emergência de entender a velhice de uma perspectiva interseccional, considerando-se não só a idade, mas também a raça, o gênero, a classe social e outras dimensões que compõem a identidade de uma pessoa (Fontes; Côrte, 2023, p. 16).

Assim, este trabalho visa contribuir com a compreensão acerca das velhices plurais, especificamente no que tange às representações de idosos negros na publicidade em vídeo brasileira. Uma vez que as concepções sobre qualquer etapa da vida são construções sociais, culturais e midiáticas, consideramos relevante refletir acerca dos estereótipos, discursos e narrativas que estão sendo produzidos e propagados pela mídia, como propõe Castro:

Pensando nas narrativas sobre o envelhecimento que nos circundam, caberia indagar até que ponto têm sido acionadas, com propriedade, outras imagens —

mais plurais, menos convencionais, e não obstante, dignas — compatíveis com o envelhecimento em nossos dias. A velhice é e sempre foi diversa, em termos de como se dão suas vivências e expressões (Castro, 2015, p. 113).

O primeiro passo de nosso percurso de pesquisa foi conhecer alguns dados empíricos sobre as desigualdades entre o processo de envelhecimento de pessoas brancas e negras.

Desigualdades no processo de envelhecimento

O estudo *Envelhecimento e Desigualdades Raciais*, realizado pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Análises e Planejamento) em parceria com o Itaú Viver Mais, analisou indicadores relacionados ao processo de envelhecimento em três cidades brasileiras: São Paulo, Salvador e Porto Alegre. Os pesquisadores, que entrevistaram 1.500 pessoas com mais de 50 anos¹, apontaram desigualdades na vivência do envelhecer entre pessoas negras e brancas, bem como entre homens e mulheres. As principais discrepâncias evidenciadas pela pesquisa foram observadas em

1 Os pesquisadores justificaram a inclusão de pessoas com mais de 50 anos dentre os entrevistados, apesar de o Estatuto da Pessoa Idosa considerar como idoso alguém com 60 anos ou mais, por compreenderem o envelhecimento como um processo que se inicia antes do 60º aniversário de um indivíduo.

cinco dimensões: inclusão produtiva, inclusão digital, segurança financeira, exposição à violência e acesso à saúde.

No que diz respeito à inclusão produtiva, ou seja, a situação das pessoas com mais de 50 anos com relação a fatores que garantem renda e subsistência, observou-se que mulheres negras apresentaram um índice inferior, quando comparadas às mulheres brancas, tanto em São Paulo quanto em Salvador. Os homens negros também obtiveram indicadores mais baixos do que os homens brancos, quando analisadas as cidades de Porto Alegre e São Paulo.

Para os pesquisadores, esse cenário pode indicar que as pessoas negras acumulam episódios de discriminação em etapas variadas de seu ciclo produtivo, desde a vida escolar, passando por barreiras no mercado de trabalho, e chegam à velhice com menor cobertura de seguridade social, menos acesso a serviços públicos de qualidade e realizando atividades ocupacionais precárias.

Na dimensão de inclusão digital, nas três capitais pesquisadas o índice de pessoas brancas foi consideravelmente maior que o de pessoas negras. De forma geral, faixas etárias mais avançadas tendem a ser menos incluídas digitalmente, mas as desigualdades raciais se mantêm em todas elas.

A disparidade entre pessoas acima dos 50 anos negras e brancas também é observada no âmbito da segurança finan-

ceira dos entrevistados, que leva em consideração sua capacidade de pagar as despesas mensais com os rendimentos recebidos e a confiança de que haverá meios para subsistência no futuro. Nas três cidades estudadas, homens e mulheres brancos atingiram índices superiores, especialmente nas faixas entre 60 e 69 anos e 70 e 79 anos. Em São Paulo, por exemplo, 63% das mulheres negras entre 60 e 69 anos relataram dificuldades para quitar as contas mensais. Entre as mulheres brancas dessa faixa, o percentual foi de 54%.

Com relação à exposição à violência, o estudo constatou que há diferenças no tipo de abuso sofrido entre pessoas brancas e negras. Enquanto homens e mulheres brancos são vítimas mais frequentes de ataques contra o patrimônio, negros sofrem mais de crimes contra a pessoa, como ameaças com arma de fogo e agressão física.

Por fim, ao analisar o acesso à saúde, o estudo concluiu que homens e mulheres negros apresentam pior desempenho em todas as faixas etárias, nas três cidades. No caso dos serviços privados de saúde, por exemplo, dentre os homens entre 60 e 69 anos na cidade de São Paulo, 46% dos brancos têm acesso a eles, contra apenas 1% dos negros.

Outro dado alarmante é o de mortalidade prematura: a partir dos 15 anos, as mortes de homens negros representam, ao menos, o dobro dos demais grupos. Esse segmento po-

pulacional está mais exposto a riscos, como violência e ambientes de trabalho precários, o que pode explicar a maior incidência de doenças como a hipertensão arterial, além de serem vítimas mais frequentes de transtornos mentais e comportamentais e sofrerem mais com doenças infecciosas e parasitárias. Ademais, também têm probabilidade duas vezes maior de falecer por causas externas.

Tudo isso faz com que a proporção de pretos e pardos na população brasileira caia, conforme as faixas etárias avançam. Na região Sudeste, por exemplo, na faixa dos 25 aos 49 anos, a população negra é de 51%, enquanto acima dos 50, cai para 43%. Todos esses dados estatísticos demonstram que, para que o envelhecimento da população negra seja mais digno, ainda é preciso superar inúmeros desafios, especialmente o racismo, que permeia a sociedade como um todo.

O racismo e seu impacto no processo de envelhecimento

Compreender as diferenças entre a velhice de pessoas negras e brancas passa, necessariamente, por enxergar o envelhecimento como um processo, que se desenrola durante toda a vida de um indivíduo. Para Baars (2023), restringir

os estudos sobre o envelhecimento apenas às pessoas mais velhas faz com que não seja possível entender porque certos problemas atingem os idosos, de forma tão desproporcional. O autor destaca que muitos dos problemas com que os idosos são confrontados não são causados pela velhice, mas são efeitos cumulativos de processos que se desenvolveram ao longo da vida.

No caso das velhices negras, no Brasil, superado o mito da democracia racial², pode-se inferir que o racismo é um dos fatores mais relevantes para a existência dessas desigualdades. Nas palavras de Almeida (2019, p. 25) “o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”.

Almeida defende que o racismo, no Brasil, é estrutural, ou seja, é parte de um processo social que o legitima como “normal”, uma vez que está imbricado nas diversas relações que compõem a sociedade: políticas, econômicas, jurídicas e, até mesmo, familiares. É mais do que uma postura individual ou institucional, trata-se de um elemento arraigado na

2 Conceito da década de 1930, introduzido por Gilberto Freyre, que se baseava na ideia de que brancos e negros viviam sob as mesmas oportunidades, no Brasil, diferentemente de nos EUA, onde havia uma relação abertamente violenta e uma segregação racial mais evidente.

sociedade, como um todo, existente de forma sistêmica em suas práticas.

Alexandre Silva, ao trazer a discussão do racismo para o terreno do envelhecimento, afirma que, para as pessoas negras, envelhecer é um privilégio, uma vez que, no decorrer da vida desses indivíduos, acontece um acúmulo de discriminações. Para Silva, o racismo se perpetua na velhice, afetando a saúde e a sobrevivência dessa população:

Envelhecer, para uma pessoa negra, não é algo simples no nosso país. (...) O fator principal que impede as pessoas negras de envelhecerem da mesma forma que as pessoas brancas é o racismo, sem dúvidas, mas nem sempre é só o racismo. Precisamos discutir o racismo, mas de várias formas: cultural, institucional, interpessoal e o racismo internalizado. Toda nossa estrutura faz com que essa possibilidade de envelhecimento não ocorra (Silva, 2023).

As representações midiáticas são parte dessa estrutura, como destaca Almeida (2019, p. 52-53): “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que, a todo momento, é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional”. Para explicar como o racismo se dá nos discursos e representações da publicidade, Santos cita uma pesquisa de Acevedo e Nohara, que elenca 15 formas de manifestações:

1) sub-representados em relação à sua composição na população; 2) desconectados de famílias ou de amigos da mesma etnia; ou seja, inseridos no mundo dos brancos; 3) representados em relações impessoais (mais de um personagem aparece na cena, mas não há nenhuma relação aparente entre os personagens; 4) em interações com brancos, o contexto é o de trabalho ou negócios; 5) com desequilíbrio de poder ou de status socioeconômico, nas relações com os brancos; 6) representados em papéis sociais subalternos; 7) representados de forma estereotipada; 8) retratados em papéis secundários; 9) mostrados como figurantes; 10) apresentados em contextos não familiares; 11) crianças afrodescendentes em contextos não escolares ou de lazer; 12) associados a produtos de pouco valor econômico; 13) de forma desconectada do produto que estão oferecendo (não falam ou seguram o produto); 14) associados a metáforas negativas; 15) não incluídos como representantes da espécie humana (Acevedo; Nohara, 2008, p. 10 *apud* Santos, 2019, p. 252).

Ou seja, são muitas as manifestações do racismo na publicidade. Muitas delas, como a sub-representação, podem ocorrer de maneira similar, com relação às pessoas mais velhas, como forma de demonstração do idadismo. Conforme aponta Ylänne (2018, p. 97), “na maioria dos contextos, a discriminação contra a velhice na propaganda é evidenciada pela

ausência de personagens nessa faixa etária”. A invisibilidade da intersecção entre esses dois grupos foi, então, rapidamente observada, quando se iniciou o processo de construção do *corpus* para essa pesquisa. Desde o início, nos deparamos com a dificuldade em encontrar anúncios publicitários com pessoas idosas negras e, por isso, dedicamos um dos tópicos desse capítulo especificamente para tratar sobre a sub-representação dessa população, na publicidade.

Sub-representação das pessoas idosas negras na publicidade

A sub-representação das pessoas idosas negras na publicidade é um fenômeno já documentado em pesquisas prévias. Um levantamento, conduzido pela ONU Mulheres e Aliança Sem Estereótipos, por exemplo, analisou peças publicitárias de 425 empresas, veiculadas entre julho e dezembro de 2021, tanto na TV, quanto por meio de publicações no Facebook. Os resultados da análise revelaram que apenas 7% dos anunciantes optaram pela inclusão de personagens idosos em seus anúncios.

Um segundo recorte, considerando os comerciais de TV na amostra (5.467), identificou que somente 6% das inserções

traziam pessoas idosas na posição de protagonistas³. Dentro dessa amostra, observou-se que:

- 34% apresentavam homens idosos como personagens principais, dos quais apenas 11% eram negros;
- 38% tinham mulheres idosas como protagonistas, mas somente 4% delas eram negras;
- 28% traziam ambos/vários personagens idosos, sendo 13% brancos, 3% negros e 84% mesclavam mais de uma etnia.

A escassez de personagens negros na publicidade foi descrita por Perez com o termo “apartheid publicitário”, em um artigo no qual a pesquisadora analisou 993 anúncios impressos, veiculados em 12 edições da revista Caras, entre abril e junho de 2011. A autora identificou apenas 13 peças com personagens negros (1,3% do total), resultado que foi considerado “uma vergonha nacional” (Perez, 2011, pg. 82). Para a presente análise, é relevante destacar que, desses 13, só dois mostravam personagens idosos, o que representa 0,2% da amostra.

3 Como supracitado, os dados do Censo Demográfico 2022, do IBGE, apontam que a população com mais de 60 anos do Brasil representa 15,8% do total. Ou seja, há uma lacuna a ser preenchida para que haja uma representação proporcional da população idosa.

Sueli Carneiro, filósofa e ativista do movimento negro, defende que há um dispositivo de racialidade estabelecido na sociedade brasileira, que atua para manter a hegemonia branca, por meio do apagamento das pessoas negras. Para Carneiro, com base em leituras de Foucault e Charles Mills, o dispositivo é formado por uma série de elementos e pela rede que se estabelece entre eles, o que inclui “ditos, não ditos e a proliferação de discursos associados à racialidade” (2023, p. 37). Ou seja, a ausência (não ditos) dos personagens idosos negros na publicidade é um traço a ser destacado, pois tais omissões “promovem a inscrição de indivíduos e grupos no âmbito da anormalidade, na esfera do não ser, da natureza e da desrazão, contribuindo para a formação de um imaginário social que naturaliza a subalternização dos negros e a superioridade dos brancos” (Carneiro, 2023, p. 14).

Para Santos, que traz a discussão da invisibilidade especificamente para o âmbito da publicidade, há duas razões para a ausência de personagens negros nos anúncios:

Primeiro, como a publicidade se baseia em imagens e modelos idealizados, no Brasil toma-se por pressuposto que esse modelo ideal é o do branco e, em segundo, como os afrodescendentes estão geralmente associados a baixo nível de renda, esses fatos repercutem em práticas de segmentação e promoção de marketing equivocadas (Santos, 2019, pp. 254-255).

Para a reflexão que estamos propondo neste artigo, podemos complementar as colocações de Carneiro e Santos com a constatação de que, no Brasil, o modelo idealizado e almejado pela publicidade é, além de branco, jovem. E, do ponto de vista do poder de compra, uma estimativa feita pelo Observatório da Longevidade apontou que a renda das pessoas negras com mais de 50 anos, no Brasil, é de cerca de R\$ 911 bilhões, o que contraria as associações que o autor aponta e denota um amplo mercado consumidor, que vem sendo ignorado pela maior parte dos anunciantes.

Ylänne resume o contexto sob o ponto de vista da mídia de massa e também traz suas hipóteses sobre a ausência de negros na publicidade, especialmente os mais velhos:

Os meios de comunicação tradicionais e a mídia promocional, como a publicidade, podem visar principalmente grupos demográficos mais privilegiados e mais ricos e, portanto, audiências e consumidores idosos de classes sociais mais altas podem achar mais fácil identificar-se com as imagens e a retórica nelas contidas, o que destaca o papel da classe no consumo (de mídia), em intersecção com o idadismo. Por sua vez, as populações economicamente mais desfavorecidas, bem como negros e outras minorias étnicas, podem ter muito mais dificuldade em “ver-se” nos meios de comunicação, e isto é particularmente acentuado, no caso dos adultos mais velhos (Ylänne, 2022, pp. 01-02, tradução nossa).

A partir da constatação de que as pessoas idosas negras são sub-representadas, nos interessava compreender como a representação acontece nos casos em que tais personagens estão presentes. Partimos, então, para a pesquisa empírica, cujos processos metodológicos estão descritos no próximo tópico.

Procedimentos metodológicos da pesquisa empírica

O método escolhido para o exame das peças foi a análise de conteúdo (AC), cuja aplicação é bastante difundida entre as Ciências Sociais. Seu objetivo é compreender os contextos sociais, por meio da análise sistematizada de textos. Para isso, elegem-se e observam-se determinados indicadores, para que seja possível interpretar seus conteúdos e, conseqüentemente, o fenômeno estudado. Tal método pode ser adaptado para a análise de conteúdos audiovisuais, seguindo a versão de Rose (2003), que leva em conta as imagens e os sons, além dos textos.

A primeira etapa desse método é a definição de uma amostra. No caso dessa pesquisa, várias técnicas foram utilizadas para o levantamento das peças publicitárias que formam o *corpus* de análise: desde a busca por palavras-chave em buscadores, passando pela observação direta das propagandas veiculadas na TV, até uma pesquisa no acervo do Arquivo

da Propaganda. Os critérios para a escolha das peças foram: anúncios veiculados no Brasil, no período de 2020 a 2023, com a presença de pessoas negras com mais de 50 anos⁴, independentemente do tempo de exposição do personagem ou se tinha falas ou não. Assim, o *corpus* é constituído de 70 anúncios, em uma amostra não-probabilística, e a lista completa pode ser acessada on-line⁵.

Para operacionalizar a análise, foi criado um protocolo que permitiu a organização dos aspectos a serem observados nos anúncios. No total, 17 indicadores foram selecionados e codificados, seguindo os procedimentos descritos na metodologia da análise de conteúdo⁶. Neste capítulo, detalhamos os resultados referentes a cinco dos indicadores, sendo quatro quantitativos e um qualitativo: segmento dos anunciantes, idade aproximada, tom da pele e gênero dos personagens, descritos na seção “a velhice negra na publicidade brasileira em linhas gerais”, e tipos de representações dos idosos negros.

4 A opção por analisar anúncios com pessoas com mais de 50 anos, faixa que não compreende os parâmetros oficiais da OMS para designar uma pessoa como idosa, justifica-se pois considerou-se o envelhecimento como um processo, ou seja, não se inicia no momento exato em que um indivíduo completa 60 anos, e que a publicidade influencia as percepções do envelhecimento, durante este processo já desde muito antes.

5 A lista de anúncios do corpus está disponível para visualização no link: <https://bit.ly/pesquisavelhicesnegras>.

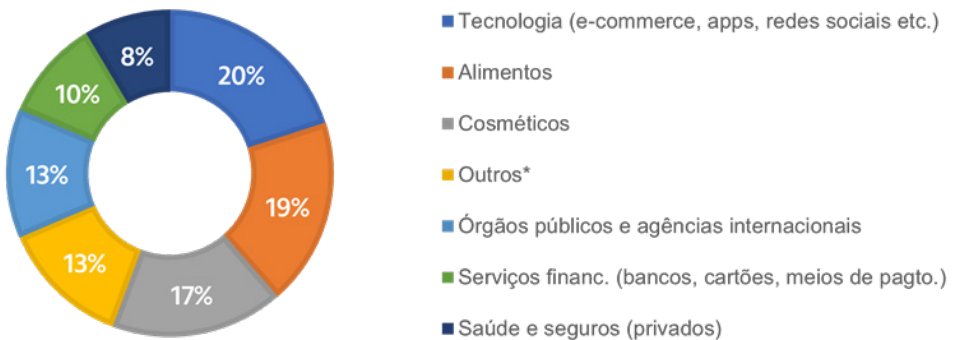
6 Assim como a lista de anúncios, o protocolo completo está disponível para consulta no link: <https://bit.ly/pesquisavelhicesnegras>.

A velhice negra na publicidade brasileira em linhas gerais

A seguir, apresentamos uma análise detalhada dos aspectos que, dentre os indicadores analisados, se destacam como os mais relevantes para uma compreensão abrangente das representações da velhice negra, na publicidade. Essas análises, de natureza descritiva e interpretativa, oferecerão uma visão geral sobre a presença de pessoas idosas negras nos anúncios do *corpus*. Assim, ao explorar esses indicadores, buscamos realizar um panorama inicial do modo como essa população é representada e levantar algumas reflexões.

Segmento dos anunciantes

Gráfico 1 - Segmento dos anunciantes



Fonte: elaborado pela autora

Dentre os segmentos dos anunciantes, 20% fazem parte do setor de tecnologia que, na amostra, abrange aplicativos (99, QuintoAndar e Mr. Jack Bet), sites de e-commerce (Mercado Livre e Amazon), redes sociais (WhatsApp, TikTok e Instagram) e provedor de serviços de banda larga (Vivo). Em 13 dos 17 anúncios desse segmento, a pessoa idosa negra está utilizando ou recomendando o serviço anunciado, como é o caso dos aplicativos, do provedor de banda larga e das redes sociais, com exceção do anúncio do Instagram, no qual o idoso negro é um cabeleireiro, que está cortando o cabelo do protagonista também negro do anúncio.

Já no caso dos sites de e-commerce, não há relação direta entre o serviço e o idoso. No caso do Mercado Livre, a narrativa não cita o serviço de forma direta, mas todos os personagens do anúncio estão usando alguma peça de roupa ou acessórios de lojas virtuais que vendem por meio da plataforma. Com relação à Amazon, o idoso negro apenas observa outras pessoas ao seu redor, fazendo vendas pelo marketplace da anunciante e aumentando seus rendimentos financeiros com esse canal.

O segmento de alimentos e bebidas é o segundo mais representativo, com 19% do total (13 anúncios, das marcas Guaraná Kwat, Guaraná Antártica, Piracanjuba, Vitarella, Mcdonald's, Brahma, Camil, Nestlé, Maggi e Nutren Senior). A maior parte deles (nove vídeos) envolve relações familiares, como comer com os parentes ou preparar uma refeição, em alguns casos com alimentos ligados

à cultura brasileira, como a feijoada. Há peças, também, em que o idoso está realizando alguma atividade, na qual o produto está presente entre amigos e, pontualmente, sozinho.

O segmento de cosméticos também é representativo na amostra: 17%. São anúncios de perfumes, maquiagem, cremes, xampus e sabonetes, das marcas Avon, Natura, O Boticário, Johnson's, Salon Line e Protex. As mensagens transmitidas por esses anunciantes são bem abrangentes, todavia a maioria é ligada à beleza diversa.

No caso de dois anúncios de xampu, que são voltados para cabelos crespos e cacheados (Johnson's e Salon Line), com atores majoritariamente negros, o idoso negro não é colocado na narrativa como público consumidor. Em ambos, os personagens mais velhos são inseridos no comercial, como um trabalhador informal, que faz parte do convívio dos demais, porém têm posição de menor destaque e relevância.

Foram identificados anúncios de órgãos públicos e agências internacionais (13%), instituições de serviços financeiros (10%), prestadores de serviços nas áreas de saúde e seguros (8%) e outras de menor representatividade na amostra: vestuário, empreendedorismo, combustível, canal de TV, fraldas geriátricas, mobiliário e logística.

Todavia, o que chama mais a atenção é a ausência de segmentos de mercado relevantes como varejo, produtos eletrônicos, setor

automotivo, dentre outros. As pessoas idosas negras consomem uma infinidade muito maior de produtos e serviços do que os oferecidos pelos anunciantes identificados, nesta amostra, o que nos leva a pensar que os interesses e necessidades desse grupo populacional não estão sendo devidamente considerados nas estratégias de marketing da maior parte das empresas, que vêm subestimando o poder de compra e a influência desses consumidores.

Idade aproximada dos personagens

No indicador referente à idade dos idosos negros presentes nos anúncios, uma vez que não é possível determinar com precisão quantos anos cada ator tem, a categorização foi feita com base na percepção subjetiva da autora, com relação às características físicas, especialmente na presença de rugas e no aspecto grisalho ou branco de cabelos e barbas.

É importante destacar que existem estudos que sugerem que o envelhecimento da pele negra tende a acontecer de maneira mais tardia, em comparação à pele branca, devido à maior quantidade de melanina (Alchorne; Abreu, 2008). Essa condição pode ter impacto sobre a percepção da faixa etária dos personagens. Todavia, o objetivo principal de analisar esse indicador é buscar compreender o padrão estético almejado pelas empresas, que optam por inserir pessoas idosas negras em seus anúncios publicitários.

Por isso, mesmo diante da impossibilidade de definir com exatidão a idade dos personagens, optou-se por manter a divisão da amostra em faixas etárias, com o propósito de ilustrar de maneira mais clara e didática a preferência dos anunciantes.

Assim, a maioria dos idosos negros na amostra foi classificada em faixas etárias mais baixas, ou seja, com poucos sinais de envelhecimento. A maior parte dos personagens (56,5%) foi classificada na faixa etária de 60 a 69 anos, enquanto 19,6% foram enquadrados na faixa de 50 a 59 anos. Em contrapartida, menos de um quarto da amostra apresentava aparência mais envelhecida, com 23,9% dos personagens categorizados com idade superior a 70 anos (ver gráfico 2).

Gráfico 2 - Idade aproximada dos personagens



Fonte: elaborado pela autora

Com base nos dados, é possível observar uma preferência dos anunciantes por modelos que exibem poucos sinais de envelhecimento, com uma aparência que remete às faixas etárias mais iniciais da velhice. É importante destacar que, dentre os anúncios nos quais os personagens foram identificados com mais de 70 anos (oito, no total), metade traziam celebridades. Essas personalidades têm como objetivo gerar identificação da marca com o público e incorporar confiabilidade aos produtos e serviços anunciados, por meio do endosso de pessoas que o espectador já conhece e, muitas vezes, admira. Para Perez (2011, p.77), “esse mix de forte presença midiática, com identificação nas massas, torna a celebridade um grande foco de interesses comerciais, pois se torna uma potência econômica ambulante”.

Tom de pele dos personagens

Assim como com relação à idade, a classificação em relação ao tom de pele foi feita com base na observação direta e percepção subjetiva da autora, com o propósito de identificar os padrões estéticos recorrentes, utilizados pelos anunciantes. Dessa forma, observou-se um equilíbrio entre os anúncios do *corpus* no que diz respeito à cor da pele: pouco mais da metade das peças (50,7%) apresenta pessoas com

tons mais claros de pele e o restante, 49,3%, indivíduos com a pele mais escura.

Contudo, um segundo recorte, levando em consideração somente os personagens em posição de protagonismo, revela uma tendência à preferência por tons de pele mais claros, presentes em 57% desses anúncios.

Gráfico 3 - Tom de pele dos personagens em posição de protagonistas



Fonte: elaborado pela autora

Esse fenômeno pode ser atribuído ao colorismo que, na publicidade se manifesta como o “apagamento e silenciamento de representações midiáticas de indivíduos negros de tonalidade de pele mais escuras” (Leite, 2019, p. 44). Considera-se

o colorismo como uma ramificação do racismo, uma vez que envolve a discriminação baseada no tom da pele, privilegiando negros de pele clara e criando-se um padrão que hierarquiza e valoriza determinadas características, em detrimento de outras (Devulsky, 2021; Leite, 2019).

Gênero dos personagens

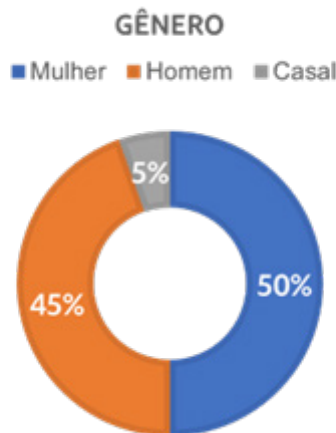
Com relação ao gênero, verificou-se uma predominância das idosas negras, presentes em metade (50%) dos anúncios da amostra, enquanto os idosos negros representaram 44,6% do total. Os 5,4% restantes são peças publicitárias que traziam um casal de idosos, identificados em quatro dos comerciais analisados. Dentre os anúncios em que as pessoas idosas são protagonistas, a proporção de mulheres sobe para 56%.

Os dados refletem o fenômeno da feminização da velhice, ou seja, a existência de uma proporção maior de mulheres, na população idosa. A expectativa de vida das mulheres é cerca de sete anos maior do que a dos homens, no Brasil: enquanto, para os homens, a expectativa de vida, ao nascer, é de, em média, 73,6 anos, para as mulheres chega aos 80,5, segundo dados do IBGE.

Dentre a população negra, há um fator agravante para a maior longevidade das mulheres. Como supracitado, a mor-

talidade prematura entre homens negros é, no mínimo, duas vezes maior do que nos demais grupos populacionais, devido a exposição a riscos, como a violência e trabalhos precarizados, que podem desencadear doenças, como hipertensão arterial e transtornos mentais e comportamentais.

Gráfico 4 - Gênero dos personagens



Fonte: elaborado pela autora

Portanto, em linhas gerais, as representações da velhice negra, na publicidade brasileira, tendem a favorecer imagens de mulheres idosas, com sinais pouco evidentes de envelhecimento e tons mais claros de pele. Os dados sugerem a busca por um determinado padrão estético pelos anunciantes - com velhos não tão velhos e negros sem a pele retinta - que reforça a supracitada intersecção do idadismo com o racismo.

No próximo tópico, avançaremos na análise, explorando e detalhando os principais tipos de representação das pessoas idosas negras na publicidade, o que nos permitirá obter uma visão mais aprofundada das narrativas e estereótipos acerca desse grupo.

Tipos de representação dos idosos negros na publicidade

Como ponto de partida para a exposição dos indicadores de natureza qualitativa, que descrevem estereótipos e representações das pessoas idosas negras na publicidade, considerou-se a proposta de tipologia das representações das pessoas idosas na publicidade, de Williams, Wadleigh e Ylänne (2010), desenvolvida com base na análise de um *corpus* formado por 221 anúncios de revistas de grande circulação no Reino Unido.

Nesse contexto, os autores identificaram sete representações predominantes: (1) *Figuras joviais grisalhas*: pessoas idosas alegres e com energia, na maioria das vezes, exibindo um estilo de vida luxuoso; (2) *Avós perfeitos*: pessoas idosas ao lado de seus netos, em anúncios retratando as relações entre diversas gerações, de maneira positiva; (3) *Legado*: re-

apresentações de seriedade e status, com pessoas idosas, retratadas como mentores e atreladas a valores como sabedoria e experiência. Em geral, são homens; (4) *Velho fragilizado*: pessoas idosas que enfrentam um problema ou dificuldade, superando-a por meio da utilização do produto ou serviço anunciado; (5) *Idoso como fonte de humor*: pessoa idosa colocada em situações cômicas, para causar o riso no espectador; (6) *Celebridade mais velha como endossante de produtos ou serviços*: pessoas idosas famosas, conhecidas do público, recomendando determinado produto ou serviço (Williams; Wadleigh; Ylänne, 2010, p. 89).

Considerando que a população negra do Reino Unido é minoria, inferimos que as representações da referida tipologia britânica descrevem estereótipos e imagens de pessoas idosas brancas. E, embora a maioria dessas representações tenha sido identificada em nossa amostra, tais categorias não foram suficientes para abranger a diversidade de representações de idosos negros na publicidade e classificar os anúncios do *corpus*. Por isso, para a classificação, foram feitas algumas adequações às nomenclaturas originais, além da inclusão de duas novas representações, específicas da velhice negra: *símbolo de diversidade e brasilidade* e *trabalhador informal* (ver tabela 1).

Tabela 1 - Tipos de representação das pessoas idosas negras na publicidade

Símbolo de diversidade e brasilidade	Anúncios que incluem a pessoa idosa negra em narrativas que demonstram a diversidade da população brasileira, em meio a uma variedade de personagens.
Envelhecimento negro ativo	Peças que trazem idosos negros ativos, que podem estar dançando, praticando algum hobby, maquiando-se ou dando algum tipo de orientação para o espectador.
Pais/avós perfeitos	Comerciais que mostram pessoas idosas negras em relação com sua família. Podem ser pais ou avós, realizando alguma atividade junto aos filhos/netos, ou para eles, como cozinhar uma refeição.
Celebridade como endossante	Anúncios com celebridades que ou utilizam ou endossam o produto/serviço anunciado e, assim, associam a marca à imagem de alguém com quem o público já possui familiaridade, identificação e, muitas vezes, admiração.
Trabalhador informal	Narrativas que trazem os personagens idosos, todos homens, atuando em profissões geralmente ligadas à informalidade, como vendedor ambulante, motorista de táxi, cabeleireiro ou líder em escolas de samba.
Ancestralidade e legado	Peças com pessoas idosas transmitindo mensagens de legado, apresentadas como mentores e ligadas a valores como sabedoria e experiência. Há um traço bastante característico das velhices negras: um forte componente de ancestralidade, diretamente ligado a figuras femininas.
Velho fragilizado	Anúncios em que a pessoa idosa negra tem alguma condição de saúde a ser curada ou enfrenta uma situação de abandono/violência. O produto ou serviço anunciado serve como uma solução para o problema enfrentado.

Fonte: elaborada pela autora

As quatro categorias identificadas na pesquisa empírica que mais se assemelham à tipologia britânica são: “figuras joviais grisalhas”, que optamos por renomear como “envelhecimento negro ativo” visando eliminar a relação implícita no nome original entre a juventude e um estilo de vida mais ativo; “avós perfeitos”, na qual incluímos, também, a presença de “pais”, uma vez que identificamos anúncios em que a ligação com a família era evidenciada pela relação com os filhos adultos, não com os netos; “celebridades como endossantes” e; “velho fragilizado”. Não foram identificados anúncios da categoria “idoso como fonte de humor”, na amostra dessa pesquisa.

Todavia, consideramos que, para esse trabalho, vale ressaltar as diferenças entre as tipologias. A primeira categoria que incluímos - e que acabou se mostrando com a maior representatividade na amostra - foi a pessoa idosa como “símbolo de diversidade e brasilidade”. Em seguida, nos chamou a atenção a representação do “trabalhador informal” e, por fim, trazemos um caso específico, dentro da categoria de “velho fragilizado” que levantou uma reflexão importante para o contexto desse capítulo.

Símbolo de diversidade e brasilidade

A representação da pessoa idosa negra como símbolo de diversidade e brasilidade surge, em geral, quando o anuncian-

te deseja passar uma mensagem de que é uma organização diversa, inclusiva e que atende a todos os tipos de públicos e consumidores. Em alguns casos, faz parte da narrativa demonstrar que a marca é brasileira, reforçando sua identidade com elementos que, tradicionalmente, remetem à cultura do país. Assim, com o objetivo de transmitir esses atributos, os anúncios trazem personagens de diversos grupos populacionais, representando a diversidade da população, sendo a pessoa idosa negra um deles.

Nessas peças, tal personagem não é o protagonista do anúncio, está incluído em meio a outros como homens e mulheres, jovens, pessoas com deficiência, crianças, dentre outros. É comum que não tenha falas e que a duração de sua aparição seja rápida. Para Leite (2019), anúncios desse tipo, que buscam incluir pessoas diversas em um contexto de igualdade, podem ser considerados “politicamente corretos”, estratégia que:

Pode ser compreendida como uma construção de sentido que objetiva orientar as produções midiáticas para considerar, quando da produção de seus discursos, cenários que operem a inclusão simbólica e possibilitem o trânsito de personagens representantes de grupos marginalizados, como as negras e os negros brasileiros, em condições contextuais antes demarcadas apenas a perfis de indivíduos brancos. (Leite, 2019, pp. 49-50)

Todavia, apesar de ser percebida como um sinal de evolução, há críticas a esse tipo de representação, pois a representatividade por si só não tem como objetivo questionar e criticar a questão do racismo, do idadismo e de outras formas de preconceito e discriminação, como pontua Almeida:

Por mais importante que seja, a representatividade de minorias em empresas privadas, partidos políticos, instituições governamentais não é, nem de longe, o sinal de que o racismo e/ou o sexismo estão sendo ou foram eliminados. Na melhor das hipóteses, significa que a luta antirracista e antissexista está produzindo resultados no plano concreto, e na pior, que a discriminação está tomando novas formas (Almeida, 2019, p. 89).

Podemos concluir que as narrativas que trazem a pessoa idosa como símbolo de diversidade e brasilidade são como um primeiro passo para movimentar o mercado publicitário e trazer para o debate a necessidade de uma comunicação mais inclusiva, especialmente no que tange aos grupos minorizados na sociedade. Porém, é preciso ir além, trazendo novas formas de representação, mais diversas, heterogêneas e, principalmente, cidadãs, transmitindo novas ideias e concepções sobre as pessoas idosas negras.

É válido destacar que identificamos traços sutis de uma forma de discriminação que soma o racismo ao idadismo em

um anúncio que, ao mostrar imagens de pessoas diversas, coloca jovens negros em situações de lazer e diversão, enquanto, em outra cena, um idoso negro está sozinho. Trata-se de um anúncio da marca Hering que, com representações contrastantes, evidenciam que, quando há uma combinação de personagens negros jovens e idosos em um mesmo anúncio, há chances de que o idoso seja colocado em papéis considerados de menor destaque ou prestígio, com estereótipos inferiorizantes.

Figura 01 - Frames do anúncio “Hering - O básico pelo Brasil (Energia de Carnaval)”



Fonte: <https://youtu.be/qZgjTd1-md8?si=el64oMaVEKv-K44A>

Trabalhador informal

A categoria de “trabalhador informal” foi identificada em 11,4% dos anúncios do *corpus*. Tais peças mostram idosos negros exercendo atividades informais, como vendedor de pipoca, água de coco ou pipas, cabeleireiro, taxista e líder de

escolas de samba. A existência dessa representação evidencia o que Santos (2019) aponta como um exemplo de estereotipização flagrante de pessoas negras na publicidade:

Quando presentes nos anúncios, a estereotipização dos afrodescendentes é a regra. Seja ela flagrante, quando associada a profissões de baixa demanda intelectual ou a posições subalternas ou de baixo status ou, ainda, de baixo poder aquisitivo, seja ela sutil, quando restrita a entretenimento, dotes físicos ou a afrodescendentes embranquecidos (Santos, 2019, p. 256).

No caso específico dos idosos negros, observou-se, em alguns anúncios, uma narrativa em que pessoas negras de outras faixas etárias são valorizadas, mas o idoso está nessa posição flagrante de estereotipização. É o exemplo de comerciais de xampu, que têm como objetivo exaltar a beleza de cabelos crespos e cacheados e colocam personagens com essa característica em destaque, mas ao idoso negro é reservado um papel secundário, no qual retratam vendedores ambulantes, sem protagonismo. Essa observação destaca, novamente, uma intersecção entre o idadismo e o racismo, uma vez que, mesmo quando a representatividade negra é promovida de forma central pelo anunciante, ao idoso negro cabe uma posição de menor importância, dentro da construção do roteiro.

É importante ressaltar que há situações em que o trabalho informal do idoso é uma fonte de satisfação, senso de pertencimento e realização do indivíduo, além de gerar uma renda essencial para a família (Coutrim, 2006). No entanto, destacamos que a crítica central a esse tipo de representação reside na estereotipização adotada pelo mercado publicitário, que contribui para a manutenção da invisibilidade e sub-representação de pessoas idosas negras, que poderiam ser retratadas em papéis mais diversos e enriquecedores.

Velho fragilizado

A representação do velho fragilizado foi identificada em, apenas, quatro anúncios da amostra, tendo sido a categoria menos representativa. São pessoas idosas negras, em situações negativas, seja devido a alguma doença ou condição de abandono ou violência. Os anunciantes oferecem, então, produtos e serviços para que a dificuldade seja superada.

Todavia, o que queremos destacar nesta categoria é o comercial “Cartão de TODOS é da família”⁷, do Cartão de TODOS que, apesar de ter um casal de atores famoso como protagonista (Taís Araújo e Lázaro Ramos) não foi

7 Disponível em: <https://youtu.be/jEbBvtxlwL4?si=Prc1id25IL4ni2-e>. Acesso em: 07 nov. 2023.

classificado como “celebridade como endossante”, uma vez que buscamos evidenciar que os papéis dos idosos no anúncio não foram feitos por pessoas mais velhas, mas sim, por atores jovens “fantasiados” de idosos. A caracterização é extremamente estereotipada, tanto nos figurinos, quanto nas falas e no tom de voz usado pelos atores. A conversa entre a “idosa” e o “idoso” acontece ao redor do tema medicamentos, o que justifica a categorização como “velhos fragilizados”.

Mais uma vez, vemos o idoso negro colocado em uma posição inferior, nesse caso como fonte de estereotipização e ridicularização. E há um agravante: o movimento negro rejeita e condena a prática conhecida como *black face*, na qual atores brancos pintavam o rosto de preto, para interpretar personagens negros, no teatro ou cinema. Porém, ao observar pessoas negras adultas se caracterizando como idosos - e sabendo que não se trata de um caso isolado, mas de algo que acontece com certa frequência em produtos midiáticos - vale refletir sobre o idadismo como um tipo de preconceito ainda pouco combatido pela sociedade e a necessidade de opor-se com veemência a representações desse tipo, que contribuem para a perpetuação de preconceitos e discriminações contra os mais velhos.

Casos de publicidade antirracista além do politicamente correto

Foram identificados quatro anúncios com uma abordagem antirracista (5,7% do total), que, segundo Leite (2019, p. 37), “pode ser compreendida como as estratégias e os esforços da produção publicitária orientados para expressões que busquem, de alguma forma, desafiar, combater e reduzir as dimensões do preconceito e racismo nos espaços sociais da produção e dos consumos”. Nesses casos, percebem-se tentativas de representação das pessoas negras em narrativas que destoam dos estereótipos mais recorrentes.

Uma das práticas, nesse sentido, é a estratégia contraintuitiva, que coloca o personagem que, em geral, é alvo de estereotipização, ocupando posições comumente restritas a indivíduos mais próximos ao padrão branco e jovem supracitado. Na definição de Leite:

Na comunicação publicitária contraintuitiva, o indivíduo alvo de estereótipos e preconceito social é apresentado no patamar de protagonista e/ou destaque do enredo publicitário, em posições que, antes, eram restritas e possibilitadas apenas a determinados perfis, geralmente indivíduos brancos. Outro ponto que as comunicações de marcas que utilizam a estratégia contraintuitiva salientam é a busca em promover

uma mudança na estrutura cognitiva do indivíduo que interage com tais produções, nos espaços de consumo, operando uma provocação para atualizar, deslocar suas crenças (Leite, 2019, pp. 52-53).

Uma maneira de fortalecer esta estratégia é por meio de moderadores contraestereotípicos, um recurso que “a complementa na direção de romper com as expectativas intuitivas sociais sobre os estereótipos tradicionais, ofertando, no momento desta violação cognitiva, imagens mentais contraestereotípicas positivas” (Leite, 2019, p. 55).

Como exemplo da articulação desses dois recursos, temos um anúncio do TikTok⁸, rede social geralmente associada às audiências mais jovens, no qual uma mulher negra, adulta, está dando risada com um *smartphone* nas mãos. A câmera, então, dá um close no aparelho e mostra que a mulher está encaminhando o vídeo para que sua mãe veja. Em seguida, há um corte e surge um consultório médico, com livros sobre a mesa. Uma mulher idosa negra, de pele retinta, abre a porta e entra. Ela pega o *smartphone* e começa a rir, com o vídeo enviado pela filha. Os textos do anúncio dizem: “como dizer ‘lembrei de você’, sem dizer ‘lembrei de você’. Manda um TikTok. A gente se fala com um TikTok”. Ao pausar o vídeo para

8 Disponível em: https://youtu.be/5PTkNSBuYJM?si=J_8ly95eRUwW3eck. Acesso em: 07 nov. 2023.

observar os livros que compõem o cenário do consultório, é possível ler um dos títulos, que diz “neurologia”, o que sugere que a idosa é uma neurologista.

Nos demais anúncios do *corpus* em que uma pessoa idosa negra foi mostrada em um consultório ou hospital, o personagem da narrativa era um paciente e, quando o roteiro trazia contextos de trabalho, o idoso negro era um trabalhador informal. Ou seja, o anúncio do TikTok desloca os estereótipos e associações tradicionais tanto da pessoa idosa como alguém que busca atendimento médico, quanto do trabalhador negro, como vendedor ambulante, trazendo um novo olhar. A questão de gênero também pode ser endereçada, pois trata-se de uma médica neurologista mulher, não de um médico homem.

Outro exemplo de abordagem antirracista – e, também, anti-idadista – é a imagem de idosas negras representando a ancestralidade, com fortes referências à cultura africana. Em contraponto aos achados de Williams, Wadleigh e Ylänne (2010), no qual as narrativas relacionadas ao legado traziam, em sua maioria, homens ligados aos atributos de sabedoria e experiência, no caso da velhice negra o legado e a ancestralidade estão diretamente ligados a figuras femininas, que são valorizadas por seu passado e suas raízes.

O comercial “A Beleza e o Tempo”, da Avon em parceria com o Ilê Aiyê, é um exemplo de como se dá essa representa-

ção. A todo momento, há uma interação entre uma jovem negra e uma idosa negra, e o texto se desenrola falando sobre a beleza da mulher preta, que passa por se entender como preta e olhar para as que vieram antes. Muitos elementos que remetem à cultura africana estão presentes, como tecidos com estampas e cores marcantes, colares de búzios e movimentos corporais característicos de danças africanas.

Apesar de ainda muito pontuais, consideramos que anúncios com essas abordagens são um caminho interessante para a publicidade, que retrata pessoas idosas negras, por trazerem uma nova forma de representação, mais crítica e cidadã. Ao dar um passo além da representatividade, as peças trazem elementos para a construção de um imaginário mais rico e humano acerca das velhices negras. Sabe-se que “não é viável pensar a publicidade em si como um dispositivo antirracista, mas sim, é possível compreendê-la como um meio para que as ações e práticas antirracistas possam ser elaboradas, compartilhadas e promovidas socialmente” (Leite, 2019, p. 39).

Adicionalmente, no contexto da publicidade que retrata pessoas idosas negras, é imprescindível reconhecer a urgência de promover, não apenas ações antirracistas, mas também reflexões e práticas anti-idadistas. O idadismo, assim como o racismo, é uma forma de preconceito que pode manifestar-se

de maneira sutil, mas ainda, assim, prejudicial, influenciando a percepção da sociedade em relação às pessoas idosas. E, como demonstramos, há casos de intersecção entre o racismo e o idadismo, em que o idoso negro é inferiorizado, mesmo quando há valorização de outros personagens negros. Portanto, é fundamental que a publicidade, não apenas busque novos olhares acerca das narrativas que envolvem pessoas negras, mas também se esforce na direção de construir narrativas mais respeitosas e heterogêneas com relação aos velhos. A promoção de reflexões críticas e ações efetivas contra o idadismo é um passo vital na busca por representações mais justas e inclusivas das velhices negras na esfera publicitária, contribuindo para a construção de um cenário mais igualitário e respeitoso.

Considerações finais

As análises das representações da velhice negra, na publicidade, em vídeo brasileira trouxeram à tona reflexões relevantes sobre as manifestações do racismo e do idadismo na propaganda, bem como de suas intersecções. Durante o percurso da pesquisa, compreendemos que existem inúmeros desafios para promover narrativas mais inclusivas que, inicialmente, passam por trazer mais personagens desse grupo

populacional aos anúncios de empresas dos mais diversos segmentos, superando a sub-representação.

Além disso, identificamos a necessidade de adotar novas abordagens, que consigam romper com estereótipos e propor novos olhares às pessoas idosas negras, contribuindo para a construção de um imaginário mais respeitoso, com relação a essa população, que leve em conta suas características plurais e heterogêneas. A estratégia antirracista, complementada com práticas anti-idadistas mostrou-se um caminho promissor, a exemplo do comercial do TikTok mencionado acima.

Ficou evidente, também, que é necessário levantar debates relacionados ao idadismo entre autores e profissionais negros, na academia e no mercado publicitário, uma vez que alguns dos anúncios continham traços de discriminação aos mais velhos, ainda que em um contexto de empoderamento de pessoas jovens negras, inclusive com a adoção de práticas condenadas há décadas pelo movimento negro na caracterização de personagens idosos.

Endereçar tais questões e trazer narrativas diferentes passa, ainda, por uma mudança no perfil dos profissionais das agências de publicidade e dos profissionais de marketing das organizações. Um ambiente mais diverso, tanto com relação à raça quanto à idade, pode ser fonte de representações mais sensíveis e cidadãs, sendo um fator crítico na promoção de mudanças.

Concluimos com a defesa de que a promoção de narrativas mais autênticas e inclusivas das pessoas idosas negras, na publicidade, não só fortalecerá as marcas e empresas que adotarem uma visão mais plural em suas estratégias de comunicação, mas principalmente contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa.

Referências

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Como se caracterizam os discursos e representações das relações raciais entre brancos e afrodescendentes na mídia. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD)*, 32.,2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2008.

ALCHORNE, M. M. D. A.; ABREU, M. A. M. M. D. Dermatologia na pele negra. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, v. 83, n. 1, p. 7-20, fev. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abd/a/N7XSYHgsYNptLnxw5XLtb3m/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 06 nov. 2023.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, J. E. D. **O rápido envelhecimento populacional**

do Brasil. Disponível em: <<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/o-rapido-envelhecimento-populacional-do-brasil/>>. Acesso em: 30 out. 2023.

BAARS, J. **Long lives are for the rich:** Aging, the Life Course, and Social Justice. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2023.

BRESCIANINI, C. P. Idosos movimentam 20% do consumo nacional, informa Sebrae. **Senado Notícias.** 31 out. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/31/idosos-movimentam-20-do-consumo-nacional-informa-sebrae>>. Acesso em: 30 out. 2023.

CASTRO, G. G. S. Precisamos discutir o idadismo na comunicação. **Comunicação & Educação**, v. 20, n. 2, p. 101-114, 1 out. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/102306/103982>>. Acesso em: 30 out. 2023.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de Racialidade:** A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COUTRIM, R. M. DA E. Se parar de trabalhar eu morro: o lugar do trabalho na vida de idosos que participam do mercado informal. **Revista Kairós: gerontologia**, São Paulo, ano 1, v. 9, n. 1, p. 85-105, jun. 2006.

ENVELHECIMENTO e desigualdades raciais. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2023.

Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/06/desigualdades_envelhecimento_relatorio.pdf>.

Acesso em: 04 de agosto de 2023.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

FONTES, A. CÔRTEZ, B. **O que é: conceitos básicos para entender o envelhecimento**. 1 ed. São Paulo: Portal do Envelhecimento Comunicação, 2023. Disponível em: <https://www.itauvivermais.com.br/wp-content/uploads/2023/07/CARTILHA-ITAU-EBOOK-FINAL2.pdf>.

Acesso em: 30 out. 2023.

LEITE, F. Para pensar uma publicidade antirracista: entre a produção e os consumos. In: **Publicidade antirracista: reflexões, caminhos e desafios**. São Paulo: ECA-USP, 2019. p. 17-65. Disponível em: <<https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/431/382/1517>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

LONGEVIDADE 2023: Perfil da economia prateada não é conhecida pelo mercado. **Longevidade Expo**. 01 out. 2023. Disponível em: <<https://longevidade.com.br/longevidade-2023-perfil-da-economia-prateada-nao-e-conhecida-pelo-mercado/>>. Acesso em: 07 nov. 2023.

ONU MULHERES; ALIANÇA SEM ESTEREÓTIPOS. **TODXS/10: o mapa da representatividade na publicidade brasileira**. [S.I.], 2022.

PEREZ, C. Condições antropossemióticas do negro na publicidade contemporânea. In: BATISTA, Leonardo; LEITE, Francisco (Orgs.). **O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo**. São Paulo: ECA-USP, 2011. p. 61-84. Disponível em: <<https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/392/344/1403>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

ROSE, D. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 343-364.

SALGADO, C. D. S. Mulher Idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 4, 23 jun. 2002. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/4716>>. Acesso em: 26 out. 2023.

SANTOS, R. O racismo sutil na representação afrodescendente na publicidade impressa: pré e pós-estatuto da igualdade racial. In: **Publicidade antirracista: reflexões, caminhos e desafios**. São Paulo: ECA-USP, 2019. p. 247-288. Disponível em: <<https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/431/382/1517>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SARAIVA, A. Expectativa de vida no Brasil sobe para 77 anos, diz IBGE. **Valor Econômico**. 25 nov. 2022. Disponível

em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/11/25/expectativa-de-vida-no-brasil-sobe-para-77-anos-diz-ibge.html>>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, A. O racismo que se perpetua na velhice. [Entrevista concedida a] Licia Oliveira. **Revista Radis**. 01 jan. 2023. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/entrevista/trajetorias-negras/o-racismo-que-se-perpetua-na-velhice/>>. Acesso em: 31 out. 2023.

WILLIAMS, A; WADLEIGH, P. M.; YLÄNNE, V. Images of older people in UK magazine advertising: toward a typology. In: **Aging and human development**. Vol. 71 (2). EUA: Baywood Publishing Co., 2010. p. 83-114.

YLÄNNE, V. (ed.). **Ageing and the Media: International Perspectives**. Bristol: Bristol University Press, 2022.

YLÄNNE, V. Representações dos velhos e da velhice na propaganda do século XXI. In: CASTRO, G.; HOFF, T. **Comunicação, consumo e envelhecimento no contemporâneo: perspectivas multidisciplinares**. São Paulo: Sulina, 2018. p. 95-113.

Capítulo VI

Inclusão da pessoa idosa e a importância da intergeracionalidade nas organizações: experiência, conhecimento e potencialidade, legado para as novas gerações¹

Anelise Crippa

Cíntia Liesenberg


Camila Alen Porto Alegre

Franciele Franco

Mara Carvalho

Tatiana Rockenbach

¹ Esta pesquisa foi realizada com o apoio do Itaú Viver Mais em conjunto com o Portal do Envelhecimento, por intermédio do Edital Acadêmico de Pesquisa: Envelhecer com futuro, 2022.



As transformações demográficas, biológicas, sociais e econômicas acompanham o processo de envelhecimento (Freitas; Py, 2002), influenciando na forma como ocorrerá esse processo, para cada indivíduo. O aumento do número de pessoas idosas na população brasileira tem desencadeado reflexões em todos os campos do conhecimento, sobretudo relacionadas às questões sociais e de direito, assim como, no campo organizacional, com a inclusão de pessoas idosas e sua relação com as demais gerações.

O aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de fecundidade nos levam a refletir, também, sobre a composição da força de trabalho nas empresas, como, também, de forma ampliada, quanto aos empregos do mercado formal, uma vez que, em termos sociais, de seguridade social e previdência, é utilizado, como baliza, o princípio da solidariedade. Segundo tal modelo, os trabalhadores em atividade atuam de forma contributiva, para financiamento do sistema e seus beneficiários, entre os quais se encontram os aposentados e pensionistas.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2016), a proporção do número de contribuintes por be-

neficiários vem se reduzindo de forma acentuada, com uma projeção de queda de cerca de 78% entre os períodos de 2010 a 2060. Esse é mais um fator a ser considerado para um novo olhar da sociedade, quando o tema da empregabilidade de pessoas idosas é abordado, levando à necessidade de maiores discussões e ações que o encampem, o que inclui pensar em políticas públicas mais efetivas e abrangentes sobre a questão.

Em relação à população idosa, as medidas hoje apontadas são mais protetivas, como o direito à aposentadoria (Silva, 2008); no entanto, estão em constante e crescente ameaça, deixando de lado a importância da inclusão da população idosa no mercado de trabalho e a consideração aos índices de desemprego entre essa população, acentuados nos últimos anos (Alegretti, 2021).

O preconceito com a idade é recorrentemente visto nas organizações e se expressa de diversas maneiras, como, por exemplo, por meio do incentivo à aposentadoria, da promoção ou contratação de pessoas mais jovens, em detrimento das mais velhas, e do sofrimento psicológico em decorrência de situações desgastantes de trabalho, geradas pela discriminação etária etc. Esses são alguns dos fatores que podem ser apontados nesse contexto (Aging Free Fair; FGV, 2019).

São inúmeras as contribuições que a pessoa idosa pode trazer para o âmbito empresarial. Em uma pesquisa com ges-

tores de organizações, investigando suas percepções sobre funcionários com mais de 50 anos, foi possível identificar a satisfação e os pontos positivos de ter essa faixa etária contemplada em seu quadro organizacional. Dentre os fatores apontados estão: “fidelidade à empresa (95%), comprometimento no trabalho (89%) e maior equilíbrio emocional, se comparado aos mais jovens (88%)” (Aging Free Fair; FGV, 2019, p. 9).

A colaboração com as demais gerações e a troca com outros grupos etários que agreguem conhecimentos ou experiências aos profissionais mais velhos são atitudes enriquecedoras e que merecem ser promovidas. A pesquisa suprarreferida também apontou pontos negativos, mas que são possíveis de ser melhorados com a implantação de estratégias integradoras para o enfrentamento de possíveis conflitos, que considere as características de cada geração e seu potencial contributivo para o dia a dia de trabalho.

Essa investigação ainda aponta questões preocupantes, tais como: falta de políticas para recrutamento e seleção de profissionais mais velhos, ausência de atitude proativa na contratação de profissionais mais velhos e de programas de integração e formação de equipes multigeracionais (Aging Free Fair; FGV, 2019). A inclusão da pessoa idosa, portanto, merece maior atenção, tanto do ponto de vista de políticas

públicas, quanto das empresas, para se adequar à nova realidade mundial de um futuro em processo de envelhecimento.

A pessoa idosa precisa ser respeitada nas suas diversidades, e não excluída. Não podemos deixá-la à margem do mercado de trabalho, por isso devemos buscar formas de transformação social, de amplo espectro, uma vez que a realidade não se coaduna mais com os valores e as contribuições que a pessoa idosa pode trazer para seus diversos âmbitos, incluindo a esfera laboral.

Com base nesse contexto, ressaltamos que o tema precisa ser explorado e investigado, visando enaltecer as contribuições que a pessoa idosa tem para com as demais gerações e o mercado de trabalho, em si. Ademais, devemos apresentar subsídios que valorizem a promoção de um ambiente de atuação intergeracional e iniciativas exitosas realizadas nesse sentido.

A presente pesquisa, portanto, se justifica pela necessidade de promover a inclusão da pessoa idosa no âmbito organizacional, valorizando seu conhecimento, suas contribuições e experiências, tanto para a empresa quanto para as demais gerações que integram a organização. Considera que a intergeracionalidade é fundamental para as empresas que visam agregar saberes e que se voltam para a construção de um ambiente mais diverso.

Definida como a pluralidade de pessoas com identidades diferentes interagindo no mesmo ambiente social, a diversidade pode ser estudada em diferentes perspectivas, seja individual, em sociedade ou em âmbito organizacional (Fleury, 2000), sendo esse último aspecto aquele para o qual se dirige, de forma mais focada, essa pesquisa e os produtos dela decorrentes.

A diversidade tem sido tema de constante debate e estudo no aspecto organizacional – seja em relação à raça, ao sexo, grau de instrução, à religião, idade, seja no que diz respeito às limitações ou deficiências (Ferreira; Alves, 2019) –, ainda que se observe que nem todos esses aspectos tenham ganhado o mesmo destaque e se desdobrado em ações efetivas no âmbito das organizações. Quanto à questão etária, o tema começa a ganhar visibilidade mais recente.

Entender como casos de sucesso vêm ocorrendo e como as contribuições intergeracionais têm sido promovidas faz-se importante para sua replicação em mais empresas. Hoje, no Rio Grande do Sul, há um movimento recente em termos de políticas públicas para a reinserção da pessoa idosa no mercado de trabalho (CMPA, 2022).

Em outros estados brasileiros, como o estado de São Paulo, por exemplo, é possível verificar mais ações para que ocorra essa inclusão nas empresas, mas ainda são necessários maiores investimentos para que um movimento mais amplo,

voltado para a intergeracionalidade no ambiente de trabalho e organizacional, torne-se uma prática habitual. Para que isso se torne mais recorrente, é preciso um investimento mais amplo do Estado brasileiro em termos de políticas desse âmbito.

Todos os projetos são louváveis, sejam eles com incentivo público ou não, porém ressaltamos que são necessários e urgentes uma mudança cultural e combate ao preconceito etário. É preciso olhar para a pessoa idosa e conhecer seu potencial contributivo social e organizacional.

Como problemas de pesquisa, foram considerados os seguintes questionamentos: como se dá essa inclusão e a relação intergeracional no ambiente das organizações? Quais as principais estratégias e ações relacionadas à inclusão da pessoa idosa nesse âmbito? Quais contribuem para melhores formas de inclusão dessa população?

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar ações e experiências bem-sucedidas relacionadas à inclusão de pessoas idosas e à promoção de um ambiente intergeracional, no âmbito organizacional, com vistas a desenvolver um guia a partir das experiências encontradas, como produto de um plano de relacionamento intergeracional para as organizações.

Os objetivos específicos foram: verificar como a inserção das pessoas idosas nas empresas e sua contribuição com as outras gerações vêm sendo abordadas nas pesquisas cientí-

ficas; investigar como as empresas tratam a inserção da pessoa idosa no ambiente organizacional e sua integração com as demais gerações; analisar as contribuições que as pessoas idosas vêm trazendo, tanto para as organizações, quanto para as demais gerações; e identificar ações realizadas, visando à inclusão da pessoa idosa nas organizações e à promoção de um ambiente intergeracional.

Pessoas idosas nas organizações

A pesquisa sustentou-se no conceito de que as organizações se estruturam como sistemas, constituídas por sujeitos que ocupam diferentes papéis, mas cuja conjugação de esforços visa ao alcance de objetivos comuns, na busca pelo atendimento de necessidades humanas nos mais diversos âmbitos. As organizações atuam, assim, cada uma a seu modo e em seu segmento, como subsistemas que são parte de um sistema maior, que é a sociedade, e que devem estar atentos a suas transformações e seus movimentos, sejam demográficos, culturais, tecnológicos ou ambientais, entre outros (Kunsch, 2003).

É nesse escopo que se apresentou o projeto de pesquisa, cujo foco voltou-se para a inclusão da pessoa idosa no ambiente organizacional e para práticas intergeracionais nesse universo. Foram tomados como base a relevância do tema da diversidade em

nossos dias e estudos que o contemplam, relacionados à construção de espaços mais inclusivos e de maior participação social para sujeitos que, muitas vezes, por condições físicas, de gênero, raça ou idade, são alvo de preconceitos e práticas excludentes, sendo este último aspecto aquele prioritário em nosso trabalho.

Nesse terreno, a questão etária e da participação das pessoas idosas no mercado de trabalho desponta diante das transformações da pirâmide etária, com o envelhecimento populacional, que leva a uma presença cada vez maior dessa população na sociedade. A isso se adicionam as questões securitárias e pressões constantes para modificações que tornem mais tardia a concessão do benefício da aposentadoria para os trabalhadores, ou mesmo, a continuidade de atuação profissional pela necessidade de complementação de renda ou outra motivação pessoal.

Diante desse contexto e da necessidade de inclusão das pessoas idosas em um mercado ainda muito jovem, a intergeracionalidade torna-se objeto necessário de maior conhecimento, tendo sido alvo de estudos para sua compreensão e promoção (Santos *et al.*, 2022).

Tal aspecto pede um olhar atento para as possíveis representações de pessoas idosas e jovens no ambiente organizacional, como base para melhor entendimento de sua realidade e interações, quando da aplicação de estratégias e ações volta-

das à promoção da intergeracionalidade e de um ambiente colaborativo e efetivamente inclusivo.

Como defende Serge Moscovici (2011), quando as representações adquirem um caráter consensual, na caracterização de determinado grupo, algo ou alguém, atrela a si imagens, conceitos e expectativas, de onde derivam regras, hierarquias e o estabelecimento de condutas que direcionam a vida dos sujeitos. Desse modo, se implica a “forma como uma sociedade é concebida e experimentada, simultaneamente, por diferentes grupos e gerações” (Moscovici, 2011, p. 108).

Essas representações, de um lado, conformam e atuam na reprodução de crenças, estereótipos e preconceitos, mas, por outro, podem também contribuir para sua ruptura e transformação, ao serem reconfiguradas e atreladas a novos sentidos ou na disputa e validação social de novas representações.

Em um contexto em que as diferenças geracionais e representações em torno delas precisam ser trabalhadas, a atual pesquisa defende, assim, a necessidade da criação de ações e de políticas públicas mais eficazes, que rompam com representações etárias redutoras do potencial dos sujeitos, possibilitando a inserção da pessoa idosa e a valorização da sua contribuição, de forma mais ampla, como também a revisão de estereótipos negativos em torno de profissionais mais velhos. Como exemplo, pode-se citar pesquisa realizada por

Burmeister, Wang e Hirschi (2020), que aponta que ter pessoas idosas como colaboradoras é vantajoso, pois seu conhecimento agrega elementos importantes às demais gerações e motiva os funcionários, além de trazer benefícios à própria pessoa idosa, em se manter ativos.

A experiência adquirida ao longo dos anos de trabalho, leva a pessoa idosa a apresentar potencialidades ao mercado, que são únicas, em função de sua trajetória profissional e de vida (Lancman; Sznelwar; Jardim, 2006; Neri, 2014).

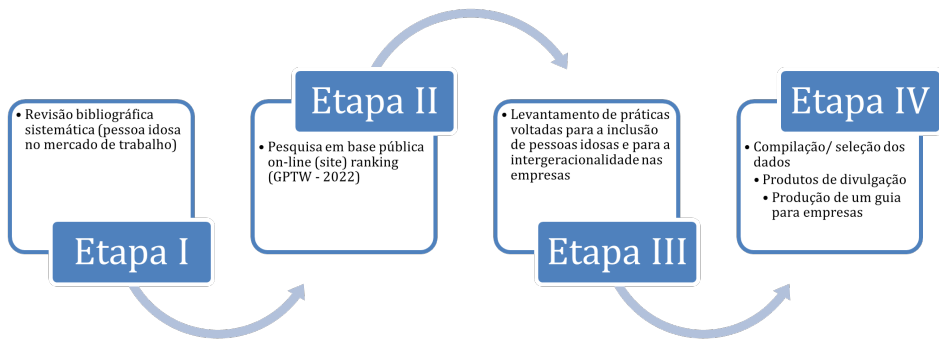
Nesse escopo, o estudo busca auxiliar as organizações na consecução de seus objetivos-fim, em sintonia com a construção de uma sociedade mais equânime, mais justa e menos desigual, para todas as idades. Para tanto, como produto técnico, apresenta um guia voltado para orientar as organizações na elaboração de um plano de inclusão etária e relacionamento intergeracional.

Etapas da investigação

Para a realização da presente pesquisa, foram feitas divisões em etapas, sendo essas: revisão bibliográfica; pesquisa retrospectiva em base de dados, pública e virtual, sobre empresas com práticas empresariais bem-sucedidas no ambiente de trabalho; desenvolvimento e estruturação de pesquisa e análise de estudo

e textos, visando ao levantamento de iniciativas aplicadas pelas empresas para o desenvolvimento do guia mencionado, como ilustra a Figura 1, a seguir; e, por fim, a explicação sobre os passos metodológicos de cada uma das etapas realizadas.

Figura 1 – Fluxograma das etapas da pesquisa



Fonte: as autoras (2023).

A seguir, as etapas utilizadas serão explicadas de forma mais aprofundada.

Etapa I – revisão bibliográfica

Com a metodologia documental, propõe-se a produção de novos saberes, compreendendo o fenômeno da realidade e conhecendo as formas que estão em desenvolvimento (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). O estudo realizado nesse

formato favorece a observação da evolução de conceitos, conhecimento, práticas, entre outros (Cellard, 2010). Foram analisadas publicações sobre o tema da inserção da pessoa idosa no mercado de trabalho, sua contribuição e interação com outras gerações, bem como políticas públicas relacionadas a esse contexto.

Inicialmente, foi realizada uma revisão de bibliografia, por meio da metodologia de revisão sistemática (Whittemore; Knafl, 2005), permitindo a síntese dos estudos publicados. Nessa etapa, foram investigadas as bases de dados Scielo, Lilacs e Periódicos Capes, utilizando o vocábulo “idoso no mercado de trabalho”, no período de 2020 a 2022. A busca ocorreu por duas integrantes da pesquisa, em paralelo que, posteriormente, verificaram se os mesmos artigos foram incluídos. Como critério de exclusão, foram retirados da pesquisa documentos que não fossem artigos científicos publicados na íntegra ou que estavam em idioma diverso do português, inglês ou espanhol. Em caso de divergência quanto à inclusão de algum trabalho, um terceiro membro da pesquisa desempatou, arbitrando pela inclusão ou não.

Essa fase da pesquisa perdurou por sete meses, enquanto se desenvolvia o projeto, sendo concluída no início de setembro, com elaboração de produto específico, e contribuindo para a elaboração do guia, produto técnico deste projeto, cujo

conteúdo será descrito na fase IV deste capítulo. Inicialmente, foram utilizados outros vocábulos, até se chegar nas palavras-chave adequadas para o desenvolvimento da revisão sistemática. Além disso, outras bases de dados foram consultadas, porém, devido à imensidão de trabalhos pesquisados, como é o caso do Google Scholar, se optou em não seguir com a pesquisa nessas bases, uma vez que se observou que, dos diversos trabalhos publicados, grande parte deles seriam excluídos por não estarem no escopo da investigação.

Resultou desta pesquisa um artigo científico, submetido a uma revista científica com Qualis A3 em área interdisciplinar e que tem como foco principal o envelhecimento humano.

Etapa II – pesquisa retrospectiva em base de dados pública e virtual sobre empresas com práticas exitosas no ambiente de trabalho

Foi realizada uma pesquisa retrospectiva *on-line* no Great Place to Work (GPTW), que apresenta o *ranking* nacional das melhores empresas para se trabalhar. Selecionou-se o ano de 2022, com o objetivo de identificar quais priorizam a intergeracionalidade e a empregabilidade de pessoas idosas. Esses dados serviram como base para a definição de critérios para identificação de experiências bem-sucedidas, que deveriam incluir aspectos relacionados a vivências intergeracionais, no

ambiente organizacional, entre outros possíveis aspectos levantados via revisão de literatura.

Essa etapa foi iniciada de forma concomitante à etapa I. Logo de início, foi encontrada uma categoria específica do *ranking*, voltada para as ações “Destaque 50+”, ou seja, aquelas empresas que se destacavam em iniciativas voltadas para colaboradores com 50 anos ou mais. Dessa forma, o recorte entre as empresas a serem estudadas apresentou-se como um primeiro achado da pesquisa, sendo, então, esse resultado armazenado em planilha Excel.

Ao todo, compunham esse *ranking*, com as referidas especificações, 15 empresas, as quais integravam variados ramos, como: finanças (2), manufatura e produção (2), biotecnologia e farmácia (4), suporte e assessoramento (2), tecnologia de informação (2), educação e treinamento (1), alimentação (1) e cuidados com a saúde (1). A empresa com maior número de funcionários possui 24.984 contratados, e a com menor, 175 colaboradores.

Foram observados, de forma aprofundada entre essas empresas incluídas no destaque 50+, a visão, missão e os valores publicados nos sites de cada uma, entre outros elementos.

Dentre os pontos mencionados na visão, destacam-se: transparência, simplicidade e excelência em oferecer soluções, proporcionando o crescimento sustentável (no que tange aos

seguros); futuro sustentável; melhorar a vida dos doentes; transformar a vida dos pacientes por meio da ciência; tornar os clientes mais rápidos e produtivos; buscar a excelência no ensino, pesquisa e extensão no que se refere à saúde; inovação e sustentabilidade; ser a melhor e mais admirada; responsabilidade social na assistência hospitalar; transformar os cuidados de saúde, tornando a ciência inovadora em valor para os pacientes; criar soluções simplificadas e inovadoras (no ramo financeiro). Vale mencionar que quatro das 15 empresas estudadas não divulgam a visão em seu site.

Quanto à missão, quatro empresas não a divulgam em seus sites, e as outras assinalam: proporcionar tranquilidade e segurança às pessoas e empresas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade; ser a empresa de ciência de materiais mais inovadora, centrada no cliente, inclusiva e sustentável do mundo; ambicionar melhor saúde para os doentes em todo o mundo, através de inovação em medicina; descobrir, desenvolver e disponibilizar medicamentos inovadores que ajudam pacientes a superar doenças graves; oferecer soluções rápidas e criativas para problemas de gerenciamento da informação, facilitando o fluxo de trabalho dentro de uma empresa; ser uma instituição de ensino vocacionada para a área da saúde, formando profissionais qualificados com base em princípios e valores éticos e humanísticos e cumprir sua responsabilidade.

de social, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural e ambiental, buscando atender às demandas da sociedade, a partir de ações diferenciadas de ensino, pesquisa e extensão; promover o acesso à saúde e à qualidade de vida com tratamentos a preço justo e operação rentável, que assegure o crescimento sustentável da empresa e o compartilhamento do valor gerado com colaboradores e sociedade; construir relações de valor para gerar prosperidade; oferecer excelência de qualidade no âmbito da saúde, da geração do conhecimento e da responsabilidade social; que as oportunidades que o mundo digital oferece sejam universais, contribuindo como uma força positiva para a transformação individual, das empresas e da sociedade; popularizar soluções financeiras no Brasil.

Já em relação aos valores, apenas duas das empresas estudadas não os apresentam claramente em seu site, enquanto as demais apontam: respeito, ética, transparência, integridade, proteção ao planeta, urgência, responsabilidade, paixão, inovação, inclusão, buscar solução, servir, segurança, bem-estar, equidade, agilidade, comprometimento, desenvolvimento sustentável, foco em saúde, boas ações, saúde, justiça social, educação, visão empreendedora, paixão por *performance*.

Vale destacar que, no que diz respeito à inclusão, que é um importante valor para se considerar em relação à diversidade no ambiente laboral e à inclusão de pessoas idosas,

apenas duas empresas apontam em seus valores a inclusão, uma delas mencionando a inclusão de forma implícita: “Acolhemos a diversidade e cultivamos um ambiente onde todos nós podemos trabalhar juntos, com todo nosso potencial”; e a outra faz apenas referência ao termo “inclusão”. Nas 13 demais empresas, em nenhum momento, seja na missão, visão ou nos valores, é apontada a inclusão, seja de pessoas idosas, seja em geral.

Os achados apontam a necessidade de maior desenvolvimento da temática da inclusão da pessoa idosa e da intergeracionalidade nas organizações, uma vez que, mesmo entre empresas ranqueadas como as melhores para pessoas com 50+ trabalharem, ainda se carece de um posicionamento público, que demonstre esse valor no seu discurso institucional.

Etapa III – Levantamento de práticas voltadas para a inclusão de pessoas idosas e para a intergeracionalidade nas empresas

Nessa etapa da pesquisa, voltada para a identificação de iniciativas desenvolvidas pelas organizações, inicialmente foi pensada a abordagem direta das empresas elencadas no *ranking* das melhores empresas para se trabalhar.

Para a realização das entrevistas, foi construído um questionário que serviria para uma entrevista semiestruturada,

visando à realização de uma pesquisa qualitativa, e a análise, seguindo Bardin (2011), utilizando critérios de saturação. As entrevistas deveriam ocorrer de forma *on-line*, sendo gravadas, decupadas e analisadas.

Os materiais levantados seriam estudados por meio da análise de conteúdo que permitisse identificar coerência entre discurso e prática das organizações, levando em consideração as possíveis especificidades quanto ao porte, segmento de atuação, ou outros aspectos que se fizerem evidenciar nas fases da pesquisa como um todo¹. Só depois é que as empresas foram contatadas para identificação e aprofundamento de casos de sucesso que permitissem inferir sobre as formas de inserção da pessoa idosa e as contribuições para a empresa e para as demais gerações, bem como da existência de planos estruturados desenvolvidos pelas organizações nessa área.

Essa etapa foi a mais desafiadora. Inicialmente, foram feitos contatos via e-mail, considerando os contatos públicos das empresas. Das quinze empresas, uma respondeu, afirmativamente, que iria passar a data da disponibilidade, porém

2 Com vistas a cumprir com os aspectos éticos, o estudo foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Metodista – IPA, e o contato com as organizações somente se iniciou após a aprovação da pesquisa. Em posse da seleção e dos achados descritos na etapa II e com a aprovação do CEP (CAAE 69448623.7.0000.5308), as empresas foram contatadas.

não agendou, sempre protelando a participação; outra solicitou o questionário, mas não respondeu nem agendou sua participação; uma respondeu recusando, e as demais doze não retornaram.

Após, visando atingir o objetivo de realização da entrevista, passou-se para busca no LinkedIn de pessoas que atuassem no setor de recursos humanos da empresa, para se conseguir contato. Das mensagens enviadas via LinkedIn, apenas uma retornou, passando o e-mail da funcionária responsável na empresa; todavia, esse e-mail não teve resposta.

Passou-se, então, para a expansão da pesquisa, utilizando a metodologia bola de neve, em que uma pessoa passa um convite para outra por WhatsApp ou LinkedIn, para que pudessem ser atingidos empresários, mesmo que suas empresas não estivessem no *ranking* anteriormente estudado (Great Place to Work), mas que sua experiência fosse contributiva na construção do guia, que é o produto final desta investigação. Mesmo com essa metodologia e fazendo contato em grupos específicos de inclusão de pessoas idosas no mercado de trabalho, bem como solicitando auxílio de dois CEOs de empresas específicas em empregabilidade de pessoas idosas, apenas um retorno ocorreu.

Dessa forma, a etapa III, nos moldes como foi desenhada, restou frustrada, tendo, apenas, uma empresa participante, e

esta não pertencente àquelas integrantes das empresas ranqueadas pelo Great Place to Work. Ainda assim, o levantamento foi possível, tomando-se por base outras buscas, como os achados da revisão bibliográfica, de outras leituras sobre o tema da diversidade e inclusão de pessoas idosas ou 50+ e pela análise e divulgação, pela mesma organização de ranqueamento, do estudo aberto para o público em abril de 2023, que apresentava dados, análises e descrevia iniciativas das empresas ranqueadas como as Melhores Empresas GPTW 50+ do ano de 2020.

Além da identificação e análise de diversas ações realizadas pelas empresas, o estudo e as demais fontes de buscas permitiram apontar oportunidades de aprimoramento em relação à abordagem da temática e ao seu desdobramento prático na atuação das organizações.

Dessa forma, ainda que por outras vias, a etapa foi concluída com êxito, contribuindo com seu intento final, de fornecer subsídios para a elaboração de um guia para as empresas e criar um plano de ações voltado para a promoção de um ambiente intergeracional direcionado para a inserção da pessoa idosa e valorização de suas contribuições. Assim, visa-se contribuir tanto para a organização que o desenvolva como para a promoção de uma cultura para a intergeracionalidade.

Etapa IV – desenvolvimento de um guia para elaboração de um plano de relacionamento intergeracional para organizações

Como produto final, foi elaborado um guia³ com base nas experiências encontradas, como instrumento de apoio para a aplicação de um plano de relacionamento intergeracional para as organizações. Esse instrumento tem por objetivo apresentar ferramentas para organizações que estejam em busca de criar mecanismos para um melhor envolvimento da população idosa, com a implementação de ações voltadas para sua inclusão e para a promoção de um ambiente voltado para uma maior integração entre profissionais de diferentes faixas etárias. Desse modo, visa contribuir para um maior aproveitamento das capacidades de trabalho das pessoas idosas para a sociedade e dos benefícios de sua interação com outras gerações.

Entre os fundamentos que o embasam, inclui-se, ainda, a necessidade de que as ações para esse fim sejam elaboradas de forma estruturada, como parte de um plano abrangente, que faça frente ao etarismo e que permita, assim, resultados mais efetivos.

O guia foi estruturado de acordo com as seguintes etapas:

- 1. apresentação** – inclui informações gerais sobre o produto e aborda a importância da elaboração de

3 Disponível em: <https://www.itauvivermais.com.br/publicacoes/>

- um trabalho sistematizado voltado para a intergeracionalidade no ambiente organizacional, assim como mostra os desafios a serem enfrentados e a necessidade da elaboração de um plano sistematizado;
2. **princípios norteadores para a elaboração de um plano de relacionamento intergeracional** – são abordados os princípios, pensados como o conjunto de premissas e valores que vão ancorar o desenvolvimento de todo o trabalho a ser desenvolvido pelas organizações. São aprofundadas discussões relativas ao respeito à pluralidade e às diferenças entre pessoas e grupos; ao estímulo ao diálogo e à expressão de voz dos colaboradores; à busca pela ampliação da representatividade de diferentes grupos; ao acolhimento adequado; à promoção de um ambiente voltado para o aprendizado contínuo e o compartilhamento de diferentes saberes;
 3. **etapas para implantação** – o guia discorre sobre a definição dos objetivos e a identificação dos públicos ou atores sociais envolvidos, como também sobre a definição de estratégias e ações. Por fim, trata dos instrumentos para controle e avaliação das ações propostas;
 4. **ações voltadas para a inclusão etária e intergeracionalidade nas organizações** – são propostas diferentes ações que podem ser empregadas pelas organizações

na construção de um plano para gerar um ambiente de maior diversidade e pluralidade geracional. Elas estão segmentadas em quatro eixos, para melhor visualização de suas finalidades e possibilidades de aplicação:

- a. ações diagnósticas – que permitem identificar o estado da organização diante do campo a ser trabalhado;
- b. ações de estruturação – aquelas que alicerçam as demais e permitem seu desenvolvimento de maneira mais consistente. Permitem um direcionamento estratégico, contribuindo para uma melhor adequação aos objetivos mais amplos da organização e do que se espera com a efetivação do plano como um todo;
- c. contratação de pessoas idosas e retenção de talentos e ampliação da diversidade etária entre o corpo de colaboradores – tais ações têm a finalidade de ampliar a proporção de pessoas idosas no quadro funcional da empresa, bem como orientar as equipes de profissionais e prestadores de serviços na condução de suas atividades;
- d. ações para a promoção de uma cultura para a intergeracionalidade e diversidade – eixo no qual são apresentadas diversas ações voltadas para que o dia a dia da organização contemple, de forma mais efetiva, a interação entre diferentes gerações.

O conteúdo do guia está disposto em 29 páginas. Algumas delas são reproduzidas nas Figuras 2 e 3, a seguir, a título de ilustração.

Figura 2 – Reprodução da capa, informações sobre autoria e equipe, sumário e apresentação



Na Figura 3, é possível verificar a página de abertura de cada um dos capítulos do guia, a primeira página introdutória do capítulo e a contracapa.

Figura 3 – Reprodução de páginas de abertura dos capítulos do guia e da contracapa



Dessa forma, construiu-se o produto final desta pesquisa, visando contribuir para a sociedade com um guia prático para as empresas implementarem iniciativas de inclusão de pessoas idosas no mercado de trabalho e de ações voltadas para a inclusão etária e a intergeracionalidade.

Considerações finais

Ao chegarmos ao ponto de fechamento desse percurso, que visou à promoção da temática e de iniciativas voltadas para a inclusão da pessoa idosa e da intergeracionalidade no ambiente de trabalho, muitos foram os nossos aprendizados e muitas ainda nossas questões, que ficam como gérmenes para novas pesquisas e ações na área.

Mostramos a relevância da temática, sob a perspectiva da necessidade premente de maiores investimentos na inclusão da pessoa idosa no universo laboral, seja do ponto de vista das organizações, seja do Estado. Além disso, ressaltamos a importância de se pensar nas formas mais adequadas para que essa inclusão de fato exista, considerando que estamos diante de uma sociedade ainda etarista.

Por outro lado, podemos afirmar que esse campo começa a ganhar maior visibilidade e iniciativas voltadas para esse intuito, com destaque para aspectos que demonstram as posi-

tividades de um ambiente intergeracional e as contribuições de ter pessoas idosas atuando profissionalmente, como geradores de competências cada vez mais requeridas, ainda que sejam importantes os esforços para minimizar as representações negativas entre gerações.

Do ponto de vista metodológico, os desafios que se apresentaram permitem reflexões sobre a importância da busca de caminhos alternativos com vistas à sua conclusão a contento. Do mesmo modo, é preciso compreender os significados presentes, em um campo que, falando em nome da promoção de ações para profissionais mais velhos, se cala diante de questionamentos que visam aprofundar o conhecimento dessas ações, apontando para um terreno ainda em fase de consolidação e desenvolvimento.

Dessa forma, o guia aqui mencionado soa, para nós, não apenas como um produto final de um processo de pesquisa, mas como uma contribuição que pretendemos efetivar, como um produto técnico que passa a ser disponibilizado às empresas, com acesso público gratuito, via meios digitais. Acreditamos ser essa uma primeira versão, que tende a se ampliar conforme avance a imersão das empresas nessa seara.

Finalizamos destacando a intergeracionalidade na própria equipe, formada por pesquisadores, profissionais e estudantes de diversas idades e fases de vida. O perfil das idealizadoras da pesquisa, bastante distinto, mas também

complementar, foi uma marca que permitiu pensar em diferentes alternativas nos momentos de dificuldades do estudo, como também nas conquistas, seja em termos metodológicos, seja nos períodos de elaboração dos diversos produtos que compõem o edital para o qual o projeto foi desenvolvido. A experiência tornou a pesquisa ainda mais significativa.

Assim, que tenhamos conseguido traduzir em palavras aquilo que foi para nós participar desse trabalho, como também seus resultados, e que possamos, efetivamente, com eles contribuir para um mundo etariamente mais diverso, plural e intergeracional.

Referências

AGING FREE FAIR; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Envelhecimento nas organizações e a gestão da idade**. 2019. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/pesquisa_fgvbrasilprev.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

ALEGRETTI, Laís. “Chego com experiência, mas querem juventude”: desemprego entre mais velhos dispara com pandemia. **Uol**, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/03/15/chego-com-experien-cia-mas-querem-juventude-desemprego-entre-mais-velhos-dispara-pandemia.htm>. Acesso em: 15 out. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kuj-rw0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 15 out. 2023.

BURMEISTER, Anne; WANG, Mo; HIRSCHI, Andreas. Understanding the motivational benefits of knowledge transfer for older and younger workers in age-diverse coworker dyads: an actor-partner interdependence model. **Journal of Applied Psychology**, v. 105, n. 7, p. 748-759, 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (CMPA). **Aprovado programa para incentivar contratação de trabalhador idoso**. 24 ago. 2022. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/aprovado-programa-para-incentivar-contratacao-de-trabalhador-idoso>. Acesso em: 15 out. 2023.

CARDOSO, Anabel. Práticas e políticas de inclusão da pessoa idosa no mercado de trabalho no contexto dos agentes de mercado brasileiros. *In*: CONSTANZO, Daniela; CASTELLO, Graziela (org.). **Desafio longeviver 2: estudos sobre mercado de trabalho e envelhecimento populacional 2**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2022. p. 63-97. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Desafio_Longeviver2_2021_digital.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAVRIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 295-316.

FERREIRA, Matheus Felipe; ALVES, Denise Avancini. Melhores para quais públicos? Análise sobre o posicionamento comunicacional das cinco melhores empresas para trabalhar, em 2018, no Brasil, da GPTW Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, XIII, São Paulo, 2019. **Anais [...]**. São Paulo, 2019.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000.

FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia (ed.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREAT PLACE TO WORK (GPTW). **Rankings GPTW**. Disponível em: <https://gptw.com.br/ranking/melhores-empresas/?ano=2022&tipo=Nacional&ranking=Pequenas&corte=Nacional>. Acesso em: 15 out. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICO APLICADA (IPEA). **Texto para discussão n. 2.230 – O fim do fator previdenciário e a introdução da idade mínima.** Brasília, DF; Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7132/1/td_2230.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** São Paulo: Summus, 2003.

LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal; JARDIM, Tatiana Andrade. Sofrimento psíquico e envelhecimento no trabalho: um estudo com agentes de trânsito. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 17, n. 3, p. 129-136, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecer bem no trabalho:** possibilidades individuais, organizacionais e sociais. 2014. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/8266_ENVELHECER+BEM+NO+TRABALHO+POSSIBILIDADES+INDIVIDUAIS+ORGANIZACIONAIS+E+SOCIAIS. Acesso em: 15 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (PAHO). **Relatório mundial sobre o idadismo.** 2022. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55872>. Acesso em: 15 out. 2023.

QUE PAÍIS tem visão mais positiva do envelhecimento? **Portal do Envelhecimento e Longevidade**, 20 mar. 2021. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/que-paises-tem-visao-mais-positiva-do-envelhecimento/>. Acesso em: 15 out. 2023.

SANTOS, Gabriele Thaís dos; SALCEDO, Gonzalo Manuel; GUIMARÃES, Luiz Henrique Vasconcellos; BAËTA, Paulo Víctor Lamounier; BRAGA, Juliana Oliveira. A intergeracionalidade no mercado de trabalho: desafios e potencialidades. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 12, 2022.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SEIDL, Juliana; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori. Etarismo e gestão da diversidade etária: conceitos e escalas. *In*: ANTUNES, Marcos Henrique; BOEHS, Samantha de Toledo Martins; COSTA, Aline Bogoni (org.). **Trabalho, maturidade e aposentadoria: estudos e intervenções**. São Paulo: Vetor Editora, 2021.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 15, n. 1, p. 155-168, 2008.

TRIBONI, Silvia. **Empregabilidade 50+**: estratégias e informações para uma carreira de sucesso na maturidade. São Paulo: Portal Edições, 2023.

TRIBONI, Silvia. Eu quero que não me discriminem no trabalho. **Portal do Envelhecimento e Longevidade**, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/eu-quero-que-nao-me-discriminem-no-trabalho/>. Acesso em: 15 out. 2023.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

PARTE 2

**SAÚDE FINANCEIRA E SEGURANÇA
DE INTERNET**

Capítulo VII

A violência financeira às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, face às inovações tecnológicas

*Leticia Martins Bitar de Moraes
Maria das Graças Bendelack Santos*



Introdução

O envelhecimento da população é uma realidade que abrange o mundo inteiro, em decorrência da maior expectativa de vida das pessoas e, conseqüentemente, geradoras de mudanças e adequações da sociedade, a partir de suas inter-relações e convivência humana. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (2015) recomenda que os países devem estruturar as políticas públicas, para eliminar barreiras que, muitas vezes, limitam a participação social do idoso, no ensejo de permitir que alcancem trajetórias positivas de envelhecimento. Dessa forma, as políticas públicas devem corresponder à realidade das pessoas idosas, a partir de suas prioridades, habilidades e culturas, em respeito ao seu desenvolvimento no curso da vida.

O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial. De acordo com Fontes e Côrte (2023), a Década do Envelhecimento Saudável, nas Américas (2020-2030), foi preconizada pela Organização Mundial de Saúde, com o objetivo de promover políticas e ações alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, com o intuito de alcançar um futuro mais sustentá-

vel e justo para todos, com garantias de dignidade e independência, ao longo da vida.

Estudos recentes apontam que o envelhecimento é a principal característica demográfica do mundo atual. De acordo com Alves (2022), atualmente o mundo possui 1,1 bilhão de idosos, e os 12 países com maior quantidade de pessoas com idade de 60 anos ou mais, em ordem decrescente, são:

Países com maior quantidade de pessoas de 60 anos ou mais

País	Idosos em milhões
➤ China	264,7
➤ Índia	148,7
➤ Estados Unidos	79,3
➤ Japão	44,4
➤ Rússia	32,9
➤ Brasil (6º lugar)	31,5
➤ Indonésia	29,9
➤ Paquistão	15,9
➤ Bangladesh	15,8
➤ México	15,5
➤ Nigéria	10,4
➤ Etiópia	6,1

Nesse contexto de envelhecimento e mudanças nas últimas décadas, a Constituição Federal de 1988 é considerada um marco, na defesa dos direitos da pessoa idosa, por conter normas e princípios que viabilizaram a criação de leis como: a Lei nº 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso), promulgada em 04 de janeiro de 1994, com vigência, a partir da data de sua publicação, e a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), com a finalidade de assegurar a garantia dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, medidas de proteção, políticas de atendimento ao idoso, acesso à justiça e a previsão de crimes específicos, dispostos em 14 artigos, com o objetivo de coibir a violação à integridade física e psíquica da pessoa idosa, bem como a proteção de seu patrimônio.

A partir dessa premissa de maior longevidade dos indivíduos, não se deve desconsiderar que o crescimento da expectativa de vida vem acompanhado de inúmeros desafios, para uma convivência intergeracional pacífica e harmoniosa entre as pessoas, como, por exemplo, o crescimento de denúncias de violência financeira contra pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, em face das inovações tecnológicas. Por conseguinte, a sociedade ainda está passando por um processo de transformação, à medida em que cria mecanismos de defesa para esse grupo de pessoas maiores de 60 anos,

quando os seus direitos e garantias fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, são violados.

Nesse sentido, com fundamento na Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia), promulgada em 04 de julho de 1994, que dispõe, no seu artigo 44, inciso I, dentre as suas finalidades, a defesa dos direitos humanos e da justiça social, o presente trabalho de pesquisa tem como objetivo geral analisar a violência financeira das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social e econômica, a partir de demandas espontâneas, protocoladas por pessoas idosas na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Ordem dos Advogados do Brasil/PA, em cumprimento às suas atribuições institucionais, durante os anos de 2021 e 2022, relacionadas à violência financeira contra pessoas idosas, diante das inovações tecnológicas.

Da relevância da pesquisa

As pessoas idosas, por muito tempo, deixaram de receber os devidos cuidados da sociedade e da família, muitas vezes, alijadas ou excluídas das possibilidades ou dos benefícios da vida moderna. No entanto, não se deve deixar de considerar que os avanços da ciência e da medicina trouxeram uma qualidade de vida aos idosos, e tais avanços também são evi-

denciados pelo surgimento das mais variadas formas de comunicação e aprendizagem, o que nos permite dizer que a pessoa idosa não viveria mais, necessariamente, recolhida ou a recordar lembranças de tempos passados, uma vez que teria a possibilidade de ser mais ativa, produtiva e participativa, a ponto de poder fazer frente aos problemas da vida cotidiana moderna.

Contudo, a realidade a qual se vive, em verdade, retrata uma era impregnada pela velocidade exponencial das mudanças, que tornam tudo transitório, mutável, relativo, líquido, inserindo-nos em um tempo definitivamente diverso daquele vivido sob a hegemonia dos valores modernos (permanente; estável; ordenado; certo; definido), época cercada de inseguranças e incertezas, uma era que se erige como pós-moderna, uma era digital, essencialmente conectada, uma vez que as relações virtuais alcançaram tal importância, na sociedade contemporânea, que se tornou impossível imaginar o mundo e sua rede de relações desconectadas, como acontecia há poucas décadas (Bittar; Almeida, 2022).

Além disso, não poderia ficar de fora dos contextos referenciados o empecilho ao acesso à tecnologia pelo idoso, que pode estar relacionado não só à questão histórica, mas, também, à situação social e econômica que o Brasil ainda enfrenta, já que a maioria dos idosos é composta por aposenta-

dos ou pensionistas e, geralmente, recebem até o máximo de três salários mínimos, renda que, na maioria das situações estudadas, serve como sustento para uma família inteira, com vários integrantes, colocando em risco sua segurança e liberdade, enfim, seu envelhecimento de forma saudável.

Com efeito, conforme dados divulgados pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH, Brasil, 2023), nos primeiros três meses de 2023, as violações de direitos humanos contra pessoas idosas alcançaram 202,3 mil registros em todo o país, cabendo enfatizar que o número é 97% maior, se comparado com o mesmo período de 2022, quando foram registradas 102,8 mil violações. Segundo o secretário nacional dos direitos da pessoa idosa, Alexandre Silva, “O etarismo se mostra mais cruel do que nunca” (Brasil, 2023).

Ainda em 2022, conforme dados divulgados pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), as pessoas idosas figuravam como as maiores vítimas das violações aos direitos humanos e, no período de janeiro à primeira semana de julho de 2022, quando foram registradas mais 44 mil denúncias, 12 mil eram relacionadas à violência patrimonial ou financeira, dirigidas a pessoas com 60 anos ou mais (54,8%), seguido de mulheres (28,2%) e crianças e adolescentes (6,7%).

Nesse sentido, o dado marcante dessas violações, especialmente no que se refere à violência patrimonial ou finan-

ceira, é que houve um aumento de 60% nas tentativas de golpes financeiros contra pessoas idosas, em razão do uso mais intenso dos meios digitais, durante a pandemia, segundo informou a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), deixando bem evidente a preferência dos criminosos pelos referidos meios, visto que permitem menor exposição, maiores facilidades para o cometimento de crimes e criam maiores dificuldades à descoberta de seus autores.

Com o intuito de corroborar com os dados apontados pela Febraban, Peixoto (2023), em sua dissertação de mestrado em Segurança Pública pela UFPA, analisou registros de violência financeira contra a pessoa idosa, no período de 2019 a 2020, obtidos por meio da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC -, vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará; de acordo com sua base de dados criminais, foram identificados registros de 40.828 casos de violência contra pessoas maiores de 60 anos, no Estado do Pará, dos quais a violência financeira, correspondeu a 73,67% dos registros, no referido período, seguido de violência psicológica, 15,01%, e violência física, 5,46%, restando o percentual de 0,66% aos casos de negligência e violência sexual, em menor frequência, no mesmo período.

Cabe salientar que o art. 102, do Estatuto da Pessoa Idosa, prevê a referida violência no ato de apropriar-se de ou desviar

bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da pessoa idosa, dando-lhes aplicação diversa de sua finalidade, punindo, com pena de reclusão de 1 a 4 anos, além de multa, para quem cometer tal delito.

Com efeito, aliado ao fato de ter-se tornado um grande atrativo aos delinquentes, o meio ambiente virtual, que se tornou campo fértil à implementação de contínuas inovações tecnológicas, traz consigo o efeito reverso dessas inovações, que são novos instrumentos nas mãos de criminosos para a prática de ilícitos, na medida em que cresce a informatização das atividades exercidas pelas pessoas (físicas e jurídicas), além do aumento do tempo que passam respirando ares virtuais, situações cujo alcance e efeitos ainda não foram corretamente avaliados ou mensurados, em razão da velocidade daquelas inovações.

Do cenário do endividamento no Brasil

De acordo com dados do SERASA, de 23 de maio de 2023, a cada 10 famílias brasileiras, 8 têm dívidas (FURLAN, 2023). Essa tem sido a taxa média de endividamento das famílias, medida pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Com efei-

to, em abril de 2023, 78,3% dos núcleos familiares do país tinham dívidas. Em 2022, a média total foi de 77,9%, valor recorde desde que o levantamento começou a ser feito pela Confederação, em 2011. Além disso, importa ressaltar que a inadimplência, de acordo com a mesma pesquisa da CNC, em abril de 2023, atingia quase um terço das famílias, no Brasil.

Cabe enfatizar que, quando tratamos de endividamento, é importante que se esclareça que o referido termo não significa inadimplência, ou seja, não é todo endividado que está inadimplente, no entanto, todo inadimplente está endividado, uma vez que não honrou seus compromissos de pagamento. Endividamento é compromisso de pagamento futuro, enquanto que inadimplência é deixar de honrar, na época própria, pagamento ou compromisso que, portanto, venceu sem ser pago.

Nesse caminho, ressalta-se que o endividamento está diretamente relacionado ao grau ou à capacidade de endividamento das famílias, isto é, a família que tenha assumido uma nova dívida e está com parte da renda mensal comprometida, seja em razão de um financiamento, empréstimos consignados, crediário ou fatura de cartão; ainda que consiga cumprir o compromisso na data apazada, o risco ou o grau de comprometimento da renda poderá ser tão alto, a ponto de tornar impossível o pagamento das despesas mais simples e contínuas, como, por exemplo, contas de água e energia.

Com efeito, conforme os dados do Mapa de Inadimplência e Negociações do SERASA (2023), no que se refere aos idosos, nos últimos 4 anos, a inadimplência entre eles aumentou em uma velocidade surpreendente, no Brasil, pois cresceu 33%, entre as pessoas com mais de 60 anos, na comparação entre abril de 2023 com o mesmo mês de 2019. Para dar uma ideia do que esse aumento representa, basta dizer que ele foi 14 vezes maior do que o mesmo avanço entre as pessoas com até 25 anos, cuja taxa ficou em 2,3%.

De acordo com os dados informados, o ritmo do endividamento dos idosos também superou e, em larga proporção, as faixas etárias intermediárias. Com efeito, entre 41 e 60 anos, a elevação foi de 14,4% e, entre 26 e 40 anos, de 4,6%. Em números absolutos, os dados extraídos apontam que, em 4 anos, houve um acréscimo de 3,4 milhões de inadimplentes com mais de 60 anos, no Brasil, sendo que o valor médio da dívida das pessoas mais velhas é de R\$ 4.360,00.

Nesse caminho, as facilidades do empréstimo consignado – inclusive em face dos juros mais baixos oferecidos pelas instituições bancárias, pois a cobrança de tal dívida se dá diretamente na fonte de renda da pessoa idosa, ou seja, nas folhas de pagamento dos órgãos ou entidades que as remuneram – tornou tal modalidade de empréstimo, como aponta a SERASA, a grande vilã da saúde financeira das pessoas idosas,

especialmente aposentadas e pensionistas, aumentando seu grau de endividamento e comprometendo o mínimo necessário à sua sobrevivência e de sua família. Também devido a fraudes ou golpes, mediante contratação sob tal modalidade.

Conforme artigo publicado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), de autoria de Lais Guerra (2023), que retrata o aumento da inadimplência das pessoas idosas, bem acima do que o aumento da população mais jovem, os principais motivos indicados na pesquisa feita pela Serasa Experian indicou que os fatores para o inadimplemento ser maior entre os idosos, são: inflação acima da meta, juros nas alturas, atividades de economia fraca.

No entanto, como posto no artigo referenciado, é importante levar em consideração outros motivos que vão além da economia. Entre esses motivos para a inadimplência dos idosos, podem estar: ter gastos mais elevados com medicamentos não encontrados na rede pública; ser vítima de violência patrimonial. O Estatuto da Pessoa Idosa prevê certos cenários, como: a conduta de receber ou desviar bens, dinheiro ou benefícios de idosos, como crime; sofrer com o assédio ao crédito, aliado a práticas abusivas de publicidade, em que os idosos são procurados para contraírem empréstimos com taxas abusivas; consumo desacerbado, que ocorre quando não

há planejamento financeiro adequado; necessidade de ajudar os familiares financeiramente; medo ou vergonha de pedir apoio aos familiares, com relação a assuntos financeiros.

Além disso, cabe registrar que os idosos são vulneráveis “aos golpes, por serem desprovidos de informações técnicas (especificamente do produto adquirido); jurídicas (o legislador reconhece a ignorância em relação aos conteúdos jurídicos, contábeis ou de economia) e fática (por ser o elo fraco)” (Santos, 2018).

De acordo com Morey, Aguiar e Gomes (2022), após o surgimento do empréstimo de dinheiro na modalidade “crédito consignado”, como forma de inclusão dos idosos no mercado financeiro, sobretudo, aposentados e pensionistas, tem-se uma alta taxa de superendividamento e de golpes aplicados nessa população. Não bastasse a exploração de fornecedores, os idosos passaram a assumir o papel de chefes de família, sendo assim, a aposentadoria, que deveria servir única e exclusivamente para manter a qualidade de vida dessas pessoas, passou a ser incorporada à renda familiar, como forma de sustento de diversos dependentes.

Em verdade, a violência financeira contra pessoas idosas possui diversos autores, como os delinquentes cibernéticos, instituições financeiras, fornecedores de bens e serviços, mas tais pessoas acabaram se tornando, também, **vítimas de**

quem mais amam, seus familiares, em razão da prática de atos prejudiciais ou de fraudes a seu patrimônio.

Na lição de Chagas e Santana, *apud* Morey, Aguiar e Gomes (2022, p. 743), “normalmente, a fraude demanda tempo para ser percebida, principalmente quando já existem empréstimos contratados, uma vez que o empréstimo fraudado pode ter parcelas em valores baixos”; no entanto, “essas baixas parcelas representam um grande dano ao beneficiário, tornando-se agravante, quando são analisadas as dificuldades diárias que uma pessoa idosa tem para se manter, muitas vezes recebendo um salário mínimo, para atender a todas as suas necessidades ou de uma família que depende dele”, uma situação de clara vulnerabilidade social.

Por razões dessa ordem, para reforçar as normas protetivas das pessoas idosas como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Pessoa Idosa, o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil Brasileiro, surgiu a Lei do Superendividamento (Lei nº 14.181/2021), que o define (o superendividamento) como aquela situação em que o consumidor, que está de boa fé, manifestamente assume a impossibilidade de pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, entendendo-se esse mínimo existencial como sendo a preservação de condições mínimas de sobrevivência ou dignidade. Em verdade, a referida lei faz parte do

arcabouço voltado à preservação de um princípio fundamental que norteia o que se pensa, o que se diz e o que se faz, em prol da pessoa idosa, o princípio da dignidade da pessoa humana.

Em que pese o aumento da perspectiva de vida das pessoas idosas, graças aos avanços, às conquistas tecnológicas da medicina, nas últimas décadas, e isso é inegável, tornando-as, inclusive, pessoas consumidoras mais longevas, tais inovações não foram acompanhadas de avanços no aprendizado daquelas pessoas como prevenção contra o endividamento e a inadimplência, o que inclui a educação financeira para o consumo, bem como, a competência para lidar com o meio ambiente tecnológico ou digital e suas velozes transformações, criando defesas contra a violência financeira, visando protegê-las dos golpes praticados pelos delinquentes digitais.

Nesse sentido, é sempre importante trazer, não só como fundamentação, mas também, como referência, à conscientização dos direitos que as pessoas idosas possuem, o art. 21, *caput* e seu § 1º, da Lei nº 10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa, que assim dispõem:

Art. 21. O poder público criará oportunidades de acesso da pessoa idosa à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ela destinados. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)

§ 1º Os cursos especiais para pessoas idosas incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna. (grifo nosso)

Essas disposições são claramente necessárias e inclusivas, uma vez que abarcam educação financeira e aquisição de competência para atuar no mundo digital, inclusive para lidar com as inovações ou avanços tecnológicos da era moderna, ou pós-moderna que, no ensinamento de Bittar e Almeida (2022), é a era na qual todos os dias somos acometidos, na vivência das mais banais experiências, pela sensação de que “algo desmancha no ar”. Experimenta-se um tempo, um período, uma época, em que se sente estar sendo atravessado por mudanças constantes, que sequer permitem contarmos o tempo da mesma forma como se contava há algumas décadas. Essa percepção de “desmanche” tem um pouco a ver com a crise da modernidade e suas formas ideológicas.

Além disso, a facilidade de acesso ao mundo tecnológico ou digital, ao meio ambiente virtual, igualmente para as pessoas idosas, torna possível a propagação exponencial do apelo ao consumo, especialmente pelas redes sociais (Instagram, Facebook e WhatsApp) ou pelas comunicações eletrônicas, e as pessoas idosas não estão imunes a tal apelo, que geralmente leva ao endividamento e à inadimplência, pois são induzidas à compra de produtos e serviços, incluindo os bancários, como os empréstimos consignados,

vistos inicialmente até como solução e forma de inclusão financeira, para aposentados e pensionistas. Como bem observa Santos (2018) *apud* Morey, Aguiar e Gomes (2022, p. 744):

[...] é importante citar o contato que a população envelhecida tem com os aparelhos de comunicação e redes sociais. Por isso, a velocidade com que as informações são propagadas nos celulares e computadores pode afetar positiva e negativamente a vida social e financeira daquela população. Ou seja, pela falta de conhecimento em saber qual notícia é verídica, o que se veicula na internet torna-se uma verdade.

Por fim, é importante anotar que o superendividamento das pessoas idosas, que compromete o mínimo existencial, que lhes retiram as condições mínimas de sobrevivência ou dignidade, sobretudo em se tratando de aposentados e pensionistas que recebem apenas um salário-mínimo, que mal dá para provê-los na fase mais delicada da vida, é causa evidente de exclusão social, que os colocam em franca vulnerabilidade social.

Das inovações tecnológicas

Ao avançar no tema sobre inovações tecnológicas, especialmente, como as pessoas idosas lidam com o advento de novas tecnologias, não se pode deixar de enfatizar os grandes

impactos de tais inovações no mundo digital, e a internet é o espaço no qual elas são mais sentidas.

Sobre isso, vale destacar que a maioria das pessoas com 60 anos ou mais, no Brasil, era usuária da internet no final de 2021.

Esta é a primeira vez que o acesso à rede ultrapassa a metade da população nesta faixa etária, de acordo com monitoramento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os referidos dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que investigou o módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação (PNAD Contínua TIC) no quarto trimestre de 2022. (Cruz, 2022)

Nesse sentido, “o levantamento considerou a população a partir dos 10 anos de idade e identificou avanço no uso da internet em todas as gerações, em comparação a 2019, com destaque para as pessoas com mais de 60 anos, que passaram de 44,8% para 57,5%” (Cruz, 2022).

Paulatinamente ao aumento do acesso à internet pelas pessoas idosas, também houve aumento no uso de uma das tecnologias que permite a maior conexão àquele meio digital e que é constante fonte de inovação, o telefone celular. Tal aumento é verificado em todas as faixas etárias, sendo que os maiores crescimentos ocorreram entre crianças e adolescen-

tes de 10 a 13 anos (de 46,7% para 51,4%) e as pessoas com mais de 60 anos (de 66,6% para 71,2%).

Inovar é simplesmente criar ou realizar algo novo, mas diferente do modo tradicional, é trazer mudanças e/ou melhorias para um produto, processo ou serviço que já existe, ou auferir resultados pela exploração ou aplicação de novas ideias.

Em se tratando das inovações tecnológicas, atualmente se nota que elas se voltam a ampliar o acesso à informação, os horizontes do mundo virtual, e poderíamos dizer que vivemos a era do imperativo digital, a exigir atualização e aceleração tecnológica constantes para a própria sobrevivência de quem queira atuar ou interferir no mundo virtual.

Nesse sentido, o primeiro pensamento que vem em mente, no que se refere às inovações tecnológicas, é o de que elas deveriam nos libertar das amarras da incerteza, da insegurança, do obsoleto e da ignorância, mas essas inovações também vêm acompanhadas dos que tentam subvertê-las para fins ilícitos, ou seja, a era digital também é permeada pelos riscos de que tais inovações sejam utilizadas pelos delinquentes virtuais, em detrimento dos hipervulneráveis, sobretudo, as crianças, adolescentes e as pessoas idosas. Nesse contexto, resta saber se as inovações tecnológicas trarão liberdade, se serão mais inclusivas, a ponto de reduzir a vulnerabilidade social,

ou trarão fragilidade a ponto de dificultar ou impossibilitar o exercício mais humano que se possui, o contato físico, um sorriso, uma conversa ou um olhar presencial. O virtual não poderá se sobrepor ao presencial.

Como assinalam Bittar e Almeida (2022), a emergência da era digital, da era do numérico, da era do cibernético, traz, consigo, inúmeros desafios. Não é *exagero tecnofóbico* afirmar que as *novas tecnologias* e a *tecnociência* devem ser estudadas, compreendidas, para serem limitadas e reguladas pelo Direito. É ali, onde elas se afiguram como *senhoras dos novos tempos*, que se colocam na dianteira dos processos sociais, por isso, precisam ser mais bem dimensionadas. Assim, o Direito, na era digital, tem o papel de circunscrever *fronteiras, regras e parâmetros*, “freando” o caráter “desenfreado” do desenvolvimento tecnocientífico, enquanto evolui a nossa capacidade de *convívio ético* com esta nova realidade e de *reconceitualização* das novas dimensões da vida e seus impactos práticos.

No entanto, como assevera Kachar (s.d.), citada por Kreis, Alves, Cárdenas e Karnikowski (2007, p. 155), “a tecnologia amplia o acesso à informação, a qualidade de veiculação e a recepção em diferentes níveis de mídia. A facilidade e a rapidez que esse recurso proporciona às informações, relativiza a questão do tempo e do espaço, bem como interfere nas relações e nos comportamentos de seus usuários”.

É nesse ambiente acelerado que são moldadas as relações e os comportamentos das pessoas, seja para aproximá-las em razão do que as redes lhes proporcionam em comum, ou para afastá-las, em face de atrativos ou benefícios diversos; no entanto, as inovações tecnológicas são postas nesse meio ambiente virtual, sem pedir licença, de forma descontrolada, sem que haja tempo para aferir seus impactos nas vidas dos usuários desses meios ou da internet, sobretudo, para se ter a mínima ideia se são realmente inovações que contribuam para a inclusão dos que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social, ou se são inovações tecnológicas com efeitos reversos, ou seja, que provocam exclusão e que favoreçam tal vulnerabilidade, particularmente em decorrência prática de crimes virtuais.

O grande exemplo de inovação tecnológica é a inteligência artificial, que poderia trazer grandes benefícios à inclusão de pessoas vulneráveis, auxiliando-as no aprendizado voltado a dar competência técnica, para navegarem no meio ambiente virtual e/ou para ajudar na educação e na proteção financeira das pessoas idosas, como forma de prevenir o endividamento, a inadimplência e a própria violência financeira contra tais pessoas.

Com efeito, todas as inovações tecnológicas que se refiram à adoção da inteligência artificial devem ter, como pressupos-

to de aceitação, serem essencialmente inclusivas ou capazes de amenizar situações de extrema vulnerabilidade social, sem deixar de lado outros avanços tecnológicos, que também devem trilhar o mesmo caminho.

Como pontuam Bittar e Almeida (2022), a era digital impõe *novos desafios* ao Direito. Diante da tecnologia avançada, da *inteligência artificial* e da *revolução digital*, entra-se, de fato, numa nova era, a era da revolução digital, num novo estágio de desenvolvimento do capitalismo avançado. Aqui se pode apontar os fatores que estão presentes nessa dinâmica das *novas tecnologias* e que constituem os novos ingredientes da era tecnológica: a) a tecnologia da informação; b) as nanobiotecnologias; c) a tecnologia genética; d) a tecnociência; e) a neurociência; f) a *cloud computing*; g) a robotização; h) a digitalização; i) as microtecnologias; j) a inteligência artificial.

Essa mudança, contínua e veloz, vivenciada em razão das inovações tecnológicas, que expõe uma modificação dramática na relação espaço e tempo das pessoas, tornando tudo relativo, mutável e incerto, também deixa evidente que envelhecer, de forma saudável, requer que tais inovações sejam não só inclusivas, promovendo o envelhecimento ativo e saudável, mas reativas ao advento de tecnologias que excluam ou coloquem em risco as pessoas idosas, inclusive à violência financeira ou patrimonial, sem deixar de considerar contextos

sociais e históricos distintos, uma vez que a era da revolução digital está sendo vivenciada somente agora pelos idosos da contemporaneidade, diferentemente das crianças, que nascem, na atualidade, já respirando os ares virtuais.

Nesse sentido, as pessoas nascidas nas décadas de 1940 a 1960 viveram o tempo que hoje é conhecido como “tempo analógico”, ou seja, os idosos de hoje tiveram sua criação e educação em ambiente totalmente diverso da realidade atual e, agora, se veem irremediavelmente envolvidos ou jogados na era da revolução digital, que se traduz em um tempo tecnologicamente acelerado, da hipervelocidade, que dificulta ou não permite aos mais vulneráveis acompanhar tantas mudanças, visto que o tempo de uma inovação é logo superado pelo tempo de uma inovação seguinte.

É preciso dar tempo ao tempo aos mais vulneráveis, aos que se encontram em situação de franca vulnerabilidade social, para que possam se adaptar às inovações tecnológicas que interferem, diretamente, em suas vidas, por meio de aprendizados ou técnicas de aprendizagem que lhes permitam ter competência para lidar com tais inovações, habilidades para navegar no mundo virtual, criando defesas, não só contra a violência financeira, mas contra qualquer tipo de violência, que possa solapar sua dignidade.

Da situação de vulnerabilidade social das pessoas idosas

A vulnerabilidade social retrata a situação de indivíduos ou grupos em fragilidade, que os tornam mais expostos aos riscos, às adversidades da vida, resultantes de um forte processo de exclusão, discriminação ou marginalização, seja em razão da pobreza, das crises econômicas, ou da ausência de oportunidades, impossibilitando o acesso a bens e serviços, ao mundo digital ou às novas tecnologias.

O referido processo de exclusão pode ser sentido quando o envelhecer, para as pessoas idosas, que mal tiveram oportunidade de frequentar os bancos escolares, têm de lidar com uma era de revolução digital, em que as formas de comunicação e de produção do saber sofreram transformações tão drásticas e disruptivas, que se tornaram inacessíveis àquelas pessoas.

Com asseveram Vitorino, Righeto e Packer (2019), uma das discussões recorrentes da Ciência da Informação diz respeito ao cunho social da área, implicando na concepção e desenvolvimento de mecanismos que concretizem a inclusão social/digital àqueles assimetricamente desfavorecidos, visando oportunizar para esses o exercício da cidadania contemporânea.

No entanto, a era da revolução digital também é vista como um novo estágio do capitalismo avançado, que enaltece as inovações ou os avanços tecnológicos, a hipervelocidade, o homem-

-máquina, o hiper corpo (que não adoece, que não perece, que não sofre), gerando uma tendência social ao desprezo das dimensões do *humano*, ou seja, tudo que é marginal ao hiper corpo, deve ser excluído (a fraqueza, a doença, a feiura, a velhice, a deficiência, o limite), como ensinam Bittar e Almeida (2022).

As pessoas idosas realmente sofrem o declínio da sua capacidade funcional, cognitiva, da capacidade de manter laços sociais, da autonomia, e do próprio poder aquisitivo, pois, muitas vezes, se tornam âncoras financeiras ou únicos provedores de seus familiares, evidenciando-se uma clara vulnerabilidade social desses indivíduos.

Nessa trilha, importa mencionar o que dizem Vitorino, Righeto e Packer (2019) sobre a situação de vulnerabilidade das pessoas idosas, quando afirmam que a população de idosos é, enfaticamente, desfavorecida no campo social, uma vez que o regime capitalista tende a desconsiderar os indivíduos fora da zona economicamente ativa; no caso dos idosos, essa situação se agrava pelo fato de o indivíduo aposentado – que geralmente é idoso – implicar em ônus financeiro para o poder público. Esse indivíduo, nas sociedades contemporâneas, tende a estar despido de papel social, pois sua sabedoria e experiência não são valorizadas por aquela sociedade que tende a privilegiar o capital. Ademais, existem outras evidências assertivas que constata sua condição constante de vulnerabilidade social.

Em verdade, quando se tem indivíduos que se colocam em constante vulnerabilidade e que se enquadram em vários níveis de vulnerabilidade, ou em sobreposições de vulnerabilidades, como a do idoso que é consumidor e utiliza o meio ambiente virtual para práticas de consumo, ou um idoso que queira manter relações sociais pelas redes, o que se tem é um indivíduo hiper vulnerável, expondo facetas que revelam uma vulnerabilidade agravada, complexa e multidimensional, ou uma hiper vulnerabilidade decorrente daquela sobreposição.

Nesse caminho, indivíduos hiper vulneráveis são os mais expostos à violência financeira, seja o autor do crime um delinquente virtual contumaz, os familiares ou as instituições financeiras que, ao invés de capacitarem ou orientarem a pessoa idosa, por meio da educação financeira, preferem induzi-la ao que consideram uma forma de inclusão no mercado financeiro, a contratação de empréstimos consignados ou similares, que permitem o desconto da parcela na fonte; no entanto, podem resultar no endividamento e na inadimplência da pessoa idosa e, conseqüentemente, ser causa de exclusão social.

Como registram Vitorino, Righeto e Packer (2019), a falta do conjunto de atitudes e habilidades digitais pode ter um efeito profundo na qualidade de vida das pessoas e, indubitavelmente, no aprendizado, ao longo da vida. Daí a premência da competência em informação e sua força motriz do *lifelong*

learning para dispor aos grupos, socialmente vulneráveis, uma real e efetiva inclusão social/digital.

Com efeito, o aprendizado ao longo da vida proporciona um envelhecimento saudável, e esse aprendizado inclusivo permite que as pessoas idosas tenham maior habilidade ou discernimento para lidar com situações de violência financeira ou de exclusão. Esse aprendizado deve ser buscado ou propiciado pelos familiares, pelo Estado, pela sociedade, sem esquecer as instituições financeiras, para que possamos ter, efetivamente, uma participação ativa, cidadã e democrática das pessoas idosas, na contemporaneidade.

Além disso, cabe enfatizar que, em uma via otimista, conjectura-se que as TIC (tecnologias da informação e comunicação), em conjunto com a competência em informação, podem favorecer o aumento da autoestima dos idosos, de interações sociais, da redução na situação de vulnerabilidade social e dos estigmas, bem como prover insumos à luz de necessidades informacionais. A importância da inclusão desse grupo social em tal contexto, possivelmente viabilizará novas e prósperas relações sociais, assim como a qualidade de vida, emprestando os ensinamentos de Vitorino, Righeto e Packer (2019).

Portanto, não se pode aferir em qual medida os benefícios dos avanços tecnológicos chegam às pessoas idosas, para asseverar que tais avanços são efetivamente inclusivos e que

são capazes de evitar que, contra elas, sejam cometidos atos de violência financeira, até porque vários atos de violência são cometidos pelos próprios familiares. No entanto, para que consigamos evitar que as inovações tecnológicas sejam apenas mais uma fonte de exclusão ou que favoreçam violência, é preciso que seja dada a oportunidade para que todos que se encontram em situação de vulnerabilidade social possam receber educação financeira e competência em informação, para que se sintam incluídos ou partícipes dessa, na nova era atualmente vivida, a era da revolução digital.

Método

Delineamento

Trata-se de uma pesquisa, qualitativa documental, de caráter exploratório, na qual foram analisadas as narrativas textuais das demandas espontâneas, protocoladas por pessoas idosas na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará. O seu caráter exploratório se deve pela necessidade que as pesquisadoras precisaram para se familiarizar com o campo de discussão, no qual se insere o problema jurídico a ser investigado e, ao realizar a leitura de documentos que permitiram identificar elementos narrativos textuais relativos ao assunto.

Para a operacionalização da pesquisa, adotou-se as seguintes etapas: a seleção dos documentos, demandas físicas protocoladas na Comissão de Defesa dos Direitos da OAB/PA, no período de 2021 e 2022, referentes a solicitações de providências sobre violência financeira sofrida por pessoas idosas em situação de extrema vulnerabilidade social. Entretanto, identificou-se uma demanda relacionada à violência financeira de um idoso, em agosto de 2022, que não foi incluída na análise, tendo em vista não ter sido protocolada na Comissão da Pessoa Idosa, mas em que houve a atuação da Comissão, em conjunto com a Delegacia da Pessoa Idosa, Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa do Ministério Público do Pará e Secretaria de Assistência do Município de Belém – FUNPAPA.

A demanda diz respeito a um idoso que foi esquecido em uma Agência do Banco Y, no centro de Belém. Sendo que os funcionários identificaram o idoso, por volta das 17 horas, que estava desacompanhado, sentado em uma cadeira de rodas, com uma sonda urinária, apresentando confusão mental. Foi quando a gerente acionou as entidades, pedindo providências, comunicando que o idoso portava documentos, mas não sabia informar o seu endereço residencial. Os seguranças da agência informaram que o idoso chegou na agência, por volta das 10 horas, acompanhado de duas pessoas do sexo masculino, em um carro de aplicativo e que fora solicitado

da agência, uma cadeira de rodas. A gerente identificou que foram realizados saques com o idoso, por meio de leitura biométrica. Tendo em vista o adiantado das horas, sem contato com seus familiares, o idoso foi levado para um abrigo, pela Comissão da OAB/PA e a Secretaria de Assistência do Município de Belém. Desse modo, o idoso foi acolhido no abrigo público estadual e, até o presente momento, o caso segue em investigação pela Polícia Civil e a Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa do Ministério Público Estadual.

Desse modo, foram identificados 126 demandas protocoladas em 2021 e 157 demandas protocoladas em 2022, as quais totalizaram 283 demandas, sendo que apenas 37 foram incluídas na análise, por estarem relacionadas à violência financeira realizadas por meio de golpes por aplicativos, em aparelho celular, por meio de caixa eletrônico, ligações via celular para realização de empréstimos consignados, desconto indevido em benefícios previdenciários, junto ao INSS, estelionato por meio de terceiros e suspensão indevida de Benefício de Prestação Continuada (BPC). Dentre o perfil de idosos, vítimas de violência financeira, foi possível identificar o gênero das pessoas idosas, dentre as quais 20 homens e 17 mulheres, com idade entre 61 e 94 anos, com grau de instrução do ensino fundamental incompleto e renda familiar variável entre 01 (um) e 02 (dois) salários-mínimos.

Procedimento de análise de dados

As informações obtidas das solicitações transcritas foram estudadas com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 2010). O tratamento das evidências foi realizado a partir da leitura flutuante, que é um entendimento livre, uma imersão que permitiu compreender o problema que motivou as solicitações de providências à Comissão da Pessoa Idosa da OAB/PA, a partir dos argumentos e elementos contidos no texto. Depois, foram identificados os conteúdos manifestos (explícitos) e latentes (implícitos) contidos nos discursos, que possibilitaram as inferências sobre esses conteúdos, para construção de categorias temáticas que corresponderam ao objetivo central de análise da pesquisa.

A análise foi realizada a partir do processamento de dados de 37 solicitações, que foram organizadas em corpus e submetidas a uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), com o auxílio do programa IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), versão 0.7, alpha 2. Esse software é de acesso livre e licenciado por GNU GPL (v2), desenvolvido, inicialmente, para a língua francesa, por Pierre Ratinaud, permite que sejam processadas análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas, sendo que, desde 2013, o programa já possui dicionário na língua portuguesa.

Destaca-se que o método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), proposta por Reitnert (1990), classifica segmentos de textos, organizando seus vocabulários, repartindo o conjunto deles nas palavras, reduzidas ao seu radical (lematização). De acordo com Camargo e Justos (2013), essa análise visa obter Unidades de Contexto Elementares (UCE) que possuem vocábulos semelhantes entre si, além de vocabulários diferentes das UCE das outras classes.

Dessa forma, foi possível analisar o material textual, por meio das classes que representam um contexto, que são caracterizados por um vocabulário específico e pelos demais Segmentos de Textos (ST), compartilhados por esse vocabulário (Camargo, 2005). Após a utilização da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), foram escolhidos para alocação, nas respectivas Classes, os vocábulos, cuja frequência fosse maior que a média de ocorrência, dentro de cada corpus. Conforme explicitado, o conjunto de solicitações à Comissão foram divididos em dois subcorpus, que serão estudados, separadamente, nos resultados discutidos a seguir.

Resultados e Discussão

O IRaMuTeQ dividiu o corpus textual em 117 Unidades de Contexto Elementares (UCE), aproveitando, na sua

análise, 105 dessas UCE. Ou seja, aproveitou-se 89,74% do texto submetido ao processamento, conforme indica a Figura 1 abaixo.

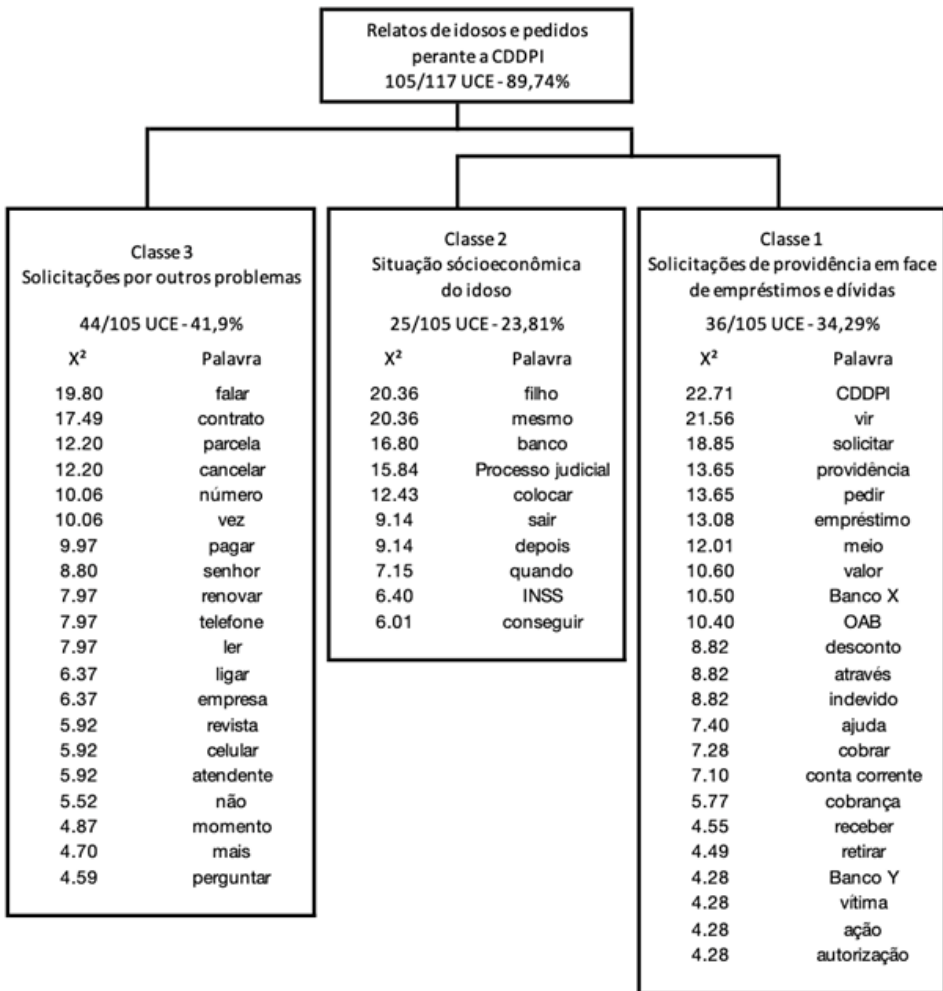


Figura 1. Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

A análise dividiu o corpus textual em dois subcorpus, o maior conjunto dessa divisão foi dividido em duas Classes, e o menor subcorpus deu origem a Classe 3. A Classe 1, a primeira a ser gerada a partir da subdivisão do subcorpus maior, “Solicitações de providência em face de empréstimos e dívidas”, representa 34,29% das Unidades de Contexto Elementares analisadas, correspondendo a 36 Segmentos de Textos dos 105 aproveitados pela análise. Os conceitos que mais se destacaram na análise dessa classe foram: CDDPI, vir, solicitar, providência, pedir, empréstimo, meio, valor, Banco X, OAB, desconto, através, indevido, ajuda, cobrar, conta corrente, cobrança, receber, retirar, Banco Y, vítima, ação, autorização. Vários elementos indicam os desejos e pedidos de ajuda, para a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em relação ao assunto empréstimo e dívidas. Destaca-se os seguintes exemplos:

Portanto venho a esta importante instituição Ordem dos Advogados do Brasil pedir ajuda jurídica, pois estou passando necessidades. Solicito a esta instituição que interceda por mim (relato 3).

Eu Maria venho através deste órgão pedir orientação que me ajude a resolver um delito de um empréstimo no cartão de crédito Banco X (relato 4).

Meu problema é um empréstimo no Banco X e os juros cobrados estão abusivos. Estou pagando o dobro de cobranças irregulares (relato 11).

Relato sobre a cobrança indevida de um empréstimo do Banco X. Não fiz esse empréstimo parcelado em 72 meses, no valor de 299 Reais (relato 17).

A pessoa dizia que minha conta havia sido raqueada e pediu para que eu baixasse um aplicativo e entrou no meu bank line aplicativo do Banco Y e solicitou que eu digitasse a minha senha, pensando se tratar do Banco Y digitei, a pessoa sempre me dizia se tratar do Banco Y e que estava em contato com o Banco Central e que aguardasse um pouco. Foi retirado da minha conta 20.635,00 Reais, valor referente às minhas verbas rescisórias (relato 29).

Venho por meio dessa Comissão solicitar providências referente ao advogado, que no dia 26 de abril de 2022, retirou valores de posse de meu cartão magnético da conta previdenciária do Banco X, solicitou empréstimos sem meu consentimento (relato 30).

Nota-se que emergem dessa classe sentidos que indicam tanto empréstimos, que foram requeridos pelos próprios idosos, quanto aqueles que estão relacionados com fraude ou até coação, aproveitando-se da situação de hiper vulnerabilidade do idoso, como no caso do relato 29, em que o idoso foi

ludibriado para passar seus dados bancários, por um suposto funcionário do Banco Y, aproveitando-se da insegurança e falta de conhecimento tecnológico, que foram o suficiente para gerar tensão psicológica e fazer com que o idoso tomasse uma decisão imediata, sem fazer ideia que estava sendo vítima de golpe do pix.

De outro modo, evidencia-se no relato 17, que o idoso não realizou nenhum empréstimo no valor de 299 reais em 72 parcelas, pois tinha consciência que corresponderia ao total de 21.528. Valor que poderia depositar em uma poupança, render frutos e garantir um futuro mais tranquilo, se tivesse condições para dispor desse valor, durante 6 anos de sua vida, sem comprometer o seu próprio sustento e de seus familiares, ou mesmo, privar-se de outras necessidades básicas, como: alimentação, medicamentos, lazer, dentre outros direitos inerentes ao cidadão.

O relato 30, por sua vez, refere-se à retenção de cartão magnético do idoso por terceiro, pessoa à qual confiou em requerer o seu benefício previdenciário, por meio do aplicativo “Meu INSS”, devido a não possuir conhecimento dessas ferramentas tecnológicas. Tendo confiado em resolver o seu problema, o idoso assinou uma procuração com plenos poderes ao advogado que, usando de má-fé, recebeu valores retroativos e ainda realizou empréstimos, sem o seu consentimento, causando prejuízos financeiros e psicológicos ao idoso.

Desse modo, as narrativas dos idosos evidenciam que os avanços tecnológicos não vêm acompanhando as mudanças etárias, nem atendendo as suas reais necessidades, de conformidade que o que preceitua a Constituição da República de 1988, em seu artigo 230, ao assegurar às pessoas idosas, a sua participação efetiva na sociedade, incluídas as inovações tecnológicas, que propiciam interrelações mais céleres entre as pessoas e a oferta de serviços, sem considerar a individualidade de cada um.

De outro modo, percebe-se que a tecnologia contribuiu para um verdadeiro paradoxo entre as pessoas idosas, em situação de extrema vulnerabilidade social. Nesse contexto, Bauman (2004) compara a velocidade frente à lentidão, não comparando o idoso como lento, mas como as informações chegam de maneira acelerada e impõem a todo e qualquer indivíduo uma forma de pensar mais rápido, sem tempo para processar ideias, refletir e construir argumentos, como se tudo tenha se tornado óbvio, sem necessidade de questionamentos.

A Classe seguinte, “Situação socioeconômica do idoso”, comunica-se com a classe antecedente, por meio da conexão entre elementos comuns e que indicam situação social ou econômica anterior, que o idoso usufruía, desde as suas relações com os bancos ou suas fontes de renda, como também a aposentadoria pelo INSS. Seu aproveitamento foi de 23,81% do texto analisado e corresponde a 25 das 105 UCE. Algu-

mas palavras se destacaram nessa classe, como: filho, mesmo, banco, processo judicial, colocar, sair, depois, quando, INSS e conseguir. Abaixo, podemos verificar alguns exemplos que sintetizam a presente classe:

Consegui uma aposentadoria por idade de 01 salário-mínimo da época, hoje vivo de esmola, porque o Instituto Nacional de Seguridade Social, realiza todos os meses para o Banco Z de Castanhal, quando chega o dia de eu receber, a minha conta Z está zerada (relato 1).

Eu, idoso, 66 anos, pintor, no Amparo Social desde 2005, quando tive uma causa, um processo julgado pelo Doutor e que o mesmo se negou a fazer exame químico olho direito, porque o mesmo fez um acordo e depois uma transferência, sem o meu consentimento causando danos morais e financeiros (relato 12).

Eu, idosa, 66 anos, casada, aposentada, residente em Belém, no Bairro da Pedreira. Na qual sou responsável por uma idosa, viúva, do lar, com 80 anos. Eu a coloquei em um abrigo de idoso, Casa Geriátrica na Curuçá, Bairro do Telégrafo (relato 13).

Idosa, casada com idoso, aposentado, 76 anos, residente em Ananindeua, Bairro do Coqueiro, vem relatar o seguinte: o idoso comprou um carro Logan para o filho trabalhar com aplicativo Uber. Ocorre que o filho não pagou as prestações, que as dívidas estavam em 20.000 reais (relato 15).

Os relatos dos idosos da denominada Classe 2 evidenciam um processo de empobrecimento acelerado, provocado por diversos fatores, dentre os quais as dificuldades de acesso às ferramentas tecnológicas, como, por exemplo: acesso à serviços de saúde, serviços bancários digitais, acesso à justiça, acesso a aplicativos, como o “meu INSS”, são os serviços mais recorrentes que fazem o idoso ficar dependente de um familiar ou de terceiros. Desse modo, evidencia-se que os idosos que procuram a Comissão da OAB/PA, mantêm preservada a sua autonomia, o seu poder de decisão, mas ficam limitados pelas barreiras da tecnologia, para assegurar os seus direitos.

Verifica-se no relato 01, que o idoso criou uma expectativa de mudança de vida, em relação ao recebimento mensal de uma renda certa e contínua, pois assim poderia fazer planos para o futuro, como adquirir um bem que tivesse sonhado ou contrair um empréstimo dentro de seu perfil financeiro, para aquisição de um imóvel ou benfeitorias, aquisição de um produto, para utilização em um trabalho e complementar a renda familiar. No entanto, toda a esperança de mudança de situação econômica, não passou de mais uma frustração e aborrecimento, que terá que enfrentar para restabelecer a sua condição financeira, conquistada com o fruto de seu trabalho, durante décadas.

O relato 12 retrata a situação de endividamento em que o idoso se encontra, decorrente de empréstimos consignado

por terceiro, sem o seu consentimento, aproveitando-se de sua condição de saúde, de baixa visão, ocasionada por um acidente de trabalho, como pintor. Nessa situação, o idoso não realizou empréstimo algum, sendo vítima de golpe, ficando com uma enorme dívida, enquanto o estelionatário ficou com o seu dinheiro.

Em outro trecho no relato 15, a idosa, de 76 anos, declara viver na mesma casa com o seu esposo, filho, nora e netos e, diante da dificuldade com a renda familiar, devido a seu filho encontrar-se desempregado, comprou um carro para o seu filho trabalhar como motorista de aplicativo, tendo o filho se comprometido a pagar as prestações mensais do veículo. No entanto, a idosa foi surpreendida pelo Banco, com as prestações em atraso, totalizando o valor de 20.000 reais, sendo o carro apreendido e restando mais uma dívida para a idosa.

Deve-se destacar, no que diz respeito ao endividamento das pessoas idosas, os ensinamentos de Martins (2022), que, na sociedade contemporânea, o crédito inserido no capitalismo financeiro apresenta-se como principal mola propulsora do consumo. E, nesse contexto, fica evidenciada a problemática do superendividamento dos consumidores, que ficam impossibilitados de efetuar o pagamento de parte ou da totalidade de suas dívidas, comprometendo o seu sustento pessoal e de seus familiares.

Nesse sentido, as pessoas idosas são afetadas a tal ponto de comprometerem o mínimo existencial, para suprir as necessidades básicas de sua sobrevivência. Situação agravada, quando levadas por circunstâncias alheias a sua vontade ou para ajudar um familiar a realizar contratos de empréstimo consignado, cujas prestações são debitadas diretamente de seus proventos. Entretanto, nem sempre os empréstimos consignados são provenientes do consentimento do idoso, na maioria das vezes, são vítimas de fraudes ou golpes por estelionatários que se apropriam de seus dados bancários, causando transtornos financeiros, adoecimento e sofrimento emocional.

A denominada Classe 3, gerada na análise, “Solicitações por outros problemas”, teve um aproveitamento total de 41,9% do *corpus* analisado, correspondendo a 44 das 105 UCE processadas. Seus elementos relacionam o pedido de solução com outros problemas, além de empréstimos consignados, em que pese todos terem relação de ordem financeira. Seu conteúdo engloba conceitos como: falar, contrato, parcela, cancelar, número, vez, pagar, senhor, renovar, telefone, ler, ligar, empresa, revista, celular, atendente, não, momento, mais e perguntar. As palavras demonstram como os diferentes serviços, por meio das inovações tecnológicas, afetam o idoso em suas relações e o fazem buscar auxílio da CDDPI, inclusive os serviços advocatícios, conforme o seguinte exemplo:

Falou que era a renovação da assinatura da revista. Eu perguntei qual revista, ela não falou ou não escutei. Eu falei a única revista que eu assinei foi em 2018, a revista não era interessante que eu não li nenhuma. Ela me irritou tanto, que eu falei que era uma porcaria. Ela falou que eu tinha cancelado só 6 meses. Falou muitas palavras que no momento eu não lembro. Eu só sei que estava me obrigando a renovar o contrato. E falou a senhora não leu o contrato. Eu falei não assinei nenhum contrato. Ela disse a senhora não se decide. Boa renovação e bateu o telefone na minha cara. [...] Para renovar eu teria que pagar mais de dois mil reais. O seu contrato vai ser renovado, quando eu falei que não queria renovar. Ela disse: ande resolva logo, que eu não posso estar perdendo tempo com a senhora, eu tenho que ligar para outro cliente às 10:20. Vá, vê o seu cartão. Eu falei não tenho, cancelei e quebrei (relato 07).

Seguem com ela as minhas quatro Carteiras de Trabalho assinadas e o contrato que eu tenho com o Doutor, que ele se negou a me devolver esses documentos. Atualmente os meus defensores são os doutores. Doutora, quero esclarecer também que o nome da funcionária que dá baixa na Carteira de Trabalho chama-se Fulana (relato 12).

[...] conta de telefone de operadora tal, cujo número de celular não corresponde ao meu (relato 14).

Fiz um contrato para me aposentar por uma empresa, no entanto o advogado não obteve êxito dessa causa e não anulou o contrato, depois me fez assinar mais um contrato, com intuito de me aposentar e mais uma vez não teve êxito (relato 16).

Estou como laranja, nunca tive empresas e nem CNPJ em meu nome. Os encargos sociais dos trabalhadores viraram Dívida Ativa da União. Essa é a razão e o motivo de eu ter procurado essa instituição em minha defesa (relato 18).

Os relatos da Classe 3 demonstram que os idosos foram levados à endividamento, por meio da tecnologia, seja por celular, por processos judiciais eletrônicos e por terceiros, aos quais os idosos depositaram toda a sua credibilidade e boa-fé, por não possuírem o domínio da tecnologia dos serviços que dependem para a sua sobrevivência e dignidade.

No relato 07, a idosa demonstra que foi induzida a realizar a assinatura de uma revista, a qual não seria a sua prioridade naquele momento, mas devido a insistência da vendedora, foi convencida à contratar, comprometendo a sua renda mensal durante 12 meses. A idosa relata que, antes de terminar o contrato, foi importunada diversas vezes, por meio de celular para renovar a assinatura da revista, que a renovação corresponderia ao valor de 2.000 reais. Sendo a

falta de respeito tamanha com a idosa, a ponto de ordená-la a pegar logo o cartão, pois tinha que fazer outras ligações, que a demora da idosa em renovar a assinatura, estava causando prejuízo para a vendedora, mas a idosa não renovou a assinatura.

O relato 18 evidencia que o idoso foi vítima de golpe, ao tomar conhecimento da inscrição de seu nome como devedor de dívida ativa da união, vinculados à três CNPJ diferentes, valores que totalizavam o correspondente à 16.850.09 reais. Situação que causou transtornos físicos, psicológicos e financeiros para o idoso, pois nunca teve nenhuma empresa, sobrevive de sua aposentadoria, ressaltando que foi usado como “laranja”. Diante do fato, a Comissão fez o encaminhamento para a Defensoria Pública da União, solicitando a defesa do idoso com pedido de danos morais.

Evidencia-se, nos relatos da Classe 3, que se trata de idosos com baixo nível de instrução, mas que mantêm preservados o discernimento e a lucidez, que foram capazes de evitar maiores danos financeiros. Dessa forma, mesmo cientes de que estariam sendo vítimas de algum tipo de golpe ou fraude, foram capazes de perceber e evitar prejuízos irreversíveis, ao procurarem esclarecimentos junto à Comissão de Defesa da Pessoa Idosa da OAB/PA e solicitarem providências.

Considerações Finais

Os resultados obtidos em face das solicitações protocoladas à Comissão da Pessoa Idosa da OAB/PA evidenciaram que os objetivos gerais propostos na investigação foram alcançados, ao se analisar a violência financeira a pessoas idosas, em situação de vulnerabilidade social, em face das inovações tecnológicas. No entanto, constatou-se que, apesar da existência de um sistema legal de proteção integral à pessoa idosa, previsto na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) em consonância com a Constituição Federal de 1988, esse sistema é omissivo, quanto às relações impostas por meio ambiente virtual.

Nesse sentido, a pesquisa provocou impactos relevantes em Belém e região metropolitana, ao despertar, em algumas instituições, adequações de serviços virtuais, como a criação, pela Coordenação do Juizado Especial Federal do Pará, do serviço de atermação *online*, ao qual o idoso poderá enviar a sua demanda, diretamente, a partir de formulário eletrônico, sem precisar se deslocar fisicamente até a sede da Justiça Federal ou enfrentar filas, para seu atendimento, e anexar documentos. Após o protocolo, a triagem inicial será realizada em até 72 horas. Por meio desse serviço, é possível identificar a ocorrência de prioridade no atendimento com os superido-

sos, pessoa com deficiência e, assim, estabelecer uma precedência na ordem dos pedidos.

Destaca-se como impacto da pesquisa, também, os serviços ofertados pela Defensoria Pública do Estado do Pará, aos idosos em situação de vulnerabilidade social, que não possuem aparelhos eletrônicos como celular e notebook, para realizar agendamento de atendimento pela central 129 ou via WhatsApp. Diante desse perfil de idosos, a Defensoria criou alguns núcleos de atendimento presencial, a fim de eliminar barreiras tecnológicas, que impediam, muitas vezes, esse grupo etário de garantia de acesso aos seus direitos fundamentais, como o acesso à justiça. Contudo, o problema foi identificado, a partir de demandas encaminhadas pela Comissão da OAB/PA à Defensoria Pública, uma vez que, por diversas vezes, o idoso retornava à Comissão sem êxito, o que possibilitou um entendimento do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Estratégicas da Defensoria Pública, ou seja, criar atendimento presencial em situações especiais.

De outro modo, o estudo favoreceu trazer à discussão que os avanços da tecnologia devem ser acompanhados pelas pessoas idosas, em conformidade com a sua autonomia e condição social. Contudo, o que se evidencia são imposições estabelecidas por uma sociedade de consumo, que não leva em consideração critérios que atendam a todos, de acordo

com as suas necessidades e individualidades. Nesse sentido, a oferta de serviços somente por meio virtual pode ser considerada como uma forma de exclusão desse grupo etário, que vai totalmente contra os princípios e fundamentos da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer, no art. 230, o dever da família, sociedade e Estado, de assegurar a sua participação na sociedade.

Não obstante, as inovações tecnológicas trouxeram incontáveis benefícios para a vida das pessoas, especialmente, as pessoas idosas, ao proporcionar novas amizades, a manutenção de vínculos familiares, favorecidos por encurtar distâncias geográficas, ao realizar uma chamada de vídeo, por exemplo. Nesse sentido, a revolução tecnológica deve alcançar a todos em igualdade de condições, tendo em vista que o mundo está conectado por cabos invisíveis, ondas magnéticas, nanotecnologia, inteligência artificial, dentre outros meios. Desse modo, em um mundo de infinitas possibilidades de agregar a tecnologia a favor dos indivíduos, ao proporcionar maior qualidade de vida, as oportunidades de usufruir desses benefícios, ocorrem de forma desigual.

Diante do exposto, o presente estudo não esgota a discussão sobre os avanços da tecnologia, no intuito de implementação de políticas públicas, ao criar condições para promoção da autonomia e a participação efetiva da pessoa idosa na so-

cidade. Dessa forma, como sugestão para futuras pesquisas, deve-se considerar, como premissa, o respeito à dignidade da pessoa idosa, com o objetivo de favorecer um envelhecimento saudável, com autonomia e independência.

Referências

ALVES, J.E.D. **Demografia e Economia nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI**. Rio de Janeiro: ENS, 2022. Disponível em: https://ens.edu.br:81/arquivos/Livro%20Demografia%20e%20Economia_digital_2.pdf. Acesso em: 30 set. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010. (Original publicado em 1977).

BAUMAN, Z. **La sociedad sitiada**. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

BITTAR, E.C.B.; ALMEIDA, G.A. **Curso de Filosofia do Direito**. Barueri: Atlas, 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Brasil registra mais de 202 mil violações de direitos contra pessoas idosas no 1º trimestre de 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/brasil-registra-mais-de-202-mil-violacoes->

-de-direitos-contra-pessoas-idosas-no-1o-trimestre-de-2023. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **“Etarismo se mostra mais cruel do que nunca”, identifica secretário Alexandre da Silva em balanço da atuação voltada à pessoa idosa.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/201cetarismo-se-mostra-mais-cruel-do-que-nunca201d-identifica-secretario-alexandre-da-silva-em-balanco-da-atuacao-voltada-a-pessoa-idosa>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 1988.

BRASIL. Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 de julho de 1994.**

BRASIL. Estatuto da Pessoa Idosa. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 192, 3 outubro de 2003.**

BRASIL. Lei nº 14.155, de 27 de maio de 2021. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 maio de 2021.**

BRASIL. Lei nº 14.181, de 01 de julho de 2021. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 de julho de 2021.**

CAMARGO, B. V. Alceste: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. *In*: MOREIRA, A. S. P.;

J JESUÍNO. C.; CAMARGO, B.V. (Org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: EdUFPB, 2005. p. 511-539

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CRUZ, C. **Pela primeira vez IBGE registra uso da internet por maioria dos idosos**. 2022. Disponível em: <https://www.telesintese.com.br/pela-primeira-vez-ibge-registra-uso-da-internet-por-maioria-dos-idosos/>. Acesso em: 30 set. 2023.

FONTES, A.; CÔRTE, B. **O que é: conceitos básicos para entender o envelhecimento**. São Paulo: Portal do Envelhecimento Comunicação, 2023.

FURLAN, M. **Endividamento das famílias é de quase 80%**. 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-no-brasil/>. Acesso em: 30 set. 2023.

GUERRA, L. **Inadimplência dos idosos tem aumentado mais do que da população mais jovem**. 2023. Disponível em: <https://blog.abrapp.org.br/blog/artigo-inadimplencia-dos-idosos-tem-aumentado-mais-do-que-da-populacao-mais-jovem-por-lais-guerra/>. Acesso em: 30 set. 2023.

KREIS, R.F.; ALVES, V.P.; CÁRDENAS, C.J.; KARNIKOWSKI, M.G.O. O impacto da informática na vida do idoso. **Revista Kairós**, v.10, n. 2. p. 153-168, 2007.

MARTINS, J.C. **Os consumidores idosos e os contratos de empréstimo consignado**: a prevenção e o tratamento do superendividamento ante a Lei nº 14.181/2021. Londrina: Thoth, 2022.

MOREY, L.R.B; AGUIAR, L.A.; GOMES, S.E.R. Direitos do idoso: um olhar acerca das fraudes em empréstimos consignados. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 5 maio, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**, 2015.

PEIXOTO, J. S. M. **Violência financeira contra a pessoa idosa no estado do Pará**. 2023. Dissertação de mestrado em segurança pública/UFPA. https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=398. Acesso em: 23 set. 2023.

REINERT, M. ALCESTE, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de Nerval. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**, n. 28, p. 24-54, 1990.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-no-brasil/>. Acesso em: 29 set. 2023.

VITORINO, E.V.; RIGHETTO, G.G.; PACKER, C.R.P.P. Competência em informação de idosos: um protótipo voltado às suas necessidades de informação. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, p. 1-18. 2019.

Capítulo VIII

Os impactos do sistema de regulação do crédito consignado no enfrentamento à violência financeira contra pessoas idosas em Paraíso do Tocantins - TO

Sheyla Paranaguá

Kayke Araújo Borges

Lucas Rodrigues

Pedro Henrique Cezar

Samya Viana Duarte

Thamires Nascimento Ferreira

Yasmim Chagas Cruz Carvalho

Violência Financeira Institucional Contra a Pessoa Idosa

Pensar a violência contra a pessoa idosa, seja ela estrutural, mediante prática do etarismo, seja um fenômeno social, associado à manipulação subjetiva ou à demarcação de poder físico e/ou financeiro contra as pessoas mais velhas, não é tarefa recente, tampouco exclusiva dos estudiosos da gerontologia, já que faz mais de 4 (quatro) décadas¹ que se tornou matéria de estudos para pesquisadores(as) das ciências sociais aplicadas, cujos resultados consubstanciaram decisões na esfera legislativa, como a promulgação do Estatuto da Pessoa Idosa, instrumento promotor de educação em direitos e previdencial das sanções, nos casos de violações contra o referido segmento etário.

No entanto, a funcionalidade do enfrentamento à violência contra as pessoas idosas depende, não só que o Estado ti-

1 A primeira publicação brasileira a mencionar a violência estrutural contra as pessoas idosas foi o livro *Memória e Sociedade: lembranças dos velhos*, em 1979, da psicóloga Ecléa Bosi. Na sequência, a outra obra brasileira responsável por apontar os impactos dos determinantes sociais na condição de vida e nas violações sofridas pela população de velhos, o livro *A ideologia da velhice*, em 1986, da Assistente Social, Eneida Haddah.

pifique as violências, em: física; psicológica; patrimonial ou financeira; sexual e moral, tampouco, que aponte a autoria dos crimes como sendo de responsabilidade unilateral de familiares, já que são esses os que predominantemente são os principais acusados e legitimados como agressores. Porém, é fundamental que o Estado reconheça como a multifatorialidade dos determinantes sociais e das construções culturais, como o machismo, reverberam negativamente sobre as relações sociais intergeracionais, já que seja qual for as violências supracitadas, e principalmente, quando essas são inter cruzadas (Faleiros, 2007), o sexo predominante das vítimas é o feminino.

Outro fator relevante que a rede de proteção à pessoa idosa, nas cinco regiões brasileiras, precisa observar, é se o ato de violência é nomeado a partir apenas do aparente, já que um soco proferido contra uma mulher velha por alguém de sua parentela é, sim, uma violência doméstica e intrafamiliar, do tipo física, enquadrada na Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, mas ela decorre, não apenas, do comportamento explosivo e direcionado do agressor. Certamente, a violência física contra as mulheres idosas é chancelada pelo patriarcado² e

2 Patriarcado: Sistema de dominação, exploração e expropriação do corpo material e imaterial das mulheres de todas as faixas etárias, visando o controle de seus corpos e mentes, controlando-as a partir de diversas engrenagens, sendo as principais o casamento, a maternidade e a divisão sociosexual de papéis sociais. Relegando aquelas que fugirem do comportamento padrão aceitável, a correção mediante repressão violenta. Para saber mais, ler: (Ferreira et al., 2014).

por suas ramificações, corroborando, assim, para configurá-la, prioritariamente, como uma violência sistêmica (Butler, 2021), outorgada pelo Estado e assentida pela família tradicional brasileira (Corrêa, 1981).

O mesmo ocorre quando vamos refletir sobre os ditames que corroboram para a violência financeira contra as pessoas idosas pois, apesar dessa ocupar o terceiro lugar no ranking das violações aos mais velhos, ainda se configura assunto de pouco interesse da academia (Barros *et al.*, 2023), já que as discussões estão centradas, em regra, na conceituação do pressuposto, explicando que deriva de ato ou omissão lesiva à saúde e segurança financeira; no apontamento da tipificação de forma simplória: a apropriação indébita, a fraude e o estelionato; e na responsabilização corriqueira, contumaz e, por vezes, exclusivamente das relações sociofamiliares, já que o midiaticizado é que a violência financeira se macula no seio da confiabilidade parental e “quanto ao perfil do agressor que comete violência financeira contra o idoso, 69,56% dos criminosos são os próprios filhos das vítimas” (Santos, 2019, p. 8).

Configurando a solução da referida problemática, a “simples” aplicabilidade do Estatuto da Pessoa Idosa, frente aos agressores, convertendo esse pressuposto à racionalidade neoliberal punitivista, prevalente junto ao Sistema Único de

Segurança Pública (SUSP), esquivando-se de problematizar a feminização das vítimas da violência financeira intrafamiliar (Rodriguez, 2020), de correlacionar a subnotificação e o silenciamento desse tipo de violência junto ao constructo da maternidade sacrificial, moralmente adotado, principalmente, nas famílias mais pobres (Sarti, 1986), anulando a responsabilidade estatal, sobretudo do sistema financeiro, quanto à prevenção a esse tipo de violência.

Restando evidente, assim, a aquiescência do Estado com a financeirização da vida, diante da contradição latente entre o mercado do crédito e o mínimo existencial. Concordância essa que esvazia a potencialidade dos direitos sociais, bem como a urgência de políticas públicas efetivas, para sua aplicabilidade, expondo as pessoas idosas à mercadorização desses direitos, ao convertê-los em *serviços* indispensáveis à sociabilidade intergeracional contemporânea, ora dando robustez ao consumo flutuoso³, ora sendo permissivo ao anatocismo das Instituições Financeiras, principalmente a dos correspondentes bancários. Ademais, nos municípios de pequeno porte, além da diminuta fiscalização do Bacen⁴, as referidas IF's ampliaram, com endos-

3 Trata-se da atitude das pessoas idosas, que custeiam bens e serviços, não garantidos pelo Estado, apesar de serem compreendidos como direitos sociais, em prol da manutenção do capital sociofamiliar, fazendo delas consumidores da cidadania coletiva. Para saber mais, ver (Paranaguá; Araújo; Cezar, 2023).

4 Banco Central do Brasil.

so da ADI/STF 7223/2022⁵, o público alvo passível de contratação do crédito consignado, para as pessoas idosas assistidas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais benefícios de transferência de renda do Governo Federal.

Embora saibamos que a violência financeira contra pessoas idosas é enraizada, institucionalmente, a partir do comportamento voraz do mercado financeiro, bem como estando ciente da existência de legislação preventiva e protetiva dos direitos consumeristas das pessoas idosas. Estamos cientes, também, que ainda assim, as punições mais severas são relegadas à pessoa física, **o agressor familiar**, alhures citado, possibilitando às empresas, no caso das IF's, a propagação de violência financeira institucional, comprovada pela pessoa idosa⁶, a possibilidade de conciliação junto ao PROCON e, eventualmente, quando há condenação coletiva, uma indenização ultrajante.

Sabendo, também, que as pessoas idosas seguradas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), desde o

5 Dispõe sobre a continuação da validade de norma que aplica a margem de crédito consignado e prevê a liberação dessa modalidade para beneficiários de programas sociais, por exemplo, os benefícios de Prestação Continuada (BPC) e os programas federais de transferência de renda, como o Auxílio Brasil. Dessa forma, possibilitando que esses beneficiários façam empréstimo na modalidade em que as parcelas são descontadas diretamente na fonte.

6 Situação modificada pela Lei n. 14. 181/2021, a lei do superendividamento que reconhece a hiper vulnerabilidade da pessoa idosa frente ao fornecedor de crédito, imputando ao fornecedor o ônus da prova, no que se refere a má-fé perante o contrato de consignação.

ano de 2017, começaram a registrar, com maior ênfase, seu desconforto junto ao referido órgão, inconformadas com o nível de aceitabilidade do Estado ante a violência financeira institucional. Violência cometida contra as pessoas idosas, e divulgada, a partir de operações de consignação⁷. Destacamos que no ano de “2017, foram 63.404 reclamações. Em 2018, foram 75.529, e nos dois primeiros meses de 2019, já foram registradas 10.867 manifestações de aposentados e pensionistas relacionadas a esse assunto” (Timm *et al.*, 2020, p. 6). E, mesmo com as alterações trazidas pela Instrução Normativa n. 100/2018 do INSS, tornando mais firme o regramento perante as IF’s, em matéria de contratação da consignação e seus produtos adjacentes, a violência financeira não arrefeceu.

Desse modo, em cumprimento ao acordo de cooperação técnica entre o SINACON e o INSS, sob a égide, tanto da legislação consumerista, quanto das legislações infraconstitucionais que protegem o referido segmento etário, referentes às relações contratuais que envolvem o Sistema Financeiro Nacional (SFN), a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) havia criado, no mês de março de 2020 - antes do decreto de emergência sanitária devido à Pandemia do Coronaví-

7 “Empréstimo consignado, cartão consignado e margem consignável” Timm et al. (2020).

rus -, um Sistema de Autorregulação do Crédito Consignado (SRCC), de adoção **facultada** às Instituições Financeiras, visando minorar possíveis danos que a violência financeira institucional pudesse causar à pessoa idosa.

À medida em que o SRCC aborda a mudança de comportamento institucional, sugerindo às IF's adoção de práticas contratuais que respeitem a diversidade humana na velhice, frente aos aspectos da senescência, vedando a importunação telemática para prospecção e/ou venda do crédito consignado; tornado sem efeito lucrativo para as IF's os refinanciamentos realizados antes de 12 (doze) meses de assinatura do contrato, dentre outros critérios, relevantíssimos, previstos no Guia: Corregulação Crédito Consignado (2020), conforme veremos abaixo:

- i)** Dever de observar a eventual fraqueza e desconhecimento do consumidor;
- ii)** Apresentar ofertas (inclusive por meio de correspondentes) que sejam claras, precisas e completas. As ofertas devem conter, obrigatoriamente, e em destaque com fácil visualização: a - taxas de juros; b- tarifas incidentes; c - eventuais seguros; d- impostos; e - custo efetivo total;
- iii)** Observar o dever de transparência, devendo enviar aos consumidores com as quais celebram contratos as seguintes informações em até 5 dias contados da data e liberação do crédito do cliente: 1- Identifi-

cação da Instituição Financeira contratante; 2 - Data e número do contrato; 3 - Canais de relacionamento da Instituição Financeira; 4 - Valor do empréstimo contratado pelo consumidor; e 5 - Quantidade e valor de parcelas;

iv) Respeitar o direito de desistência de até 7 dias úteis a contar do recebimento do crédito, e o direito à restituição do valor total concedido que lhe foi entregue, acrescido de eventuais tributos incidentes;

v) Respeitar o consumidor que desejar não receber ligações e se inscrever no sistema “Não Perturbe”

vi) Proteger e adotar as melhores práticas relativas à proteção e tratamento de dados pessoais, bem como prevenir a ocorrência de danos decorrentes do uso desses dados;

vii) Respeitar e publicizar o direito de portabilidade de crédito, que poderá ser exercido a qualquer tempo;

viii) Respeitar os prazos e demais obrigações previstas da IN 100 do INSS ou outra que porventura venha a lhe substituir.

O Estado coloca-se, durante os dois primeiros anos da pandemia do Covid-19, contrário, explicitamente, ao SRCC, ao promulgar, em 2020, a Medida Provisória nº 1006/2020 convertida na Lei nº 14.131/2021, ambas relacionadas à ampliação da margem consignável em 5%. Ainda no interstício pandêmico, o Governo Federal decretou a Medida Provisória nº 1106/2022, convertida para a Lei nº 14.431/2022,

vigente até os dias atuais que, além de ampliar a margem consignável para 40%, autorizou a contratação de empréstimos consignados no BPC e nos programas federais de transferência de renda. Nutrindo a racionalidade neoliberal⁸ que preza pelo crescimento monetário exponencial dos bancos (Konchinski, 2022) frente ao endividamento de risco das pessoas idosas.

Passados os estágios mais gravosos da pandemia, com a retomada gradual das relações sociais presenciais, percebemos a massificação de notícias relacionadas ao superendividamento da pessoa idosa (Marques; Lima; Vial, 2021) sob alegação de consumo excessivo, por via digital, durante os tempos de isolamento pandêmico, apontando, mais uma vez, as despesas com a parentela como vilania situacional sem, no entanto, apontar a responsabilidade institucional, que deveria ser imputada ao mercado. Responsabilizando, assim, a pessoa idosa por contratação desmedida junto ao mercado de crédito, acusando-lhes de inoperância financeira. Em tempo, a mídia televisiva, também noticiava “no-

8 A racionalidade neoliberal é uma abordagem econômica e política que começa a se desenvolver no final do século XX, ganhando destaque nas décadas seguintes, como uma corrente de pensamento que destaca o papel do mercado livre e do Estado mínimo na condução da sociedade de forma geral e da economia, particularmente. Ele se originou como uma resposta ao keynesianismo, que prevaleceu no período pós-Segunda Guerra Mundial e propunha uma maior intervenção governamental para estimular a demanda e combater o desemprego. Para saber mais, ver: (Dardot; Laval, ,2016)

vos golpes”⁹ que envolviam insegurança digital perante o sistema financeiro.

Ao mesmo tempo, com o retorno das aulas presenciais da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), e com o desenvolvimento de projetos de extensão junto às pessoas idosas, no ano de 2022, no que se refere ao afinidade digital¹⁰, percebemos que apesar de todo o arcabouço legislativo já apresentado noutras linhas dessa escrita, ainda perdurava o assédio telemático pelo WhatsApp contra as idosas que frequentavam o centro de convivência, no qual o projeto era desenvolvido, em

9 Golpe do Falso Funcionário do Banco - por telefone, um falso funcionário do banco, com o qual a pessoa idosa mantém um relacionamento ativo. Dai o criminoso informa que há irregularidades na conta ou que os dados cadastrados e que necessita fazer atualização. Com os dados em mãos, o fraudador realiza transações fraudulentas em nome do cliente.

Outro tipo de Golpe é o phishing. Nos casos mais comuns de phishing são e-mails recebidos de supostos bancos com mensagens que afirmam que a conta do cliente está irregular, ou o cartão ultrapassou o limite, ou que necessita revalidar seus pontos nos programas de fidelidade, atualizar token ou, ainda, que existe um novo software de segurança do banco que precisa ser instalado imediatamente pelo usuário.

Golpe do falso motoboy. O que é: O golpe começa com uma ligação ao cliente, de uma pessoa que se passa por funcionário do banco, e diz que o cartão foi clonado, informando que é preciso bloqueá-lo. Para isso, diz o golpista, bastaria cortá-lo ao meio e pedir um novo pelo atendimento eletrônico. O falso funcionário pede que a senha seja digitada no telefone, e fala que, por segurança, um motoboy irá buscar o cartão para uma perícia. O que o cliente não sabe é que, com o cartão cortado ao meio, o chip permanece intacto, e é possível realizar diversas transações. Para saber mais, ver FEBRABAN lança campanha de orientação sobre golpes financeiros contra idosos. [s.l.]: 2020. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3513/pt-br/>. Acesso em: 10 de mar. de 2023.

10 Afinidade digital é uma ação extensionista vinculada ao Programa Pensar Direito - Eixos pessoas idosas, desenvolvida em abril de 2022, no Centro de Convivência dos Idosos Francisca Gomes Lima, em Paraíso do Tocantins, com o objetivo de promover acessibilidade e comunicabilidade digital através do uso do celular para as pessoas idosas, para saber mais, ver: Macedo et al. (2023).

Paraíso do Tocantins e, mesmo orientando-as a bloquearem os contatos e não dizerem sim para nenhum produto oferecido virtualmente, algumas idosas, por fim, eram ludibriadas e dragadas pela violência financeira institucional.

A inquietação com a naturalização e propagação da violência financeira institucional contra as mulheres idosas hiper vulneráveis, instigou-nos a buscar o controle social do município, mas o Conselho Municipal da Pessoa Idosa não possuía gestão vigente. Logo, percebemos que seria preciso fazer mais que uma denúncia, precisávamos saber se o SRCC estava sendo adotado pelas Instituições Financeiras do Município, assim como quem fazia esse monitoramento, ou seja, precisaríamos fazer uma pesquisa. Deste modo, quando, em outubro de 2022, foi divulgado o Edital Acadêmico de Pesquisa: envelhecer com futuro, 2022, elaboramos e submetemos o projeto, iniciando, assim, uma pesquisa-ação de aprendizagens significativas e resultados promissores.

Verbetes que compuseram a primeira etapa da pesquisa: violência financeira, crédito consignado e superendividamento

A nossa pesquisa nasceu com o objetivo de analisar como o Sistema de autorregulação do Crédito Consignado - para coi-

bir violências financeiras contra as pessoas idosas - estava sendo implementado em Paraíso do Tocantins - TO. No entanto, antes de apurar o que, para nós, era um fato, percebemos que era necessário imergir na literatura constituída progressivamente sobre o assunto, e como sabíamos que o tempo era curto, pois a pesquisa, na íntegra, seria realizada entre os meses de fevereiro e outubro de 2023, dividimo-la em três momentos: no primeiro, realizamos a revisão integrativa de literatura, no segundo, a pesquisa de campo, na qual realizamos entrevistas semiestruturadas, para coleta de dados primários, e no terceiro momento, elaboramos a análise crítica dos dados coletados; todas estas etapas serão detalhadas a seguir.

Uma pesquisa quali/quantitativa é desafiadora, para pesquisadores experientes, imagine para uma proposta de iniciação científica! Por tratar-se de uma pesquisa exploratória¹¹, com teor inédito sobre os mecanismos de enfrentamento à violência financeira institucional contra pessoas idosas, imaginávamos que haveria pouca produção teórica relacionada. Desse modo, entendemos que era preciso “cozer” um banco de dados em duas searas, sendo a primeira dissertações e teses captadas a partir dos prescritores: Violência Financeira, Superendividamento e Crédi-

11 A pesquisa exploratória é realizada para conhecer o contexto de um assunto que é objeto de estudo. Seu objetivo é encontrar todas as evidências relacionadas ao tema de que não há conhecimento e aumentar a possibilidade de realizar uma investigação completa (Gil, 2019).

to Consignado, no banco de dados da CAPES que, certamente, subsidiaram as análises tecidas neste capítulo.

A revisão integrativa de literatura foi fundamental, para construir um banco de dados de artigos produzidos e publicados na seara do Direito, cujas publicações fossem balizadas a partir do Qualis B1+¹². Para tanto, ao adentrarmos a Plataforma Sucupira, buscamos os periódicos do Direito, publicados no lapso temporal, entre 2004 e 2022¹³, gratuitos, tanto para submissão, quanto para leitura, mantivemos os mesmos prescritores mencionados acima: Violência Financeira, Crédito Consignado e Superendividamento.

Após dois meses de imersão na biblioteca da UNITINS, usando computadores, havíamos construído uma base de dados funcional, que colaborou na construção da revisão integrativa de literatura¹⁴, já que, além de revisar o material textual encontrado, fichando-os, a constância e o diálogo da

12 O Qualis Periódicos é uma das ferramentas utilizadas para a avaliação dos programas de pós-graduação, no Brasil. Tem como função auxiliar os comitês de avaliação no processo de análise e de qualificação da produção bibliográfica dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES (Barata, 2016). Ademais, um dos produtos exigidos pelo Edital é a submissão de artigo para periódico Qualis B1+.

13 O início do lapso temporal refere-se ao ano subsequente à publicação da lei do crédito consignado, e o seu final, ao ano seguinte à publicação da lei do superendividamento.

14 O método de revisão integrativa permite a combinação de dados da literatura empírica e teórica, que podem ser direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico. A combinação de pesquisas com diferentes métodos combinados na revisão integrativa amplia as possibilidades de análise da literatura. (Leite, [s.d.]).

equipe foram fundantes para percepção de vertentes teóricas, identificação de fissuras ou limitações críticas dos(as) autores(as), bem como para tecer correlações de outras temáticas, que são entremeadas à temática da violência financeira institucional contra a pessoa idosa.

Como já imaginávamos, no lapso temporal supracitado, havia uma parca produção sobre violência financeira institucional; foram encontrados, nos periódicos, sete artigos, porém, nenhum deles estava relacionado à pessoa idosa. Tratando-se da produção *stricto sensu*, encontramos, associado ao curso de Direito, no Brasil, três Teses disponíveis para leitura, mas nenhuma fazia menção às pessoas idosas. Já as dissertações foram sete, estando seis disponíveis para leitura. Contudo, apenas uma dessas transversalizava a temática destacada com o envelhecimento humano, fazendo uma análise dos processos julgados no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, nos anos de 2017 e 2018, que envolviam abusividades em contratos de crédito consignado direcionados à pessoas idosas (Oliveira, 2020).

No tocante ao crédito consignado, a produção de conhecimento mais acessível aos acadêmicos(as) de graduação, os artigos em periódicos, seguindo os critérios alhures citados, foi ainda mais escassa, no entanto mais centralizada na interseccionalidade em relação à pessoa idosa, apontando, inclusive, a preferência dos fornecedores de crédito pelas pessoas velhas pois, conforme

(Marques APUD Doll; Cavallazzi, 2016, p.6) as pessoas idosas, principalmente as vinculadas ao INSS, tornaram-se “um consumidor “disputado” e de vulnerabilidade potencializada”, cuja vulnerabilidade especial “está ligada a sua ‘idade’ e ‘condição social’, como especifica o CDC, que torna (...) serviços de saúde ou remédios essenciais à manutenção da vida.”

Embora a produção *stricto sensu* do Direito sobre o crédito consignado seja diminuta quantitativamente, foram encontradas três dissertações e, apenas uma Tese, essas enlaçam a discussão a partir da velhice, sobretudo daquela hiper vulnerável, explanando sobre a contradição entre a margem consignável extirpada pelos contratos, e a renda insuficiente ao provimento familiar após os descontos (Ribeiro, 2018).

Cabe destacar que as produções multidisciplinares sobre o referido tema, em regra, responsabilizavam as pessoas idosas, - sob alegação de ausência de educação financeira perante a sociedade do consumo (Chagas; Santanna 2019), inclusive corroborando com o posicionamento de que o acesso ao crédito consignado é uma ponte para o superendividamento -, responsabilizavam o marketing sensorial que, através do storytelling que criavam Nudge¹⁵ para induzir o raciocínio e

15 Nudge é um conceito incluso na economia comportamental, precisamente relacionado à arquitetura das escolhas. O termo significa empurrão, numa tradução simples, o que pode ser definido como leves estímulos de comportamento, isto é, incentivos que não restringem a escolha das pessoas a partir da economia comportamental.

o comportamento das pessoas idosas para a vivência da customer experience.

Certamente que a centralidade positivista dos textos multidisciplinares sobre o crédito consignado não respeita a historicidade, tampouco a dialética da realidade material da população idosa brasileira. No transcurso da vida, na condição de trabalhadores assalariados, sobretudo as mulheres - cujo trabalho desenvolvido nos lares não é pago (Federici, 2021) - lhes é negado o acesso aos direitos sociais básicos. A proteção social pública, historicamente, é vinculada à seguridade social contributiva. O que resta àqueles atingidos pelas ramificações do capitalismo? Esses, desde a década de 1960, vêm sendo alienados da realidade com promessas de felicidade televisiva através do consumo. Ou seja, a indústria induz as pessoas, especialmente as mais idosas, a comprar produtos que nem sempre precisam, através de prêmios e facilidades de pagamento, como os carnês, que representam a abertura do mercado de crédito à população idosa mais vulnerável (Paranaguá *et al.*, 2023).

Cabe destacar que, dentre os textos multidisciplinares, também fichados, apenas a Tese da professora Rivânia Moura, *Crédito Consignado: Potência Inteiramente Nova de Expropriação do Trabalho* (2016), transcende à obviedade do circuito legalista e/ou psicologizante em relação ao uso do crédito consignado por parte dos trabalhadores, evidenciando a

criação desse crédito como um mecanismo do capital para suplantarmos sua responsabilidade para com as pessoas idosas, dando-lhes acesso ao ciclo produtivo capitalista, no qual o lucro (dinheiro) retorna ampliado para o credor; vejamos a reflexão da autora sobre o impacto do crédito consignado

O dinheiro tomado de empréstimo pelos trabalhadores será transformado em mercadoria por meio do consumo. Os trabalhadores, diferentemente dos capitalistas, não utilizarão o crédito para investir na produção, mas para comprar mercadorias. (...) No entanto, diferentemente do uso do dinheiro pelo capital, os trabalhadores não produzem um novo valor com o dinheiro oriundo de empréstimo, mas, ainda assim, precisam devolvê-lo com juros. A remuneração do capital portador de juros feita pelos trabalhadores é, portanto, realizada com parte do seu salário. ***O pagamento dos juros feito com o salário impulsiona uma forma particular de expropriação do trabalho.*** Desse modo, o crédito destinado aos trabalhadores entra, também, no circuito de reprodução global do capital e pode, por isso, interferir na formação da taxa média de lucro. Ao potencializar o consumo, o crédito oferecido ao trabalho pode provocar uma aceleração na rotação do capital. Permite que o ciclo “produção e circulação” se feche em período mais curto. O tempo de rotação diminui, e esse fator influencia sobremaneira na acumulação de capital. (Moura, 2016, pp.82-83, grifos nossos)

Inicialmente, é preciso reconhecer que pessoas idosas são trabalhadores que, porventura podem estar aposentadas de uma dada profissão, mas continuam exercendo o apoio social (Pavin, 2021) a seus entes, que, de certa forma, traz um certo alívio à precariedade de vida desses. Ademais, continuam inseridos no ciclo de reprodução social da existência humana, sendo obrigados, pelo Estado Social (Behring; Boschetti, 2009), diante do esfacelamento das políticas públicas, a utilizar o crédito consignado como alternativa a uma cidadania sacrificada imediata. Todavia, acontece que os contornos dessa transação são ambíguos, pois, ao mesmo tempo que possibilitam acessos aos direitos sociais desprezados pelo Estado, condicionam ao pagamento desse, a partir do recurso de uma proteção social que já foi custeada anteriormente, configurando, assim, como afirma Moura (2016), numa expropriação da pessoa idosa pelo sistema financeiro.

Retornando aos verbetes utilizados como prescritores na pesquisa realizada, dentre os profissionais e estudantes da área Direito, o superendividamento foi o de maior desenvoltura quantitativa, certamente porque está atrelado ao direito civil, na seara do Direito do Consumidor. Ressalta-se que o superendividamento aqui ponderado, tem a ver com o mercado do Crédito, que ora é apresentado vinculado ao endivi-

damento de risco¹⁶, ora vinculado ao comprometimento de parte significativa de sua renda, como no caso da consignação em folha de pagamento.

Embora, durante nossa triagem junto aos periódicos, tenhamos encontrado dezenove textos, esses centravam-se na discussão da tutela do consumidor superendividado; na inexistência de legislação específica que protegesse o consumidor da insolvência civil; da relação entre a mundialização digital do consumo e o superendividamento e, alguns até traziam discussões sobre o comportamento humano perante a sociedade do crédito, “notadamente a constatação das limitações cognitivas que podem prejudicar a tomada de decisão do consumidor, podendo, inclusive, levá-lo a uma condição de superendividado” (Daura, 2018, p. 571). No entanto, não há uma produção específica sobre como a hiper vulnerabilidade da pessoa idosa, assim como a multidimensionalidade da pobreza, pode conduzir à busca do crédito e corroborar para o superendividamento das pessoas mais velhas.

Na perspectiva das produções *stricto sensu*, encontramos na Sucupira, oito dissertações, das quais duas condensam a temática e a hiper vulnerabilidade presente nos con-

16 Endividamento de risco é a métrica utilizada pelas Instituições Financeiras para validar se um cliente está apto a receber um serviço, levando principalmente em conta sua capacidade de pagamento, tal métrica é utilizada para evitar que a instituição financeira não corra o risco de não lucrar. Para saber mais, ver: Dowbor, 2016.

sumidores (as) idosos (as); como fator preponderante para esse segmento etário esteja à mercê da má-fé de fornecedores do mercado do crédito, sendo necessária destacar que “a proteção especial do consumidor [idoso] não se traduz em privilégios, mas sim, como efetivação da justiça distributiva” (Costa, 2017, p. 73). Na revisão em busca das Teses, foram encontradas duas focadas na discussão conceitual, visando a sua ampliação, assim como a relação entre o esfacelamento do princípio constitucional da dignidade humana pelo superendividamento (Vieira, 2022).

Numa perspectiva crítica, a revisão realizada nos apontou três nuances, a responsabilização unilateral da consumidora idosa, responsabilidade do mercado através, diretamente, da publicidade dos fornecedores de crédito bancário e não bancário (Leite, 2015, p.123), a responsabilidade do legislador(a), enquanto Estado, na construção de um aparato legislativo que versasse sobre a proteção contra o superendividamento, para que fosse possível o consumidor(a) pessoa física ter direito a uma insolvência civil¹⁷, e poder recomeçar a vida com dignidade.

17 A insolvência civil é um estado onde o devedor não possui capacidade de quitar procedimento com efeitos gerados na pessoa física (não se confunde com a recuperação judicial, pois esta é específica para pessoas jurídicas), sendo o objetivo da insolvência civil a reorganização do devedor, e a dependendo da situação a extinção das obrigações (Loureiro, Madeira e Bader, 2016).

Por isso, é fundamental conhecer como a política de financeirização da vida e das relações são impulsionadas pelo sistema financeiro, sob a justificativa de desenvolvimento econômico, quando, na verdade, trata-se de uma faceta acentuada do estado mínimo, que condiciona os velhos e velhas, mais pobres, à morte civil relacional, quando não cedem às investidas das instituições financeiras.

Apresentando o Sistema Financeiro Nacional - SFN

Antes de iniciarmos as desventuras perante as IF's, foi realizado um estudo detalhado sobre o Sistema Financeiro Nacional, suas divisões, e quais os tipos de Instituições Financeiras o conformam. Assim, nós saberíamos como o crédito consignado é estruturado no interior de cada IF. Dessa forma, precisamos conhecer uma síntese do processo histórico, de como o SFN foi elaborado, no Brasil.

Durante o período colonial, as operações comerciais eram feitas a partir de trocas de mercadorias; após a implantação do Banco do Brasil, criado em 12 de outubro de 1808, no Rio de Janeiro, a circulação de mercadorias passou a ser comercializada através de ativos e moedas. No entanto, apenas em 1853 se consolidava a união entre o Banco do Brasil e o Banco Comercial do Rio de Janeiro, o que possibilitou, à

aristocracia brasileira, o acesso à concessão de crédito (Vieira; Pereira; Pereira, 2012).

Com o advento da Proclamação da República, nos idos de 1889, inicia-se o período de economia exportadora, centrado na “exploração da borracha, na Amazônia, e com o cultivo de cacau, na Bahia, porém, o complexo exportador de café, que envolvia um setor agrário e industrial produtivo e o setor mercantil urbano, manteve-se dominante” (Bragueto, 2008, p. 2). Mas, também, é inaugurada a primeira crise da acumulação capitalista, e os cafeicultores fizeram-se de tomadores de empréstimo, junto à União, para minorar os prejuízos da Crise do Café, na segunda década do século XX, pois

Com empréstimos do Banco do Brasil e externos, se opera a Terceira Valorização, que juntamente com as safras nada excepcionais de 1921/22 e 1922/23 e à retomada do crescimento da economia norte-americana, em 1922, conseguiram deter a baixa dos preços internacionais. (Idem, 2008, p. 5)

Já podemos perceber, aqui, que o empréstimo junto às Instituições Financeiras, no Brasil, tem na sua gênese o ciclo produtivo capitalista. Reforçando que o Estado, em tempos de recessão, como na crise cafeeira de 1918 a 1929, fez aportes de recursos financeiros junto aos cafeicultores, através do

Conselho Nacional do Café, que comprava toda a produção excedente e a incinerava, para que a mercadoria pudesse ser exportada em condições de precificação favoráveis, dada a lei da oferta e demanda.

Durante a era Vargas, entre 1930 e 1945, conhecida pela efervescência do populismo junto aos trabalhadores, devido às promulgações constitucionais de Direitos Trabalhistas, o Estado também se tornou conhecido pelos aportes financeiros que subsidiaram a consolidação do capitalismo industrial brasileiro. Todavia, foi apenas no ano de 1964, com a promulgação da Lei n° 4.595/64, que versa sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, além de criar o Conselho Monetário Nacional, que o SFN foi estruturado e regulado.

Após o período de redemocratização do país, com o SFN incorporado à Constituição Federal de 1988, em seu artigo 192 da CF/1988, visando a promoção do desenvolvimento socioeconômico equilibrado em prol dos “interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, **abrangendo as cooperativas de crédito**, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram” (Brasil, 1988). Nesse sentido, cabe destacar que o referido sistema tem, na sua composição, um conjunto de órgãos e empresas necessá-

rio para a circulação da moeda, bem como para o desenvolvimento e equilíbrio econômico brasileiro.

O SFN funciona como intermediador de recursos financeiros entre fornecedores e tomadores de crédito/capital (Neto, 2014). Dividindo-se a partir de 3 grandes áreas como veremos na figura a seguir:

Figura 1: Sistema Financeiro Nacional



Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen)

Apesar da figura acima apresentar a subdivisão do SFN em 3 (três) grandes áreas, a nossa pesquisa concentra-se apenas no eixo: **moeda, crédito, capitais e câmbios**, organizado pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, - responsável pela definição das políticas e diretrizes do SFN. No tocante à fiscalização desse eixo, são responsáveis o Banco Central do Brasil (Bacen) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No entanto, como nos interessam apenas as instituições financeiras responsáveis por prestar serviços e fazer a intermediação entre agentes deficitários e os agentes superavitários, a saber Bancos e caixas econômicas, cooperativas de crédito, instituições de pagamento, administradoras de consórcios, corretoras e distribuidoras e outras instituições não bancárias, não utilizamos a CVM.

A ilustração supracitada demonstra as ramificações do mercado financeiro, a saber: Mercado Monetário¹⁸; Mercado de Capitais,¹⁹ Mercado Cambial²⁰ e o Mercado de crédito, este último, aquele que oferta diversos meios de concessão e tomada de crédito, não mais direcionados para a produção de mercadorias, mas voltado para as relações consumeristas fundan-

18 O Mercado Monetário é o mercado que fornece à economia papel-moeda e moeda escritural, aquela depositada em conta-corrente (BCB, [2023]).

19 O Mercado de Capitais é o mercado que permite às empresas em geral captar recursos de terceiros e, portanto, compartilhar os ganhos e os riscos (Idem, [2023?]).

20 O Mercado Cambial é o mercado de compra e venda de moeda estrangeira. (Idem, [2023?]).

tes ao ciclo reprodutivo, assim como auxilia na manutenção e o poder de compra existente na moeda nacional. Cabe ressaltar que a funcionalidade do mercado do crédito é garantida através de seus operadores, as Instituições Financeiras, a saber: Bancos e caixas econômicas, cooperativas de crédito, instituições de pagamento, administradoras de consórcios, corretoras, distribuidoras e outras instituições não bancárias.

Operadoras do mercado do crédito e suas facetas

Como mencionado anteriormente, no Brasil as Instituições Financeiras - IF's - são regulamentadas pela Lei nº 4.595/64, podendo ser tipificadas em: bancos; caixas econômicas; administradoras de consórcio; bolsa de valores; cooperativas de crédito; corretoras e distribuidoras; bolsa de mercadorias e futuro; instituições de pagamento e instituições não bancárias (BCB [2023]). No entanto, para consubstanciar os resultados desta pesquisa, discorreremos acerca de três tipos de IF's que, dentre outros serviços, atuam, também ou principalmente, com o crédito consignado; são elas: bancos e caixas econômicas, cooperativas de crédito e correspondentes bancários.

Desse modo, antes de adentrarmos na experiência da pesquisa de campo, compartilharemos as peculiaridades encontradas a partir de cada tipificação das IF's que atuam no

fornecimento do crédito consignado. Conforme descrito no sítio do Bacen, entendemos como banco empresas públicas, privadas ou, ainda, que representam uma sociedade de economia mista - estando todas as empresas supracitadas vinculadas ao sistema financeiro nacional, mediante criação de lei para aquelas instituições denominadas públicas e, quando privadas, mediante autorização do Banco Central do Brasil, conforme estabelecido pelo Art. 10, inciso X, alínea a, da Lei nº4595/1964, as quais são responsáveis por intermediar o dinheiro entre seus clientes, fornecedores e consumidores.

No Brasil, o primeiro banco foi implantado no ano de 1808, sendo esse o Banco do Brasil, fundado com a finalidade de financiar o império luso-brasileiro. O referido Banco funciona até os dias atuais e, dentre outros serviços, possibilita, também, o acesso a diversas modalidades de empréstimos, tais como: empréstimo pessoal, empréstimo pessoal com garantia, empréstimo rotativo, cheque especial, refinanciamento de imóvel, antecipação da restituição do imposto de renda, antecipação do 13º salário e crédito consignado (Westin, 2023).

No que se refere às Caixas Econômicas, originaram-se no século XIX, a partir da junção da casa de Penhor Monte de Socorro com a Caixa Econômica da Corte, visando o fomento à poupança para pessoas de pouca renda, como pessoas

escravizadas, que pleiteavam pagar por sua liberdade, mulheres pobres e pequenos comerciantes. Atualmente, no Brasil, a única instituição desse segmento em atividade é a Caixa Econômica Federal (CEF), vinculada ao Ministério da Fazenda.

A CAIXA realiza atividades comerciais típicas de um banco, porém sua prioridade institucional está centrada na concessão de empréstimos e financiamentos de programas e projetos de natureza social, relacionados à efetivação dos Direitos Sociais pela União. Ademais, integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), sendo a gestora dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de outros fundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), bem como, também, é responsável pela operacionalização do Programa de Integração Social (PIS) e pelo Seguro-Desemprego, e detém o monopólio de venda da loteria federal.

Além dos bancos públicos, existem bancos privados ou comerciais, cujo foco principal está em oferecer serviços/ produtos financeiros ao público, em geral, tanto às pessoas jurídicas, quanto às pessoas físicas, visando a lucratividade, através de taxas e juros pelos serviços financeiros prestados. Com a mudança cultural na perspectiva do reconhecimento da diversidade humana e da relevância do Complice, há bancos que estão implantando a gestão social, frente a problemáticas das minorias, a exemplo do Itaú.

Há, também, os bancos de fomento, aqueles que têm como objetivo principal o financiamento de capital fixo e capital de giro para empreendedores, seja de grande ou pequeno porte. Logo, em uma agência de fomento, os beneficiários do financiamento são aqueles que têm projetos de infraestrutura, profissionais liberais e micro e pequenas empresas, se estendendo em diferentes ramos de atuação, desde o agrogócio à informática (Bacen, s/d). Um exemplo de banco de fomento é o Banco da Amazônia, que se configura como uma instituição de desenvolvimento socioeconômico, ou seja, visa a fomentar o desenvolvimento na Amazônia legal²¹, situada na região Norte do país.

Cooperativas de crédito e a Economia do Bem

De acordo com o Banco Central do Brasil, a cooperativa de crédito é uma sociedade de pessoas, e não de capital, como normalmente é confundida. Uma instituição financeira que não busca lucros, no qual os direitos e deveres de todos os associados e clientes são igualitários. Na prática, significa que os resultados/lucros de uma cooperativa retornam para

21 Área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44ºW) (IPEA, 2008).

os verdadeiros donos do negócio, os associados, que podem usufruir de diversos produtos e serviços básicos semelhantes aos do banco comercial, como: contas correntes, depósitos, aplicações financeiras, cartão de crédito, financiamentos e empréstimos, entre eles, o crédito consignado.

As cooperativas de crédito são referência em crowdfunding²², já que existe uma preocupação e dedicação, também, com o desenvolvimento da região em que se localiza. Essas atuam com os recursos captados da região e concedem crédito com esses mesmos recursos, ou seja, dentro do cooperativismo se apresenta uma importante diretriz de alavancar, seja pessoa física ou jurídica que esteja próximo dela. No Brasil, a primeira cooperativa de crédito conhecida como Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, fundada em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, atualmente conhecida como Sicredi Pioneira, com quase 122 anos de existência, tornou-se a mais antiga Instituição Financeira desse segmento, no Brasil.

Já no estado do Tocantins a primeira cooperativa de crédito foi fundada em 12 de março de 1991, na cidade de Paraíso do Tocantins, objetivando atender a população rural, oferecendo melhores taxas de juros nas operações creditícias, visto que os bancos, à época, tinham juros tão altos, que dificult-

22 O Crowdfunding é o financiamento de uma iniciativa a partir da colaboração de uma comunidade de pessoas que investem recursos financeiros e possuem interesse no resultado (Expert, 2023).

tavam a obtenção de crédito, conseqüentemente criando um obstáculo para impulsionar o agronegócio local. Atualmente, a cooperativa Sicoob Tocantins conta com 18 agências, que atendem as necessidades de mais de 32.000 moradores do estado, sendo mais de 15.900 cooperados e 16.200 poupadores, além de oferecerem a agência digital (Sicoob, 2023).

Outro Sistema de Crédito Cooperativo atuante no estado do Tocantins é a Sicredi, cujas operações se iniciaram no ano de 2005, atendendo às demandas dos municípios de Dianópolis e Araguatins, estendendo seu lastro para o município de Paraíso do Tocantins apenas em outubro de 2019 (Sicredi, 2022).

Um panorama dos Correspondentes Bancários no Brasil

Visando ampliar o acesso da população interiorana e/ou periférica do país a serviços bancários básicos, pagamentos de despesas estruturais: água, energia, gás, tributação de impostos ou, até mesmo, recebimento de valores relacionados à previdência social, o Conselho Monetário Nacional e o Bacen, através da Circular 220/1973, concederam a pessoas jurídicas a possibilidade dessas tornarem-se correspondentes bancários, com a expectativa de oferecer serviços financeiros, com qualidade, para populações hiper vulneráveis.

No transcorrer das décadas, outras normativas passaram a regulamentar o serviço prestado, no Brasil, a saber: Resoluções do CMN nº 562/1979; Resolução nº 2.640/1999; Resolução nº 2.707/2000; Resolução nº 3.156/2003 e, a mais atual, a Resolução (CMN) nº 4.935 datada de 29 de julho de 2021, que dispõe sobre a contratação de correspondentes, no País, pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Segundo o art.17 da Lei nº 4595/1964 os Correspondentes Bancários são constituídos por pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios, ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. Podemos tipificar os correspondentes em dois tipos: o bancário e o não bancário. O primeiro é aquele que desenvolve todo tipo de operação bancária, creditícia e ainda aceita depósitos de poupança, e tem vinculação exclusiva com um único banco, como por exemplo as Casas Lotéricas, correspondente exclusivo da Caixa Econômica Federal. A outra tipologia de correspondente, o não bancário, refere-se a empresas que podem ter duas ou mais funções sociais, ou seja podem prestar serviços financeiros, receber pagamentos, tributação, ofertar serviços de financiamentos

e créditos, excetuando o recebimento de depósito e, além disso, desenvolver outra atividade mercantil, a exemplo de uma concessionária, lojas de departamento e móveis ou, até mesmo, farmácias (Blaha, 2008).

Cabe destacar que o objetivo originário dos correspondentes bancários, previsto pelo Bacen, além da interiorização dos serviços financeiros, é alcançar a população de baixa renda. Em concordância, Loureiro, Madeira e Bader (2016) apontam para predileção dos correspondentes bancários pelas regiões de menor renda, bem como aquelas onde haja presença maciça de segurados do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Outro fator preponderante para a disseminação de correspondentes bancários foi a criação do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família que, desde sua criação, através da Lei n 10.836/2004, contabiliza mais de 20 milhões de usuários, cujo recebimento do benefício é realizado no correspondente bancário da CAIXA, as casas lotéricas.

Ademais, um outro advento que colaborou sobremaneira para a proliferação dos correspondentes não bancários no território brasileiro foi a promulgação da lei do crédito consignado nº 10.820/2003, pois, além de configurar-se como uma transição monetária vantajosa, haja vista a impossibilidade de inadimplência, direciona-se justamente à

população idosa hiper vulnerável²³, periférica; recentemente, durante o período pandêmico, quando foi consentida a contratação de empréstimo no Auxílio Brasil e no BPC, o lastro estendeu-se para correspondentes bancários específicos, a exemplo das Lotéricas.

Agora que já se sabe quais são as Instituições financeiras que abordamos nesta pesquisa, rememoremos a odisseia encampada na cidade de Paraíso do Tocantins - TO - para desbravar o arquétipo das Instituições Financeiras, assim como o comportamento adotado frente às regulamentações vigentes.

A expedição junto às Instituições Financeira de Paraíso do Tocantins - TO

A revisão integrativa da literatura foi fundamental para a próxima etapa da pesquisa, a imersão no campo. Dividindo-se três momentos, a busca ativa no site da FEBRABAN e no REDESIM - uma rede de sistemas informatizados, necessários para registrar e legalizar empresas e negócios, tanto no âmbito da União, como no dos Estados e Municípios - para

23 Pessoas hiper vulneráveis são aqueles sujeitos que, por determinantes sociais e transcurso da vida, se encontram em uma condição de vulnerabilidade em um grau elevado. Ou seja, pessoas que, por sua condição particular, seja esta econômica, social, étnica ou cultural, estejam desfavorecidas diante dos demais indivíduos da sociedade, necessitando, assim, de proteção diferenciada (Mege, 2022).

comparar dados fazendários e logísticos; na sequência, iniciamos a expedição fotográfica georreferenciada e, por fim, realizamos entrevistas semiestruturadas.

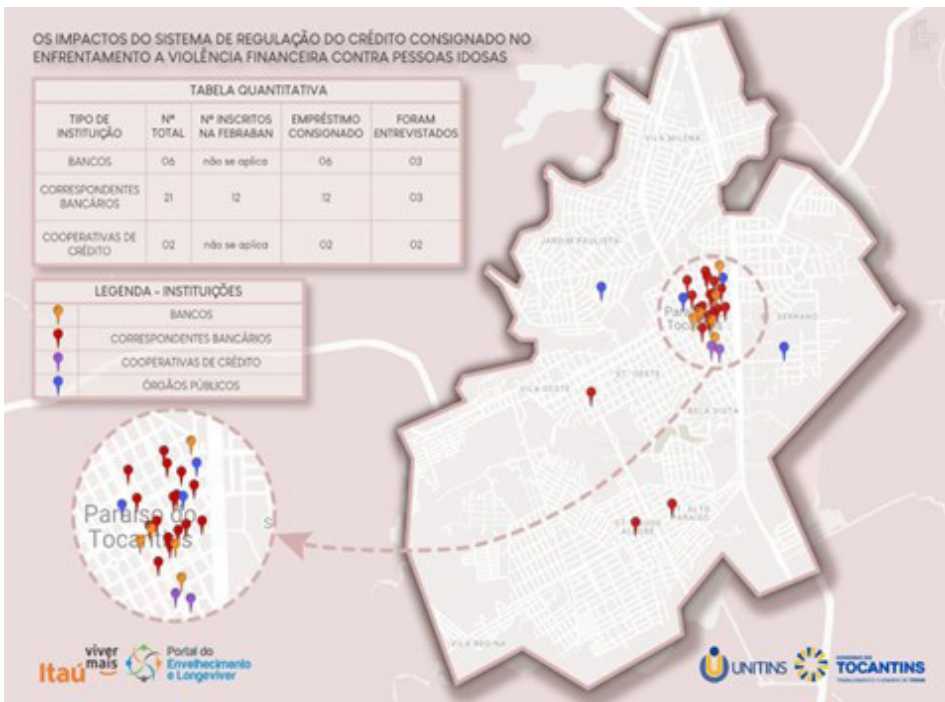
Visando realizar a expedição fotográfica, bem como coletar informações para contato de cada Instituição Financeira (nome, telefone e e-mail), elaboramos, inicialmente, uma planilha, a partir dos dados fornecidos pela FEBRABAN (nome fantasia, razão social e CNPJ), em dezembro de 2022. Através dos dados fornecidos pela entidade representativa dos bancos brasileiros, realizamos uma consulta no REDESIM, para verificarmos o endereço e o número de telefone, para que entrássemos em contato.

Entretanto, devido à inconsistência das informações fornecidas pelo REDESIM, foram realizadas visitas técnicas, para coletar os dados supracitados, presencialmente, em cada correspondente, através do endereço fornecido no Google Maps. Dessa forma, no momento das aludidas visitas, coletamos os dados necessários que, posteriormente, foram utilizados para o envio dos convites, para a realização das entrevistas semiestruturadas. Além disso, realizamos a fotografia de cada IF, com objetivo de mapearmos as localizações (endereços) com precisão no satélite.

Adiante, para representar de forma cartográfica o território onde foi realizada a pesquisa, bem como ilustrar quantas e quais

eram as instituições que objetivamos entrevistar, elaboramos um Mapa de Kernel (Nagem, 2019), a partir das localizações coletadas na expedição fotográfica supramencionada que, além de evidenciar a posição geográfica das Instituições Financeiras em Paraíso do Tocantins – TO -, apresenta a concentração daquelas que oferecem mais risco à pessoa idosa, no que se refere a violência financeira Institucional. Como veremos abaixo:

Mapa das Instituições Financeiras no Município de Paraíso



Fonte: Elaboração Arq, Larissa Lis

Na figura cartográfica acima, observa-se que a cidade de Paraíso do Tocantins - TO tinha 29 (vinte e nove) Instituições Financeiras que ofertavam o Crédito Consignado, subdivididas da seguinte forma: seis bancos; duas cooperativas de crédito e vinte e um correspondentes bancários, sendo este último o mais relutante e menos participativo, já que apenas 14% (três instituições) responderam a pesquisa. O Mapa de Kernel evidencia, ainda, a predominância das IF's no centro da cidade, sendo que os bairros periféricos de Paraíso são assistidos, apenas, por um tipo específico, os Correspondentes Bancários, cujos motivos já foram explicitados alhures.

Cartografando a gestão das IF's em Paraíso do Tocantins - TO

Nossa pesquisa objetivou verificar se as Instituições Financeiras que oferecem o serviço do crédito consignado no município de Paraíso do Tocantins - TO - haviam adotado o Sistema de Autorregulação do Crédito Consignado, corroborando com o enfrentamento à violência financeira institucional contra as pessoas idosas. Para tanto, além da imersão teórica na base de dados do Sucupira nas áreas de Direito e Gerontologia, assim como no sítio do Bacen e da FEBRA-

BAN, antes da realização das entrevistas semiestruturadas, foram realizadas visitas técnicas nas IF's para apresentar o Projeto, saber quem seria o/a profissional a quem se destinaria o convite para realização da entrevista e desenvolver, se possível, momentos de observação participante.

Sequencialmente após o envio dos convites, e confirmação logística para realização da pesquisa, as entrevistas desenrolaram-se entre os meses de junho e agosto de 2023, sempre no período vespertino, por uma dupla de pesquisadores - a coordenadora e um(a) acadêmico(a)²⁴. Do total de 29 Instituições Financeiras presentes na cidade, apenas 23,2% aceitaram participar da pesquisa, de forma cardinal totalizam oito IF's. Entendendo que a nossa proposta foi entrevistar gestores e gerentes responsáveis pela consignação na instituição em que atuam; após realizar as entrevistas, visando preservar a identidade dos/das informantes, resolvemos adotar pseudônimos para cada entrevistado, relacionado a apelidos populares, entre as pessoas idosas, para se referir a dinheiro, a saber: Aqué, Pila, Grana, Bufunfa, Money, Dindin, Conto, Barão.

24 Munidos de prancheta contendo o Termo de Livre Consentimento e Esclarecimento (TCLE) - para ser subscrito e atestar a concordância com a pesquisa, conforme descrito no parecer nº 5.828992 do Comitê de Ética e Pesquisa da UNITINS -, aparelho celular e atenção concentrada.

Tecendo análises dos dados coletados durante as entrevistas

O processo de aplicação das entrevistas foi um tanto pitoresco: todas as IF's foram visitadas ao menos duas vezes, acrescidas de inúmeros contatos por e-mail e telefone, para eleição de uma data que fosse viável aos participantes. Contudo, mais de 70% das Instituições Financeiras elaboraram justificativas redundantes, desde não possuir autorização da gestão superior para participar, até cancelar a entrevista sob pretexto de luto por morte de parente. Já aquelas IF's que aceitaram foram cordiais e responderam a todas as perguntas, sem hesitação.

O roteiro de entrevista semiestruturada estava dividido em duas partes, a primeira visava conhecer o perfil da(o) profissional gestor das operações de crédito consignado no aludido município, no que se refere a sexo; raça cor; escolaridade; faixa etária e em qual tipo de IF atuavam. Assim, entendendo que a construção de uma análise quanti/qualitativa dos dados possibilita “uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais” (Goldenberg, 2004. p. 49), resolvemos, primeiramente, sistematizar as informações no editor de planilhas da MS Excel 2016, para, na sequência, desenvolver as de conteúdo e/ou crítica do discurso, quando couber. Deste modo elaboramos a tabela do perfilamento abaixo:

Tabela Perfilamento participantes da Pesquisa

N. Fictício	Sexo	Faixa etária	Raça	Escolaridade	Tipo de IF
Pila	Feminino	28 anos	Parda	Médio	Correspondente bancário
Conto	Feminino	42 anos	Branca	Médio	Correspondente bancário
Bufunfa	Feminino	27 anos	Branca	Superior	Banco
Money	Feminino	38 anos	Parda	Superior	Banco
Aqué	Feminino	31 anos	Parda	Superior	Correspondente bancário
Barão	Feminino	61 anos	Parda	Superior	Banco
Grana	Masculino	35 anos	Branca	Médio	Cooperativa de crédito
Dindin	Masculino	42 anos	Branca	Superior	Cooperativa de Crédito

Fonte: Elaboração dos autores

Ao observarmos a tabela, percebemos que há uma prevalência de mulheres na gestão do mercado do crédito consignado, com nível superior, autodeclaram-se pardas e estão espalhadas nos diversos tipos de Instituições Financeiras. Esse achado dialoga, tanto com a proposta da equidade de gênero no mercado de trabalho (ONU, 2016), sobretudo nos cargos de direção, quanto com a ampliação de mulheres empreendedoras (Sebrae, 2023), já que as mulheres entrevistadas nos correspondentes bancários eram proprietárias do negócio.

Um adendo interessante, percebido na análise qualitativa do conteúdo coletado, deu-se quando perguntamos aos informantes sobre a relação entre esses(as) e o

crédito consignado: seis deles responderam que essa relação estava relacionada ao trabalho, mas duas externaram que, para elas, o crédito consignado deu-lhes significado à história de vida. Vejamos o que nos conta a participante Aqué (2023):

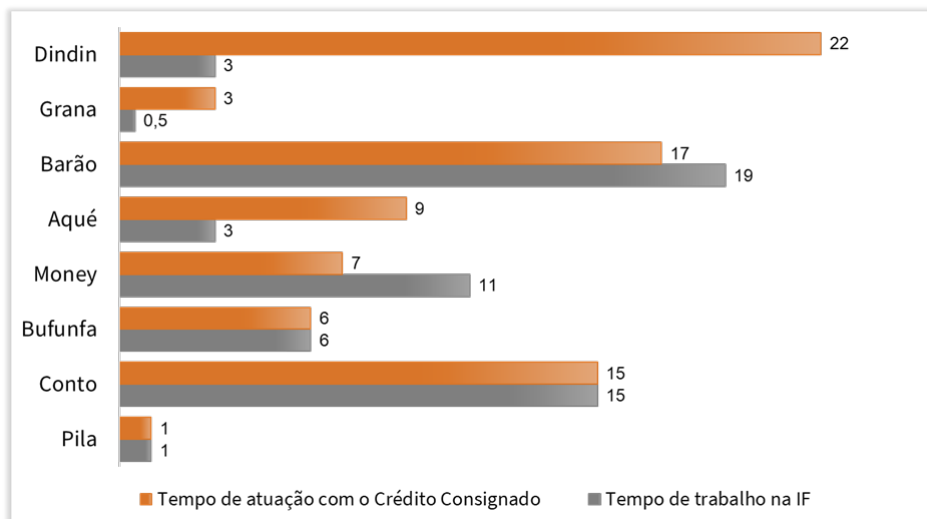
Comecei em 2014, era estudante de ensino médio aqui na cidade. Através de um anúncio na rádio local fiquei sabendo do estágio na Caixa, mas não aceitei porque já estava no terceiro ano do ensino médio. Após a conclusão fui trabalhar na Secretaria de Juventude da Prefeitura. E surgiu uma oportunidade para trabalhar num correspondente bancário, porém não gostei. Achei muito quieto, e eu sou elétrica. Daí voltei para a Prefeitura. Depois, minha amiga me indicou para o gerente na Caixa e fui trabalhar no pré-atendimento, com pessoas idosas relacionadas ao consignado, e fiquei por 5 anos. Depois me desliguei da empresa e trabalhei por onze meses no Bradesco. Retornei à Caixa e trabalhei por um tempo e o gerente me sugeriu para eu abrir uma empresa de crédito consignado, ou seja, um correspondente exclusivo da Caixa. Daí, abri sociedade com minha irmã e estou aqui, prestando toda assistência que meus clientes precisam.

Já a informante Conto (2023) nos relatou o seguinte:

O acesso ao crédito consignado mudou a vida de minha família, pois minha mãe foi a primeira cliente. Eu vi que, se realizado com organização, é possível ajudar as pessoas idosas a terem qualidade de vida. Daí comecei a trabalhar como secretária de um correspondente e, logo que tive oportunidade, abri meu próprio escritório. Já estive em várias áreas de Paraíso - TO -, Pouso Alegre, no Centro e agora aqui, no Setor Oeste, e meus clientes seguem comigo.

Essas falas dão margem a analisar o mercado do crédito consignado pela ótica da história de vida das trabalhadoras. Embora esse não seja o cerne desta escrita, é preciso pontuar que os rostos invisíveis por trás de vozes atenciosas ao ciclo da venda, não monetizam as relações laborais. Elas, sobretudo aquelas lotadas nos correspondentes bancários, cuja identidade funcional é inexistente no Sistema Financeiro Nacional (Blaha, 2008), muitas vezes, só têm apenas a identificação de classe com a pessoa que estiver atendendo, além de um trabalho que possibilita continuar os estudos à noite, e ter certa qualidade de vida, sem exigir padrões estéticos que lhes motiva na construção de uma carreira, conforme veremos no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Comparação entre o tempo de atuação com o crédito consignado e o tempo de atuação no sistema financeiro, em anos



Fonte: Elaboração dos autores

Depreende-se do referido gráfico que a média de tempo de trabalho com o crédito consignado é similar ao tempo de experiência na Instituição Financeira em que estão atuando. Um outro fator sinalizado durante a entrevista pelas informantes, relacionava-se com possuírem toda a certificação exigida pelo Bacen e pela FEBRABAN, para atuarem com o crédito consignado. No entanto, apenas uma das informantes relatou conhecer **alguma legislação que regula a comercialização do crédito consignado, nomeando o Estatuto da Pessoa Idosa.**

A ausência de conhecimento da legislação relacionada à proteção social da pessoa idosa já demonstra um prelúdio de violência financeira institucional, pois, se no que se refere ao crédito consignado, cujas pessoas idosas são as clientes mais fidelizadas, como desconhecer aspectos tão importantes? Pensando nisso, assim como na possibilidade de nossos leitores também desconhecerem a legislação que versa sobre o crédito consignado e quais pontos se relacionam com a pessoa idosa, desenvolvemos a pirâmide abaixo:

Pirâmide de Kelsen aplicada ao Crédito Consignado



Fonte: Elaboração dos autores

A pirâmide de Kelsen é um modelo hierárquico que atua na organização dos dispositivos legais (Netto, 2023), tornando-se um instrumento essencial para o estudo do material científico analisado pela pesquisa. Assim, elaboramos uma pirâmide com ênfase no crédito consignado, possibilitando uma análise crítica quanto ao posicionamento dos legisladores que, normalmente, reconhecem o poder do fornecedor sobre o consumidor, conforme aponta o CDC, indicando a consignação como um direito, e em diálogo com as perspectivas neoliberais, criminalizam o comportamento da pessoa idosa, sob alegação falta de “educação financeira”, desconsiderando os determinantes sociais.

Ainda pensando na relação das gestoras e gestores com o crédito consignado, perguntamos-lhes se consideravam o crédito consignado importante para a população idosa. A resposta afirmativa foi quase unânime: 87,5% acreditam que sim, atrelando ao crédito consignado a oportunidade de realizarem sonhos de uma vida mas, também, a possibilidade de acessarem direitos sociais não efetivados pelo Estado, principalmente aqueles ligados à área de saúde. Para Conto (2023), no caso das pessoas idosas “Fazendo, Ele (o crédito consignado) pode estar ajudando essas pessoas a reformarem uma casa, tratamento de saúde, compra de medicamentos, de forma consciente, que tenha conhecimento em administração do próprio dinheiro. Muda vidas!

Segundo a entrevistada (Akué, 2023)

“Nossa! Claro! Muito importante! Nós aqui perguntamos aos idosos para que eles vão pegar o empréstimo, a maioria deles é para tratamento de saúde, tem idosos que passam uma vida inteira pagando uma casa própria e quando acabam de pagar e já estão aposentados, a casa precisa de uma reforma, então, para um idoso que recebe salário-mínimo, se estiver com uma margem completa, sua parcela será de 469 reais. E o valor máximo retirado será de quase 18 mil, que já ajuda na reforma da casa, na compra de um carro, pois quando os idosos vão se aposentar, têm direito a um retroativo e como só podem fazer empréstimo depois de 90 dias da aposentadoria, eles juntam um dinheirinho e vem aqui pegar um empréstimo.”

A austeridade fiscal, vivenciada desde 2008, com a crise global no sistema financeiro, impactou, ainda mais, a condição socioeconômica das famílias hiper vulneráveis, diante da reestruturação produtiva e a castração de empregos com salários dignos. Desde 2016, com a implantação da emenda complementar 95, que anunciou o teto de gastos perante o SUS, acirrou-se, ainda mais, a precariedade dos serviços prestados, tanto na escassez dos procedimentos, quanto no tempo de espera, fazendo com que a financeirização da saúde seja, na vida das pessoas idosas, nem que para isso seja necessário tornar-se refém do mercado do crédito, inclusive do consignado.

A segunda parte das entrevistas circundava os aspectos da violência financeira institucional, bem como o olhar dos informantes sobre o SRCC, ambos relacionados ao crédito consignado. Primeiro, questionamos os/as participantes se achavam que havia, em Paraíso do Tocantins – TO -, violência financeira institucional relacionada ao crédito consignado contra a pessoa idosa. Tivemos um percentual relevante de sensatez nas respostas, já que 62,5% das pessoas entrevistadas acreditam que há possibilidade de haver violência financeira institucional.

Pila (2023), acredita que, “pelo fato da confiança no vendedor, que se aproveita da inocência da pessoa idosa”. Outra informante, Bufunfa (2023), destacou que “essas violências acontecem através dos assédios, informações incorretas, omissão de conteúdos, violências via telefone”. Já a entrevistada Conto (2023) declarou que “as pessoas se aproveitam da falta de conhecimento das pessoas idosas e, geralmente, acontece por telefone”.

A percepção quanto à violência financeira institucional é bastante coerente por parte daqueles que acreditam em sua existência, ora por relacioná-la à hiper vulnerabilidade do(a) consumidor(a) frente ao fornecedor de crédito consignado, ora por perceber que condicionantes sociais, a exemplo da baixa escolaridade, associada com aspecto da senescência, que podem criar ruídos na comunicação e desfavorecer a pes-

soa idosa perante cenário turbulento do mercado do crédito consignado. Como nos provoca a reflexão de Silva e Porto (2023), ao afirmar que, nos caso de mediação em relação à violência financeira institucional, “a mediação e a conciliação têm o foco na comunicação, [...] é significativo, ainda mais, quando se analisa o viés da violência financeira e da vulnerabilidade da pessoa idosa, submetida a excessivas ofertas de crédito e produtos” (Idem, 2023, p. 36).

No entanto, aqueles entrevistados que alegaram não haver risco desse tipo de violência assolar a pessoa idosa paraísense, não generalizaram a pergunta, mas sim utilizaram o argumento de posicionalidade institucional, referindo-se a não existir a referida violência na Instituição Financeira a qual possuem vinculação. Contudo, é fundamental refletir que, no momento de justificar a resposta, pautaram-se apenas no crivo institucional de qualidade dos serviços financeiros prestados a seus próprios clientes, eximindo-se de analisar de forma macro a existência da violência financeira institucional, relacionando cordialmente o fenômeno em questão, como sendo responsabilidade exclusiva de outras empresas como por exemplo, a interjeição realizada por Money (2023), quando ela diz: “Não diretamente na minha instituição, mas por correspondentes”. Outra informante da pesquisa ressalta “Aqui na minha instituição não, lá fora com certeza!”. Já que

os participantes da pesquisa a reconhecem como presentes na sociedade paraisense, perguntamos-lhes se era de conhecimento dos/das entrevistadas acerca de fiscalização relacionada à violência financeira frente às IF's.

Para nosso espanto, 62,5% das entrevistadas relataram que sabiam da existência do órgão, mencionando o PROCON, reforçando que esse já está in loco, mas para verificar questões atinentes ao cumprimento da prioridade por idade e de acessibilidade, ambos com previsão legal, conforme nos aponta, Barão (2023) “nunca vi essa fiscalização, de forma geral os órgãos apenas fiscalizam se está havendo o cumprimento de normas gerais”. Já Dindin (2023) diz: (...) “nunca houve tais fiscalizações, seja pelo PROCON ou qualquer outro órgão”.

Tais colocações, somadas às dos entrevistados que disseram não saber da existência dessa fiscalização preventiva, no enfrentamento à violência financeira institucional, nos apontam para uma falha estatal grave, já que as pessoas idosas estão inseridas na sociedade do consumo, por vezes, aprisionadas na cidadania sacrificial, sendo, portanto, consumidores hiper vulneráveis diante dos fornecedores de crédito; o estado deveria regular esta contratualidade, oferecendo recursos intelectuais para formar a sociedade civil organizada, os Conselhos de Direito da Pessoa Idosa, para que esta possa contribuir com a fiscalização de forma cotidiana. Nesse mo-

mento, também, percebemos a necessidade de desconstruir a educação financeira como apenas a gestão saudável dos proventos, mas sim, como educação gerontológica crítica para os agentes públicos.

Dito isso, podemos seguir revelando a interpretação fluida quanto à violência financeira institucional. Perguntamos aos participantes da pesquisa se conheciam a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)²⁵, e todos responderam que sim. No entanto, no momento de responder se faziam atendimento pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, houve pausa, silêncio, titubeação, e 50% negaram, mesmo sendo uma leviandade.

As pessoas que confirmaram realizar o atendimento da consignação pelo WhatsApp justificaram-se, dizendo que era meramente a parte documental, mas que a assinatura era feita presencialmente, na Instituição Financeira, outras relataram que não recebiam nenhuma documentação pelo referido aplicativo, apenas faziam uma espécie de mala direta com os produtos disponíveis. Ocorre que, desde o ano de 2022, é vedado, no Estado do Tocantins, a partir da Lei 4.067/2022, a comercialização de empréstimo consignado por telefone, e isso

25 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n° 13.709/2018, foi promulgada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, e a livre formação da personalidade de cada indivíduo

implica todo o ciclo da venda - prospecção, desenvolvimento e pós-venda - mas, todavia, prepondera o descumprimento.

Restando evidente, assim, que a lacuna para erradicar esse tipo de violência não está na ausência de legislação ou políticas públicas de enfrentamento, mas no comportamento negligente e impune do mercado para com a legislação, sempre prezando por atinar a intuição do cliente/consumidor(a) idoso(a), através do marketing digital, televisivo, copywrite, abordagem interna (dentro das IF's) e, nos municípios interioranos, a exemplo de Paraíso do Tocantins-TO -, prevalecem os santinhos em formatos de cédulas de alto valor; carros de som; no boca a boca e, principalmente, a abordagem externa, seja na porta de cada Instituição Financeira ou por meio de comitivas direcionadas às regiões metropolitanas e outros municípios limítrofes, que ainda não possuem um vasto mercado do crédito, para ofertar crédito consignado.

Diante de tantas contradições das IF's, questionamos-lhes se conheciam o SRCC, sendo todas as respostas afirmativas, depois de tantas incongruências. Então, pedimos que explicassem como funcionava e todos apresentavam as técnicas/ serviços do SCR que, inclusive, pode ser um instrumento utilizado para coibir o superendividamento, já que verifica, junto ao Banco Central, toda vinculação contratual no mercado de crédito junto aos bancos, que podem ser considera-

dos como endividamento de risco. Ou seja, que o banco não tem segurança de adimplemento, a exemplo dos: cartões de crédito, cheque especial e financiamentos não consignados. Mas o SRCC é um mecanismo completo de prevenção à violência financeira institucional, que carrega consigo um equívoco, o de facultar a sua adesão, permitindo a possibilidade gerundiana de que aquela Instituição Financeira está adotando, adequando, providenciando, mas nunca efetivando na íntegra o previsto.

Durante a coleta de informações na pesquisa, presenciamos uma nova possibilidade de adentrar o mercado do crédito como fornecedor, o cadastro junto ao Microempreendedor Individual (MEI), como correspondente bancário, mediante o CNAE - outros, prestação de serviços financeiros. Munidos dessa constatação, buscamos informações junto aos órgãos responsáveis, o SEBRAE e a Associação de Micro e Pequenas Empresas - AMICRO - , visando verificar o percentual, bem como dados para contato junto aos MEI's que atuam no mercado do Crédito Consignado. Esses órgãos relataram não dispor de acompanhamento sistematizado, tampouco profilático dos microempreendedores do crédito, e talvez esse já seja um novo fenômeno que careça de estudo, e uma forma ainda mais tênue da violência financeira institucional chegar à vida das pessoas idosas, já que o capital financeiro não dorme.

Conclusão da Pesquisa

Conforme mencionado no transcurso desse texto, além das instituições financeiras, visitamos órgãos que deveriam compor a rede de proteção à pessoa idosa, sobretudo no que se refere à violência financeira institucional. Em todos, fomos recebidos, ainda que nesses espaços não existisse estatísticas ou dados sistematizados sobre a temática da violência financeira institucional, haja vista que assim como presente na revisão integrativa da literatura responsabilizar o constructo familiar pelas violências intergeracionais, ou culpabilizar as pessoas idosas por ofertar apoio social financeiro, é mais fácil que verificar as estratégias do mercado do crédito frente a miserabilidade dos e, principalmente, das trabalhadoras idosas perante suas necessidades.

Desse modo, visando conhecer o posicionamento da agência local do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - empreendemos diligência ao referido órgão diversas vezes, almejando apresentar o projeto, conversar com responsáveis da agência para saber se no local havia reclamação do tipo de violência supramencionado, inclusive, fizemos convite formal, via e-mail, mas a única resposta que recebemos foi o silêncio institucional. Isso se reflete não só nas constatações dessa pesquisa, mas implica afirmar que os próprios

demandantes do SRCC para a FEBRABAN desconhecem a sua existência e aplicabilidade enquanto órgão, pois se o contrário fosse, as agências de todo o país contariam, ao menos, com estagiários para orientar as pessoas idosas com pouca afinidade digital sobre os riscos de transações bancárias por WhatsApp, por exemplo.

Não só não existe implementação do Sistema de Autorregulação do Crédito Consignado em Paraíso do Tocantins - TO -, como predomina, junto ao corpo laborativo das instituições financeiras, um total desconhecimento de aspectos gerontológicos do envelhecimento humano, e como tais fatores, atrelados aos determinantes sociais regionalizados, afetam a existência das pessoas idosas, condicionando-lhes ao espectro de reféns do mercado do crédito. É de fundamental importância que os/as agentes que atuam com consignação sejam formados pela FEBRABAN, para prestar um atendimento coerente, que até pode ser balizado pela comercialização do crédito consignado, mas que não viole os direitos humanos das pessoas idosas.

Durante os dias em que a nossa equipe esteve debruçada sobre os textos relacionados aos prescritores crédito consignado, violência financeira e superendividamento, percebemos que havia uma ênfase quanto ao marketing, no sentido da publicidade, enquanto conduta maléfica do fornecedor de crédi-

to, cuja apropriação de ferramentas midiáticas marcadas geracionalmente, pois o crédito e o consumo já foram artifícios de campanhas dos intervalos televisivos, de jornais e revistas impressas, em programas de auditório, nas novelas e, desde os anos 2010, é muito presente nas mídias sociais, através de influenciadores(as) digitais. Contudo, é preciso que saibamos que ainda que esse tipo de publicidade mais atual esteja munida de uma linguagem geracional transversalizada, ainda pode sofrer sanções a partir do código de defesa do consumidor.

Para concluir, observamos que a ausência de controle social efetivo no município tornou-se um agravante no que se refere aos direitos humanos da pessoa idosa. Desse modo, como pesquisadores(as) interventivos(as), devemos continuar estimulando produções intergeracionais sobre temáticas atinentes ao envelhecimento humano, mas que segue fosca perante a sociedade neoliberal. Por isso, acreditamos que conhecer uma síntese do impacto desta pesquisa para quem ajudou a construí-la é fundamental.

Avaliação dos bolsistas desta pesquisa

Ao final da pesquisa todos os/as integrantes fizeram uma autoavaliação, para que pudessem aprimorar ainda mais sua humanidade e criticidade. Desse modo, Lucas Rodrigues

afirmou que: Através desta pesquisa, pude desenvolver um estudo sistemático envolvendo um grupo de pessoas com diferentes perspectivas. Ainda tive a oportunidade de partilhar um pouco de minha visão na temática discutida, trocando saberes durante debates acalorados e construtivos com esses integrantes, contribuindo muito para meu conhecimento e positivamente na minha carreira acadêmica.

Já a bolsista Thamires Nascimento acredita que: Em nossa vida acadêmica e pessoal, a pesquisa teve um impacto muito significativo, acabamos descobrindo como o conhecimento apreendido nos proporcionou críticas relevantes ao Direito positivista, pois os estudos acerca da violência financeira institucional, assim como sobre o mercado do crédito, relacionados à pessoa idosa, são fundamentais para entendermos sobre contratos, relações sociofamiliares e deveres institucionais e estatais.

Para Pedro Henrique Cezar, a sua jornada acadêmica, de fato, começou após o início da pesquisa, mesmo estando no segundo período do curso de Direito: pois apenas com o trabalho necessário para realizar a pesquisa, comecei a adentrar no mundo dos artigos científicos, revistas e periódicos. Traçando uma nova dimensão ao meu aprendizado, não apenas acadêmico. Além de começar a, de fato, me tornar um pesquisador, obtive a oportunidade de expandir meu conhecimento

no que tange a digitalidade, haja vista que foi necessário utilizar programas como excel, word, entre outros, para poder cumprir minhas atividades. Como um futuro jurista, creio que o posicionamento da maioria dos meus futuros colegas doutrinadores em relação à pessoa idosa está desconexo da realidade (talvez por falta de empatia ou algum estudo específico), logo, a pesquisa serve não apenas para meu engrandecimento pessoal em múltiplas esferas, mas, também, para conscientizar novos operadores do Direito. Além do mais, a pesquisa também serve para incentivar a proteção da pessoa idosa, fazendo uma crítica à omissão do Estado.

Para concluir, Kayke Araújo confirma: embora todos os desafios enfrentados pela equipe, o projeto de pesquisa possibilitou, para mim, o desenvolvimento do trabalho em equipe, compreendendo as facilidades e dificuldades de cada integrante, despertando talentos que serão grandemente utilizados no decorrer de minha formação. Dessa forma, é necessário, através desse texto, expressar toda a minha gratidão a toda a equipe, pois foi a partir desse grupo de pesquisa que despertei novas perspectivas sobre o que é o Direito e qual a sua importância na nossa sociedade, emergindo pensamentos críticos dos estigmas existentes e propiciando reflexões necessárias que poderão contribuir, não apenas para a minha formação, como também atingir positivamente uma coletividade.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Composição do SFN**. Banco Central do Brasil. [S.l.], [2023]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/composicao-osfn>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BARROS, Simone da Cunha Tourino *et al.* Violência financeira contra os trabalhadores envelhecidos no Estado do Rio de Janeiro: Reflexões sobre as determinações e possíveis respostas de enfrentamento. In: FONTES, Anna (Org.); CÔRTE, Beltrina (Org.). **Envelhecer com Futuro**: relatos de pesquisa sobre: superendividamento, violência financeira, mobilidade urbana, fluência digital, informações na internet, pensamento computacional, apropriação e inclusão digital, 1 ed. São Paulo: Portal do Envelhecimento Comunicação, 2023, p. 77-102. Disponível em: <https://www.itauvivermais.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Ebook-Envelhecer-com-Futuro-Vol-1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 13, n. 30, 2016. v 13.947. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/947>. Acesso em: 13 out. 2023.

BEHRINHG, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BLAHA, Katia Madeira Kliauga. Os correspondentes e as instituições financeiras. **Revista de Direito Bancário**, [S.l.], 2008. Disponível em: [http://www.portalabbcc.org.br/images/content/09_os_correspondentes\(1\).pdf](http://www.portalabbcc.org.br/images/content/09_os_correspondentes(1).pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político; tradução Heci Regina Candiani [prefácio de Carla Rodrigues]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

BRAGUETO, Claudio Roberto. **Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil e Industrialização**. Universidade Estadual de Londrina. [S.l.], 2008. Disponível em: <https://www.uel.br/cce/geo/didatico/claudio/texto%2013%20desenvolvimento%20do%20capitalismo%20no%20Brasil%20e%20industrializa%E7%E3o.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências., Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 6 jun. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providência. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.595%2C%20DE%2031%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201964&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20e,Nacional%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.836%2C%20DE%2009%20DE%20JANEIRO%20DE%202004&text=Cria%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,Art.. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 14.431, de 03 de agosto de 2022. Altera as Leis n.ºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de de-

zembro de 1990, para ampliar a margem de crédito consignado aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aos segurados do regime próprio de previdência social dos servidores públicos federais, aos servidores públicos federais e aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do benefício de prestação continuada e de programas federais de transferência de renda, a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos, e a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para alterar procedimentos relativos à concessão do Auxílio Inclusão Produtiva Urbana. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, 04 de agosto de 2022, p. 5. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.431-de-3-de-agosto-de-2022-419972228>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juiza-

dos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, ano 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 14.181, de 01 de julho de 2021. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, 02 de julho de 2021, p. 2. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.181-de-1-de-julho-de-2021-329476499>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social. Instrução Normativa n. 100, de 28 de dezembro de 2018. Altera dispositivos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008. **Diário Oficial da União**: Seção 1, [S.l.], 31 de dezembro de 2018, p. 151. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-100-de-28-de-dezembro-de-2018-57496089>. Acesso em: 4 set. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 14.131, de 30 de março de 2021. Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de opera-

ções de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, 31 de março de 2021, p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.131-de-30-de-marco-de-2021-311647165>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidente da República. Medida Provisória n. 1106, de 17 de março de 2022. Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para ampliar a margem de crédito consignado aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e de programas federais de transferência de renda, e a Lei nº 13.846, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, 18 de março de 2022, p. 3. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.106-de-17-de-marco-de-2022-386717840>. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Presidente da República. Medida Provisória n. 1006, de 01 de outubro de 2020. Aumenta a margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social durante o período da pandemia de covid-19. **Diário Oficial da União:** Seção 1,

Brasília, 02 de outubro de 2020, p. 3. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.006-de-1-de-outubro-de-2020-280804815>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Ementa Ação Direta de Inconstitucionalidade. Arts. 1º e 2º da lei n. 14.431/2022. Empréstimo consignado. Beneficiários de programas de transferência de renda. Autorização para contratação e ampliação da margem de crédito. Perda de objeto não verificada. Preliminar rejeitada. Inépcia da inicial afastada. Política pública. Acesso a crédito. Famílias de baixa renda. Garantia de proteção social. Constitucionalidade. 1. Não dá para falar em perda superveniente do objeto da ação, pois a Medida Provisória n. 1.164, de 2 de março de 2023, que reinstituíu o Programa Bolsa Família, além de manter a essência dos dispositivos impugnados, não implicou revogação imediata da legislação anterior. Precedentes. 2. Havendo argumentação idônea, não se verifica inépcia da petição inicial. 3. Ressalvadas as hipóteses de flagrantes ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, impõe-se ao Judiciário autocontenção em relação às opções políticas do parlamento e órgãos especializados, sobretudo na ausência de demonstração concreta de desproporcionalidade na legislação (RE 1.359.139, Tema n. 1.231/RG, Tribunal Pleno, ministro Luiz Fux, DJe de 8 de setembro de 2022; ADI 6.362, Tribunal Pleno, ministro

Ricardo Lewandowski, DJe de 9 de dezembro de 2020). 4. A possibilidade de fraude ou a previsão de superendividamento das famílias com empréstimos consignados, tendo sido objeto de consideração tanto em lei quanto em regulamento, não revelam densidade suficiente para tornar, por si sós, inconstitucionais as normas questionadas. 5. É compatível com a Constituição Federal, à luz dos arts. 1º, III; 3º, I; 6º, parágrafo único; e 203, política pública de acesso a crédito com taxas de juros menores direcionada às famílias brasileiras, presente o objetivo de conferir proteção social a quem dela necessitar para a garantia da subsistência. 6. Pedido julgado improcedente. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 7223. Relator: Min. Nunes Marques. Julgamento em 12 de setembro de 2023. Diário Judicial Eletrônico, 09 de outubro de 2023. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur488924/false>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Circular n. 220, de 15 de outubro de 1973. Aos Estabelecimentos Bancários. Brasília. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1973/pdf/circ_0220_v1_O.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução n. 562, de 30 de agosto de 1979. Brasília. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/40524/Res_0562_v1_O.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução n. 2640, de 25 de agosto de 1999. Dispõe sobre a contratação de correspondentes no País. Brasília. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/45054/Res_2640_v1_O.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução n. 2707, de 30 de março de 2000. Programa Nacional de Desburocratização - Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979 - Dispõe sobre a contratação de correspondentes no País, Brasília. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res_2707_v1_O.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução CMN n. 4.935, de 29 de julho de 2021. Dispõe sobre a contratação de correspondentes no País pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, 02 de agosto de 2021, p. 23-25. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=RESOLU%C3%87%C3%83O%20CMN&numero=4935>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução n. 3.156, de 17 de dezembro de 2003. Altera a Resolução 3.110, de 2003, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País, Brasília. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/>

normativos/res/2003/pdf/res_3156_v2_1.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, 18 de dezembro de 2003, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10820-17-dezembro-2003-497441-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Seção 1, p. 2. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21295527/do1-2016-12-16-emenda-constitucional-n-95-21295459. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm. Acesso em: 31 ago. 2023.

COSTA, Cora Cristina Ramos Barros. **A proteção jurídica da hipervulnerabilidade do idoso superendividado na socie-**

dade de consumo. Recife, f. 129, 2017 Dissertação (Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5018635#. Acesso em: 7 ago. 2023.

CHAGAS, Rebecca Lorena de Sousa; SANTANNA, Héctor Valverde. O crédito consignado e o superendividamento do consumidor idoso. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**, [S.l.], v. 16, n. 2, 2019. Disponível em: https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/391. Acesso em: 12 set. 2023.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 5-16, 1981. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1590>. Acesso em: 13 out. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402 p. Traduzido por Felipe Queiroz. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/xxsVpyd-63D47tnb9ncmJJLy/?format=html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

DAURA, Samir Alves. Behavioral economics e direito do consumidor: novas perspectivas para o enfrentamento do superendividamento. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 8, n. 2, 2018, p.567-598. Disponível em: ht-

[tps://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/5330](https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/5330). Acesso realizado em: 03 de Abr. 2023.

DOWBOR, Ladislau. **Juros extorsivos no Brasil:** como o brasileiro perdeu o poder de compra. Editora Ética. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://dowbor.org/2016/06/1-dowbor-juros-extorsivos-no-brasilcomo-o-brasileiro-perdeu-o-poder-de-compra-etica-sao-paulo-2016-108p.html>. Acesso em: 13 jun. 2023.

DOLL, Johannes; CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli. Crédito consignado e o superendividamento dos idosos. **Revista de Direito do Consumidor**, [S.l.], v. 107, 2016. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDCons_n.107.11.PDF. Acesso em: 29 ago. 2023.

EXPERT. **Crowdfunding:** entenda como funciona o financiamento coletivo!. Expert XP. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/crowdfunding/#:~:text=Sim%2C%20o%20Crowdfunding%20%20C3%A9%20o,possuem%20interesse%20no%20resultado%20final>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **FEBRABAN lança campanha de orientação sobre golpes financeiros contra idosos.** FEBRABAN. [S.l.], 2020. Dispo-

nível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3513/pt-br/>. Acesso em: 19 set. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do Salário**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência contra a pessoa idosa: ocorrências, vítimas e agressores**. Brasília: Univera, 2007.

FERREIRA, Verônica (Org) *et al.* **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu**. Recife: SOS Corpo, 2014. 188 p. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/pesquisa/grupo-de-estudos-e-pesquisa-sobre-violencia-contras-as-mulheres-racismo-e-patriarcado/textos-das-reunioes-julho-dezembro-2020/reuniao-8-9>. Acesso em: 15 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HADDAH, Eneida Gonçalves Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986, 134 p.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **O que é? Amazônia Legal**. Ipea. [S.l.], 2008. Disponível em: <https://>

www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28. Acesso em: 15 ago. 2023.

KONCHINSKI, Vinicius. Bancos brasileiros têm lucro recorde em pior ano da pandemia. **Brasil de Fato**. Curitiba, 17 fev. 2022. Geral. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/17/bancos-brasileiros-tem-lucro-recorde-em-pior-ano-da-pandemia#:~:text=Recordes%20individuais&text=O%20maior%20lucro%20da%20hist%C3%B3ria,do%20que%20no%20ano%20anterior..> Acesso em: 26 jul. 2023.

LEITE, Biblioteca Dante Moreira. **Revisão de Literatura**. Instituto de Psicologia. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ip.usp.br/site/biblioteca/revisao-de-literatura/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

LEITE, Carla Vladiane Alves. Crise Econômica e o Superendividamento do Brasileiro: uma análise crítica da liberação de crédito social fácil no Brasil. **Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 120-147, 30 dez. 2015. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdiet/article/view/6145>. Acesso em: 25 jun. 2023.

LOUREIRO, Eleonora Rodrigues; MADEIRA, Gabriel de Abreu; BADER, Fani Lea Cymrot. **Expansão dos Correspondentes Bancários no Brasil**: uma análise empírica. Banco Central do Brasil. Brasília, 2016. Disponível em: <https://>

www.bcb.gov.br/content/publicacoes/WorkingPaperSeries/wps433.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

MACÊDO, Aissa Samara de Castro *et al.* Afinidade Digital: estratégias de proteção social às pessoas idosas. In: 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social. 2023. **Anais** [...] Vitória (ES): UFES, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41433>. Acesso em: 14 set. 2023.

MARQUES, Claudia Lima; LIMA, Clarissa Costa de; VIAL, Sophia. Superendividamento dos consumidores no pós-pandemia e a necessária atualização do Código de Defesa do Consumidor. [São Paulo, 2021]. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/ObrasJuridicas/105-dc.pdf?d=637581604679873754>. Acesso em: 15 set. 2023.

MEGE. **Você sabe o que são os hipervulneráveis?**. Mege. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://blog.mege.com.br/voce-sabe-o-que-sao-os-hipervulneraveis/#:~:text=Os%20hipervulner%C3%A1veis%20s%C3%A3o%20aquelas%20pessoas,diminua%20a%20possibilidade%20de%20compreens%C3%A3o>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MOURA, Rivânia. **Crédito Consignado**: face da expropriação financeira no curso da contrarreforma da previdência. *SER Social*, [S. l.], v. 18, n. 39, p. 374–390, 2017. Dispo-

nível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14629. Acesso em: 13 out. 2023.

MOURA, Rivânia. **Crédito consignado**: potência inteiramente nova de expropriação do trabalho. Rio de Janeiro, 2016 Tese (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NAGEM, Juliana Tamires Ferreira Kizahy. Mapa de Kernel das Notificações de Violência Sexual no Estado do Pará, nos Anos de 2010, 2012 E 2014. *In*: XIX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. 2019. Proceedings [...] Santos-SP: Galoá, 2019. Disponível em: <http://marte2.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/marte2/2019/09.03.18.04/doc/97249.pdf>. Acesso em: 6 out. 2023.

NETO, Alexandre Assaf. **Finanças Corporativas e Valor**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NETTO, Miguel. **Aplicação da Jurisprudência em Relação às Normas Positivadas e à Luz da Pirâmide de Kelsen**. Jusbrasil, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/aplicacao-da-jurisprudencia-em-relacao-as-normas-positivadas-e-a-luz-da-piramide-de-kelsen/1933824784>. Acesso em: 6 out. 2023

OLIVEIRA, Cristiano de; OLIVEIRA, Jeferson Sousa de; SILVA, Isis de Almeida. A Insolvência Civil no Código de Processo Civil de 2015: A Possibilidade de Aplicação da Insol-

vência Voluntária ao Devedor em Situação de Superendividamento Passivo. **Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**, Curitiba, n. 18, jan-jun 2018. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima18/anima18-14-A-Insolvencia-Civil-no-Codigo-de-Processo-Civil-de-2015.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

OLIVEIRA, Lúcia Dal Molin. **Relações de consumo e abuso nos contratos de crédito consignado aos idosos enquanto sujeitos hipervulneráveis**: uma análise dos processos apreciados pelas Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul nos anos de 2017 e 2018. Pelotas, f. 249, 2020 Dissertação (Direito) - Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: https://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/7707/L%c3%bacia%20Dal%20Molin%20Oliveira_11.09.2020.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Programa Pró- Equidade de gênero e raça**: Rompendo fronteiras com o mundo do trabalho. ONU Mulheres. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/proequidade_para-site.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

PARANAGUÁ, Sheyla et al. “Oh Lombardi! Qual a primeira tentação do Baú da Felicidade?” O entretenimento

televisivo dominical na década de 1990 como uma engrenagem creditícia e de felicidade para as pessoas idosas. **Revista Longeviver**, São Paulo, n. 20, 2023. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/1040/1091>. Acesso em: 10 out. 2023.

PARANAGUÁ, Sheyla; ARAÚJO, Kayke; CEZAR, Pedro Henrique. **Entre cidadãos e consumidores**: quem são as pessoas idosas? Portal do Envelhecimento, 2023. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/entre-cidadaos-e-consumidores-quem-sao-as-pessoas-idosas/> Acesso realizado em 01 de out de 2023.

PAVIN, R. S.; CARLOS, S. A. Mulheres idosas e o apoio social. **Revista Kairós-Gerontologia**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 85–98, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/55061>. Acesso em: 13 out. 2023.

RODRIGUEZ, Graciela. A financeirização da vida: as mulheres e o endividamento dos cuidados. In: RODRIGUEZ, Graciela (Org.). **O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020. 88 p, p. 19-34. Disponível em: https://www.equit.org.br/novo/wp-content/uploads/2020/06/O-sistema-financeiro_web.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

SANTOS, Luciléa Silva. Caracterização do Perfil da Pessoa Idosa Vítima de Violência Financeira em Belém. **Revis-**

ta de Direito FIBRA Lex, [S.l.], n. 5, 2019. Disponível em: <https://fibrapara.edu.br/periodicos/index.php/fibralex/article/view/125/96>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho um estudo sobre a moral dos pobres**. 1. ed. São Paulo: Autores Associados, 1986.

SEBRAE. **Brasil alcança marca histórica de mulheres à frente de empreendimentos**. Agência Sebrae de Notícias. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreadedora/brasil-alcanca-marca-historica-de-mulheres-a-frente-de-empreendimentos/>. Acesso em: 5 set. 2023.

SICCOOB TOCANTINS (SICCOOB). Há 32 anos cooperando e fortalecendo o cooperativismo no Tocantins. Sicoob Tocantins. Tocantins, [2023]. Disponível em: <https://www.siccoob.com.br/web/siccoobtocantins/sobre>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SICREDI. **A trajetória do Sicredi. Sicredi**. [S.l.], [2022?]. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/trajetoria/?a=nova-lei-19622-moderniza-o-cooperativismo-de-credito-no-brasil>. Acesso em: 11 jul. 2023.

SILVA, Anelise Crippa; PORTO, Camila Alen. Superendividamento de idosos: atendimentos realizados em um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da região Sul do Brasil. In: FONTES, Anna (Org.); CÔRTE, Beltrina. **Envelhecer com Futuro**: relatos de pesquisa sobre: supe-

rendividamento, violência financeira, mobilidade urbana, fluência digital, informações na internet, pensamento computacional, apropriação e inclusão digital. 1 ed. São Paulo: Portal do Envelhecimento Comunicação, 2023, p. 27-51. Disponível em: <https://www.itauvivermais.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Ebook-Envelhecer-com-Futuro-Vol-1.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

RIBEIRO, Monique Ferrarese Stedile. **O contrato de crédito consignado e a tutela da dignidade do consumidor.** [Porto Alegre], v. 1, 2018. 176 p Dissertação (Direito) - Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior Do Ministério Público. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/view-TrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7330345. Acesso em: 22 ago. 2023.

TIMM, Luciano Benetti (Coord.) *et al.* **Guia:** Corregulação Crédito Consignado . Ministério Público do Estado do Ceará. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2022/08/Guia-de-Corregulacao-do-Credito-Consignado.pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

VIEIRA, José Augusto Gomes; PEREIRA, Heider Felipe Silva; PEREIRA, Wilton Ney do Amaral. HISTÓRICO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. **Revista Científica e-Locução**, v. 1, n. 02, p. 17, 28 dez. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.faex.edu.br/index.php/e-Locucacao/article/view/102>. Acesso em 17 set. 2023.

VIEIRA, Lara Fernandes. **A dignidade do consumidor superendividado: estudo à luz da lei do superendividamento**. Fortaleza, f. 261, 2022 Tese (Direito) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/66642/1/2022_tese_lfvieira.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

WESTIN, Ricardo. **Criado há 170 anos, Banco do Brasil era privado e financiou a Guerra do Paraguai**. Senado Federal. [Brasília], 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/criado-ha-170-anos-banco-do-brasil-era-privado-e-financiou-a-guerra-do-paraguai#:~:text=Em%201851%2C%20o%20empres%C3%A1rio%20Irineu,empresa%20do%20ramo%20no%20Imp%C3%A9rio>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PARTE 3

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
SOLIDÁRIO**

Capítulo IX

Percepções femininas sobre problemas ambientais urbanos e a relação com o envelhecimento: um estudo a partir de Belém, capital do Pará, e de Curitiba, capital do Paraná

Camila de Andrade Simões

Andrei de Souza Simões



Introdução

A longevidade massiva é um fenômeno recente na história da humanidade e tem movimentado estruturas sociais, econômicas e culturais, no mundo todo. Nesse sentido, e como parte estruturante da vida em sociedade, o meio urbano tem recebido crescente atenção na direção dos desafios relacionados ao acolhimento das diferenças, em ambiente múltiplo, sustentável, que promova acessos (à saúde, às relações sociais, à cultura), que estimule a vida comum e autônoma. Tudo isso traduzido em vida de qualidade e digna no envelhecimento.

A partir disso, esta pesquisa se inscreve num campo de relações que coloca frente a frente o envelhecer e o ambiente urbano. Mais especificamente, o envelhecer em ambiente urbano. Ao considerar o problema do assentamento humano e os respectivos suportes físicos (Silva; Travassos, 2008), falamos da relação entre o aumento e o acúmulo populacional em faixas geográficas limitadas, assim como do movimento de sobrecarga de um ecossistema que perde,

gradativamente, capacidade de resiliência (Silva; Travassos, 2008, p. 28).

Nesse contexto, problemáticas socioambientais entram em evidência, como nunca antes. As “formas de produção do espaço urbano” aparecem como causas dos efeitos conhecidos como “degradação ambiental, social e urbana” (Silva; Travassos, 2008, p. 28). As autoras Silva e Travassos (2008) argumentam que as políticas públicas parecem não acompanhar a questão a partir de um olhar e execução complexos.

Dito isso, esta pesquisa se interessa por perspectivas humanas. O que leva aos questionamentos sobre como é a percepção de vida de pessoas que experienciam os ambientes urbanos, ao mesmo tempo que vivenciam o avançar da idade cronológica e da idade social. E, ainda, como cidades de diferentes regiões “acomodam” o envelhecimento a partir de marcadores ambientais urbanos, como acesso a serviços públicos, qualidade de moradia, estrutura físico-geográfica, percepções sobre temperatura e, ainda, sobre poluição (incluindo sonora e/ou visual), fatores que se apresentam como problemáticos, propriamente citadinos. Tudo isso, a partir dos sentidos produzidos por quem vivencia essas cidades.

Assim, se tem como questão central de trabalho *quais as percepções de mulheres moradoras das cidades de Belém, no Pará, e*

de Curitiba, no Paraná, sobre os problemas ambientais urbanos e suas influências no envelhecimento?

A pesquisa buscou compreender as influências ambientais percebidas por mulheres em seu envelhecer, considerando cidades que estão em posições virtualmente opostas em *rankings* relacionados ao saneamento básico, como Belém, capital do Pará, e Curitiba, capital do Paraná. Uma ao Norte, uma ao Sul, que podem deixar ver estruturas dicotômicas que, possivelmente, remetem-se às respectivas histórias de formação e gestão. Isto posto, o que interessa aqui e o que se quer compreender são as experiências humanas do envelhecimento, nesses contextos.

O recorte, também evidenciado pela expectativa de vida entre regiões no País, volta atenção para essas grandes metrópoles. Quando se verifica os conhecidos números relacionados a expectativa de vida (Tabela 1), se exemplifica variados fatores que podem alongar nossa permanência por aqui, como a queda da mortalidade influenciada diretamente por avanços dos cuidados com a saúde, avanços na medicina, de modo geral, além de melhorias relacionadas às estruturas das cidades e ao saneamento básico. Por isso, fala-se em estruturas da vida na cidade.

Tabela 1. Expectativa de vida nos anos 2000 e 2018 no Brasil, por região

Região	2000	2018	Aumento em pontos percentuais (%)	Posição de expectativa de vida
Sul	72,7	77,3	4,6	1º
Sudeste	72	76,9	4,9	2º
Centro-Oeste	71,8	76,4	4,6	3º
Norte	69,5	74,5	5	4º
Nordeste	67,2	73,3	6	5º
Brasil	69,8	76,3	6,5	-

Fonte: elaboração própria com dados da Fundação Oswaldo Cruz, 2018.

E, se vamos falar de qualidade de vida em ambiente urbano, é necessário falar do direito constitucional ao saneamento básico, ferramenta essencial no contexto da qualidade de vida, que reúne serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, limpeza urbana, coleta e destinação do lixo, além da drenagem e manejo da água da chuva, de acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (2023).

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, dados de 2018) registrou que 83,6% dos brasileiros têm abastecimento de água, porém, 53,2% têm coleta de esgoto e, ainda, apenas 46,3% da população possui tratamento do esgotamento sanitário. Já em relação aos serviços de coleta de resíduos sólidos, chegam a 98,8%, mas apenas 38,1% dos municípios pesquisados realizam coleta seletiva (ANA, 2023). Dos 3.603 municípios verificados pelo SNIS, em 2018, 54,8% têm sistemas exclusivos para drenagem de águas da chuva; existem, ainda, soluções de drenagem natural, como faixas ou valas de infiltração, nas vias urbanas, além de parques ao longo de rios ou, ainda, reservatórios de amortecimento da vazão, no caso de cheias de inundações (ANA, 2023).

Traduzindo tudo isso para dentro do cotidiano social, propõe-se uma reflexão, considerando Belém, capital do Pará, e Curitiba, capital do Paraná. Como mostrado na tabela anterior, são capitais de estados em territórios que apresentam afastamentos que refletem na expectativa de vida de formas distintas e, sem dúvida, complexas de calcular. Em uma comparação inicial e direta, em 2021, já eram quase 19 milhões de pessoas residindo na região Norte, divididas em 7 estados, com cerca de 68% de indivíduos urbanos. Dentre esse total, 60% possui acesso à água, apenas 14% possui acesso à coleta de esgoto e contabilizam, ainda, mais de 25 mil internações

motivadas por doenças de veiculação hídrica (Brasil, 2023). Já na região Sul, com pouco mais de 30 milhões de habitantes, divididos em 3 estados e 85,5% de indivíduos urbanos, 91,3% da população tem acesso à água, 48,4% possuem coleta de esgoto e são, ainda, quase 13 mil internações por motivos relacionados a doenças veiculadas por meio da água usada por humanos (Brasil, 2023).

Recortando ainda mais e chegando aos nossos exemplos diretos, em 2019, Belém tinha a maioria da população de mulheres (52,71%), cerca de 8,7% de pessoas com 60 anos ou mais, dentre esses 19,48% foram identificados como autônomas ou independentes, 48% residindo em moradias semiadequadas e 42,57% apresentavam renda de até 1 salário-mínimo (Longeviver, 2023a). Já em Curitiba, a maioria da população também é de mulheres (52,33%) e os indivíduos com 60 anos ou mais representam 10% da população total, com índice de autonomia ou independência ultrapassando os 40%, e 92,45% residindo em moradias consideradas adequadas, em relação à renda média; 32,6% apresentavam entre 1 e 2 salários-mínimos, 30% de 2 a 5, 19,7% mais de 5 e 18% com até 1 salário-mínimo (Longeviver, 2023b).

Mas, o que tudo isso quer dizer? Em um exercício de comparação saudável e amparado em indicadores elaborados pelo Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da

Organização das Nações Unidas (ONU, em 1948), o Direito à Moradia engloba tudo isso, a exemplo dos princípios da **disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos** (as moradias devem estar ligadas aos serviços de abastecimento de água, a outras frentes do saneamento básico, energia elétrica, entre outros), da **habitabilidade** (as moradias devem ser adequadas, com boas condições de proteção contra os efeitos do clima, ameaças de incêndio, desmoronamento, inundação, entre outros fatores) e da **localização adequada** (com oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social), são essas algumas das frentes de onde se pode partir para discutir qualidade de vida no envelhecimento, nas cidades (Pereira, 2021; Lopes, 2023).

Com isso, o trabalho se justifica na dicotomia que se tenta desvelar, partindo da premissa de que há uma dicotomia a se perseguir, como argumentado. Assim, ampara-se na diversidade dos perfis geográficos interseccionalizados, e das cidades, colocadas aqui como pano de fundo complexo possível de observação. Considera-se, também, equipe alocada nas duas cidades, num estudo que se propõe interdisciplinar, envolvendo as Ciências Sociais Aplicadas, como também a Teoria e Pesquisa do Comportamento e os Processos Comunicacionais humanos, como parte constitutiva do ato social.

Ainda na seara da justificativa da pesquisa, parte-se do princípio de que as experiências humanas são interdependentes de fatores sociais construídos. Estruturas sociais moldam pontos de vistas e como o próprio corpo social é “acessado”, também, no envelhecimento. Com isso, resume-se os três grandes recortes relacionados: **mulheres idosas** moradoras de **Belém**, capital do Pará, e de **Curitiba**, capital do Paraná.

O recorte feminino se justifica na feminização da velhice (Maximiano-Barreto *et al.*, 2019) e aqueles papéis sociais colocados às mulheres e/ou, ainda, os assumidos por elas, no campo das responsabilidades coletivas e familiares. São elas, muitas vezes, que cuidam de outros familiares, também idosos, e conduzem, financeiramente, núcleos familiares brasileiros. Por isso, a ênfase na visada interseccional, quando se busca por percepções indivíduo-coletividade, as vivências podem se mostrar múltiplas e revelar aspectos ainda mais diversos na relação com a cidade.

Como colocado, o marcador gênero traz percepções a partir da vivência feminina, para além e, em complemento, aspectos relacionados a cor da pele, etnia, deficiências e, mesmo, a classe social, podem ser considerados, dando forma a uma discussão complexificada das percepções sobre a cidade em que se vive (Alves e Araújo, 2020), junto ao processo do envelhecimento.

Isso posto, o objetivo da pesquisa é *promover reflexões qualificadas sobre problemas ambientais urbanos, a partir das percepções das interlocutoras, como forma de compreender a complexidade das experiências e vivências interseccionalizadas, em Belém e em Curitiba.*

Ao desmembrar o plano de trabalho, objetivos específicos se perfazem na direção de levantar, registrar e analisar as percepções de mulheres mais velhas, moradoras das cidades de Belém e Curitiba, sobre a contribuição dos elementos ambientais urbanos no envelhecimento de qualidade, considerando os marcadores econômico, educacional formal, região de moradia, cor da pele e etnia, de partida, com a intenção de conhecer experiências variadas na relação com as cidades. Também fez parte das ações do projeto de pesquisa, produzir conhecimento científico a partir da discussão proposta, por meio de publicações qualificadas e participação em eventos nesse contexto, promovendo ampla discussão sobre o assunto.

A seguir, os caminhos metodológicos, trazendo a abordagem central da pesquisa, o detalhamento do objeto empírico, o método de coleta e o método de análise utilizados.

Metodologia da pesquisa

Nesse contexto, esta é uma pesquisa qualitativa, do ponto de vista das percepções. Para além da discussão teórica

colocada, urge que se consultem as experiências das sujeitas da pesquisa. Com isso, se tem, nas percepções sobre os fatores ambientais urbanos e a relação com o envelhecimento, o objeto de conhecimento de interesse central do trabalho de pesquisa.¹ Como objeto empírico, um total de 6 (seis) mulheres, com idade igual ou superior a 60 anos, moradoras do município de Belém, capital do Pará, e de Curitiba, capital do Paraná, selecionadas de modo diverso, considerando entradas por ações sociais e/ou universitárias de atuação junto à pessoa idosa, com o objetivo de garantir experiências variadas na relação com as cidades.

Optou-se pela história de vida como método de coleta central (Nogueira *et al.*, 2017), na busca por relatos subjetivos, relatos e narrativas de si, no recordar-se sujeito experienciador do mundo, a partir de pontos de vista que dialogam com marcadores sociais da diferença, na busca de compreender como o meio ambiente urbano influencia desarmônica ou harmonicamente, nas vidas investigadas. As entrevistas foram realizadas de março a abril de 2023 e tiveram duração média de 50 minutos cada, o registro em áudio foi utilizado como método de catalogação das falas, das experiências, tor-

1 Todo o protocolo apontado foi aprovado por meio do parecer substanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará, de número 5.822.960 de 16 de dezembro de 2022.

nando-se material-base para a transcrição posterior dos relatos e recuperação facilitada dos sentidos.

As técnicas do universo da Análise Temática (Braun e Clarke, 2006) entraram na fase de organização do coletado e de busca por padrões e disparidades das falas. As subjetividades emergem, a partir de um movimento de vaivém entre pesquisador e dados, contemplando a familiarização com os dados, a codificação inicial dos achados (com o auxílio do Iramuteq), a busca, a revisão e a nomeação dos temas recorrentes, além da produção do relatório final (Souza, 2019).

Adiante, com base em eixos do guia de indicadores relacionados a cidades amigáveis à pessoa idosa, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com diversas organizações mundiais, as autoras de capítulo do livro “Habitação e Cidade para o Envelhecimento Digno” (Schrempp *et al.*, 2020, p. 19) colocam que “uma cidade amiga do idoso seria aquela que proporcionaria um envelhecimento ativo da população”.

Nessa direção, pontuam que a proposta metodológica da OMS está estruturada em eixos centrais, que podem ser levados à discussão em contextos de pesquisa, são eles: (1) espaços abertos e prédios, (2) transporte, (3) moradia, (4) participação social, (5) respeito e inclusão social, (6) participação cívica e emprego, (7) comunicação e informação e (8) apoio

comunitário e serviços de saúde (Schrempp *et al.*, 2020, p. 19). De modo geral, os princípios-chave desses indicadores se apresentam nos campos da **equidade**, da **acessibilidade** e da **inclusão** (OMS, 2015, p. 27), o que deve emergir durante a argumentação seguinte.

Isto posto, seguem a descrição dos resultados e a discussão teórico-prática desenhada.

Resultados e discussão

As seis entrevistadas tinham de 65 a 82 anos, no período do levantamento dessa investigação, metade casada, dividindo residência com os maridos (as três mulheres de Curitiba) e metade viúvas, dividindo residência com uma ou duas gerações de descendentes (as três mulheres de Belém). Sobre a cor da pele, as mulheres de Belém se identificam pardas, as mulheres de Curitiba, brancas, e não houve relatos ativos sobre experiências relacionadas à cor da pele. Outros marcadores da diversidade não ocorreram, como sexualidade não heteronormativa, identificação étnica ou deficiências. Contudo, o marcador de gênero tem o seu papel, o que é visto no decorrer do relato das experiências.

Seguindo com uma leitura fria do levantamento, com o auxílio do Iramuteq, foi possível identificar 13.524 ocorrên-

cias nas falas, entre elas 2084 palavras de interesse. Assim, os termos mais recorrentes foram “morar” foi mencionado 72 vezes, “Deus” teve 55 menções e “filho(s)”, 45 menções totais, pontuando a importância, a relação de proximidade das mulheres interlocutoras com as instâncias familiar e espiritual.

E, como percebido até aqui, o aspecto **moradia** já aparece, as interlocutoras possuem casas próprias, mesmo que em situações variadas de residência, como mostrado. Assim, ficam de fora desta discussão gastos relacionados ao acesso a aluguel em cidades, mas aparecem as condições estruturais.

Das mulheres de Belém, apenas uma tem entradas financeiras superiores a um salário-mínimo, por possuir trabalho externo remunerado, em complemento à aposentadoria-base, e apenas uma delas concluiu o ensino médio. Das mulheres de Curitiba, todas estiveram envolvidas em trabalhos relacionados à educação ou à gestão de empreendimentos da família, por isso, são aposentadas, considerando valor médio de 2 a 3 salários-mínimos.

As primeiras dividem o terreno comprado há tempos com filhos e netos, as últimas relataram que filhos e netos têm residência independente à dos pais. O que coloca, segundo investigado, as interlocutoras de Belém como contribuintes financeiras diretas das residências, por vezes nucleares. Não por coincidência, duas delas apresentaram construções em

andamento para melhoria de onde moram, ou mesmo, para construir novo e mais confortável cômodo para si.

Resgatando extensa pesquisa da OMS (de 2008), Schrempp *et al.* (2020, p. 28) ressalta que é importante que pessoas idosas tenham espaço e privacidade adequados, o que pode não ser alcançado, quando as moradias acolhem muitos residentes, por exemplo, por necessidades variadas, como o alto custo de imóveis e aluguéis, no contexto de residência individual.

Adiante e considerando as moradoras das duas cidades, uma categoria espontânea ocorreu: todas elas não nasceram nas respectivas cidades. São capitais que representam avanço profissional e oportunidades de estudo para os filhos, por exemplo, uma ocorrência geral.

O que que me agrada aqui, viver na cidade grande, é os meus filhos que tiveram **oportunidade** de estudar, trabalhar, trabalho melhor. Quando eu vim pra cá, também, eu não tinha filho ainda, eles nasceram aqui em Belém. Eu me casei, eles nasceram aqui. Aí a cidade é boa por isso, não é? Porque as pessoas têm **oportunidade** de ter estudo melhor, no interior não tem (Interlocutora de Belém, 69 anos, 2023).

Faz 23 anos, exatamente, que eu tô morando em Curitiba. [...] Resolvemos fazer uma remoção do estado, que eu e o meu marido fomos funcionários do estado, conseguimos, graças a Deus, devido aos fi-

lhos quererem... A gente percebeu que eles tinham um potencial maior, eles são muito inteligentes, são inteligentes até hoje, graças a Deus, e a gente conseguiu (Interlocutora de Curitiba, 65 anos, 2023).

Todas as entrevistadas demonstraram satisfação geral em relação ao lugar onde moram e de onde não pretendem se mudar. As interlocutoras de Curitiba manifestaram razões que vão desde a estrutura até a tranquilidade da cidade, como motivações para permanecer. As interlocutoras de Belém reforçaram condições mais dificultosas nas cidades de onde vieram e reforçaram que a capital as proporcionou uma vida considerada boa.

Eu gosto de fazer dança. Eu gosto porque eu morava em Curuçá, na minha infância, não era nem na cidade de Curuçá, era um interior de Curuçá. E era uma vida muito sofrida de trabalhar em... A minha mãe trabalhava em roça, fazia farinha, era distante as casas uma da outra, aí, com doze anos, eu vim pra estudar aqui em Belém, não é? E fiquei, trabalhei em casa de família, mas depois eu já fui... trabalhei no comércio, aí trabalhei trinta anos no comércio, me aposentei pelo comércio, com venda, fazia venda. [...] Quando eu morava no interior, era no interior do interior mesmo. Era tudo distante. A minha vida não foi fácil, não. Mas a gente tem que ter coragem, não é? (Interlocutora de Belém, 71 anos, 2023).

Aspectos da sociabilidade também ocorreram quando as residentes em Curitiba enfatizaram viver bem com os vizinhos ou, mesmo, indicaram que são moradores de longa data no bairro onde moram, acreditando que a discricção relacionada ao barulho, por exemplo, torna o ambiente agradável, entre outros motivos, ligados à vivência cultural na cidade. Como em Belém, as interlocutoras citaram as comunidades construídas por membros de igrejas locais, a beleza arquitetônica das próprias igrejas às agradam, assim como iniciativas de participação coletiva, como aulas de dança e de exercícios para memória, promovidos por outras iniciativas sociais, também.

Todos esses aspectos podem estar relacionados à **participação social**, mesmo que não diretamente política, nessa instância, necessária ao envelhecimento de qualidade em cidades. Aqui, a relação com a comunidade local, com o próprio bairro, com a memória da mobilidade e com o registro do desenvolvimento familiar justificam a vida urbana e a fazem preferencial, em detrimento à vida rural (no caso manifesto por interlocutoras de Belém), à vida em cidades menos desenvolvidas ou à vida em cidades “desenvolvidas demais”, com aspecto sufocante (ambas situações manifestas por interlocutoras de Curitiba).

Retornando à leitura fria do levantamento, os termos “incomodar” (29 menções totais), “ônibus” (26 menções

totais), “frio” (26 menções totais) e “lixo” (21 menções totais) foram trazidos à tona, quando das conexões com as cidades onde vivem. “Incomodar” aparece associado a problemas no transporte público (ônibus), e ao acúmulo de lixo, no caso de Belém, e a algumas ocorrências no trânsito ou ao despejo irregular de lixo em um trecho de rio, no caso de Curitiba.

Os ônibus são tudo, assim, quebrado, sei lá, os motoristas não respeitam as pessoas idosas. A gente entra, só falta derrubar a gente, isso me incomoda muito. A gente vai num ônibus, vai em pé, não tem ninguém que diga assim “sente aqui, não quer sentar?”, não tem. As pessoas são muito mal-educadas, sei lá, isso me incomoda muito. [...] A gente fica muito tempo esperando o ônibus passar. Mesmo aqui que é uma Avenida, demora muito. E quando vai ver vem o ônibus, você dá sinal e ele não para, porque vê que é idoso que tá na parada, entendeu? Ainda tem essa questão. Eles passam direto, não param. Se for só idoso na parada, eles não param.”; “Tem que sair muito antes pra você chegar lá na hora que tá marcado. Tem vez que é uma hora antes, se eu for pra São Braz, que eu sempre tenho um ginecologista que eu vou pra lá, eu tenho que sair daqui no mínimo umas 6 horas pra estar lá umas 7h30. Porque se eu deixar pra sair 7 horas, umas 6h30, eu chego lá mais de 8 horas, porque o trânsito é muito ruim (Interlocutora de Belém, 69 anos, 2023).

O riacho que eu te falei que passa a gente vê a poluição ali dentro porque as pessoas não têm essa educação ainda de não jogar as coisas dentro do rio, não é? É colchão, é roupa, é caixotes, um monte de coisas assim. Isso não é agradável. Mas, nunca tive o desgosto de ter cheiro de nada, não, tá? (Interlocutora de Curitiba, 69 anos, 2023).

Me incomoda é muito lixo na rua e as calçadas que são muito, assim, destruídas, muito quebradas, muitos buracos, me incomodam muito. [...] Muito lixo na rua sem coleta. E as pessoas, também, contribuem pra isso, não é? Jogam muito lixo na rua sem necessidade, às vezes. Não é necessário jogar um sofá na rua, jogar um armário, uma geladeira, isso me incomoda muito. Em vez de plantarem uma árvore, jogam lixo na rua. Eu fico muito incomodada com isso (Interlocutora de Belém, 69 anos, 2023).

O frio foi assunto das mulheres entrevistadas em Curitiba, porém, as percepções variam consideravelmente, quando se parte dos deslocamentos migratórios. Quem veio de cidades mais quentes, como ao norte do Paraná, tem impressões “friorentas” da cidade, já quem veio de mais ao sul do estado ou do país, tem percepções mais agradáveis, referindo-se constantemente ao clima ameno de Curitiba. De modo geral, as impressões sobre temperatura emergiram nas falas das mulheres de Belém - capital com 32°C de temperatura média, ao

longo do ano - apenas quando estimuladas. Para elas, a alta temperatura pode estar associada à baixa arborização da cidade. Uma das moradoras de Belém visita, periodicamente, a cidade de Manaus, e ressalta que a temperatura de onde mora é ainda amena, quando comparada à capital do Amazonas. Mais uma vez, as percepções se apresentam difusas a partir da categoria mobilidade.

Nessa última seção de relatos de experiências, emergiram as categorias **transporte** e cuidados relativos aos **espaços públicos** (gestão de lixo urbano e mesmo manutenção de vias). Amplamente, são esses tipos de interações com o meio ambiente urbano que mais recolhem impressões negativas e problemáticas. É na experiência do caminhar por ruas, conhecidas ou não, para alcançar um destino cotidiano, é no acesso e no uso do transporte coletivo público ou, ainda, na percepção da administração de resíduos sólidos, principalmente, que a experiência individual-coletiva se faz.

Considerando esses aspectos da vida em sociedade urbana, todas as mulheres apresentaram desafios próprios do ambiente citadino que vão desde a preocupação com bueiros abertos (falas das mulheres de Curitiba), cuidados com as vias públicas junto ao medo de acidentes, quando em caminhadas (falas das mulheres de Belém e de Curitiba, respectivamente), passando por insalubridade e mau cheiro em vias públicas,

quando do acúmulo de lixo, até a presença de roedores e animais domésticos abandonados (falas das mulheres de Belém).

Em retrospecto, a categoria **inclusão social** parece estar associada, diretamente, às manifestações culturais colocadas por meio das experiências das interlocutoras da pesquisa. Não ocorreu nesse contexto, mas pode ainda estar ligada à comunicação e informação de qualidade, além do acesso ao serviço público de saúde via condições dignas, por exemplo. Já a categoria **respeito** parece se conectar a todas as situações anteriores, em alguma medida, tanto às relações comunitárias ou de reconhecimento do próprio entorno (positivas), quanto às situações lacunares e problemáticas (negativas).

Schrempp *et al.* (2020, p. 30) bem resume o que se deseja para o envelhecimento digno. Em resgate ao Plano Internacional de Ação sobre Envelhecimento (da ONU em 1982 e 2002), as autoras colocam três principais objetivos referentes à moradia e condições de vida: (1) promoção do envelhecimento na comunidade em que vive/viveu, levando em conta preferências pessoais e as possibilidades de moradia acessível; (2) melhoria do projeto ambiental e da moradia na promoção da independência de pessoas idosas a considerar necessidades, principalmente, dentre incapacidades; (3) melhoramento do transporte em acesso, também, economicamente, para idosos (Schussel, 2012 *apud* Schrempp *et al.*, 2020).

O exercício de tentar ordenar as categorias ou eixos identificados por meio de estudos e indicadores anteriores (Schrempp *et al.*, 2020; OMS, 2015; entre outros), se fez necessário para a ampliação de olhares sobre o envelhecimento humano, com foco no meio ambiente urbano e seus desafios. Reforça-se que o olhar comparativo e de choque, no sentido do colocar realidades frente a frente, faz perceber aproximações de ordem humana - desejos do presente e do futuro, motivação de mobilidade, impressões de onde se partiu e de onde se chegou, desafios econômicos variados, a influência parcial ou total da educação formal etc. - e afastamentos da ordem da gestão - das cidades, da saúde -, tendo consequência direta em níveis de independência, da financeira à emocional-familiar. Todas as categorias válidas de continuar a perseguir em trabalhos futuros.

Produções da pesquisa e impacto social

O projeto de pesquisa “A percepção de problemas ambientais urbanos e suas influências nas vidas de mulheres mais velhas em Belém e em Curitiba: um choque entre o Brasil do Norte e o do Sul?” foi um dos selecionados do *Edital Acadêmico de Pesquisa 2022: envelhecer com futuro*, linha de pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Solidário, permitindo

discutir sobre as urbanidades no envelhecimento, com foco nas experiências de mulheres moradoras das duas cidades.

Foram nove meses de produções, que resultaram de encontros mensais de mentoria, de pesquisa de campo e de participações em eventos acadêmicos e para além deles. Parte disso, colocado e ampliado ao longo da argumentação deste capítulo. Assim, a publicação “Percepções de mulheres de Belém e Curitiba sobre suas cidades” teve seu lugar no Portal do Envelhecimento e Longeviver (Simões; Simões; Peniche, 2023), o artigo acadêmico “Percepções de mulheres idosas sobre meio ambiente e envelhecimento” aguarda publicação nos Anais do X Congresso Internacional de Envelhecimento Humano (X CIEH), representando parte da participação on-line dos autores no evento deste ano. Ainda, a publicação do artigo de comunicação da ciência “Meio ambiente urbano a partir das percepções de mulheres 60+ de Belém e de Curitiba”, na edição de outubro da Revista Longeviver, e a submissão do artigo acadêmico “Percepções de problemas ambientais urbanos e suas influências no envelhecimento de mulheres mais velhas em Belém e em Curitiba” à Revista Estudos Interdisciplinares Sobre o Envelhecimento Humano, sob o *status* “em avaliação” até o fechamento deste livro.

No campo das ações de discussão sobre o assunto, a partir da respectiva linha de pesquisa do edital, os autores

também participaram de uma live promovida pelo Portal do Envelhecimento e Longevidade, na última quarta-feira de julho de 2023, como forma de aproximar pesquisas da mesma linha, evidenciando proximidades e complementaridades de maneira que se possa atingir o grande público. A perspectiva é a de comunicar andamentos, dar transparência aos procedimentos de pesquisa e trazer as coletividades para compor a discussão proposta.

Na esteira de impactos da pesquisa, figuram outras duas ocasiões. A primeira delas foi a recente participação como palestrante na disciplina Violência Contra a Pessoa Idosa e Estratégias de Enfrentamento do Programa de Pós-graduação em Gerontologia Biomédica da PUC-RS, a convite da Prof^a Dr^a Patrícia Grossi, com mediação da pesquisadora Anelise Crippa. Aqui, pode-se conhecer e trocar com estudantes de pós-graduação de áreas como o Direito, a Assistência Social, a Psicologia, entre outras, que trabalham diretamente com o público sênior e que se propõem ao pensamento complexo. A segunda ocasião foi a participação como palestrante em atividades promovidas pelo AME Idoso Oeste-SP, no contexto das celebrações relacionadas ao Dia Internacional do Idoso, a convite de Camila Rocha e de Daniela Gabriel.

Dito isso, a chamada via edital acadêmico desenhou um plano de trabalho que envolveu discussões com a sociedade

civil e com a comunidade acadêmica em instâncias construtivas, de ampliação de olhares sobre o envelhecimento humano, com base no fortalecimento de redes de produção associada ao impacto social.

Considerações

Sem dúvida, trata-se de um trabalho de pesquisa que tem amplitude e possibilidades de investigação que podem focar em recortes específicos da vida urbana, sempre em relação e em direção à experiência humana complexa. A partir da presente pesquisa, em seus respectivos desdobramentos e impactos, se acredita ter alcançado o objetivo de promover reflexões qualificadas sobre problemas ambientais urbanos, a partir das percepções das interlocutoras da pesquisa. E, assim, compreender a complexidade das experiências e vivências interseccionalizadas, em Belém e em Curitiba, a partir de um recorte qualitativo-subjetivo.

Dito isso, foi possível visualizar experiências relacionadas ao **espaço urbano** (estrutural), ao **transporte**, à **moradia**, à **participação social**, ao **emprego** e ao acesso a **serviços de saúde**. Não sendo mencionados, diretamente, a questão da comunicação e da informação, por exemplo. Contudo, todas essas ocorrências estão na seara das relações de respeito e da inclusão social. Cate-

gorias ou eixos de relevância para o envelhecimento considerado digno e ativo, centralmente, no contexto das cidades.

Vale ressaltar, ainda, que o método comparativo em Sociais tem força, entre outras frentes, ao colocar instâncias diversas em perspectiva. Não para descobrir o “melhor” ou o “pior” contexto. Mais do que isso, verifica-se complexidades da experiência social que pode tomar corpo na forma de discussões de adequação de realidades, utilização de boas práticas político-sociais considerando, idealmente, aspectos histórico-culturais locais/regionais, na aplicação de ações a partir de princípios universais, como aqueles propostos pelo guia de trabalho da OMS.

Que a Cidade, enquanto instituição de organização do corpo social, possa ser resignificada para receber, acomodar, proteger o envelhecimento, incentivar e promover a educação do longo da vida, respeitar e aprender com as gerações longevas, reconhecer e tratar indivíduos em suas subjetividades e em seus alcances coletivos.

Agradecimentos

Ao Itaú Viver Mais, ao Portal do Envelhecimento e Longevidade, à Universidade Aberta da Maturidade (UAM), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e à colaboradora Thais Caroline de Almeida Peniche, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Referências

ALVES, Mateus Egilson da Silva; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. Interseccionalidade, Raça e Sexualidade: compreensões para a velhice de negros lgbti+. **Revista de Psicologia da Imed**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 161-178, 31 ago. 2020. Complexo de Ensino Superior Meridional S.A. <http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3517>. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3517/2539>. Acesso em: 08 ago. 2023.

ANA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Panorama do Saneamento no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento-basico/a-ana-e-o-saneamento/panorama-do-saneamento-no-brasil-1>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL, Painel Saneamento. **Saneamento**: norte. Norte. 2023. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/explore/localidade?SE%5Bl%5D=1>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL, Painel Saneamento. **Comparativo de saneamento**: regiões norte e sul. regiões Norte e Sul. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, 2006. 77-101. Disponível em: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRK. **Fique por dentro dos índices de saneamento nas cidades do Brasil.** 2019a. Disponível em: <https://blog.brkambiental.com.br/saneamento-nas-cidades/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRK. **O que é universalização do saneamento e por que ela está tão distante do ideal?** 2019b. Disponível em: <https://blog.brkambiental.com.br/universalizacao-do-saneamento/>. Acesso em: 22 out. 2022.

CALLEFI, Jessica Syrio; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A memória oral de vida dos idosos. **Rigs: Revista interdisciplinar de gestão social**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 85-99, jan. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/26959>. Acesso em 10 jun. 2023.

LONGEVIVER, Plataforma. **Visão territorial de Belém no Pará.** 2023a. Disponível em: <https://plataforma.longeviver.com/longeviver/municipio.php?ibge=1501402>. Acesso em: 16 abr. 2023.

LONGEVIVER, Plataforma. **Visão territorial de Curitiba no Paraná.** 2023b. Disponível em: <https://plataforma.longeviver.com/longeviver/municipio.php?ibge=4106902>. Acesso em: 16 abr. 2023.

LOPES, Simone Dalila Nacif. **O direito fundamental à moradia como critério inafastável de interpretação das normas jurídicas e do incremento da função social da**

posse. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/seriea-perfeicoamentodemagistrados/paginas/series/10/processo-civil_275.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

MAXIMIANO-BARRETO, Madson Alan; ANDRADE, Larissa; CAMPOS, Lucas Bueno de; PORTES, Filipe Augusto; GENEROSO, Fernanda Karoline. A feminização da velhice: uma abordagem biopsicossocial do fenômeno. **Interfaces Científicas: Humanas e Sociais**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 239-252, 25 out. 2019. Universidade Tiradentes. <http://dx.doi.org/10.17564/2316-3801.2019v8n2p239-252>. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/6076>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MELO, C. Iramuteq - Classificação hierárquica descendente. **LEPP-Saúde**, 2017a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9xliY7Zy40&t=1500s>. Acesso em: 03 set. 2023.

MELO, C. Preparando o banco de dados do Iramuteq. **LEPP-Saúde**, 21 ago. 2017b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ygKct1ps_2Y. Acesso em: 03 set. 2023.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAUJO, Adriana Dias Gomide; PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 12, n. 2, p. 466-485, abr.

2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200016-#:~:text=Em%20termos%20gerais%2C%20o%20m%C3%A9todo,-que%20a%20ele%20se%20conta.. Acesso em: 12 mai. 2023.

OMS, World Health Organization Who Organização Mundial da Saúde. **Measuring the age-friendliness of cities: a guide to using core indicators**. Kobe: Who Library Cataloguing-In-Publication Data, 2015. 128 p. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/203830/9789241509695_eng.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

PEREIRA, Izabele. **Como funciona Direito a Moradia**. 2021. Disponível em: <https://www2.unifap.br/radio/como-funciona-direito-a-moradia-saiba-mais/#:~:text=Habitabilidade%3A%20a%20moradia%20adequada%20tem,e%20a%20vida%20das%20pessoas>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SCHREMPP, Luiza; BESTETTI, Maria Luisa T.; DOMINGUES, Marisa Accioly; GRAEFF, Bibiana. Percepções de idosos sobre moradia no bairro do Brás (São Paulo) captadas pelo método “Cidade Amiga do Idoso”. In: BESTETTI, Maria Luisa; GRAEFF, Bibiana. **Habitação e Cidade para o Envelhecimento Digno**. 2. ed. São Paulo: Portal Edições Envelhecimento, 2020. p. 5-40.

SILVA, Lucia Sousa e; TRAVASSOS, Luciana. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas

públicas integradas. **Cadernos Metr pole**, [s. l], v. 1, n. 19, p. 27-47, jan. 2008. São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8708>. Acesso em: 08 nov. 2022.

SIMÕES, Camila de Andrade; SIMÕES, Andrei de Souza; PENICHE, Thais Caroline de Almeida. **Percep es de mulheres de Belém e Curitiba sobre suas cidades**. 2023. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/percepcoes-de-mulheres-de-belem-e-curitiba-sobre-suas-cidades/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SIMÕES, Camila de Andrade; SIMÕES, Andrei de Souza. Percep es de mulheres idosas sobre meio ambiente e envelhecimento. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO, 10., 2023, João Pessoa. **Anais do X Congresso Internacional de Envelhecimento Humano**. João Pessoa: Cieh, 2023. p. 1-6. (No prelo)

SIMÕES, Camila de Andrade; SIMÕES, Andrei de Souza. Meio ambiente urbano a partir das percep es de mulheres 60+ de Belém e de Curitiba. **Revista Longeviver**, São Paulo, v. 20, n. 5, p. 63-72, out. 2023. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/1044/1095>. Acesso em: 20 out. 2023.

SIMÕES, Camila de Andrade; SIMÕES, Andrei de Souza. Percep es de problemas ambientais urbanos e suas influ en-

cias no envelhecimento de mulheres mais velhas em Belém e em Curitiba. **Estudos Interdisciplinares Sobre O Envelhecimento**, Porto Alegre, v. x, n. x, p. 0-0. (No prelo)

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, maio 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005. Acesso em: 30 jul. 2023.

VILARINS, Thiago. **Belém tem o quarto pior saneamento básico do País**. 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/belem-tem-o-quarto-pior-saneamento-basico-do-pais-1.164750>. Acesso em: 02 nov. 2022.

Capítulo X

Por uma velhice feliz: exercícios ecológico-espirituais

Guilherme Torres Correa



O envelhecimento e a longevidade saudáveis para a maioria das pessoas – hoje e no futuro – não serão possíveis sem um planeta saudável.
(ONU, 2022, p. 3)

Introdução

A princípio, o título do capítulo pode causar certa estranheza na leitora e no leitor. Afinal, o que pode o autor pretender dizer com “exercícios ecológico-espirituais”? Os termos separados, aparentemente, não nos incomodam: *exercícios*, tudo bem, por que não? *ecológicos*, certo, quem seria contra a essa altura do campeonato? *espirituais*, bem, quem sabe, cada um com sua crença. No entanto, *exercícios ecológico-espirituais?* complica um pouquinho, para sermos generosos... De todo modo, o autor deve ter os seus motivos. E *velhice feliz*, estranheza? Talvez não, mas alguma desconfiança. Até porque, como diziam Tom e Vinícius: “Tristeza não tem fim, felicidade sim”. E olha que essa canção é de 1959. Seis décadas depois, parece haver mais motivos para chorarmos do que para sorrirmos. A crise global econômica, social e ambiental em que nos colocamos não é qualquer coisa. Não bastasse isso, o autor ainda vem nos sugerir a defesa de uma *velhice feliz*...

aí lascou, como diria o outro. Velhice não é aquela fase decadente da vida, em que o corpo e a mente já mal respondem, em que as forças minguam, a vontade evanesce, as pessoas se afastam, os desejos rareiam e a chama se apaga?

Isso é o que, historicamente, ao menos na sociedade capitalista ocidental, nos fizeram crer. Sociedade essa, notemos, em que as condições de vida, para a maioria das pessoas idosas, não são as mais alvissareiras, ao contrário. Além disso, a crise climática e ecológica não parece prometer um futuro auspicioso para a humanidade; aliás, o presente, mesmo, já se apresenta no modo “atenção, perigo!”. Diante desse quadro, no mínimo alarmante, a crença numa velhice desalentada talvez se sustente...

Certo, não ignoramos como, onde e quando vivemos. E, precisamente por essa razão, temos de fazer algo. Qual a ideia, então? Num primeiro momento, conversaremos sobre a noção mesma de *velhice feliz*, de modo a defender sua possibilidade e necessidade. Na sequência, comentaremos brevemente sobre um dos problemas causadores da crise generalizada em que nos encontramos como sociedade e espécie: *a crise climática e ecológica*. Ora, para uma velhice feliz em tempos de crise ambiental, algo de concreto precisa ser feito. Desse caldo brota, então, a nossa proposta de *exercícios ecológico-espirituais* para pessoas idosas. Tais exercícios se caracterizam como práticas ou

atividades cujo objetivo central é sensibilizar e mobilizar velhas e velhos para uma vida mais integrada à natureza e, por conseguinte, mais sustentável. Aliado a isso, imaginamos que esses exercícios podem contribuir para a promoção de um sentimento de pertencimento ao presente e ao futuro. Veremos que, para a concepção e elaboração dos exercícios ecológico-espirituais, nos valem de fundamentos pedagógicos da educação ambiental e filosóficos interculturais – isto é, do diálogo entre filosofias de diferentes tradições. Com um pouco de paciência conosco, acreditamos que, ao fim do capítulo, eventuais estranhezas e desconfianças estarão superadas. Vamos lá?

A velhice feliz

Sim, a velhice feliz é possível. Mesmo que não fosse, teríamos de assumir sua possibilidade, simplesmente como um imperativo ético. Antes de tudo, precisamos conversar um pouco sobre a noção de velhice que nos orienta, pois há diversas maneiras de concebê-la e, certamente, várias dessas são mais ou menos incompatíveis com a ideia de felicidade. A noção ou a perspectiva de velhice¹ que assumimos é aquela apresentada

¹ Apresentamos, numa série de textos no site do Portal do Envelhecimento e Longevidade, com o título “Velhice e felicidade: uma amizade possível?”, uma abordagem um pouco mais detalhada da reflexão de Beauvoir sobre a velhice.

pela filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir, em alguns momentos de sua extensa obra, especialmente o seu ensaio revolucionário *A velhice* (Beauvoir, 2018), publicado em 1970. A autora foi uma das pioneiras em denunciar a delicada situação existencial das pessoas idosas, isso numa época em que essa parcela da população ainda era reduzida: o destino de velhas e velhos era a miséria e o esquecimento, ou seja, o que estava em questão era sua própria humanidade. Apesar de muitos avanços, dependendo da classe social, da raça, do gênero, sexualidade, entre outros marcadores sociais da diferença, a situação da pessoa idosa segue, infelizmente, tão ou mais precária.

A propósito, desumanizar é o primeiro passo para se tornar socialmente legítimo o processo de opressão. Quando evitamos considerar, por exemplo, as pessoas idosas como sujeitos de sentimentos, desejos e projetos, pavimentamos a estrada da indiferença e da indignidade que, ao fim e ao cabo, será a estrada de todo mundo, uma vez que todas e todos pretendemos viver bastante. Por isso mesmo, Beauvoir entendia a velhice como parte da totalidade da condição humana. Em outras palavras, para ela, o sentido e o destino que uma sociedade oferece à velhice nos permite colocar essa mesma sociedade em questão (Beauvoir, 2018).

Nessa direção, Beauvoir se valia de um conceito, o de *situação*, para insistir que cada pessoa, ao refletir sobre sua po-

sição no mundo, está condicionada, ainda que não determinada, conforme seu contexto, lugar, tempo, corpo e relações sociais. Essa ideia nos é cara, porque nos permite perguntar, com a autora, “como se *faz* uma vida? qual é nela a contribuição das circunstâncias, da necessidade, do acaso, das escolhas e das iniciativas do sujeito?” (Beauvoir, 1982, p. 10). A perspectiva de se fazer uma vida é fundamental, para nós, que estamos pensando sobre as possibilidades do exercício de uma *velhice feliz*. Ademais, pensar a velhice de maneira situada é um modo de evitarmos cair na armadilha de se falar numa velhice, em geral, abstrata. Toda velhice é concreta, complexa, multifatorial, histórica, enfim: *velhices*, no plural.

A filosofia de Beauvoir – inclusive o tema que a tornou mais conhecida, isto é, a questão da mulher – se constrói a partir da ideia de que somos seres históricos e nos constituímos nas relações com os outros. Não por acaso, Beauvoir valorizava, sobremaneira estar em companhia. Já em sua velhice, dizia a autora sobre estar com amigos: “São as relações com eles – cooperação, luta, diálogo – que durante toda a minha vida valorizei mais que tudo” (1982, p. 37).² Estar na compa-

² Há diversos estudos que apontam a amizade como fonte de felicidade (FRANCO, 2023), o que não seria diferente na fase da velhice. Isso não implica, necessariamente, amizades da mesma faixa etária; inclusive, a intergeracionalidade era algo defendido e vivido pela própria Beauvoir, e não deixa de ser uma experiência rica de possibilidades (Ferrigno, 2010).

nhia de amigos pode ser importante, por exemplo, para se combater uma das formas que a sociedade tende a enxergar a velhice, e que Beauvoir (2018) busca criticar: a percepção da pessoa idosa como um ser improdutivo. A autora comenta como a velhice é recorrentemente vista como uma fase da vida em que predomina a *repetição*. Contudo, por mais que esse possa ser o caso, não estamos diante de um fatalismo, pois tal situação é construída social e historicamente. A velhice também pode ser *criação*!

Daí a necessidade, tal como fez Beauvoir, de falarmos da velhice sem tabus e idealizações, com lucidez e franqueza. Todo ser vivo envelhece, nada mais que um processo natural da vida biológica, o que não significa que esse processo deva se dar de maneira indigna e sem considerarmos velhos e velhas como sujeitos históricos, com desejos e projetos. Falando em projetos, Beauvoir (2018) define a pessoa idosa como aquele sujeito que possui “uma longa vida por trás de si, e diante de si uma expectativa de sobrevida muito limitada” (p. 379). Com efeito, podemos dizer que a pessoa idosa tem um tempo de vida pela frente menor que aquele já vivido, mas, falar em uma expectativa de sobrevida muito limitada talvez não faça mais sentido, hoje em dia, embora as condições e possibilidades variem bastante, num país tão desigual como o Brasil. Seja como for, Beauvoir comenta que o processo de

envelhecer é, de certa maneira, aquele em que o futuro vai se encolhendo. No entanto, conforme a situação existencial concreta de cada idoso, abre-se um leque de experiências ainda não vividas, com limites e possibilidades para cada caso, claro, mas as portas do mundo não estão fechadas. Como diz uma personagem, já idosa, num de seus contos (Beauvoir, 2019, p. 58), sobre o que nos resta na velhice: “Vida, para se fazer com ela alguma coisa”. Assim, caso nos falte um senso de futuro, mesmo que encolhido, o que nos sobra não é outra coisa senão a inércia no presente (uma perpétua imobilidade) ou a nostalgia do passado (uma vida de lembranças). Eis a importância da noção de *projeto*.

E qual projeto? Para Beauvoir, temos de nos colocar na perspectiva do *Outro* e do *Todo*: da *humanidade* e do *mundo*. Afinal, nós começamos a vida por meio dos outros e do mundo, vivemos com os outros e com o mundo: somos seres de relação. Não por acaso, Beauvoir (2018, p. 430) comenta: “Amo a juventude; desejo que nela continue nossa espécie, e que esta última conheça tempos melhores”. O projeto de vida, na própria velhice, é sim uma vida sua, pessoal, com necessidade de *sentido* e *reconhecimento*, mas também uma vida com e pelos outros, pois sentido e reconhecimento são engendrados na reciprocidade, no acolhimento mútuo do apelo por liberdade. E a elaboração de projetos, de acordo com nossa autora, se torna mais potente

quando temos interesses polivalentes, isso porque, além de termos mais recursos para propor novos projetos, ao adquirirmos gosto por atividades diversas, temos mais chances de adaptação frente aos obstáculos esperados na fase da velhice, o que inclui o próprio tédio ou a rotina petrificada.

Destarte, com Beauvoir, podemos pensar a velhice como povoada de projetos e pessoas. Como diz a filósofa, de pouco ou nada adianta termos algum grau relativo de liberdade e lucidez, se não somos habitados por fins e companhias. Beauvoir é incisiva, ao afirmar que não há outra saída senão a contínua busca de fins que forneçam sentido à nossa vida, sobretudo a “dedicação a indivíduos, a coletividades, a causas, trabalho social ou político, intelectual, criador” (Beauvoir, 2018, p. 561). No caso de nossa proposta, trata-se de construir um sentido para a vida, precisamente na defesa e na valorização das mais diversas formas de vida. Concordamos com Teixeira e colaboradores (2015), quando apontam que, em nossa sociedade, as pessoas idosas tendem a ser silenciadas e, frequentemente, **são consideradas um problema social, o que as leva, amiúde, a chegarem “ao fim de suas vidas sem aspirações próprias (...), sem** experienciar autenticamente as possibilidades que ela [a velhice] oferece”. As considerações de Beauvoir sobre a velhice nos parecem, ainda, muito potentes e atuais, se desejamos superar essa situação.

Dialoguemos um pouco, agora, sobre a *felicidade*. Na companhia do filósofo francês André Comte-Sponville³, assumiremos a *felicidade* como o período da vida em que a *alegria* se apresenta como um sentimento possível, ou seja, como aquela “duração em que temos a sensação de que a alegria pode aparecer de um momento para o outro” (Comte-Sponville, 2015, p. 105). Não se trata, necessariamente, de estarmos alegres, muito menos sempre alegres. Sabemos o quão complicada é a vida, em especial no Brasil, onde parece reinar justamente o contrário, a *infelicidade*, isto é, o “lapso de tempo em que a alegria parece imediatamente impossível (em que só poderíamos ser felizes, pelo menos é o sentimento que temos, se algum acontecimento decisivo mudasse o curso do mundo)” (Comte-Sponville, 2003, p. 243). Diante disso, com frequência buscamos uma alternativa que nos promova algum alívio instantâneo, mesmo que passageiro, algum tipo de diversão, distração ou escape; as pessoas, com alguma constância, “não se divertem para ser felizes, mas para esquecer que não são” (Comte-Sponville, 2001, p. 426). Em muitos casos, na verdade, nossa luta é por condições de vida em que a felicidade possa se tornar viável, ou que, ao

3 Na mesma série de textos indicada na nota 1, trazemos alguns aspectos complementares à ideia de felicidade em Comte-Sponville que aqui não temos condições de apresentar.

menos, possamos vislumbrá-la. A propósito, crise climática e ecológica não rimam com felicidade, quer dizer, a alegria não parece ao nosso alcance, quando nosso objetivo mais urgente é sobreviver a temperaturas extremas (baixas ou elevadas), ou a fenômenos destrutivos (tempestades, inundações, secas, ciclones etc.).

E o que temos em mente quando falamos de *alegria*? A alegria, nada mais é que um sentimento de “satisfação momentânea do ser” e que “nasce quando um desejo intenso é satisfeito” (Comte-Sponville, 2003, p. 21). Inspirado em Espinosa, Comte-Sponville nos diz que a alegria é um sentimento de expansão ou intensificação da potência de existir e de agir. Por isso, uma *velhice feliz* **é aquela em que o sentimento de expansão da potência de viver está ao alcance da pessoa idosa. E como percebemos esse sentimento, como nos damos conta dele? Há algo de real e positivo, ou seja, de concreto, que provoca uma alteração de nosso estado, pois, do contrário, seria tudo muito difuso, fugidio, até mesmo especulativo. Esse algo de concreto é o prazer.** Não estamos falando do alívio de um sofrimento ou de uma carência, mas da *presença* mesma de algo: a comida boa, a companhia aprazível, a bebida agradável, a música cativante, a paisagem fascinante... do prazer *em ato*. Em outras palavras, trata-se de gozar a vida de diversas maneiras, e

isso, privilegiando a qualidade do gozo (gozar melhor), não a quantidade (gozar mais).

Falamos de prazer *em ato*, o que nos permite, agora, comentar sobre a armadilha da esperança. Normalmente, a esperança se apresenta como um desejo de algo cuja satisfação não depende de nós, bem como se apresenta como um desejo do que não conhecemos e do que não gozamos. Por isso, para Comte-Sponville (2015), a esperança tende a ser uma situação de impotência, de paralisia. Então, melhor que alimentarmos esperanças, talvez seja o caso de agirmos. Porém, não de qualquer jeito, mas com lucidez, confiança e coragem. Dessa feita, temos de aprender a agir conforme o que desejamos, sabemos e podemos. Em alguns momentos, temos de ter paciência, pois é o caso, seja de estudarmos ou conhecermos mais, seja de lutarmos ou trabalharmos por melhores condições. “O drama do velho é, muitas vezes, ele não poder mais o que quer”, nos diz Beauvoir (2018, p. 330). “A alegria do velho é justamente querer o que se pode”, nos diria Comte-Sponville. Esperar menos e agir mais. Não é de se estranhar, então, que a felicidade envolve um certo trabalho, um certo esforço. A inércia e a nostalgia que citamos, anteriormente, **não são**, senão, a esperança de um futuro que nunca virá, de que o tempo passe logo, ou de um passado que reviva. Resumindo, *uma velhice feliz é uma velhice que não espera, é uma velhice em ato!*

Crise climática e ecológica

Muito bem, dito isso, temos de salientar que, para Comte-Sponville, não há felicidade se estamos distantes da verdade; na melhor das hipóteses, estaremos próximos da diversão, ou seja, do autoengano. Portanto, e trazendo aqui um de nossos temas centrais, há uma verdade que muitos buscam relativizar ou mesmo aniquilar: *a crise climática e ecológica*. A despeito do “negacionismo científico” de muitos, e dos interesses escusos de outros tantos, as mudanças climáticas são um fato (IPCC, 2021; Observatório do Clima, 2021; ONU, 2022). Trata-se, essencialmente, da expressão máxima de uma crise ecológica do chamado *antropoceno* ou *capitaloceno* que, em última instância, põe em risco a existência mesma da humanidade. Destarte, diante da degradação ambiental produzida pelo ser humano, urge construirmos alternativas de desenvolvimento econômico, social e cultural, que deem conta de redefinir “nossa inserção e pertencimento à natureza”, o que nos coloca a responsabilidade de “superar o que entendemos como nefasto à integridade planetária e à felicidade humana” (Loureiro, 2003, p. 22). Em relação à questão ambiental, temos respaldo constitucional para assumi-la como de primeira ordem: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1990).

Já comentamos que consideramos as pessoas idosas como sujeitos históricos. Assim, quando o assunto é a crise climática e ecológica, podemos afirmar não só que viveram (e vivem) esse período de drásticas transformações ambientais, mas que são tanto responsáveis pela situação atual, como vítimas⁴ diretas dela (Machado; Velasco; Amim, 2006; Gico; Carvalho, 2014), haja vista os impactos ambientais das mudanças climáticas influenciarem sobremaneira sua qualidade de vida. Além de destruirmos ecossistemas, produzimos danos consideráveis e, muitas vezes, irreversíveis, à saúde da pessoa idosa, como problemas respiratórios, cardíacos e psíquicos. Nunca é demais destacar que a população idosa, junto das crianças, é aquela que mais sofre com os eventos climáticos extremos (ONU, 2022; Alves, 2023; Pesquisa Fapesp, 2023). Como destaca a Organização das Nações Unidas (ONU, 2022) em documento sobre o envelhecimento saudável em um mundo de mudanças climáticas, vivemos uma década crítica para am-

4 No entanto, não podemos deixar de assinalar que assim como a responsabilidade não pode ser dividida de maneira igual, pois há grupos e classes sociais cujas ações são mais ambientalmente danosas, como os indivíduos ricos de países desenvolvidos, há grupos que são muito mais vulneráveis aos impactos ambientais, como as pessoas pobres de países em desenvolvimento.

bas as agendas, que possuem relação entre si, de sorte que é inadiável encontrarmos “maneiras de ampliá-las e reforçá-las mutuamente para o benefício das pessoas, na segunda metade de suas vidas hoje, para as gerações futuras e para o planeta Terra, nosso lar” (p. 3).

Diante desse quadro crítico, certamente ações de grande porte e planejamento são demandadas, sobretudo a partir das instâncias estatais e das empresas privadas, o que, evidentemente, não exime os indivíduos de ações na direção de uma práxis ambientalmente responsável. Além disso, e o mais relevante no âmbito deste trabalho, entendemos que as pessoas idosas têm muito a contribuir para a sociedade, bem como para si mesmas, tanto ao trazerem “como aprendizado os comportamentos do passado – certos e errados – que fizeram do meio ambiente uma problemática da atualidade” (Machado; Velasco; Amim, 2006, p. 166), quanto ao participarem de processos de educação ambiental. Para além daquelas ações tradicionais como os 3R da sustentabilidade (redução, reuso e reciclagem), o que propomos é algo diferente, mas que, certamente, tem a intenção de se somar a todas essas iniciativas (Senhoras, 2005). Assim, considerando que diversos estudos⁵ indicam a relevância de se pensar a questão da sustentabilidade e da educação

5 Entre eles: Senhoras, 2005; Machado; Velasco; Amim, 2006; Batistoni, 2014; Gico; Carvalho, 2014; Porciuncula; Porto, 2014; Galon; Matos; Mantovanel Junior, 2018; Santos et al, 2022.

ambiental na promoção da qualidade de vida da pessoa idosa, o que temos em mente é uma proposta de sensibilização de velhas e velhos, no sentido de construir um senso de pertencimento ao presente e de possibilidades de futuro, especialmente por meio da reflexão sobre o meio ambiente.

Inclusive, essa é uma ótima ocasião para trazermos certa inquietação ou incômodo que Beauvoir tinha com aquelas pessoas idosas que se mostravam indiferentes ou insensíveis com o mundo e com as pessoas, conforme o lema “logo morrerei, que diferença me faz o que será do mundo?”. Se, como dizia Beauvoir, somos com o mundo e com as pessoas, a questão da crise climática e ecológica se apresenta como uma oportunidade ímpar para velhas e velhos desenvolverem um senso de futuro, mesmo que o tempo de vida lhes seja menor. Isso porque, o que está em jogo, é um futuro que não se encerra nelas próprias, mas do qual fazem parte como construtoras no tempo presente: o futuro, mesmo, da humanidade (Machado; Velasco; Amin, 2006; Ferrigno, 2010; ONU, 2022). Posto isso, imaginamos que a felicidade, para as pessoas idosas, também pode se dar no contexto de uma *experiência ecológica*, pela qual se reconheçam como parte integrante e relevante do meio ambiente.

Nesse sentido, para o pesquisador e educador ambiental Carlos Frederico Loureiro, podemos entender a *educação am-*

biental “como uma práxis educativa, que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes capazes de possibilitar o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente” (2003, p. 38). A reflexão de Loureiro nos é particularmente cara, porque o autor toma como fio condutor de suas obras (2019) justamente a noção de *vida*. É a noção de vida que se faz contra todas as formas de destruição, que nos serve como um amálgama das diferentes discussões aqui desenvolvidas, porquanto não é sobre outra coisa da qual fala nossa empreitada: a *vida* de velhas e velhos, a *vida* da natureza, a *vida* do espírito, são, essencialmente, manifestações de uma só. Desse modo, o exercício de uma *velhice feliz* passa por podermos viver a vida em suas diversas manifestações.

A perspectiva de Loureiro (2019) também nos interessa, porque o autor defende não podermos, independentemente de qual situação for; aplicar modelos pedagógicos preestabelecidos, “receitas de bolo”. Se nossa intenção é trabalhar com velhas e velhos, não podemos fazê-lo sem conhecer a fundo suas particularidades, “suas condições econômicas, sociais, políticas e culturais, seus códigos morais, costumes e condutas” (p. 50). Por isso, embora apresentemos nossa proposta para um público em geral, ao elaborá-la não deixamos de pensar nas possibilidades concretas das pessoas idosas, de sorte que sugere-

rimos as devidas adaptações para cada caso. Fica aqui, então, o convite para a reflexão sobre a necessidade da promoção de um processo de envelhecimento que assuma a felicidade, não só como uma possibilidade, mas sobretudo como um direito de cada pessoa idosa de nosso país; o que, em nosso entendimento, não pode se dar plena e satisfatoriamente sem a defesa de condições dignas de vida, o que envolve, também, uma relação integrada e sustentável com a natureza.

O fluxo da vida e ubuntu

Como anunciamos, nossa proposta de exercícios ecológico-espirituais se fundamenta em filosofias de diferentes tradições. Entre elas, nos inspiramos, especialmente, na filosofia *indígena*, com Ailton Krenak, e na filosofia *ubuntu*, com Mogobe Ramose. Começemos com Krenak.

Se há um autor com os quais estabelecemos diálogo neste trabalho e que valoriza e defende a *vida* nas suas mais diferentes manifestações, este é Ailton Krenak.⁶ Histórico militante indígena e socio-ambientalista, Krenak construiu sua militância também por meio da força de seu pensamento filosófico, o qual nos inspira nesta proposta. Na dimensão pública, um dos

⁶ Sobre o percurso biográfico de Krenak, conferir Krenak (2015) e o seguinte resumo: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/162846>.

momentos mais emblemáticos de Krenak foi o seu discurso na Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Uma parte desse discurso nos interessa, por ser não só uma síntese de sua filosofia, mas porque dialoga diretamente com nosso objetivo: “O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco e nunca colocou em risco a existência, sequer, dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos” (Krenak, 2015, p. 34-5). Ou seja, se estamos aqui em defesa da vida das pessoas idosas e da natureza, talvez Krenak tenha algo a nos dizer. Por conta do espaço, temos de focar em alguns aspectos de seu pensamento.⁷

A filosofia de Krenak nos concerne, em especial, por ser um pensamento profundamente ecológico, e isto num sentido ético radical. Não se trata, pois, de ser a favor da vida somente de alguns tipos de seres, mas da vida em suas mais diversas manifestações. Essa dimensão ecológica e ética permeia todas as suas intervenções, as quais, com certa frequência, se fazem por meio de histórias ou narrativas orais, característica central de sua forma de pensar e se comunicar. Na pequena história a seguir, Krenak aborda com humor (outro aspecto importante de sua filosofia)

7 Para uma conversa um pouco mais detida sobre a filosofia de Krenak, conferir CORREA (2023, no prelo).

a pretensão humana de superioridade em relação aos demais seres: “Eu imagino uma situação em que não houvesse nenhum humano aqui nesse planeta. Milhares de outras espécies não iam nem perceber. Se, em algum tempo, um tatu chegasse para um caititu e falasse assim: ô caititu, sumiram os humanos já faz tempo, né? É capaz que o caititu respondesse: quem?” (Krenak, 2015, p. 42). Como se incorporasse o espírito do caititu, Krenak (2022a, p. 54) provoca: “Nós somos os únicos chatos do planeta que querem prevalecer na face da Terra a todo custo e, claro, não entrar na lista de extinção de jeito nenhum.” Ainda sobre essa questão, Krenak costuma salientar que a civilização capitalista, branca e ocidental tem a peculiar especialidade de construir engenhocas para enfrentar problemas que ela mesma criou, isso num eterno ciclo. E na maior parte das vezes, tais engenhocas não vêm na direção de satisfazer as necessidades humanas mais genuínas e urgentes, que dirá alguma consideração a respeito da natureza como um todo. Estamos imersos numa corrida rumo a lugar nenhum, uma corrida maluca em que “vamos largando no percurso tudo o que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade” (2020a, p. 10). Dentro dela, as pessoas idosas...

Além de tudo, tal corrida, que é, entre outras coisas, uma corrida pelo maior consumo possível, se efetiva à custa de muita energia subtraída da natureza. Só que há um detalhe: nós também somos essa natureza! Nesse contexto, Krenak

nos lembra que consumir qualquer “idiota” o faz⁸; por sua vez, perceber que não somos somente o nosso umbigo, mas parte do todo, já é outra coisa que a civilização capitalista ocidental insiste em negar. Krenak sugere que, para esta civilização, todas as entidades da natureza são consideradas como meios: os rios? quilowatts; as montanhas? toneladas de minério; as florestas? estoques de recursos naturais. Como isso é possível? Entre outros motivos, porque “despersonalizamos o rio, a montanha, (...) tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos”, de sorte que “nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista” (2019a, p. 49). Outro motivo, comenta Krenak, é o fato de agirmos como seres externos aos eventos, como se a natureza fosse uma mera coisa a nosso dispor. Aliás, essa posição de ruptura ou separação em relação à natureza é essencial para que possamos explorá-la até o limite, sem nos sentirmos responsáveis por nada.

Porém, essa crítica não basta, temos de ter a humildade de aceitar que somos subordinados a uma ecologia planetária, e não o contrário: “nós também, nosso corpo, assim como todos os outros seres, ele está dentro dessa ecologia ou dessa vasta biosfera do Planeta como um elemento de equilíbrio e regulador. Nós não

8 “Não tem gente mais adúlada do que um consumidor. São adúlados até o ponto de ficarem imbecis, babando.” (Krenak, 2019a, p. 24)

somos alguém que age de fora”, e isso é extraordinário, pois “ao mesmo tempo em que somos dentro desse organismo, nós podemos pensar junto com ele, ouvir dele, aprender dele”, é como uma “dança cósmica”, uma dança da vida (Krenak, 2020d, p. 13).

A defesa que Krenak faz da vida e suas diversas manifestações, as quais se misturam nessa dança cósmica, não é uma defesa que entende a vida como algo sagrado no sentido de intocável, que deva ser preservada num purismo conservacionista que não condiz com a realidade dinâmica da natureza. Por exemplo, ao lembrar do também militante socioambiental Chico Mendes, Krenak comenta que os seringueiros se deslocaram, ou foram deslocados, para dentro da floresta para colonizá-la, mas terminaram convertidos por ela, que os amansou, de modo que acabaram por criar uma cultura própria, a partir da vida na floresta. Ainda nesse contexto, lembrando da criação romantizada de reservas biológicas ou florestais como espaços intocáveis, onde se dizia não poder haver gente, Krenak (2020c) ressalta como indígenas e seringueiros ensinaram e propuseram que eles próprios protegeriam e criariam as florestas, já que a floresta não é um fenômeno totalmente “natural”, mas também produção humana e, em especial, indígena: a vida é uma coprodução!

Não por acaso, Krenak se vê, sim, como um indivíduo, mas um indivíduo que é, antes de tudo, um *sujeito coletivo*. Para os in-

dígenas, os projetos pessoais são também comunitários: “Para nós, é diferente. Quando eu estou aqui, assumindo uma determinada atividade, e esse círculo se completa, tenho que me assegurar de que o universo de minhas relações esteja preservado. Não posso comprometer minha integridade e o pensamento de meu povo com um simples gesto” (2015, p. 93). Essa fala de Krenak tem ressonância com os relatos de Herrero (2018), que nos diz que, por conta dessa perspectiva, os membros dos povos indígenas privilegiam o “para nós” ao “para mim”, o que impacta diretamente na consideração da importância de cada pessoa para o grupo, incluindo velhas e velhos.

Quando caminhamos nessa trilha da defesa incondicional da natureza, não é raro encontrarmos sugestões de práticas diversas de aproximação às demais formas de vida, como, por exemplo, a ideia de abraçar uma árvore. Muitas pessoas acham essa ideia ridícula. Todavia, além de lembrar como várias dessas pessoas amam abraçar carros e outros produtos artificiais, Krenak (2021) tem algo a lhes dizer: “Às vezes alguém diz ‘ah, hoje eu abracei uma árvore’, e alguém diz ‘tá, mas e daí?’. É como se uma árvore não fosse ninguém. Acontece que esse abraço numa árvore pode estar pondo esse corpo formatado de humano em conexão com um imenso mundo de outros seres que irão responder a esse abraço. (...) Nós temos todas as demonstrações de que essa

potência da vida se expressa para além do corpo humano, se expressa para além da experiência limitada dos humanos.” Mais que isso: “A evolução é a vida atravessando todos os corpos, indistintamente, escapando ao especismo humano. (...) Em vez da gente falar ‘eu quero ser eterno’, a gente deveria fazer outro enunciado: ‘Eu estou eternizado dentro do fluxo criativo da vida.’” É isso! Se, nessa bela reflexão, trocássemos algumas palavras e termos, trazendo uma *pessoa idosa* aqui, um *envelhecimento* acolá, certamente estaríamos diante de uma profunda *ética da velhice*, a velhice como um momento desse fluxo criativo da vida!

Ótimo, então é o caso de vivermos como os indígenas? Krenak também é sábio o suficiente para não propor isso. No entanto, ele também sabe, mais do que ninguém, e suas tantas intervenções o demonstram, que o nosso modo de vida é uma máquina de destruição de todas as formas de vida, inclusive e, talvez, principalmente, a dos próprios indígenas. Não por outro motivo, concordamos com ele quando nos convoca não só a pensar, mas, sobretudo, a agir, e coletivamente:

A palavra ancestral invoca para cada cultura diferente que nós somos um vínculo com quem vive antes de nós. Nós seremos ancestrais para quem vai vir muito depois de nós. Esse mundo tem que durar, a terra não é uma festa que termina e acabou, ela é nosso jardim

por onde precisamos passar vivendo com aprendizado, que demora uma vida inteira. Esse aprendizado é muito melhor aprendido quando tem mais gente envolvida. (Krenak, 2019b)

Esse é, justamente, o cerne da filosofia *ubuntu*. Assim como a ideia de felicidade, *ubuntu* também tem seus muitos usos por aí, de maneira estereotipada, banalizada, exotizada, instrumentalizada ou com seu potencial crítico desativado (Saraiva, 2019). Tal como no caso da felicidade, entendemos haver uma força humanizadora e libertadora no conceito de *ubuntu*, talvez, por isso mesmo, certa banalização calculada. Inclusive, a circulação desse conceito entre nós não deixa de ser um indício de que, apesar do racismo e do colonialismo ainda vigentes e estruturantes em nossa sociedade, a luta da população preta, sobretudo dos movimentos negros organizados, tem conquistado vitórias importantes. Aliás, é importante destacar que o discurso contemporâneo em defesa da filosofia *ubuntu* insere-se na luta maior pela defesa da filosofia africana como um todo.⁹

9 Por muito tempo, o Ocidente se colocou como única região do planeta capaz de filosofar, já que filosofar seria o exercício pleno e mais elevado da razão e, por sua vez, a racionalidade não seria um atributo de sub-humanos, ou seja, dos não ocidentais (o que engloba, certamente, os indígenas)... Como diz Ramose (2011, p. 8): "De acordo com isto, a escravização dos africanos foi tanto uma necessidade lógica quanto um imperativo prático para satisfazer as necessidades psicológicas e materiais do colonizador. O comércio escravocrata transatlântico nasceu desta lógica."

Como adiantado, para falar de ubuntu, nos basearemos, em especial, nas reflexões do filósofo sul-africano Mogobe Ramose. Ora, vejamos o que diz o autor sobre ubuntu:

De acordo com *ubuntu*, a comunidade é composta de três pernas. Uma perna são aqueles que já se foram, eles continuam a impactar e a influenciar nossas vidas. A outra perna somos nós, vivos. E a terceira perna são aqueles ainda por nascer. *Ubuntu* parte do ponto de vista filosófico de que o movimento é o fundamento do ser, ele aceita a possibilidade da mutabilidade e da mudança, não casualmente, mas encarando a situação tal como ela se desenvolve desde a perspectiva de se fazer o bem e evitar o mal. Quando relacionamos isto com o fato de que o movimento é o fundamento do ser, então o bem de hoje sempre será um guia para o melhor do amanhã, e o melhor do amanhã se transforma em um chamado para fazermos o melhor para o futuro. Você não “pega” *ubuntu* e diz “Aqui está”, como um pedaço de maçã que você vai lá e come. Na verdade, *ubuntu* lhe convida a entender que uma vida ética é uma jornada para a vida toda. (Ramosse, 2018, tradução e destaques nossos)

A filosofia ubuntu também é essencialmente ética, pois o que a mobiliza, em última instância, é a pergunta “Como viver?” E, ao buscar responder esta pergunta, ubuntu faz-se como defesa, afirmação e valorização da vida e do “nós”.

Como nos diz Ramose (2010): “A noção fundamental da epistemologia e ética ubuntu é (...) a filosofia do ‘Nós’. Nos termos dessa filosofia, os princípios da partilha, da preocupação e do cuidado mútuos, assim como da solidariedade, constituem coletivamente a ética do ubuntu.” Para quem tenha tido algum contato com a noção de ubuntu, possivelmente se recorda da frase “Eu sou porque nós somos”.

Em uma das citações anteriores, Ramose comenta que o movimento é o fundamento do ser. O interessante dessa ideia é que a própria palavra *ubuntu*, que é de origem *banto*, carrega esse sentido processual e dinâmico (2011). Ramose (1999) sugere que o termo ubuntu melhor seria tomado em sua forma hifenizada: *ubu-ntu*. Isso porque, conforme o autor, ubuntu comporta duas palavras, o prefixo *ubu-* e a raiz *ntu*. No caso de *ubu-*, trata-se de uma palavra que “evoca a ideia da existência em geral”, ou seja, diz respeito “à existência antes de manifestar a si mesma na forma concreta ou no modo de existência de uma entidade particular” (p. 35-6). A existência (*ubu-*) se apresenta em formas particulares, orienta-se para um desdobramento contínuo em modos específicos de ser, “para um *ntu*”. Portanto, não podemos falar de *ntu* sem invocarmos a ideia de *ubu-*, e vice-versa.

Com isso em mente, podemos avançar e falarmos de *umuntu*. Como indica Ramose, o prefixo *umu-* tem relação di-

reta com *ubu-*, mas este tem uma abrangência mais ampla, enquanto *umu-* nos remete mais propriamente aos humanos, de sorte que podemos interpretar coloquialmente *umuntu* como *ser humano* (falante e pensante), como a incorporação ou a personificação da ontologia e da epistemologia *ubu-*. É nesse contexto que podemos interpretar o provérbio banto “*umunto ngumuntu ngabantu (motho ke motho ka batho)*”, cujo significado é algo como “uma pessoa é uma pessoa por meio e por causa de outras pessoas”, que também pode significar: “ser um ser humano é afirmar sua humanidade pelo reconhecimento da humanidade de outros e, sobre estas bases, estabelecer relações humanas com eles” (Ramosse, 1999, p. 37).

Essa reflexão de Ramosse é fundamental para entendermos a crítica que Saraiva (2019) desenvolve a respeito das questionáveis apropriações de ubuntu na linha mais banalizada do “Eu sou porque nós somos”. Quando pronunciamos essa expressão, o “eu” parece apresentar-se como um agenciamento prévio ao “nós”: “Este tipo de deslocamento condiciona a afirmação de uma posição de destaque individualista perante a própria comunidade que antecede aos seres humanos” (Saraiva, 2019, p. 99). Assim, talvez possamos dizer que Le Grange (2019) apresenta uma alternativa mais oportuna: “Nós somos, portanto eu sou.” Ou como diz Ngomané (2020, p. 11), ao comentar como hoje em dia, diante

das atribuições da vida, nos falam que temos de meditar e buscar respostas dentro de nós mesmos: “ubuntu nos ensina a também olharmos para *fora* se buscamos respostas”, afinal, “os indivíduos não são nada sem outros humanos”.

No entanto, o nosso mundo, ao menos o urbano, capitalista e ocidental, busca se estruturar na lógica da fragmentação, da atomização das pessoas, quer dizer: cada um como o umbigo do mundo e cada um por si. Evidentemente, a coisa não é tão simples assim, não só porque em última instância é impossível vivermos isolados um dos outros, como as pessoas resistem e insistem em se juntar. Independentemente disso, o ideal deste sistema não é outro senão o avesso da solidariedade. A fragmentação da realidade tem raízes históricas e profundas, bem como consequências problemáticas. Por exemplo, e retomando reflexões anteriores, quando assumimos inconscientemente o ser humano como separado da natureza, isso implica assumir que não somos parte dela. Ou, quando assumimos a velhice, não como um momento da vida humana, mas separada desta, isso implica assumir que a velhice, no fim das contas, não faz parte da humanidade. Daí a grandeza de ubuntu e sua relevância para a nossa proposta, já que assumimos ubuntu como “um perpétuo e universal movimento de compartilhamento e troca de forças da vida” (Ramos, 1999, p. 41).

Seguindo nossa conversa, e retomando uma reflexão de Ramose que, de acordo com *ubuntu*, a comunidade é composta de três pernas, nosso autor sugere que essa compreensão do ser como envolvendo três níveis da existência humana pode ser definida como a “estrutura onto-triádica do ser” (1999, p. 45). Dizer que a comunidade é composta de três pernas é uma forma menos técnica, ou mais poética, de falar dessa estrutura onto-triádica. Seja quais forem os termos, o que importa para a nossa reflexão é que essa forma de entender a comunidade ou a existência humana permite valorizarmos a construção de um forte laço social entre as gerações. O passado continua incidindo sobre o presente por meio da cultura e dos valores, bem como o futuro incide no aqui e agora, afinal, trata-se de deixar o melhor legado possível para as gerações futuras. Desta feita, um tema tão caro àquelas e àqueles que debatem a velhice (e a ecologia!), como o é a *intergeracionalidade*, encontra na filosofia ubuntu uma riqueza enorme de possibilidades.

A filosofia ubuntu, como podemos perceber, tem o potencial de nos ajudar na compreensão das mais diferentes esferas da realidade. Ramose (1999) busca fazê-lo em várias direções, inclusive em relação à ecologia. Nesse sentido, assume o ser ou o universo “como uma totalidade complexa que envolve a interação incessante e de diversas camadas de todas as enti-

dades”. Essa condição de complexidade não é propriamente um caos, mas “tanto a fonte como a manifestação da ordem intrínseca do universo” (p. 105). A cosmo percepção ubuntu (que também é uma *ecosofia*), por não temer o caos, não precisa reivindicar a ordem; ao considerar a realidade de maneira complexa, aberta e relacional, com múltiplas potencialidades, não há o que temer: tudo é movimento. Além disso, o provérbio *motho ke motho ka batho* nos lembra que cada pessoa (ou entidade) é incompleta sem a outra, elas são complementares, fundam-se mutuamente. Esse princípio vale não só para a relação dos humanos entre si, mas também em sua relação com a natureza. Assim, há uma necessidade de cuidado mútuo entre as partes e o todo. Como nos explica Le Grange (2019, p. 324): “*Ubuntu* sugere que nossa obrigação moral é cuidar dos outros, pois quando eles são prejudicados, nós somos prejudicados. Essa obrigação se estende para toda forma de vida, já que tudo, no cosmos, se relaciona: quando eu prejudico a natureza, eu sou prejudicado”. Infelizmente, esse é o *modus operandi* da civilização capitalista ocidental. Ramose, tal como Krenak, comenta sobre nosso vício em criar engenhocas para solucionar problemas que nós mesmos criamos: “A perda de *botho* [humanidade] pressupõe uma compensação por meio de certo conforto melancólico e de certa vida tranquila oferecidos por avanços tecnológicos. O avanço tecnológico rea-

firma constantemente a necessidade de recuperarmos *botho*, pois mais do que nunca a humanidade se encontra diante da ameaça de um desastre ecológico catastrófico” (Ramosse, 1999, p. 110).

Diante disso, Ramosse entende que a máxima ubuntu, de que o ser humano demonstra respeito por si próprio ao respeitar os outros, pode se apresentar como inspiração para uma ética ambiental radical. E uma ética, salientemos, conforme Ramosse (2004), que não é contra a ciência e o desenvolvimento tecnológico, mas que é, antes de tudo, a favor da vida! Entretanto, ser a favor da vida implica combater tudo aquilo que a ameaça. Destarte, não podemos cair na armadilha de romantizar ou enfraquecer ubuntu, como se fosse pura “gentileza”, já que praticar ubuntu envolve também *lutar* por ubuntu (Le Grange, 2019; Saraiva, 2019; Gomane, 2023).

E, no caso de nosso trabalho, não é outra a perspectiva que temos assumido: nos posicionarmos por uma velhice feliz é, antes e acima de tudo, sermos a favor da vida da pessoa idosa! Velhas e velhos são manifestações de *umuntu*, formas particulares de *umuntu*; que, por sua vez, é *ubuntu* se manifestando humanamente. Separar a velhice de *umuntu*/*ubuntu* é separá-la da vida! Ademais, como vimos, *ubuntu* é movimento, vida é movimento. Logo, se a velhice deseja ser vida, ela tem de ser movimento; e movimento que se faz

relacionalmente, com os outros humanos e com os outros viventes. A partir da situação concreta de cada *umuntu idosa*, com seus limites e possibilidades, quais movimentos são viáveis e desejáveis?

Portanto, uma velhice habitada por pessoas, pelos outros, povoada de projetos, em que a possibilidade de expansão da potência de existir e agir é concreta, uma velhice que não espera, ou seja, que se movimenta, e que se movimenta buscando fruir a vida nas suas mais diversas manifestações, em seu fluxo contínuo e criativo de forças que nos atravessam, enfim, e por que não, uma *velhice-ubuntu!*

Exercícios espirituais

Pois bem, resta-nos comentar um último pilar de nossa proposta de *exercícios ecológico-espirituais*, que é a ideia mesma de *exercícios espirituais*. Pierre Hadot, filósofo e historiador da filosofia, desenvolveu importantes estudos a respeito da forma como a filosofia na Antiguidade greco-romana era praticada, trazendo uma nova e rica compreensão do pensamento filosófico dessa época. A esse modo de filosofar, Hadot sugeriu precisamente o nome de *exercícios espirituais*. Para melhor compreender o seu sentido, temos de ter em mente o que Hadot compreendia por *filosofia*. Sua compreensão é

aquela que, em suas pesquisas, identificou como o sentido, mesmo, de filosofia, na Antiguidade greco-romana. Nesse período histórico, conforme Hadot, a filosofia era essencialmente uma *maneira ou arte de viver*.

Os filósofos antigos elaboravam, certamente, discursos filosóficos, produziam, claro, reflexões teóricas; porém, tais discursos ou reflexões estavam a serviço de “uma escolha de vida” e de “uma opção existencial”, as quais se davam não na solidão (ou no gabinete de um professor universitário), mas em grupo, no âmbito de uma comunidade, que era precisamente uma “escola” filosófica, onde seus membros buscavam construir uma maneira de viver, e que demandava uma conversão profunda do modo de ser do sujeito. A reflexão teórica ou o discurso filosófico se faz exatamente a partir “dessa opção existencial inicial e reconduz, à medida do possível, ou por sua força lógica e persuasiva, à ação que quer exercer sobre o interlocutor; ele incita mestres e discípulos a viver realmente em conformidade com sua escolha inicial ou, ainda, conduz, de alguma maneira, à aplicação de um ideal de vida” (2014a, p. 18). Essa ideia de transformação podemos entendê-la no seu sentido mais profundo, uma vez que a filosofia era compreendida como “um método de progresso espiritual que exigia uma conversão radical, uma transformação radical da maneira de ser” (2014b, p. 262).

Seguindo com Hadot, podemos dizer que o filósofo, na época greco-romana antiga, *vivia de uma maneira filosófica* (1995). Com isso em mente, podemos assinalar um ponto fundamental: a distinção entre o discurso sobre a filosofia e a filosofia, mesma, entre *discurso filosófico* e *filosofia*. Essa distinção salta aos olhos em nossa época. A filosofia é ensinada em diversos espaços, sobretudo nas universidades, nas escolas e em algumas instituições específicas, mais ou menos sérias. Certo? Errado. O que se ensina nesses espaços, frequentemente, é o discurso filosófico, quer dizer, teorias (partes do discurso filosófico) sobre diversos tópicos, como ética, lógica, estética etc. Por sua vez, destaca Hadot, a filosofia como um “modo de vida filosófico” é um *ato único* que consiste precisamente em *viver* o discurso filosófico.

Agora estamos em condições mais favoráveis para discorrer sobre os *exercícios espirituais*, propriamente ditos. Tendo em vista as considerações anteriores, Hadot (2014c) pode falar nas diversas obras filosóficas como *exercícios espirituais*, no sentido de que cada filosofia é uma atividade, frequentemente de ordem discursiva, mais ou menos racional, mais ou menos imaginativa, que tem como intenção primordial transformar a forma de viver e de ver o mundo, tanto na própria pessoa do filósofo, como na dos outros. Aliás, como sugere Hadot (2014a, p. 21), o discurso do/a professor/a de filosofia tem a

possibilidade de se colocar na perspectiva dos exercícios espirituais, mas isso “à medida que esse discurso se apresente sob uma forma tal que o discípulo, do mesmo modo que o ouvinte, o leitor ou interlocutor, possa progredir espiritualmente e transformar-se interiormente”. De certa maneira, esse é o horizonte de nossa proposta.

Em relação à expressão “exercício espiritual”, Hadot (2014b) afirma que ela pode soar, de certo modo, desconcertante em nossos tempos supostamente mais laicos. No entanto, considerando as práticas filosóficas às quais estudei, bem como suas motivações, Hadot entende que não há outra expressão que dê conta do que concretamente são esses exercícios. Não vamos desenvolver, aqui, o argumento do autor para apontar os limites de adjetivos como “psíquicos”, “morais”, “éticos”, “intelectuais”, mas Hadot prefere “espirituais”, justamente porque os exercícios em questão mobilizam várias dimensões do ser daquele/a que filosofa, com o intuito de levar a “uma transformação da visão de mundo e a uma metamorfose da personalidade” (p. 20). O termo “espiritual”, portanto, não tem caráter religioso, muito embora haja uma tradição de exercícios espirituais cristãos, os quais, na verdade, tomaram como base os exercícios espirituais filosóficos greco-romanos antigos. Conforme Hadot, cada escola filosófica possuía um

método terapêutico para chamar de seu, isto é, cada uma se valia de diferentes exercícios ou práticas. Alguns desses exercícios eram: o diálogo, a pesquisa sobre a realidade, o exame aprofundado da própria vida, a leitura, meditações, memorização, a audição, a escrita, a atenção, o domínio de si, a indiferença às coisas indiferentes, caminhadas, a descontração, a experiência do prazer mundano no presente, a valorização do instante. Em suas diferentes obras, Hadot comenta com detalhes (conteúdos, formas e rotinas), vários desses exercícios espirituais, sobre os quais não poderemos comentar aqui. Outro aspecto que não poderemos desenvolver são as razões para que a filosofia, como maneira de viver (com seus exercícios espirituais), tenha perdido força a partir da Idade Média. Apenas citaremos, de passagem, um dos principais motivos: a institucionalização da filosofia nas universidades.

Ainda, caberia ressaltar que, de acordo com Hadot (1995), os exercícios espirituais não eram, e não são, pura e simplesmente racionais. Na verdade, o exercício espiritual é a mobilização, por um ou mais sujeitos, “de todos os tipos de meios destinados a agir sobre si mesmo”, o que engloba também a imaginação, a vontade e a sensibilidade. Além disso, não devemos nos esquecer “que o mais importante é a profunda orientação de nossas vidas, a escolha fulcral de uma vida, que

nos envolve apaixonadamente” (p. 284). Portanto, não é caso de agirmos de um modo puramente racional, desconsiderando paixões, mas que a razão possa melhor orientar a corrente afetiva da vida.

Dito isso, tivemos a oportunidade de ver que o próprio modo de ser das filosofias indígena e ubuntu é o da vida, mesma, ou seja, essas filosofias são, de fato, filosofia, implicam modos de vida, maneiras de viver, em articulação com um discurso filosófico. E, de imenso valor para o nosso trabalho é o fato dessas filosofias assumirem a vida em todas as suas manifestações, daí seu potencial ambiental ou ecológico crítico. Ademais, estamos falando de filosofias em que a pessoa idosa tem seu lugar de valorização. E, mesmo que não fosse o caso, só a característica da valorização da vida como um todo já nos permitiria ampliar as reflexões para considerar a dignidade e relevância da velhice.

Assim, quando nos propusemos caminhar no diálogo intercultural entre as diferentes perspectivas filosóficas aqui comentadas, partimos de um sentimento que, desses encontros, riquezas poderiam brotar, justamente porque intuímos convergências filosóficas, o que imaginamos o texto ter sustentado. Dessas convergências, costura-se, então, a transformação da noção de exercícios espirituais, na proposta dos exercícios *ecológico-espirituais*. Vamos aos finais?

Exercícios ecológico-espirituais

Antes de apresentarmos os exercícios ecológico-espirituais, devemos explicar que os exercícios são independentes entre si, o que significa não estarmos, necessariamente, diante de um roteiro que se deva praticar do primeiro ao último, muito embora esse itinerário faça sentido e possa ser assim concretizado. Desse modo, cada pessoa sinta-se à vontade para realizar os exercícios como bem entender, e puder. A única organização que nos propusemos foi a seguinte: os oito exercícios estão agrupados em quatro conjuntos, conforme certos objetivos.

Há aqueles que têm como objetivo principal promover uma **sensibilização** da pessoa idosa em relação aos temas trabalhados ao longo de nossas reflexões, isto é, algo como um contato inicial com as temáticas, um processo de abertura. Por sua vez, temos exercícios cujo objetivo central é a **problematização**, ou seja, provocar, na pessoa idosa, um incômodo geral que a leve questionar determinada situação. Também há aqueles exercícios em que a ideia nuclear é mobilizar a pessoa idosa para algum tipo de **investigação** ou pesquisa. E, finalmente, temos os exercícios mais focados em despertar, na pessoa idosa, o desejo de envolvimento em alguma atividade transformadora, portanto, mais focados

em incentivar sua **participação** nas diversas lutas e movimentos que assumem pautas semelhantes às discutidas aqui. De certa maneira, todos os exercícios mobilizam os quatro objetivos, mas cada um tem o seu predileto, se assim podemos dizer.

Diante disso, e finalmente, cabe salientarmos que os exercícios são práticas ou atividades que almejam promover uma orientação ou conversão do espírito da pessoa idosa no sentido da produção de um modo de vida que se efetive na valorização da vida em toda as suas manifestações, potencialidades e riquezas. Assim, buscamos superar uma visão fragmentada de ser humano e natureza, contribuindo, então, para que velhas e velhos vivam a vida de forma mais refletida, mais integrada e, principalmente, mais feliz. Como dissemos: a velhice é o momento final desse momento particular e especial da natureza, que é a vida humana; se a natureza vai mal, suas diversas manifestações também vão. Quanto mais atacada a natureza, mais vulnerável a velhice. No entanto, pessoas idosas são sujeitos históricos, podem lutar pela vida, e já o fazem nas mais diversas situações. Aqui apresentamos apenas uma modesta e singela contribuição para essa luta. Só o presente existe, o resto é promessa ou lembrança. A dignidade é para hoje. A vida é agora. Exercitemos, pois, a vida!

1) Sensibilização

1.1 “A presença da vida”

Nossa moradia, como a própria palavra indica, é onde moramos, onde residimos. Por esse motivo, a moradia é, muito provavelmente, o lugar em que passamos a maior parte do tempo de nossas vidas ou, ao menos, um tempo razoável. Cada pessoa mora só ou na companhia de outras pessoas. De qualquer maneira, a vida pulsa para além de nossos corações humanos. Sim, há mais vidas em nossas moradias! Porém, quais? Pois bem, a ideia deste exercício ecológico-espiritual é que, no ambiente em que moramos (por exemplo: casa, apartamento ou ILPI), façamos um inventário da presença da vida. Registremos os achados, de preferência, num meio ou suporte que possamos acessá-los novamente. Vamos começar?

- a) Quais formas de vida estão presentes em nossa moradia? Procure em todos os cômodos, em todos os cantos, em todos os períodos do dia. Quais seres vivos conseguimos identificar? Plantas, gatos, moscas, cães, aves, formigas, humanos, fungos? Registre.
- b) Residem conosco? São visitantes frequentes, ou raros? De onde vieram e para onde vão?
- c) Com quais sentidos percebemos todas essas formas de vida: visão, tato, audição, olfato, paladar?

- d) Qual a nossa relação com cada uma dessas formas de vida? Indiferença, carinho, nojo, curiosidade? Reflita sobre isso.
- e) Há algo presente que, em algum momento, já foi vida? Legumes, madeira, carnes, verduras, lã, frutas, leite, grãos? Isso tudo, na verdade, ainda é vida?
- f) Como nos relacionamos com essas “coisas” do item e)? Qual a importância delas para nós?
- g) Considerando todas as formas de vida registradas, como contribuímos para a sua existência? Além disso, pense se e como elas contribuem para a nossa existência.
- h) Se morássemos em outro lugar, o inventário mudaria? Muito ou pouco? Por quê?
- i) Por fim, depois de produzir o inventário, no seu tempo, sem pressa (afinal, para que pressa?), avalie se é possível trazer ainda mais vida para sua moradia.

Nota 1: Quando possível, façamos esse inventário da vida em outros espaços onde vivemos, por exemplo, na rua de nossa moradia, no nosso bairro, na moradia de outrem, no trabalho, enfim, onde desejar e puder.

Nota 2: Sempre que der, elaborem os inventários e respondamos as perguntas coletivamente! Afinal, nossa perspectiva é *ubuntu*, é do *sujeito coletivo*.

Nota 3: Busquemos manter os inventários atualizados, ou seja, fiquemos de olho às novas vidas que surgirem em nossa moradia e àquelas que possivelmente já moravam conosco, mas não havíamos notado. Por outro lado, não se pode descartar, claro, a possibilidade de uma vida não estar mais presente onde moramos, o que inclui a própria morte ou a mudança para outros espaços.

1.2. “A vida em memória”

Em seu belíssimo livro, “Memória e sociedade: lembranças de velhos”, Ecléa Bosi (1994), entre os vários comentários dos quais se vale para falar da importância das memórias das pessoas idosas para a sociedade como um todo, comenta o seguinte: “Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual”. Noutra passagem, a autora faz

este comentário: “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”. Além disso, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à situação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado”. Um pouco mais: “Os velhos lamentarão a perda do muro em que se recostavam para tomar sol. Os que voltam do trabalho acharão cansativo o caminho sem a sombra do renque das árvores.” Por fim: “Chama-nos atenção com igual força a sucessão de etapas na memória que é toda dividida por marcos, pontos onde a significação da vida se concentra: mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento, empregos, festas”. Com essas passagens queremos apontar para a relevância da memória não só na construção de nossas vidas pessoais, mas também na da sociedade como um todo. E será que, entre os marcos de nossas memórias, a natureza

ocupa algum lugar? A ideia deste exercício ecológico-espiritual é que, em qualquer ambiente, mas de preferência em um espaço mais aberto e com possibilidades de caminhada, mobilizemos nossas *memórias ecológicas*.

- a) Caminhe e converse consigo mesma/o ou com quem estiver lhe fazendo companhia. Tentemos refazer os percursos de nossas vidas, identificar os eventos mais marcantes e significativos, entender os principais motivos que nos fizeram chegar até esse momento do exercício.
- b) Feita essa primeira trajetória pessoal, retome os percursos e pense o quanto a natureza teve e tem algum papel na construção de sua vida, o quanto ela ocupa suas memórias.
- c) Agora busque pensar o quanto o meio ambiente se transformou, desde a infância até hoje, na velhice. Quais as principais mudanças que consegue identificar?
- d) E a forma como se relaciona com a natureza, mudou ao longo do tempo? Por quê?
- e) Por fim, converse sobre possibilidades de novas formas de relação com a natureza neste momento da velhice. O que é possível fazer? O que está disposta(o) a fazer?

Nota: Memórias vêm e vão. Muitas vezes não conseguimos pescá-las. Elas navegam por aí em algum lugar do mar de nosso ser. Pode ser que, durante o exercício, algumas memórias escapem. Tudo bem. O importante é estarmos abertos a elas e, em especial, para nós, às memórias ecológicas. Quando elas nos visitarem, conversemos com elas! Contudo, caso não nos procurem, sem problemas. Que tal construirmos novas memórias ecológicas? Vivamos mais de perto e mais intensa e afetivamente a natureza!

2) Problematização

2.1. “Qual a minha situação no mundo?”

Em um dos volumes de sua autobiografia, aquele intitulado *Balanço final*, Simone de Beauvoir comenta o seguinte: “Construir uma imagem de mim mesma: essa empresa inútil e, aliás, impossível não me interessa. O que desejaria era ter uma ideia de minha situação no mundo. O que significa ser mulher, francesa, escritora, com sessenta e quatro anos de idade em 1972? Para responder, seria preciso primeiro saber o que representa historicamente o momento que estou vivendo. (...) o sentido de minha época é incerto para mim, e isso contribui para obscurecer o de minha existência individual” (Beauvoir, 1982, p. 47). Ter nossa própria existência obscurecida não é

o projeto de vida que temos para nós, correto? E, se Beauvoir tem razão, uma maneira de termos maior clareza a respeito do sentido de nossa existência, dos projetos que desejamos para nossa vida, é conhecer mais profundamente o momento histórico do mundo em que vivemos, o sentido de nossa época. Ora, ao longo do trabalho, tivemos a oportunidade de saber que o período histórico no qual vivemos é, em parte, determinado pela crise climática e ecológica. A ideia deste exercício ecológico-espiritual é, portanto, conhecermos melhor nossa situação no mundo, sob a perspectiva da crise pela qual passamos. Por mais angustiante que seja, e até mesmo doloroso, sabermos em detalhes dos problemas climáticos e ecológicos de nosso planeta, poucas coisas dificultam mais a construção de uma vida potente e feliz do que a própria ignorância. Quanto mais conhecimento temos, mais instrumentos e possibilidades de ação possuímos. Vimos, com Comte-Sponville, que felicidade e ignorância não são parceiras. A propósito, conhecer melhor a realidade para melhor poder agir sobre ela, não deixa ser um ato de responsabilidade de cada pessoa. Lembremos, com Ramose (2010), como a filosofia ubuntu pensa a questão: “A noção de comunidade na filosofia ubuntu provém da premissa ontológica de que a comunidade é lógica e historicamente anterior ao indivíduo. Com base nisso, a primazia é atribuída à comunidade, e não ao indivíduo. Entretanto, disso não se se-

gue que o indivíduo perca a identidade pessoal e a autonomia. O indivíduo é considerado autônomo e, portanto, responsável por suas ações. De outra forma, toda a teoria e a prática do lekgotla – um fórum para a resolução de disputas entre indivíduos, assim como entre o indivíduo e a comunidade – não teriam sentido justamente porque a pressuposição da autonomia individual não se aplicaria”. Para aproveitarmos melhor a vida e a velhice, além de agirmos de maneira responsável no mundo, precisamos de autonomia, o que é impossível sem conhecimento. Conheçamos um pouco mais, então?

- a) Temos a real dimensão do que significam as mudanças ou emergências climáticas? Sabemos concretamente sobre a magnitude das consequências de crimes ecológicos como Brumadinho ou queimadas e desmatamentos na Amazônia? Busque conhecer e acompanhar organizações e pessoas que têm tanto contribuído com informação de qualidade sobre esses temas (que também dizem respeito às vidas de velhas e velhos), quanto nos ajudado a perceber como nossa forma de vida e relação com a natureza nos coloca numa situação extremamente crítica. Alguns exemplos para conhecermos e acompanharmos: Observatório do Clima; Instituto Socioambiental; Sumaúma – jornalismo do centro do mundo; O Joio e O Trigo;

De olho nos ruralistas; O Que Você Faria se Soubesse o Que Eu Sei?; Repórter Brasil.

- b) Como discutimos aqui neste trabalho, e como podemos constatar pelas informações que os diferentes exemplos de organização do item a) nos apresentam, a crise climática e ecológica demanda uma transformação profunda na forma como nossa sociedade se organiza e produz seus bens essenciais. Justamente por sua profundidade, esta transformação necessita a mobilização de esforços imensos, bem como um tempo razoavelmente grande para produzir impactos consideráveis. Apesar disso, não podemos postergar esse processo de mudança, todo segundo é realmente fundamental, inclusive para as vidas idosas de nossa época. Dessa feita, conhecida a nossa situação, não podemos parar por aí. Lembremos que uma velhice feliz é uma velhice que não espera, mas em ato! Por outro lado, sabemos que é mais difícil nos engajarmos em atividades cujas consequências benéficas demoram a aparecer. Todavia, pequenas e grandes mudanças ou ações podem e devem caminhar juntas. Pode ser que não vejamos crescidas as centenas de mudas de árvore que plantamos numa área de nossa cidade, mas nós não só as plantamos, o que já é um passo em direção a um mundo melhor, como o

fizemos coletivamente, ou seja, conhecemos pessoas, trocamos afetos, fizemos amizades, deixamos a cidade mais verde, interagimos diretamente com a natureza e, provavelmente, aprendemos técnicas de plantio possíveis de serem usadas em outras situações. Além disso, há ações que produzem impacto a curto prazo, tanto para o meio ambiente, quanto para nós mesmos. Aproveitar melhor os alimentos, por exemplo, é uma forma de diminuirmos nossos gastos cotidianos, assim como contribui para a preservação do meio ambiente. Dessa feita, além de pesquisarmos ações sustentáveis de curto, médio e longo prazo que possamos colocar em prática em nossos cotidianos, e há uma infinidade de sites com sugestões dessa natureza, busquemos perceber que, mesmo aquelas ações cujos impactos centrais provavelmente não veremos em vida, trazem benefícios diretos que muitas vezes não notamos, mas estão, aqui, na nossa cara, como conhecermos pessoas ou termos uma vida mais ativa. Nesse sentido, tendo em vista a nossa *situação*, este exercício ecológico-espiritual também é uma oportunidade para potencializarmos o fluxo criativo e afetivo da vida, que flui como ubuntu, isto é, conectando o ontem, o hoje e o amanhã:

Então, a pessoa que dá, que com-partilha, é *gen-erosa* e, ainda, geradora. Fazer o bem gera, nele ou nela, mais força vital e, na outra pessoa, um reconhecimento de *ubuntu* do doador (esse doador é o *muntu*) e, ao mesmo tempo, uma *respons*-abilidade para com esse doador. O ato de reconhecer e responder é, portanto, um fazer bem. Agir assim é de alguma forma também aumentar a sua força vital. A partir de então resulta que a generosidade é, por reciprocidade, uma solidariedade. Pois, quando se compartilha, se é generoso, se faz o bem, conseqüentemente, aumenta-se a sua força vital. E a pessoa que recebe o que foi compartilhado também faz muito bem ao reconhecer e responder. Procedendo de maneira positiva, também aumenta a sua força vital, tornando-se forte. A partir de um ato de generosidade, então, ambas as partes se *solidificam*, se *fortificam*. Em outras palavras, tornam-se sólidas, fortes. Esta é a solidariedade. (Kashindi, 2017, p. 13)

2.2. “Pegadas”

Na teia ou rede de afetos que é a vida, há aqueles afetos que aumentam nossa potência de viver, e o seu sentimento correspondente é a alegria. Por outro lado, há aqueles afetos que diminuem nossa vitalidade, de modo que o seu sentimento correspondente é a tristeza. A tristeza corresponde a uma insuficiente realização de nosso ser. Aqui, estamos no âmbito da vida humana. Entretanto, há quem entenda que

toda forma de vida tem a capacidade de sofrer, até mesmo a capacidade de ter sentimentos, como a alegria e a tristeza. Vimos que o pensamento de Krenak caminha por essa perspectiva. Seja como for, é inquestionável que há ações humanas sobre a natureza que contribuem para aumentar ou diminuir a potência de viver dos mais diferentes seres. Quando um boi é assassinado para que se coma sua carne ou fazer uso de sua pele, não só diminuimos sua vitalidade, mas destruimos sua vida por completo. Para ficarmos na mesma espécie, no caso de uma vaca, ao explorarmos sua produção de leite, que depende da ausência daquele para quem o leite foi originalmente produzido, não há qualquer dúvida de que estamos diminuindo sua potência de viver; isso porque quase nunca nos perguntamos para onde foi o bezerro. Ainda na companhia dos bovinos, sabe-se que muito da alimentação na criação de bois e vacas se dá por meio dos derivados da soja. Também sabemos, ou deveríamos saber, que parte importante das queimadas e desmatamentos na Amazônia e em outros biomas (como o Cerrado) é feita tanto para a criação de gado bovino, quanto para a plantação de soja, a qual virará alimento para bois e vacas. Além disso, uma quantidade considerável dos gases do efeito estufa é produzida justamente pelo gado bovino, principalmente por conta dos gases produzidos pelo seu processo digestivo. Todo esse ciclo, claro, contribui sobremaneira

para as emergências climáticas e, conseqüentemente, para a piora das condições de vida das pessoas idosas. Ainda poderíamos citar o fato de queimadas e desmatamentos destruírem o habitat natural de milhares, ou mesmo milhões, de espécies de seres vivos. Percebamos que basicamente permanecemos, até aqui, na esfera que envolve a produção de alimentos, mas poderíamos nos estender e trazer infinitos exemplos de como nosso modo de vida, como um todo, é também um modo de morte da natureza e, por conseguinte, de nós mesmos. O que nos interessa, com essas considerações, é fazer deste exercício ecológico-espiritual uma ocasião para pensarmos a respeito de duas coisas.

- a) Pesquise sobre a noção de *pegada ecológica* e busque implementá-la em seu cotidiano.
- b) Ngomane (2020) comenta que todas e todos gostamos de nos sentir com a razão, de termos todas as respostas, de sabermos o que é o certo num momento complicado. Por outro lado, salienta a autora, essa não é a perspectiva da filosofia ubuntu. Na verdade, ubuntu nos convoca a baixar a guarda, a suspendermos nossos julgamentos e certezas, de modo que possamos nos abrir à compaixão e à alteridade. Tentemos imaginar, apenas por um minuto, o que é ser um boi ou uma vaca na situação descrita no item a). Ubuntu, entre

outras coisas, é um convite para fazermos perguntas incômodas para nós mesmos. Dito isso, que tal pesquisarmos, de coração e mente abertos, sobre o modo de vida vegano, sobre os seus princípios, argumentos e possibilidades. Será tão impossível, assim, deixar, por exemplo, de comer alimentos de origem animal? Por que outros têm essa capacidade e nós não? Experimente. Considere, ao menos, a sugestão de Ngomane: “Mesmo que você não goste da nova experiência, você ainda pode aprender alguma coisa a partir dela. Por outro lado, você pode descobrir que é algo que você não sabia que gostava”.

3) Investigação

3.1. “Arte, vida e natureza”

Talvez seja possível dizer que todas e todos, mesmo que não tenhamos notado, já escutamos a música “Planeta Água”, do compositor e cantor Guilherme Arantes. Esta canção aborda a importância da água para a vida humana, e como a água adquire as mais diferentes formas na natureza, num ciclo complexo e contínuo. Há outras tantas canções que, cada uma a seu modo, trazem reflexões sobre a natureza e o meio ambiente, como “Xote ecológico” de Luiz Gon-

zaga e “Sal da terra” de Beto Guedes. Além disso, não é só por meio da música que a arte nos provoca a pensar sobre nossa relação com a natureza e o meio ambiente. O poeta Manoel de Barros, um dos mais importantes escritores de nossa literatura, tinha como uma de suas temáticas privilegiadas justamente a vida, a natureza, retratando-a em suas miudezas ou nos convidando para um olhar e sentir surpreendentes para o meio ambiente. Vejamos um trecho de seu poema “O menino e o córrego”:

*Com a boca escorrendo chão
o menino despetalava o córrego
de manhã todo no seu corpo.
A água do lábio relvou entre pedras...
Árvores com o rosto arreiado
de seus frutos
ainda cheiravam a verão
Durante borboletas com abril
esse córrego escorreu só pássaros...*

Pintura, cinema, literatura, escultura, dança, entre outras tantas linguagens artísticas, têm sido mobilizados para nos provocar ecologicamente. Considerando essa potência crítica da arte, a ideia deste exercício ecológico-espiritual é, justa-

mente, compreendermos que a arte tem sido uma das mais importantes formas de luta ecológica.

- a) É provável que, ao longo da vida, tenhamos tido contato com obras artísticas que são, de algum modo, ecológicas, bem como é provável que não tenhamos prestado atenção nesse viés ambiental que tais obras trazem consigo. Desta feita, busque, inicialmente em suas memórias, produções artísticas que têm como tema principal a questão ecológica ou ambiental. Depois de vasculhar até o fundo seus baús artísticos memoriais, pesquise como puder (internet, nos arquivos pessoais, perguntando aos outros etc.) obras artísticas com essas temáticas.
- b) O encontro entre arte e natureza ou meio ambiente antecede, e muito, a dimensão do debate ecológico. Isso, por dois motivos: em primeiro lugar, é impossível produzirmos arte sem a natureza, afinal, usamos a própria natureza como meio de trabalho artístico, seja, por exemplo, com nossos corpos na dança, no teatro ou no canto, seja com o uso de matéria-prima (pensemos nas esculturas) e construção de instrumentos (pensemos nas tintas ou nos tambores); em segundo lugar, e não menos importante, a natureza é tanto fonte de inspiração para a arte (basta pensarmos em pinturas que a retratam ou nos instrumentos musicais que, de

certo modo, reproduzem seus sons), quanto um campo privilegiado para as metáforas artísticas. Vejamos dois exemplos. O primeiro, uma canção cujo título já explicita essa relação, no caso, “Como uma onda”, de Lulu Santos; lembremos de seus versos iniciais: Nada do que foi será/ De novo do jeito que já foi um dia/ Tudo passa, tudo sempre passará/ A vida vem em ondas, como um mar/ Num indo e vindo infinito. O segundo exemplo é o poema “Canção mínima”, de Cecília Meireles:

No mistério do sem-fim
equilibra-se um planeta.

E, no planeta, um jardim,
e, no jardim, um canteiro;
no canteiro uma violeta,
e, sobre ela, o dia inteiro,

entre o planeta e o sem-fim,
a asa de uma borboleta.

Ora, que tal refazer a pesquisa do item a), mas, agora, buscando produções artísticas que tomam a natureza como fonte de inspiração ou se valem dela para metáforas?

c) A arte tem sido, também, uma importante atividade ou forma de expressão no campo do envelhecimento; por exemplo, como processo terapêutico (físico e psíquico), como possibilidade de construção de sentido de vida, ou mesmo, como ferramenta para repensarmos a relação que temos com os nossos corpos. Assim, além da pesquisa sugerida nos itens anteriores, que tal explorar e desenvolver suas habilidades artísticas (desenho, pintura, escultura, poesia, música, dança...) valendo-se, seja da temática da crítica ecológica/ambiental, como no *item a*), seja tomando a natureza como meio de trabalho (quicá, reciclando materiais, ou mesmo, produzindo dentro dela, no meio do mato, por exemplo), ou mesmo, como fonte de inspiração direta ou campo de metáforas, como vimos no *item b*)? A arte tem a capacidade de desenvolver nossa sensibilidade, aumentando, assim, nossas formas de percepção da riqueza do mundo. Portanto, incorporar a arte em nosso cotidiano é uma das formas mais ricas de expansão da potência de existir e viver. Nunca é tarde para aprendermos uma linguagem artística.

3.2. “Estudando a vida de perto”

Em certo momento do volume *Balanço final*, de sua autobiografia, Simone de Beauvoir (1982, p. 156) comenta o

seguinte sobre seu espírito, digamos, investigativo: “Um trabalho me atrai de saída se responde a perguntas que me faço. Quando me preparo para uma viagem, interrogo-me sobre o país que vou visitar e procuro documentar-me a seu respeito. Quando escrevi sobre a velhice, consultei com entusiasmo estudos de gerontologia que um ano antes me teriam entediado. Mas também, assim como é muitas vezes o objeto que, por sua aparição, suscita o desejo, a revelação de um acontecimento imprevisto frequentemente me dá vontade de conhecê-lo melhor e de compreendê-lo. Ou então novas descobertas sobre fatos que ignorava, ou me eram indiferentes, despertam minha atenção”. Como essas palavras ressoam em nós? Inspirados nesse comentário de Beauvoir, concebemos este exercício ecológico-espiritual como um dos modos de produzir a *experiência ecológica*. O termo *experiência* adquire dois sentidos aqui: em primeiro lugar, da mesma maneira que os demais exercícios que temos sugerido, trata-se de propor uma atividade que contribua para que os sujeitos idosos tenham uma experiência ampliada da vida e da natureza, criando, assim, as condições para uma conversão do espírito, para a escolha consciente e filosoficamente sustentada de um modo de vida ecológico; em segundo lugar, no caso específico deste exercício, trata-se de conhecermos a vida e a natureza em sua dimensão mais propriamente científica. Afinal, a beleza da na-

tureza e da vida nasce, também, de sua relação com a ciência.

a) O título desse exercício é “Estudando a vida de perto”.

Por que de perto? Porque se trata de conhecer a vida com mais profundidade e detalhes, mas também porque se trata de estudar a vida de nosso entorno. Sabe aquela samambaia pendurada ali na parede? E o cachorro latindo ali no portão? Ou mesmo aquela mosca da banana já meio passada na cesta de frutas? Que tal pesquisar sobre essas vidas? Procure descobrir seus nomes científicos, sua origem, sua distribuição pela Terra, suas formas de reprodução, de quais espécies evoluíram, enfim, conheçamos um pouco mais, do ponto de vista científico, sobre a vida que nos rodeia.

b) Compartilhe com outras pessoas idosas (mas também com crianças) os achados das “pesquisas científicas”. Convide-as para o mesmo movimento de investigação e compartilhamento.

4) Participação

4.1. “Viver com nada”

Em várias de suas intervenções, Ailton Krenak costuma nos provocar sobre o fato da dita civilização capitalista urbano-industrial ser um modo de vida de excessos e destrui-

ção, o que implica sermos algo como um modo de morte, na verdade. Em algumas dessas intervenções ele nos convida a realizar algo muito semelhante ao que temos chamado aqui de exercícios ecológico-espirituais. No caso, trata-se de um convite para *vivermos com nada*. O que isso significa? Vejamos (KRENAK, 2020b, p. 7-8): “Acredito que se conseguirmos nos conectar com o sentido da vida em tudo, viver o dia deixa de ser uma tarefa, e passa a ser uma experiência tão maravilhosa, que na verdade não fica faltando nada. Tem a ver com a ideia de viver com nada. Viver com nada é diferente de viver sem nada. É o mesmo que o copo meio-cheio ou meio-vazio. (...) Viver com nada é a experiência que eu acho desafiadora para esse mundo que já consome o equivalente a um planeta no mês de maio, junho. (...) Consumimos energia em todos os sentidos. Estamos falando da que move as cidades, mas tem a que nos move também. Comer dois planetas por ano, tem a ver com o que estamos pensando sobre viver com nada. Não é desaparecer tudo e a gente ficar sem nada. Mas é viver com nada. Viver com nada é viver com o que a gente tem hoje. Sem ficar com angústia de buscar o amanhã. São sentidos da disposição para experimentar a incerteza viva”. Como diz o autor em várias ocasiões, será que precisamos de tudo isso mesmo que temos? E se tivéssemos que viajar para um planeta desconhecido apenas com uma mala ou uma mochila, o que leva-

ríamos? Do que realmente necessitamos para viver uma vida digna e que não provoque a destruição ambiental que temos provocado? O consumismo não é uma doença das pessoas, mas uma necessidade do capitalismo. Contudo, as pessoas possuem um grau relativo de liberdade e responsabilidade, embora o sistema nos mobilize e nos seduza a todo momento, sobretudo por meio da publicidade, para acumularmos e consumirmos bens, mesmo se não temos condições de tê-los. Afinal, em nossa sociedade, ter posses ou consumir também equivale a distinguir-se socialmente. Além disso, quanto mais coisas acumulamos ou consumimos, mais preocupações temos, uma vez que precisamos pensar em mais espaço para guardá-las, em mais segurança para protegê-las, bem como temos de ficar mais atentos às atualizações dos produtos que já temos, isso porque o capitalismo inventou algo chamado “obsolescência programada”, de modo que precisamos sempre renovar nosso estoque, pois os produtos se tornam inúteis rapidamente, seja por não funcionarem, seja por seu design não estar mais na “moda”. Desta feita, a ideia deste exercício ecológico-espiritual é contribuir para criarmos o hábito de refletirmos sobre o consumismo de cada dia e seus impactos não só em nossas vidas, mas na vida como um todo.

- a) Em primeiro lugar, que tal começarmos fazendo uma varredura sobre o que temos em casa? Faça pergun-

tas como: “Será que realmente preciso disso?”; “Esse objeto satisfaz de fato alguma necessidade minha?”; “Há quanto tempo nem mexo nesse objeto?”; “Tê-lo me causa mais problemas ou demandas do que não tê-lo?”; “Caso eu o encaminhe para doação ou reciclagem, sentirei alguma falta?”

b) Em segundo lugar, além das coisas que temos, a todo momento adquirimos novos produtos. Ora, isso é mais do que normal, afinal, precisamos satisfazer nossas necessidades básicas para viver. No entanto, sabemos que este exercício não se trata propriamente disso. A ideia é que também nos façamos algumas perguntas antes de comprar novos produtos: “Será que realmente preciso disso?”; “Esse objeto satisfaz, de fato, alguma necessidade minha?”; “Por que estou comprando este produto? Alguém me indicou? Fui seduzido por alguma publicidade? Que tipo de estímulos, sugestões, afetos a pessoa ou a publicidade mobilizou para tentar me convencer?”; “Ter o produto me trará mais problemas ou demandas do que não tê-lo?”

c) Por fim, e não menos importante, busque saber qual a *pegada ecológica* dos produtos (alimentos, roupas, equipamentos etc.) ou serviços (transporte, comunicação, limpeza etc.) que consome (uma reflexão semelhante

fizemos no exercício 2.2.). Quais recursos naturais estão envolvidos em sua produção ou utilização? De que forma são extraídos esses recursos naturais? Quanto de poluição sua produção ou utilização elimina no meio ambiente? É possível reciclá-lo? Há alternativas mais ecológicas a esses produtos ou serviços?

Nota: o objetivo deste exercício não é produzir o sentimento de culpa. É o sistema que nos incentiva e nos induz a comprar ou adquirir objetos/produtos que pouco ou nada necessitamos. Trata-se, portanto, de pensar e exercitar maneiras possíveis de uma *velhice ecológica* e construir um mundo que defenda e valorize a natureza e suas diversas formas de vida, o que inclui, claro, a própria vida das pessoas idosas.

4.2. “Alianças ecológicas”

Aos poucos, nós, seres urbano-industriais, estamos despertando. Começamos, em vários lugares, a seguir o chamado de Krenak (2020c): “Saíam desse pesadelo de concreto”. Nesse despertar, não se trata propriamente de inventarmos a roda, muito embora urja criarmos um novo modo de vida nas cidades, uma nova forma de habitar as cidades, ou seja, repensar a própria ideia de cidade. E afirmamos que não é exatamente o caso de inventarmos a roda, porque há com quem aprendermos. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos,

entre outros povos e comunidades, já vivem, há tempos, uma vida ecológica, uma vida ambientalmente responsável, se assim podemos dizer. Não só isso, esses povos e comunidades há tempos também lutam por suas terras, por seus rios, por seus espaços de vida. Lutam justamente contra o modo de vida capitalista urbano-industrial, esse devorador de natureza, que na sua necessidade infinita de expansão e exploração, ataca direta e indiretamente territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos... lutam, como diz Krenak (2020b), contra a monocultura da vida capitalista, urbana e industrial, que também é uma monocultura do pensamento. Monocultura, porque tenta ocupar todos os espaços possíveis com uma só forma de ser, expulsando e destruindo outras maneiras de viver e pensar. Lutar contra a monocultura é, também, lutar por mais habitat: “Nossas tribos nunca aceitaram ser proprietárias de seus territórios. Você habita aquele lugar, o defende e protege. Mas você não o defende como propriedade, e sim, como habitat. Quando nós fazemos a defesa de nossos territórios, estamos utilizando o sentido mais completo da palavra ‘territorialidade’, que envolve um povo, uma tradição, uma cultura, um ecossistema” (Krenak, 2015, p. 108). Desta feita, o que este exercício ecológico-espiritual propõe é que construamos alianças ecológicas com os mais variados povos e comunidades de nossa região, isso com o objetivo

de lutarmos contra a monocultura e a favor da diversidade cultural e ecológica.

- a) Em primeiro lugar, pesquise a presença de povos e comunidades que vivem na região onde você mora e que se colocam na contramão da monocultura urbano-industrial, na contramão do pesadelo de concreto. Busque conhecer seus modos de vida e suas lutas, busque aprender com esses grupos sociais.
- b) Em segundo lugar, aproveite essa oportunidade e busque conhecer qual o papel das pessoas idosas nesses povos e comunidades, como velhas e velhos são tratados nesses espaços, que tipo de atividades realizam, entre outros pontos.
- c) Por fim, e talvez o mais importante, construa alianças ecológicas com esses povos e comunidades. Todos têm a ganhar quando atuamos juntos em defesa da vida e da diversidade cultural. Esse é o espírito das filosofias ubuntu e indígena. Façamos a nossa conversão espiritual!

Nota: na dificuldade de contato, ou mesmo na ausência de povos ou comunidades do gênero em sua região, as alianças ecológicas podem ser construídas de maneira alternativa com movimentos sociais ou ONGs. Além disso, você

pode, com outras pessoas idosas, conhecer, acompanhar e participar de instâncias públicas ou estatais nas quais questões ambientais e ecológicas são (ou podem ser) objeto de administração, debate, disputa e fiscalização. Alguns exemplos: frentes parlamentares ambientais, conselhos ou comissões da pessoa idosa ou de meio ambiente, associações de bairro ou moradores, secretarias do meio ambiente.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. **As pessoas idosas serão as principais vítimas das ondas de calor.** Portal do Envelhecimento e Longevidade, 2023. Disponível em: <<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/as-pessoas-idosas-serao-as-principais-vitimas-das-ondas-letais-de-calor/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BATISTONI, Samila Sathler Taveres. Gerontologia ambiental: panorama de suas contribuições para a atuação do gerontólogo. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, 2014; 17(3):647-657.

BEAUVOIR, Simone de. **Balanço final.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **A mulher desiludida**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

COMTE-SPONVILLE, André. **Uma educação filosófica e outros artigos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COMTE-SPONVILLE, André. **A felicidade, desesperadamente**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

CORREA, Guilherme Torres. **Velhice e felicidade: uma amizade possível?** Portal do Envelhecimento e Longevidade, 2023. Disponível em: <<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/author/guilhermecorrea/>>. Acesso em: 01 set. 2023.

CORREA, Guilherme Torres. A filosofia indígena e a possibilidade de uma velhice ecológica. Revista Longevidade, n. 20, ano V, out/nov/dez, 2023.

FERRIGNO, José Carlos. **Coedução entre gerações**. 2ª ed. São Paulo: Edições SESC SP, 2010.

FRANCO, Marisa G. **How to make friends as an adult**. Disponível em: <<https://psyche.co/guides/how-to-make->

-new-friends-when-youre-busy-with-adulthood>. Acesso em: 21 mar. 2023.

GALON, Viviane Silvano; MATOS, Fábio Marcelo; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger. **Bem viver, envelhecimento e meio ambiente**. In: Rogério Santos da Costa; José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra. (Org.). Estado, sociedade e sustentabilidade: debates interdisciplinares X. 21ed. Palhoça: Ed. Unisul, 2018. p. 161-174.

GICO, Vânia de Vasconcelos; CARVALHO, Mariana Oliveira Ferrolho de. A participação do idoso na educação ambiental como exercício da sua cidadania. **InterScientia**, João Pessoa, v.2, n.2, p.56-76, maio/ago. 2014.

GOMANE, Manuel Cochole Paulo. **Filosofia Ubuntu**. YouTube, 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jWuOztAraA8>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

HADOT, Pierre. **Philosophy as a way of life: spiritual exercises from Socrates to Foucault**. (org.: DAVIDSON, Arnold). Oxford ; New York: Blackwell, 1995.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HADOT, Pierre. **Exercícios espirituais e filosofia antiga**. São Paulo: É Realizações, 2014.

HADOT, Pierre. **Wittgenstein e os limites da linguagem**. São Paulo: É Realizações, 2014.

HERRERO, Marina Marcelo. Um olhar sobre o envelhecer numa aldeia indígena. **mais60 – Estudos sobre Envelhecimento**, v. 29, n. 72, dez de 2018.

IPCC. **IPCC press release**. Climate change widespread, rapid, and intensifying. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/08/OC-IPCC-AR6-FACT-SHEET_FINAL.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2022.

KASHINDI, Jean-Bosco Kakozi. **Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva**. Cadernos IHU *ideias*, v. 15, n. 254, 2017.

KRENAK, Ailton. **Ailton Krenak**. (org.: Sérgio Cohn). Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Krenak: O que as crianças aprendem ficando presas? A fugir. **Lunetas**, 2019. Disponível em: <<https://lunetas.com.br/ailton-krenak/>>. Acesso em: 10 jun de 2023.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida é selvagem**. Sem cidade: Dantes Editora, 2020.

KRENAK, Ailton. **Vozes da Floresta**. YouTube, 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/KRTJH1os4w>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do Bem Viver** (org.: Bruno Maia). 2020. Disponível em: <<https://www.biodiversidadla.org/Recomendamos/Caminhos-para-a-cultura-do-Bem-Viver>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

KRENAK, Ailton. **Filosofia ameríndia: por um outro modo de pensar e viver...** YouTube, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g4_hnApXhrU>. Acesso em: 08 jun. 2023.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LE GRANGE, Lesley. **Ubuntu**. In: KOTHATI, Ashish et. al. *Pluriverse: a post-development dictionary*. New Delhi: Tulika Books, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.). **Cidadania e meio ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

MACHADO, Rosângela Fátima de Oliveira; VELASCO, Fermin de la Caridad Garcia; AMIN, Valéria. O encontro da Política Nacional da educação ambiental com a Política Nacional do idoso. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 162-169, set/dez. 2006.

NGOMANE, Mungi. **Everyday ubuntu: living better together, the african way.** New York, Harper Design, 2020.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **IPCC AR6, WG1: resumo comentado.** Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/08/OC-IPCC-AR6-FACTSHEET_FINAL.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **The global network for age-friendly cities and communities: looking back over the last decade, looking forward to the next.** Geneva, Switzerland: World Health Organization, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The UN decade of healthy ageing 2021-2030 in a climate-changing world.** Disponível em: <https://cdn.who.int/media/docs/default-source/decade-of-healthy-ageing/decade-connection-series-climatechange.pdf?sfvrsn=e926d220_4&download=true>. Acesso em: 02 abr. 2023.

PESQUISA FAPESP. **Variações de temperaturas podem provocar 5 milhões de mortes por ano.** Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/variacoes-de-temperaturas-podem-provocar-5-milhoes-de-mortes-por-ano/?utm_id=ago23>. Acesso em: 03 set. 2023.

PORCIUNCULA, Anacirema da Silva; PORTO, Ivalina. Envelhecimento, meio ambiente e educação ambiental. **Estud. interdiscipl. envelhec.**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 453-470, 2014.

RAMOSE, Mogobe B. **African philosophy through ubuntu**. Harare: Mond Books Publishers, 1999.

RAMOSE, Mogobe B. **The earth ‘mother’ metaphor: an African perspective**. In: ELDERS, Fons (org.). *Visions of Nature: studies on the theory of Gaia and Culture in ancient and modern times*. Bruxelas: VUB Brussels University Press, 2004.

RAMOSE, Mogobe B. African Philosophy as the Bridge to Intercultural Philosophy. **The International Journal of the Humanities: Annual Review**, v. 4, n. 9, 2007.

RAMOSE, Mogobe B. A importância vital do “Nós”. **IHU on-line**, 2010. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3688-mogobe-ramose>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

RAMOSE, Mogobe B. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. **Ensaios Filosóficos**, v. IV, outubro/2011.

RAMOSE, Mogobe B. **Ubuntu**. YouTube, 07 de ago. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-FPFqBPs3t1o>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SANTOS, Valnei Pimentel et. al. Desafios socioambientais perante uma população que envelhece: sinergias entre envelhecimento, meio ambiente e saúde. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 5, n. 4, p. 16959-16971, jul./aug., 2022.

SARAIVA, Luís Augusto Ferreira. O que e quem não é ubuntu: crítica ao “eu” dentro da filosofia ubuntu. **Problemata**, v. 10, n. 2, 2019.

SENHORAS, Elói Martins. O papel do idoso na preservação do meio ambiente. **A Terceira Idade**, v. 16, n. 2, fev. de 2005.

TEIXEIRA et. al. Reflexões acerca do estigma do envelhecer na contemporaneidade. **Estud. interdiscipl. envelhec.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 503-515, 2015.



Biografias

Amanda Cristina de Oliveira - Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e pesquisadora das relações entre mídia e envelhecimento desde 2016. É fundadora da Agência Senior Media, que presta serviços de mídias sociais para empresas que têm os 50+ como público-alvo.

Andrei de Souza Simões - Licenciado pleno em Biologia, Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento pelo Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Professor Universitário na área da saúde, Escritor de ficção social há mais de 20 anos em literatura e em quadrinhos.

Anelise Crippa – Advogada, Mediadora judicial, Professora universitária e editora científica. Especialista em Direito Processual Civil/ Especialista em Direito de Família. Mestre e Doutora em Gerontologia Biomédica. Pós-doutora em Direito.

Bruno Daniel Carvalho Ferrarini - Estudante de Medicina do Centro Universitário São Camilo-SP.

Camila Alen Porto Alegre - Advogada. Especialista em Direito Processual Civil.

Camila de Andrade Simões - Jornalista, Doutora em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), integrante do grupo de pesquisa Information & Media Lab (InfoMedia) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), colaboradora do Portal do Envelhecimento e Longevidade.

Camila Rocha Ferreira - Graduada em Serviço Social na Universidade Cruzeiro do Sul (2004) onde foi bolsista (CNPQ) e do Programa de Iniciação Científica da própria Universidade; Tem Aprimoramento Profissional em Serviço Social Hospitalar (2006) onde foi bolsista FUNDAP; Pós Graduada em: Organização e Gestão de Políticas Sociais - FMU (2008); Psicopatologia e Saúde Pública - USP (2012) e Gestão de Redes de Atenção à Saúde - Fiocruz (2017). Supervisora do Programa de Acompanhante de Idosos na Saúde Pública em SP. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) integrante do Grupo de Pesquisa Envelhecimento, Rede de Suporte Social e Políticas Públicas (ENREPO) sob coordenação e orientação da Prof^ª. Dra. Marisa Accioly e Coordenadora da pesquisa apoiada pelo Edital Acadêmico Itaú Viver Mais 2022.

Cíntia Liesenberg - Relações Públicas. Doutora e mestra em Ciências da Comunicação. Professora da Escola de Linguagem e Comunicações da PUC-Campinas e Integrante do MidiAto – Grupo de Estudos Linguagem: Práticas Midiáticas.

Daniel Veiga - Roteirista, dramaturgo e ator. É roteirista assistente das sitcons O Dono Do Lar e Tem Que Suar (Canal Multishow) e passou pela Sala de Desenvolvimento Narrativas Negras do Canal Paramount e pelo Colaboratorio Netflix. É professor de roteiro da AIC – Academia Internacional e da ELT em Santo André e professor convidado em diversas escolas e instituições artísticas como SP Escola de Teatro e Itaú Cultural. É orientador do Núcleo de Dramaturgia da ELT em Santo André. Como ator, ganhou o KIKITO pelo curta “Você Tem Olhos Tristes” de Diogo Leite. É cofundador, com Leo Moreira Sá, do Coletivo de Artistas Transmasculines.

Diorginis Luis Fontoura da Rosa - Psicólogo e mestrando em Desenvolvimento Regional - PPGDR/UNISC - CAPES I. Integrante do GEPEC

Feliz Trovoada - Artista visual e do corpo, sua pesquisa é em torno de estudos contra coloniais no campo das artes.

Franciele Franco – Advogada.

Germanne Patricia Nogueira Bezerra Rodrigues Matos - Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pós-graduação em Tanatologia. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Assistente Social Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em exercício no Serviço Psicossocial Vocacional, onde coordena a Comissão de Pesquisa. Pesquisadora social no campo da gerontologia, com ênfase nos estudos sobre relações intergeracionais. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Envelhecimento, Rede de Suporte Social e Políticas Públicas (ENREPO), sob coordenação e orientação da Profa. Dra. Marisa Accioly. Integrante da Oficina Ger@ções, do Programa USP60+ (EACH/USP), sob supervisão da Profa. Dra. Meire Cachioni. Pesquisadora apoiada pelo Edital Acadêmico Itaú Viver Mais 2022, em parceria com o Portal do Envelhecimento (2023).

Graça Bendelack - Mestre em Direito das Relações Sociais - Universidade da Amazônia, Advogada, Conselheira da OAB/PÁ, Presidente da Comissão Especial para Inclusão de Conteúdos Voltados ao Processo de Envelhecimento, ao Res-

peito e à Valorização do Idoso da OAB/PÁ, Professora da Escola Superior da Advocacia - ESA.

Guilherme Torres Correa - Bacharel e licenciado em Filosofia (USP), graduado em Farmácia Bioquímica (UNESP), especialista em Saúde Pública (Fiocruz), mestre em Educação em Ciências e Saúde (UFRJ) e doutor em Educação (USP). Possui experiência na área de ensino de Filosofia e Ciências Humanas para o ensino médio, bem como de Didática para cursos de licenciaturas, além de experiência na área acadêmica com pesquisas científicas desenvolvidas no campo da Educação e da Saúde Coletiva. Recentemente tem buscado atuar profissional e academicamente na interface entre Envelhecimento, Filosofia e Educação Ambiental.

Kayke Araújo Borges - Acadêmico de Direito da UNITINS e extensionista do Projeto Extensão em Movimento. Estagiário no Fórum da Comarca de Paraíso do Tocantins. Bolsista do Projeto de Pesquisa contemplado pelo Edital Acadêmico de Pesquisa 2022 - envelhecer com futuro.

Leticia Martins Bitar de Moraes - Advogada, Mestre em Psicologia/UFGA, Conselheira da OAB/PA, Presidente da Comissão da Pessoa Idosa da OAB/PA, Membro da Comissão

Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa da OAB, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDPI, Mediadora e Conciliadora TJPA.

Lívia Pacheco da Cruz - Advogada e professora. Doutoranda em Desenvolvimento Regional - PPGDR/UNISC - CAPES I. Integrante do GEPEC.

Lucas Barbosa Rodrigues - Acadêmico do curso de direito, no 4º período, turno matutino, na Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, Extensionista do Projeto Extensão em Movimento, e Bolsista do Projeto de Pesquisa contemplado pelo Edital Acadêmico de Pesquisa 2022 - envelhecer com futuro.

Mara Carvalho - Contadora. Especialista em Controladoria de Gestão. Especialista em Gestão de Tributos e Planejamento Tributário Estratégico. Acadêmica de Direito pela PUCRS.

Mari Crestani (colaboração) - Artista transdisciplinar, transmasculine, músico multi-instrumentista e profissional audiovisual de pós-produção por mais de 14 anos. Em pós-produção atua como montador, sound designer e mixador

e já teve passagem pela MTV Brasil, Globo, Viacom, Discovery, Maria Farinha Filmes entre outras. Em 2017 teve menção honrosa no Festival Queer de Portugal com a montagem do curta “Marie, eu te vejo” e o lançamento do documentário “Todas as Meninas Reunidas, vamos lá”, pela Paris Filmes como montador e produtor musical. Como músico, atua na cena paulista de contracultura desde meados dos anos 90, já teve 4 turnês pela Europa e diversos lançamentos com bandas e projeto solo. Já abriu show para Pussy Riot, L7, Meta Meta entre outros. Teve passagem como guitarrista por 5 anos na lendária banda As Mercenárias, além de assinar a produção musical de bandas como In Vênus e Bioma.

Maria das Graças Bandelack Santos - Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará, Especialização em Processo Civil pela Universidade da Amazônia e Mestrado em Relações Sociais pela Universidade da Amazônia. É Advogada, Conselheira da OAB/PA, Presidente da Comissão Especial para Inclusão de Conteúdos Voltados ao Processo de Envelhecimento, ao Respeito e à Valorização do Idoso da OAB/PA, Professora da Escola Superior da Advocacia - ESA.

Maria Elisa Gonzalez Manso - Médica e bacharel em Direito. Mestrado e pós-doutorado em Gerontologia Social PU-

C-SP. Doutorado em Ciências Sociais-Antropologia PUC-SP. Pós-graduada em Direito Sanitário FSP-USP, Educação Médica USP e Docência em Saúde UFRGS. Professora titular dos cursos de Medicina e Direito São Camilo SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE). Colaboradora do Portal do Envelhecimento e Espaço Longeviver.

Marisa Accioly Rodrigues da Costa Domingues - Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), doutora e mestre em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) e professora-doutora do curso Gerontologia no bacharelado e na pós-graduação EACH/USP e Coordenadora do Grupo de Pesquisa ENREPO. Pesquisadora do Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS/PT). Membro voluntário da Frente Nacional de Fortalecimento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (FN-ILPI).

Pedro Henrique Cezar de Oliveira - Acadêmico de Direito, Universidade Estadual do Tocantins, Bolsista do Projeto de Pesquisa contemplado pelo Edital Acadêmico de Pesquisa 2022 - envelhecer com futuro.

Ruth G. da Costa Lopes - Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela PUC-SP e doutorado em Saúde Pública pela USP. É professora Associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE). Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Gerontologia e Psicogerontologia, atuando principalmente nos seguintes temas: processo de envelhecimento, psicoterapia em grupo para idosos, velhice e família.

Samya Viana Duarte - Psicóloga, Especialista em Saúde Pública com Ênfase em Saúde Coletiva da Família pelo Instituto IEDES (2019/2). Atualmente é professora contratada da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, em exercício no Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional - NAPE no Campus Paraíso do Tocantins e credenciada no Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares - GGEM junto ao Tribunal de Justiça do Tocantins para desenvolver avaliações psicológicas.

Sereno S. G. Repolês - Atua como Professor Adjunto no curso de graduação em Medicina do Centro Universitário São Camilo. É doutor em Saúde Coletiva pela Escola Paulista de Medicina da UNIFESP, onde pesquisa envelhecimento transmas-

culino. Cientista social e mestre em Antropologia pela UFMG, atua como pesquisador, docente e consultor sobre os temas: teorias e práticas de gênero e sexualidade, envelhecimento, cuidado e atenção à saúde LGBT+, antropologia e filosofia do corpo, da saúde e doença. Constrói coletivamente estratégias e tecnologias de cuidado comunitários, inspirados por princípios da Medicina Tradicional Chinesa e pelos Saberes Trans.

Sheyla Paranaguá - Assistente Social, Especialista em Gerontologia (UCSAL). Mestra e Doutoranda no PPGNEIM-UFBA. Ativista na luta pelos direitos humanos das pessoas idosas. Dedicou-se à pesquisa-ação sobre o alcance da proteção social pública para o referido segmento societal. Coordenadora da Pesquisa sobre Os Impactos da Autorregulação do Crédito Consignado no enfrentamento a violência financeira contra a pessoa idosa no município de Paraíso do Tocantins - TO, contemplado pelo Edital Acadêmico de Pesquisa 2022 - envelhecer com futuro.

Silvia Virginia Coutinho Areosa - Psicóloga. Dra. em Serviço Social, Docente do PPG em Desenvolvimento Regional e do Mestrado Profissional em Psicologia/ UNISC. Líder grupo de pesquisa em Envelhecimento e Cidadania/GEPEC.

Sol Marita Mishyx - Mediadora cultural formada por Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), no projeto também colabora na produção executiva e pesquisa.

Tatiana Rockenbach - Jornalista. Especialista em Neurociências e Comportamento. Especialista em Cinema. Acadêmica de Direito pela PUCRS.

Thamires Nascimento Ferreira - Acadêmica do curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins- UNITINS, estagiária do Órgão Municipal Agiliza em Paraíso do Tocantins. Bolsista do Projeto de Pesquisa contemplado pelo Edital Acadêmico de Pesquisa 2022 - envelhecer com futuro.

Úrsula Niceia Angelim Novais - Estudante de Medicina do Centro Universitário São Camilo-SP.

Vitor Emanuel Alves Zambarda - Graduando em Psicologia - Unisc. Integrante do GEPEC.

Vitoria Cristina Silva de Souza - Estudante de Medicina do Centro Universitário São Camilo-SP.

Yasmim Chagas Cruz Carvalho - Acadêmica de Direito, 4 ° período, turno matutino da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, e Estagiária no Fórum da Comarca de Paraíso do Tocantins. Bolsista do Projeto de Pesquisa contemplado pelo Edital Acadêmico de Pesquisa 2022 - envelhecer com futuro.

ORGANIZADORAS



Anna Fontes

Filha da Fatima Carlota e mãe do Bento Meireles, pós-graduanda em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUCRS. Atua em Responsabilidade Social e Investimento Social Privado com foco em Longevidade através da liderança de projetos alinhados às práticas ESG. Atualmente gerindo o Itaú Viver Mais, associação sem fins lucrativos do Banco Itaú, focada no envelhecimento populacional. Graduada em História da Arte pela UFRJ, atuando em diferentes frentes sempre como gestora de projetos em OSCs, governo ou empresas da iniciativa privada.



Beltrina Côrte

Formada em Jornalismo pela Unisantos, Especialização e Mestrado em Planejamento e Administração do Desenvolvimento Regional na Universidad de los Andes (Bogotá/ Colômbia). Doutorado e pos.doc em Ciências da Comunicação na USP. É docente da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (PUC-SP). Coordena o grupo de pesquisa Longevidade, Envelhecimento e Comunicação. Atua na área da Gerontologia Social, educação continuada e comunicação com o Web site Portal do Envelhecimento e Longevidade, Revista Longevidade, editora Portal Edições e Espaço Longevidade.

É muito satisfatório produzir ciência com aporte e apoio, em todos os níveis. Sem contar a visibilidade e a troca com colegas, com pesquisas diferentes, mas com um mesmo objetivo, a busca pela justiça social.

Camila de Andrade Simões

Uma oportunidade de realizar um trabalho instigante e de conviver com pesquisadores de todo o Brasil.

Camila Rocha Ferreira de Oliveira

A experiência proporcionada por esta pesquisa ampliou horizontes, reflexões e, principalmente, desconstruiu estigmas nas relações intergeracionais. Além de efetivar o controle social junto às políticas públicas destinadas à pessoa idosa.

Sheyla Paranaguá

Envelhecer é um processo complexo, bem como a prática da pesquisa. Pesquisar sobre o envelhecimento é sempre uma experiência enriquecedora sobre a potência e a beleza da vida com seus múltiplos desafios.

Guilherme Torres Correa

Participar do edital de pesquisa foi uma experiência enriquecedora. Nossa investigação fortaleceu nosso compromisso com a inclusão, a justiça e a garantia de dignidade para todas as pessoas idosas.

Livia Pacheco da Cruz

Troca, aprendizado, descobertas e muito compartilhamento! O Edital é uma experiência rica em muitos sentidos. Dividir os resultados de nossas pesquisas com a sociedade nos traz a esperança de um futuro melhor!

Amanda Cristina de Oliveira

Participar do edital de pesquisa foi a vivência da interdisciplinaridade. Reunimos conhecimentos e tivemos a oportunidade de agregar com conteúdo prático para inclusão da pessoa idosa em nossa sociedade.

Anelise Crippa Silva

O edital permitiu trocas muito produtivas, novas colaborações e muito aprendizado. Para nossa equipe ficou clara a necessidade de um atendimento mais humanizado à pessoa idosa e que considere as necessidades de um grupo populacional tão diverso.

Maria Elisa Gonzalez Manso

A participação no edital nos permitiu integrar a dimensão de produção acadêmica à de produção artística, cultural e de divulgação científica. Possibilitou também a articulação de redes de pesquisadores multidisciplinares, e ainda de uma equipe integralmente formada por profissionais trans.

Sereno Sofia Gonçalves Repolês

Em vista das dificuldades que os idosos enfrentam com as inovações tecnológicas, a pesquisa acadêmica provocou, nas entidades, adequações de serviços na modalidade virtual e presencial, especialmente a Defensoria Pública do Estado.

Leticia Martins Bitar de Moraes

Envelhecer com Futuro

A longevidade no Brasil é um reflexo intrincado das diversas jornadas vividas pelas pessoas idosas, moldadas por uma tapeçaria complexa de experiências. Em um país de vasta extensão, as realidades da velhice são tão variadas quanto suas regiões, etnias e histórias, o que resulta em distintos desafios de saúde e socioeconômicos.

A inclusão social das pessoas idosas, especialmente das mulheres e dos grupos sociais sub-representados, desempenha um papel crucial na busca por uma sociedade justa e equitativa. Programas como o Edital Acadêmico de Pesquisa Envelhecer com Futuro promovem um entendimento qualificado das múltiplas dimensões do envelhecimento, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de soluções que atendam às necessidades específicas desses grupos, assegurando que todos possam desfrutar de uma vida longa, com dignidade e qualidade.

A pesquisa, apoiada em diferentes áreas temáticas, desempenha um papel fundamental na qualificação de todo o ecossistema, melhorando a eficácia de suas intervenções.

Portanto, a longevidade, no Brasil, vai além de números; trata-se de garantir que todos tenham acesso a recursos e oportunidades que promovam uma vida plena, independentemente de idade, gênero ou origem étnica. A construção de políticas públicas e práticas sociais integradas é essencial para um futuro mais inclusivo e sustentável.

Luciana Campos

Gerente de Relacionamento Institucional